

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

volume 34 • número 1 • janeiro–abril 2021



História da arquivologia no Brasil

Instituições, atores
e dinâmica social

ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons –
Atribuição CCBY 4.0, sendo permitida a reprodução parcial ou total,
desde que mencionada a fonte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública

André Luiz de Almeida Mendonça

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental

Luana Farias Sales Marques

Coordenador-geral de Administração

Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos

Mariana Barros Meirelles

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Aluf Alba Vilar Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal

Larissa Candida Costa

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Leticia dos Santos Grativol

Supervisora de Editoração

Mariana Simões

Supervisora de Programação Visual

Giselle Teixeira

Edição de texto e revisão

Flora Matela Lobosco | Maria Cristina Martins

Revisão de tradução

Maria Elisa Bustamante

Projeto gráfico, diagramação e capa

Simone Kimura

Imagem da capa: Marilena Leite Paes, 2009. Arquivo Nacional/Copra/
Copac/Fotografia/Adolfo Celso. **Seção Dossiê Temático:** I Congresso
Brasileiro de Arquivologia, 1972. Palácio Tiradentes (Assembleia Legislativa
do Estado do Rio de Janeiro). Arquivo Nacional. Fundo Associação dos
Arquivistas Brasileiros (AAB). BR_RJANRIO_JA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1, (jan./jun. 1986) - . -

Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986- .

v. ; 24 cm.

Quadrimestral.

Sumário em português, espanhol e inglês.

Descrição baseada em: Vol. 34, n. 1, (jan./abr. 2021).

Cada número possui um tema distinto.

ISSN: 2237-8723

1. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos.

3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por
Josiane Rodrigues Monteiro (CRB7/5594)

Editoria científica

Luana Farias Sales Marques (a partir de outubro de 2020)

Thiago Cavaliere Mourelle (até setembro de 2020)

Editoria do dossiê

Paulo Roberto Elian dos Santos | Vitor Manoel Marques da Fonseca

Editoria executiva

Flora Matela Lobosco

Conselho editorial

Adriano Luiz Duarte | UFSC, SC, Brasil

Ana Canas D. Martins | Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal

Ana Maria Camargo | USP, SP, Brasil

Angela de Castro Gomes | Unirio, RJ, Brasil

Beatriz Galloti Mamigonian | UFSC, SC, Brasil

Beatriz Teixeira Weber | UFSM, RS, Brasil

Caio Cesar Boschi | PUC-Minas, MG, Brasil

Celia Maria Leite Costa | MIS, RJ, Brasil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior | UFPE, PE, Brasil

Francisco José Calazans Falcon | Universo, RJ, Brasil

Georgete Medleg Rodrigues | UNB, DF, Brasil

Heloísa Liberali Bellotto | USP, SP, Brasil

Ilmar Rohloff de Mattos | PUC-Rio, RJ, Brasil

Ines Nercesian | Universidade de Buenos Aires, Argentina

Isa Maria Freire | UFPB, PB, Brasil

Ismênia de Lima Martins | UFF, RJ, Brasil

James Green | Brown University, Estados Unidos da América

Jane Felipe Beltrão | UFPA, PA, Brasil

José Bernal Rivas Fernández | Universidade da Costa Rica, Costa Rica

Jurandir Malerba | UFRGS, RS, Brasil

Luciana Duranti | Universidade British Columbia, Canadá

Luciana Quillet Heymann | Fiocruz, RJ, Brasil

Luís Reis Torgal | Universidade de Coimbra, Portugal

Marcia Regina Romeiro Chuva | Unirio, RJ, Brasil

Margarida de Souza Neves | PUC-Rio, RJ, Brasil

Maria Cândida D. M. Barros | Museu Paraense Emílio Goeldi, PA, Brasil

Maria Efigênia Lage de Resende | UFMG, MG, Brasil

Maria Hilda Baqueiro Paraíso | Ufba, BA, Brasil

Mercedes de Vega | Archivo General de la Nación, México

Michael Cook | Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido

Miguel Ángel Márdero Arellano | Ibtic, RJ, Brasil

Norma Cortés Gouveia de Melo | UFRJ, RJ, Brasil

Patrícia Sposito Mechi | Unila, PR, Brasil

Paulo Knauss de Mendonça | UFF, RJ, Brasil

Rosa Inês de Novais Cordeiro | UFF, RJ, Brasil

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva | Ufba, BA, Brasil

Selda Vale da Costa | Ufam, AM, Brasil

Sidney Chalhoub | Unicamp, SP, Brasil

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira | Uerj, RJ, Brasil

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes | USP, SP, Brasil

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

Citas Latinoamericanas em Ciências Sociais e Humanidades

Diretório de Revistas do Seer-Ibtic

Google Scholar

Latindex

Open Academic Journals Index

Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Red Latinoamericana de Revistas Académicas em Ciências Sociais
e Humanidades – LatinREV

Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras

História da arquivologia no Brasil

Instituições, atores e dinâmica social

volume 34 • número 1 • janeiro/abril 2021

Editorial 5

Apresentação 6

ENTREVISTA INTERVIEW / ENTREVISTA

Marilena Leite Paes

Os arquivos como vocação e a arquivologia como profissão

por Paulo Roberto Elian dos Santos 11

DOSSIÊ TEMÁTICO THEMATIC DOSSIER / DOSSIER TEMÁTICO

A formação de pessoal em arquivologia na Bahia

Marcos históricos e institucionais

Personnel training in archival science in Bahia: historical and institutional landmarks

Formación de personal en archivología en Bahia: hitos históricos e institucionales

Maria Teresa Navarro de Britto Matos 31

O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

El Arquivo Nacional en la gestión de Eugenio Vilhena de Moraes, 1938-1945 / The Arquivo Nacional under Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

Renata Regina Gouvêa Barbatho 48

Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues

Dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional

Henri Boullier de Branche and José Honório Rodrigues: from Archives de Sarthe to Arquivo Nacional / Henri Boullier de Branche y José Honório Rodrigues: de los Archives de Sarthe para el Arquivo Nacional

Angelica Alves da Cunha Marques 68

Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos

Reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil

From archives systems to records management: re lectures about the archival public policies of states' Executive Power in Brazil / De los sistemas de archivos a la gestión de documentos: re lecciones sobre las políticas públicas archivísticas del Poder Ejecutivo de los estados en Brasil

Danilo André Cinacchi Bueno

Ana Célia Rodrigues 85

O Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos e a busca por documentos da guerra civil farroupilha

The Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos and the search for documents of the farroupilha civil war / El Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos y la búsqueda de documentos de la guerra civil farroupilha

Camila Silva 109

Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil

Institutionalization and trajectories of personal archives in Brazil / Institucionalización y trayectorias de archivos personales en Brasil

Renato Crivelli

Maria Leandra Bizello **131**

Centro de Memória – Unicamp (CMU)

Um percurso intelectual

Centro de Memória – Unicamp (CMU): an intellectual journey / Centro de Memória – Unicamp (CMU): una trayectoria intelectual

João Paulo Berto **154**

Uma história não contada

Arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração*

An untold story: private organizations' archives in the journal *Arquivo & Administração* / Una historia no contada: archivos de organizaciones privadas en el periódico *Arquivo & Administração*

Thaís Nodare de Oliveira

Renato Pinto Venancio **175**

O processo de elaboração de dicionários brasileiros de terminologia arquivística

Contribuições para a terminologia da área

The process of preparing Brazilian dictionaries of archival terminology: contributions to the terminology of the area / El proceso de elaboración de diccionarios brasileños de terminología arquivística: aportes a la terminología del área

Gabriel da Silva Barros

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt **195**

Os congressos de arquivologia do Mercosul e a participação brasileira

The Mercosur archival science congresses and the Brazilian participation / Los congresos de archivología del Mercosur y la participación brasileña

Ana Célia Navarro de Andrade **216**

ARTIGOS LIVRES ARTICLES / ARTÍCULOS LIBRES

A reformatação de documentos arquivísticos no contexto legal brasileiro

Uma análise dos instrumentos regulamentadores

The reformatting of archival documents in the Brazilian legal context: an analysis of the regulatory instruments / El reformateo de documentos de archivo en el contexto legal brasileño: un análisis de los instrumentos reguladores

André Luiz Caetano Filgueiras

Sérgio Conde de Albite Silva

Mariana Lousada **240**

RESENHA REVIEW / REVISIÓN

Sobre privacidade, direitos, ética e arquivos

About privacy, rights, ethics and archives / Acerca de la privacidad, los derechos, la ética y los archivos

Luciana Heymann **261**

Editorial

O dossiê “História da arquivologia no Brasil: instituições, atores e dinâmica social” conta com a cuidadosa editoria de Paulo Roberto Elian dos Santos, doutor em história pela Universidade de São Paulo e pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, e Vitor Manoel Marques da Fonseca, doutor em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF.

Esta edição reúne, no Dossiê Temático, artigos que abordam estudos realizados em instituições arquivísticas, universidades e centros de memória, destacando personagens, eventos e instituições marcantes para a história da arquivologia no país, além de apresentarem uma diversidade de abordagens.

Dialogando com o dossiê, a seção Artigos Livres traz o texto “A reformatação de documentos arquivísticos no contexto legal brasileiro: uma análise dos instrumentos regulamentadores”, de André Luiz Caetano Filgueiras, Sérgio Conde de Albite Silva e Mariana Lousada, que analisa desde a Lei de Microfilmagem até os projetos de lei mais recentes sobre digitalização.

Agradecemos aos autores, pareceristas e a todos que atuaram na construção desta edição.

Boa leitura!

Luana Sales – editora científica

Flora Lobosco – editora executiva

Apresentação

Nas duas últimas décadas, a pesquisa em arquivologia no Brasil alcançou um crescimento significativo, traduzido em teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento. O amplo espectro de temas e abordagens, contudo, pouco contempla o que poderíamos nominar “história dos arquivos e da arquivologia”.

Este dossiê visa dar publicidade a um conjunto de pesquisas que tomam como objeto de análise o percurso histórico da arquivologia no país com o intuito de compreender sua institucionalização em diferentes dimensões e vertentes, identificando aspectos políticos, teórico-metodológicos, científicos, sociais e culturais. Em nossa perspectiva, esses estudos nos permitem perceber como o conhecimento arquivístico, traduzido em princípios teóricos, conceitos, métodos, técnicas e práticas – historicamente construídos – é indissociável das estratégias e projetos de seus principais atores, sejam instituições, associações, grupos ou indivíduos. Dessa forma, além das instituições, os textos contemplam trajetórias de homens e mulheres que, de diferentes maneiras, contribuíram decisivamente – com ideias, obras e ações – para a construção do campo da arquivologia no Brasil. No entanto, ainda há um longo caminho para alcançarmos uma visão mais global desse percurso histórico, de forma a rompermos os limites do eixo Rio-São Paulo.

Um aspecto que consideramos central para o crescimento das pesquisas compreende um esforço urgente de identificação, reunião, preservação e acesso a fontes documentais existentes em arquivos de instituições, tais como arquivos públicos, centros de memória, universidades e associações. Ao lado dos acervos institucionais, os arquivos pessoais de profissionais, gestores, pesquisadores e docentes da área podem servir como fontes inéditas e de valor incalculável para os avanços de uma historiografia da arquivologia brasileira. Outro recurso que pode contribuir nesse esforço é a realização de entrevistas com esses mesmos atores, as quais podem completar lacunas, revelar visões sobre os problemas enfrentados e até mesmo apontar a existência de fontes desconhecidas.

O dossiê abre com a entrevista de Marilena Leite Paes, arquivista e bibliotecária que construiu uma das mais destacadas trajetórias profissionais da área. Em seu depoimento, colhido entre 2006 e 2007, Marilena revisita o início da carreira na Fundação Getúlio Vargas (FGV), o longo período de concepção e implantação do seu sistema de arquivos, o papel desempenhado na criação e atuação da Associação dos Arquivistas

Brasileiros (AAB) e sua contribuição para os trabalhos do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), na fase da “maturidade profissional”.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos aborda a questão da formação dos arquivistas na Bahia, demonstrando o papel inovador cumprido pelo arquivo estadual e por seu então diretor, Luís Henrique Dias Tavares. Escapando do eixo geográfico mais comum, o texto, principalmente se visto em contraponto àquele de Angelica Alves da Cunha Marques, evidencia como pesquisas de cunho local podem ajudar a contextualizar melhor os dilemas e soluções assumidas pelos arquivos em todo o país.

Os dois textos seguintes exploram a trajetória do Arquivo Nacional no século XX, em diferentes períodos. Renata Regina Gouvêa Barbatho analisa a direção de Eugênio Vilhena de Moraes, durante a ditadura do Estado Novo, buscando identificar na condução da instituição práticas centralizadoras do governo Vargas e seu acionamento para atender duas faces do projeto de nação estado-novista: modernização da administração pública e exaltação da nação. Angelica Alves da Cunha Marques nos relata a missão técnica do francês Boullier de Branche, ao Brasil, durante a gestão do historiador José Honório Rodrigues (1958-1964) no Arquivo Nacional. Na visão da autora, esse “encontro” consolidou a cooperação arquivística entre a França e o Brasil, na formação de arquivistas e na institucionalização da disciplina.

A institucionalização das políticas públicas arquivísticas no âmbito do Poder Executivo estadual está no centro das preocupações de Danilo Cinacchi Bueno e Ana Célia Rodrigues. Docentes de arquivologia, os autores analisam os aspectos históricos da formulação e implementação dos sistemas de arquivos e programas de gestão de documentos e nos apresentam um amplo panorama da regulamentação dessas políticas públicas e seus impactos na promoção do acesso à informação.

O artigo de Camila Silva aborda a atuação do Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos na formação de um acervo de documentos referente à guerra civil farroupilha, no contexto das comemorações do centenário desse acontecimento. A análise busca problematizar as disputas que marcaram a coleta e a seleção de registros, evidenciando quais foram os atores e os interesses que influenciaram esse processo.

Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello introduzem no dossiê a temática dos arquivos pessoais. Analisam a institucionalização dos arquivos pessoais no cenário brasileiro através da análise de três destacadas instituições custodiadoras: o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/FGV) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

Para compreender as práticas de seleção dessas instituições, antes da aprovação de suas políticas de acervo, os autores investigam os processos administrativos de incorporação de acervos desde a criação dessas entidades até 1999.

Os centros de memória e documentação cumprem papel fundamental na preservação de arquivos, sejam de natureza privada ou pública. João Paulo Berto nos oferece uma reflexão sobre os processos de formação e consolidação do Centro de Memória da Unicamp, criado em 1985 com o objetivo de promover a preservação da memória documental da cidade de Campinas (SP). O autor traça os percursos intelectuais de formação do acervo e os processos de arranjo institucional frente aos desafios de salvaguarda da história local e regional, e nos apresenta os debates sobre sua constituição, que remontam à década de 1970, destacando a atuação do professor José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000), um dos responsáveis pela formação do Departamento de História da Unicamp e seu programa de pós-graduação.

Os periódicos científicos são componentes sociais que contribuem para a comunicação dos conhecimentos produzidos por uma dada disciplina. O artigo de Thaís Nodare de Oliveira e Renato Pinto Venancio é resultado de pesquisa que buscou identificar o interesse despertado pelos arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). Por meio da abordagem histórica, analisam exemplares dessa revista e de outras publicações que tratam do tema, procurando, assim, explorar a introdução dos arquivos privados como tema de interesse da arquivologia no Brasil, a partir da década de 1970.

Gabriel da Silva Barros e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt examinam a conformação da terminologia arquivística brasileira entre os anos de 1972 e 2005, ao analisarem os processos de elaboração do *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo e Bellotto (1996), e do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), do Arquivo Nacional (2005). Trata-se de estudo original que pode se inserir na “chave” mais ampla da história do desenvolvimento dos princípios, conceitos, métodos e técnicas da disciplina.

Ana Célia Navarro desvela as origens do Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), iniciativa conjunta de professores da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (Brasil) e de profissionais do Archivo General de la Provincia de Entre Ríos e da Asociación de Archiveros de Santa Fé, ambos da Argentina. Ao mesmo tempo, a autora se propõe a historiar e analisar a presença brasileira no evento, que caminha para sua décima quarta edição em 2022 e possui um forte potencial

de cooperação arquivística entre os países do bloco, com repercussões na América Latina e Caribe.

A resenha do livro *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*, de Heather MacNeil, assinada por Luciana Heymann, nos conduz a reflexões em torno da privacidade, dos direitos e da ética no contexto dos arquivos. A obra da professora canadense, cuja edição original data de 1992, mantém-se atual ao abordar o acesso a informações pessoais armazenadas por órgãos públicos, tema que alcançou contornos expressivos diante do avanço das tecnologias digitais e das possibilidades de produção, armazenamento e compartilhamento de arquivos por meio da internet. Trata-se de reflexão oportuna, no momento em que o Brasil entra na fase de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), aprovada pelo Congresso Nacional em 2018.

O leque de objetos específicos e abordagens escolhidas apresentado neste dossiê demonstra o potencial da pesquisa em história da arquivologia, suas instituições, atores envolvidos e a relevância que podem ter, seja para entender a conformação atual da área como para traçar seus possíveis rumos. Aponta também para questões que merecem maior atenção, como a construção de conceitos e metodologias no Brasil, a partir de reflexões autóctones ou estrangeiras, a identificação e preservação das fontes para essa história e o relevante papel exercido por instituições e indivíduos nesse processo de construção do saber e da prática arquivística no Brasil, ultrapassando cronologicamente o período que se inicia na segunda metade do século XX. O dossiê serve, assim, não só como registro do trabalho científico atual, mas também como estímulo a novas pesquisas.

Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)
editores do dossiê

ACCERVO

Entrevista

Interview / Entrevista

Os arquivos como vocação e a arquivologia como profissão

O falecimento de **Marilena Leite Paes**, em janeiro de 2020, tirou de cena uma das mais destacadas profissionais da arquivologia na segunda metade do século XX. A intenção de publicar a entrevista realizada em 2006 e 2007, para minha pesquisa de doutorado, tornou-se um dever de memória. Neste depoimento, Marilena Leite Paes reporta-se ao momento de seu ingresso na Fundação Getúlio Vargas (FGV), ao longo processo de institucionalização do sistema de arquivos da fundação, à criação e atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), à luta pela regulamentação da profissão de arquivista e ao papel do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), entre outros temas.

Arquivista e graduada em biblioteconomia pela Universidade Santa Úrsula (USU), Marilena Leite Paes foi funcionária da FGV entre 1954 e 1993. Neste período, idealizou e tornou realidade um padrão de organização e funcionamento do sistema de arquivos que se tornou referência para instituições públicas e privadas. Fez do Arquivo Central da FGV um “centro” de atração de profissionais em busca de capacitação, metodologias e conhecimento das práticas arquivísticas. O trabalho inicial ao lado de Maria de Lourdes Costa e Sousa foi ganhando corpo ao longo dos anos com a formação de uma equipe. Ao preocupar-se com o registro e a sistematização dos

métodos e técnicas adotadas, escreveu um manual e criou as bases para a publicação do seu livro *Arquivo: teoria e prática* (1986), obra seminal e objeto de novas edições e inúmeras reimpressões.

Depois de décadas de dedicação aos arquivos e à documentação na FGV, aceitou o desafio de “tirar do papel” o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). A convite de Jaime Antunes da Silva, então diretor-geral do Arquivo Nacional e presidente do Conarq, Marilena colocou a serviço do novo órgão sua larga experiência técnica e capacidade de gestora, entre 1994 e 2011. As realizações e a dinâmica dos trabalhos do Conarq tiveram, sem dúvida, a marca de suas digitais.

Sua trajetória esteve associada de forma definitiva à excelência do sistema de arquivos da FGV e à criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e da profissão de arquivista. Ao lado de outros nomes da área, foi uma militante incansável na defesa da função dos arquivos na sociedade. Fez parte de uma geração de mulheres que conquistou espaço no mundo do trabalho e descortinou os desafios da gestão dos arquivos. Detentora de conhecimento teórico e prático, Marilena era rigorosa na aplicação dos conceitos e métodos que defendia e disseminava. Muitos profissionais da arquivologia perderam uma mestra. Sua obra, contudo, permanece.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Gostaria de iniciar nossa entrevista pedindo que nos falasse um pouco dos seus pais, sua infância, enfim, sua origem familiar e social.*

[Marilena Leite Paes] Fui criada na cidade do Rio de Janeiro. Meu pai era engenheiro da prefeitura e depois passou a ser do estado e minha mãe, como todas as mulheres da época, era dos “serviços do lar”. Tinha sido professora antes de casar e, depois que casou, parou de trabalhar e ficou tomando conta da casa, dos filhos e do marido. O primário inteiro eu fiz na Urca, no Externato Cristo Redentor, um colégio muito bom. Geralmente seus alunos iam para os grandes colégios do Rio, Sacre Coeur de Marie, Sion, as meninas, e os meninos iam mais para o São Bento e o Santo Inácio. Depois de lá, na época que tinha o admissão, eu passei para o Colégio Sacre Coeur de Marie, e fiquei lá, fiz o ginásio, depois fiz o técnico de secretariado.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Era um bom colégio?*

[Marilena Leite Paes] Tínhamos aula de religião todos os dias, tinha trabalho para fazer, mas não era uma coisa muito rígida. Ele tratava da formação das moças, mas era uma coisa mais liberal do que outros colégios da época. O colégio de freiras sempre tinha aquela coisa de aprimorar a educação das meninas, a gente saía com uma boa formação. Acabei lá o curso de secretariado, e quando eu estava no 3º ano, em outubro [de 1954], eu perdi um irmão, com dez anos de idade. Foi uma bomba atômica na família. Uma coisa muito abrupta. E então foi uma fase difícil, eu já estava pensando em universidade, pensando muito em fazer engenharia, acho que por influência também do meu pai, e eu sempre gostei de matemática, de álgebra.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Seu pai era engenheiro.*

[Marilena Leite Paes] Sim. Eu gostava muito de matemática, ele era um professor que eu tinha dentro de casa, ele era um bom matemático. E eu gostava muito, porque ele era didático. E, por causa da morte do meu irmão, eu fiquei meio perdida. Fiquei muito afetada com isso. O ano começou e eu não fiz o vestibular. Comecei a estudar para um concurso de oficial administrativo na prefeitura. O concurso se realizou e, no meio, foi suspenso por quebra de sigilo. O tempo foi passando e, mais ou menos em outubro, eu fui para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), substituir uma funcionária

que tinha entrado de férias, para ficar um mês e trabalhar no protocolo da FGV. Aí já começa um pouco o início da minha profissão nessa área.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] E como foi essa experiência inicial?

[Marilena Leite Paes] Passado um mês, quando já estava terminando, fui chamada pela direção do órgão – o setor chamava-se Serviço de Comunicações – e recebi o convite para continuar trabalhando na fundação. Nessa altura eu tinha 19 anos. Na época, conversei com meu pai e ele disse: “Aceita. Você vai e depois vê o que faz da sua vida”. Então entrei via protocolo, quer dizer, pelo caminho certo. Comecei pelo protocolo, arquivo corrente e aí fui ficando. Teve um curso de aperfeiçoamento em arquivos com a Maria Luiza Dannemann¹ lá na fundação. Aí comecei a me interessar. Naquela época a FGV tinha muitos convênios com a ONU [Organização das Nações Unidas], com a OEA [Organização dos Estados Americanos], enfim, com universidades da França, da Alemanha, para aperfeiçoamento de pessoal da área de administração, e eu ficava muito preocupada com aqueles convênios, nos quais eu dava entrada no protocolo, registrava, e depois nunca mais via. Então, de vez em quando, eu me perguntava: “O que é que aconteceu com isso?”, ficava preocupada.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Você chegou à FGV em 1955. O que existia em termos de arquivo?

[Marilena Leite Paes] Não tinha nada. Existia o protocolo, que se chamava Comunicações e Arquivo, então não existia nada, na verdade. Existia o protocolo, sim, mas com essa característica da estrutura da fundação, muito individualizada, as coisas iam para os órgãos [escolas e institutos], cada um tomava conta da sua documentação, e não voltava para esse “pseudoarquivo”. A fundação começou a crescer. Não se estudava classificação de documentos, falava-se muito de sistema de protocolo e processos, que era o sistema do serviço público. Estudavam-se os métodos alfabético, geográfico, era bem simples mesmo.

¹ Maria Luiza Dannemann, funcionária do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), fez estágio nos Estados Unidos para conhecer práticas arquivísticas. Ministrou cursos de treinamento em arquivos e atuou no Arquivo Nacional. Durante a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964), participou como docente do Curso de Preparação de Pessoal de Arquivo, em 1959. Integrou o Conselho Deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) na década de 1970 e foi colaboradora da revista *Arquivo & Administração*.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Chegamos ao final da década de 1950. Queria que você falasse sobre a mudança que ocorre. Como foi essa mudança? Tem a chegada da professora Lourdes Sousa Costa, uma pessoa muito importante na sua trajetória.

[Marilena Leite Paes] Passavam pelas minhas mãos papéis importantes, convênios, e não via o fim. “Onde é que está essa documentação?” Comecei a falar com os superintendentes da época. “Doutor Aluísio Guimarães, estou preocupada. Nós temos um nome de protocolo e arquivo, mas eu não tenho o arquivo”. De vez em quando eu ia lá, reclamava, reclamava. Até que um dia, em 1959, mais ou menos julho ou agosto, eu estava na minha sala, quase na hora de almoço, quando entra o presidente Luís Simões Lopes² com os assessores dele, inclusive o doutor Aluísio, que era o superintendente, e doutor Alim Pedro, que era o diretor-executivo. Eu abri um armário, desses de aço, puxei uma pasta, uma pasta grossa. Eu digo: “Isso aqui é uma pasta que tinha 32 documentos, só, mais ou menos, eu guardei o número, isso aqui é o que volta para ser arquivado no chamado ‘arquivo da Fundação Getúlio Vargas’. Mas, o senhor pode ver, o que vem para cá, geralmente, é agradecimento de relatório, de publicações, não tem nada de importante. E isso é uma coisa que me preocupa muito”. Aí, depois é que eu percebi que ele começou a me fazer perguntas, acho que estava me testando, porque quando acabei de falar, ele virou para mim e perguntou: “A senhora não quer fazer o Arquivo da Fundação Getúlio Vargas?”. Eu levei um susto e disse: “Olha, eu até gostaria de fazer, mas eu não sei arquivo para isso”. Eu digo: “Olha, se o senhor não tiver alguém, algum especialista, algum técnico que queira vir para cá fazer, eu vou fazer com muito prazer”. Foi aí que veio a resposta. Na semana seguinte ele mandou a Lourdes [Sousa Costa]³ lá, me chamou e me apresentou. Isso foi mais ou menos em julho, acho, de 1959, e já começamos a trabalhar naquele

² Luís Simões Lopes nasceu em Pelotas (RS), em 1903. Entre 1930 e 1937, foi oficial de gabinete da Presidência da República, colaborando ativamente na reforma administrativa do governo federal, que culminou na criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), do qual foi presidente entre 1938 e 1945. Em 1944, assumiu a presidência da recém-criada Fundação Getúlio Vargas (FGV), cargo que ocupou por muitos anos. Morreu no Rio de Janeiro, em 1994.

³ Carioca, Maria de Lourdes Costa e Sousa nasceu em 1908. Foi admitida pelo Dasp em 1938, por concurso público. Participou de cursos de especialização em arquivos nos Estados Unidos. Atuou como consultora em arquivos empresariais, com destaque na implantação do sistema de arquivos da Fundação Getúlio Vargas. Foi assistente de José Honório Rodrigues na direção do Arquivo Nacional. Ajudou a criar a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2000.

semestre, evoluímos rapidamente, fazendo levantamento em todos os órgãos da fundação.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Ela tinha alguma formação? Como foi o processo de trabalho?

[Marilena Leite Paes] Depois nós começamos a estudar a estrutura da fundação, e a Lourdes, como servidora do Dasp, tinha feito um curso de especialização de arquivista nos Estados Unidos. Sob a presidência de Luís Simões Lopes, o departamento mandou uma pessoa de arquivo, que era a Lourdes, e Janice Monte-Mór,⁴ bibliotecária, para fazer a parte de biblioteca, e mandou o Otto Raulino, que era o arquiteto, para estudar arquitetura de arquivos. Quer dizer, ele era um homem que, naquela época, tinha uma visão já de documentação, um apaixonado por documentação. E aí foi que eu aprendi tudo que eu sei de arquivo, que eu comecei a fazer tudo com a Lourdes, comecei da estaca zero. Nós aprendemos juntas muita coisa. Técnica ela trouxe, mas aprendemos muita coisa. Ah, depois desse curso que ela fez nos Estados Unidos, de dois anos e meio, ela voltou e foi trabalhar na Organização das Nações Unidas (ONU). Foi convidada para trabalhar em arquivos. E aí ela disse assim: “Olha, a estrutura do arquivo de lá deve servir para cá”. Porque a ONU também tinha aquela característica dos departamentos especializados e a fundação tinha institutos, escolas de economia, de administração pública.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Fale um pouco mais sobre a estruturação inicial do Arquivo da FGV.

[Marilena Leite Paes] Depois nós fomos estudar essas fichas [do levantamento]. E aí é que entrou a experiência da Lourdes na ONU. Como é que a gente vai organizar esse arquivo? Vamos fazer um arquivo central?” – que era o modelo da época. Fazer um arquivo só, um protocolo só, aquele sistema de serviço público que era adotado. Mas ela também era uma pessoa meio inconformada e disse: “Não, eu acho que na fundação não

⁴ Jannice de Mello Monte-Mór fez o curso superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1947). Foi bibliotecária da Fundação Getúlio Vargas entre 1947 e 1957. Acompanhada de Lydia de Queiroz Sambaquy, realizou um extenso programa de estudos nas principais bibliotecas públicas e centros de documentação da Europa e da América do Norte, entre 1951 e 1952. Foi vice-presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) entre 1965 e 1966. Foi diretora da Biblioteca Nacional entre 1971 e 1979. Faleceu em 2005.

vai dar não. Eu acho que a gente podia copiar o sistema da ONU”. Aí começamos a trabalhar em cima disso, desse modelo, para ver se daria certo. A gente criaria, em cada um desses grandes órgãos, um arquivo setorial, que na época a gente chamava de Núcleo de Arquivo. Se você pegar a documentação dessa época, vai ver os núcleos de arquivo, seriam os arquivos setoriais de hoje. E começamos a trabalhar sobre essa possibilidade, começamos a cada vez mais ir conversando, aí entramos na fase de entrevista, conversando com os dirigentes, com as pessoas que trabalhavam, o que é que achavam da ideia. Porque também tinha isso, havia uma necessidade de ter junto de si a documentação. A gente não ia fazer um enfrentamento direto. Também tinha essa parte política. Doutor Simões chamou a Lourdes, fez uma portaria me designando, nós fomos fazendo o levantamento. Quando foi chegando perto de novembro – nós fomos trabalhando com aquela documentação levantada, mas a gente queria ver se implantava logo no começo do ano seguinte – quando nós chegamos, mais ou menos, uns dois meses antes do fim do ano, nós pedimos para o doutor Simões baixar uma portaria pedindo que todos os órgãos designassem uma pessoa, pelo menos, para trabalhar com os arquivos. Nós fizemos um curso de treinamento. Não tínhamos nem normas, fizemos umas “norminhas” de como receber, como encaminhar, eram umas três folhinhas do manual, que depois nós transformamos em “manual grosso”. Ainda não tínhamos o código de classificação pronto, mas nós fizemos um treinamento para começar a funcionar no começo do ano.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] O apoio da direção ajudava. E qual foi o passo seguinte? A estruturação do Arquivo Central?

[Marilena Leite Paes] Quando já estava engrenando bem a situação, eu criei o Arquivo Central. Porque o Arquivo Central seria o arquivo permanente, e dentro dele, quer dizer, o coração do arquivo permanente era a coordenação dos arquivos setoriais. Tanto que fiz questão de botá-lo no meio. Quer dizer, ele é o centro. Porque tudo que vai lá para dentro vem de lá. Não é? Então é preciso que ele venha bem arrumado pra depois ser bem guardado no arquivo permanente. A coordenação eu trouxe e implantei ali dentro do arquivo permanente. Aí é que nós fomos conseguindo. Como eu disse, eu fui trabalhando um pouquinho, na medida do possível, com esses arquivos nesses depósitos. Arranjei uma área maior e tivemos de fazer a avaliação dessa documentação acumulada, que nunca tinha sido feita.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Fale um pouco sobre a ideia de criar um sistema de arquivos.

[Marilena Leite Paes] Essa ideia de sistema de arquivo na fundação foi antes da ideia de sistema para o serviço público, do trabalho com sistemas. Então, realmente, foi uma atividade inovadora. Nem se falava ainda de administração por sistemas. Então vai ser separado: você vai descentralizar, mas não pode descentralizar e deixar solto. Primeiro, precisava haver uma harmonia de classificação, tinha que falar a mesma linguagem, trabalhar do mesmo jeito, porque isso um dia iria para um lugar só. A fundação sempre teve uma estrutura específica. Essa estrutura da Fundação Getúlio Vargas determinou a criação de um sistema de arquivos, numa época que não existia, não se falava em sistema, então isso motivou.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Você destacou o aprendizado com a Lourdes Sousa Costa. Mas qual a bibliografia disponível no final dos anos 1950 e início dos anos 1960?

[Marilena Leite Paes] A literatura que tinha o arquivo naquela época, eu não me lembro se ela trouxe, deixou aqui no arquivo, não lembro. Eu me lembro da gente estudando alguns poucos livros que eram: o Manual dos Holandeses, quer dizer, tudo... Era o Manual Holandês que era o básico, o Manual de Schellenberg que também era básico e o que mais? Tinha mais uns dois ou três livros e só. Porque naquela época era difícil importar, era difícil ter tudo. A gente trabalhou muito na base do “erro e do acerto”. Porque não tinha modelo também, para a gente seguir, para a gente visitar. Eu tive dificuldades de literatura, de modelos, de experiências para cortar caminho. Então, eu sempre tive essa preocupação de escrever as coisas. Quando eu fiz a primeira tabela, o primeiro código, eu mandei fazer na gráfica da fundação. Eu tinha uma preocupação, se precisava de vinte códigos, pedia autorização para fazer cem e vender a preço de custo, só para pagar o papel, que se vendia na nossa livraria, para as pessoas que queriam o modelo, e assim foi... Acabou que o código [de classificação] foi incluído no manual que eu fiz com as rotinas. E sempre que eu fazia essa publicação, ou revisava, fazia uma nova edição, tinha a preocupação de fazer a mais para vender na editora. E a nossa tabela [de temporalidade] também, a mesma coisa, quer dizer, é o conjunto, ela integra esse manual. Então, eu tive essa preocupação de fazer para divulgar e oferecer isso como uma experiência, para as

peças poderem dali retomar o caminho, não precisarem começar do zero como eu comecei.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Gostaria que você falasse sobre a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros na década de 1970, para a qual teve um papel importante.*

[Marilena Leite Paes] Eu gosto muito de dar os nomes às pessoas, os méritos que as pessoas têm. A criação, o momento da criação, a inspiração da criação, sem dúvida nenhuma foi do [José Pedro] Esposel.⁵ Ele, na época, era chefe do arquivo do Banco Central, e nós não nos conhecíamos. Um belo dia, eu recebi um telefonema na fundação, e eu já dava uns cursinhos aqui e ali, e ele telefonou para mim, dizendo: “Ah, você não me conhece. Olha, eu estou procurando manter um contato com todas as pessoas de arquivo que eu tenho conhecimento, que estão fazendo algum trabalho especial na área, porque eu estava querendo fazer uma reunião para ver o que é que nós podemos fazer em relação à arquivologia no Brasil, porque ninguém valoriza etc. Então eu queria fazer uma reunião para a gente juntar forças, porque eu estou percebendo que tem pessoas interessadas fazendo trabalhos, mas soltas. Talvez fosse interessante”. Bem, fizemos uma reunião nas instalações do Banco Central, no dia 14 de abril de 1971. O Esposel expôs as ideias dele: “Eu tive conhecimento de vocês, são pessoas que estão fazendo curso, estão fazendo trabalho na área de arquivo... E eu acho que talvez, quem sabe? Se a gente, junto, não poderia fazer alguma coisa para valorizar a nossa profissão de arquivo.” Isso foi no dia 14 de abril. Nós saímos de lá com a decisão tomada de criar uma associação de arquivistas, porque a gente tem que ter um órgão por intermédio do qual a gente possa falar, para conseguir coisas. Individualmente, é difícil. Nós dali já fizemos uma pequena comissão para trabalhar nos estatutos, e acabamos fazendo o registro no dia 20 de outubro.

⁵ Formado em direito (1955) e geografia e história (1959), José Pedro Esposel concluiu o Curso Permanente de Arquivos (CPA) do Arquivo Nacional em 1965. Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) por dois biênios, 1971-1975. Doutor em história (USP, 1974), foi, por muitos anos, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atuou no curso de arquivologia. Funcionário do Banco Central, foi chefe do Arquivo da Diretoria Regional do Rio de Janeiro.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Quem fazia parte desse grupo inicial?

[Marilena Leite Paes] Foi um grupo de idealistas que se reuniu na hora certa, no momento certo e com as pessoas certas. Um acabou saindo, o grupo depois ficou mais reduzido, mas é daquela base inicial que foi construída a sustentação do arquivo. Era muita vontade, era idealismo puro mesmo, a gente acreditava muito naquilo que a gente fazia! A gente até depois brincava que já estava dando certo, de vez em quando, quando nós nos reuníamos, dizíamos assim: “Nós somos um grupo de malucos!”, porque era maluquice mesmo, mas era uma maluquice santa e o negócio acabou dando certo. Mas foi bonito, foi um momento que eu lembro com muita saudade, com muito prazer. Tinha Helena Machado⁶ e Lourdes, porque a Helena foi a terceira [presidente], Esposel foi por dois anos, depois foi Helena, depois fui eu. Porque no núcleo, núcleo mesmo fechado, era o Esposel, Helena Machado, eu, Lourdes e Regina Vieira, mas tem mais pessoas que trabalhavam muito com a gente. A década de 1970 é fundamental, foi o grande arranco. É o que eu costumo dizer, a gente não pode tirar o mérito do Esposel, ele foi realmente fundamental porque tudo surgiu com ele, que um dia resolveu levantar os nomes das pessoas. Então foi um trabalho, realmente, que a gente trabalhava com afinco, com uma vontade, fazia um sacrifício. E até nisso eu tenho que citar o Simões Lopes de novo, porque, quando eu fui presidente, fui conversar e ele me abriu as portas da fundação. Nisso ele cedeu a sala, que ficou lá durante anos, mesmo depois que eu saí, até a Lia [Temporal].⁷ A Astréa de Moraes e Castro⁸ é outra figura importante da arquivologia brasileira. Ela teve

⁶ Helena Corrêa Machado nasceu no Rio de Janeiro, em 1922. Na década de 1940, ingressou na administração pública municipal por meio de concurso público. Bacharela em biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (1962) e mestra em administração pública (1964), assumiu em 1963 a Divisão de Documentação do Estado da Guanabara. Participou do grupo fundador e foi presidente da AAB entre 1975-1977. Foi diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro entre 1984 e 1990.

⁷ Bacharela em biblioteconomia pela Biblioteca Nacional, Lia Temporal Malcher ingressou por concurso público na prefeitura do então Distrito Federal, em 1955, para atuar na área de bibliotecas. Em 1976, assumiu a direção do Arquivo Municipal, onde permaneceu até 1983. Posteriormente, foi diretora-adjunta da Biblioteca Nacional, chegando ao posto de diretora interina no biênio 1989-1990. Foi presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entre 1981-1985 e 1993-1997.

⁸ Astréa de Moraes e Castro ingressou na Câmara dos Deputados em 1960, onde atuou nas seções de expediente, de sinopse e na transferência do órgão para Brasília. Em 1965, prestou concurso público e fez estágio no Arquivo do Itamaraty e no Arquivo Nacional. No início da década de 1970, participou do grupo que criou a AAB e foi diretora do Núcleo Regional de Brasília. Teve uma longa trajetória na Câmara dos Deputados, onde dirigiu o arquivo. Faleceu em 2019.

um papel relevante na aprovação, pelo Conselho Federal de Educação, do parecer autorizando a criação de cursos superiores de arquivos em todo o país.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Um ano depois da criação, vocês organizaram o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Fale um pouco sobre essa “ousadia”.*

[Marilena Leite Paes] Foi mais ou menos assim, uma loucura mansa. Foi feito com muito idealismo. Não tínhamos dinheiro e meia dúzia de associados. Não tínhamos uma empresa para organizar. Contamos com apoios diversos. Uma jornalista do O Globo fazia a divulgação na sua coluna. Por meio do Esposel, conseguimos que o pessoal de artes da universidade fizesse o cartaz com o símbolo do congresso. Conseguimos gratuitamente o Palácio Tiradentes. E, mais uma vez, devemos ao doutor Simões Lopes, porque todo o material, as circulares, trabalhos e toda a programação foram feitos na gráfica da FGV. E foram 1.200 pessoas inscritas, de todo o país!

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *A AAB teve um papel importante por construir uma “agenda” de lutas. Uma delas foi a regulamentação da profissão de arquivista, que acabou acontecendo durante sua gestão na presidência. Hoje, qual a avaliação que você faz?*

[Marilena Leite Paes] Era um processo que vinha e eu tive a incumbência de encaminhar. A Astréa de Moraes me avisou que o Célio Borja, presidente da Câmara dos Deputados, era uma pessoa muito sensível aos arquivos e dava muito apoio ao arquivo da Câmara. Então, um dia eu telefonei para o escritório do Célio Borja aqui no Rio, falei com a secretária e expliquei que estávamos com uma legislação pronta para encaminhar. Para minha surpresa, ela me disse: “Ele vai estar no Rio no dia tal, às tantas horas, a senhora pode vir aqui?”. Eu nem pensei. Falei com a Lourdes: “Você vai lá comigo?” Bem, ele deu atenção total e nós precisávamos de um patrono para poder encaminhar, dar apoio. Deixa eu voltar um pouquinho. Nós estávamos com outra frente aberta, porque a filha do [Ernesto] Geisel, Amália Lucy, era historiadora, e alguém sugeriu: “Por que a gente não entrega o projeto para ela? E assim foi feito. E ele [Geisel] encaminhou para o Congresso. Foi nesse momento que eu conversei com o Célio Borja. Pouco depois, eu e Lourdes fomos a Brasília. Ele marcou uma reunião no Congresso e disse: “Vou fazer o seguinte: eu vou levar

vocês a todos os gabinetes das comissões...”, acho que era das comissões, enfim, eu não me lembro, eu sei que passamos em vários gabinetes. [Ele] nos levou ao [Marco] Maciel, e também ao líder da maioria, que era o José Bonifácio, da Arena, e tinha o da oposição, que era o Tancredo Neves. Não houve problema nenhum. Depois, fomos a Brasília para a cerimônia de assinatura [da lei], convidadas pela Presidência da República. Tudo foi conseguido com entusiasmo.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Mas qual a avaliação que você faz hoje?*

[Marilena Leite Paes] Naquela época, eu fiz o meu papel, levei para adiante a história. Lourdes e eu tínhamos uma preocupação muito grande, porque os cursos de arquivologia ainda não tinham terminado, quer dizer, você estava regulamentando uma profissão que ainda não existia na verdade, você não tinha um corpo. Acho que naquele ano ia sair a primeira turma, a segunda... Mas foi uma questão de se aproveitar uma oportunidade. Nós tínhamos uma preocupação, porque ainda não tinha um corpo de profissionais formados para poder funcionar aquela coisa. Nós tínhamos medo que aquilo pudesse dar na água... Mas depois a coisa cresceu bem. Se você perguntar, acho que foi uma coisa boa.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Mudando um pouco de assunto: como você vê a influência das “escolas” de arquivologia sobre os profissionais brasileiros?*

[Marilena Leite Paes] Acho que foi uma sucessão de escolas. Quando eu comecei nessa área de arquivo o que a gente tinha era francês, era até por uma herança aqui do Arquivo Nacional, que trouxe o Boullier de Branche,⁹ trouxe o Schellenberg também... Depois misturou com o americano. Mas, inicialmente, eu acho que tinha muita influência francesa e, logo em seguida, a influência americana. Então a gente ficou assim. Isso, inclusive, eu me lembro bem. Quando eu fui assinar revistas na Fundação Getúlio Vargas, assinei a *Gazette des Archives* e a revista americana, para ter duas realidades diferentes. Também eram as melhores coisas que havia

⁹ Henri Boullier de Branche era arquivista-paleógrafo e diretor dos Serviços de Arquivos de Sarthe (Le Mans), na França. Durante a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, veio ao Brasil em missão técnico-científica, como expert em arquivos na administração pública. Entre agosto de 1959 e julho de 1960, atuou como docente no Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo e desenvolveu um programa de trabalho que resultou no Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil, publicado em 1960.

na época, eram as duas influências grandes que a gente tinha. Todo mundo tinha essa influência, até mais francesa. A base desse pessoal antigo do Arquivo [Nacional] todo era a base francesa, a Wilma Schaefer¹⁰ a Regina [Alves Vieira],¹¹ todo mundo, a base era a escola francesa, até por causa da influência do Boullier de Branche, depois veio o Schellenberg. Mas o Boullier trabalhou aqui, ele fez um inventário. Enfim, e durante muito tempo eram essas duas escolas. Depois começou a despontar o Canadá. Teve uma época que foi até curioso, eu não posso precisar o tempo. Na mesma época que começou a florescer muito o Canadá, a se destacar bastante, o arquivo americano estava meio quieto, passou um tempo assim, parece que hibernando, não apresentava grandes novidades. E depois do Canadá, mais recentemente, a Austrália. A Espanha tem também muita influência na escola em São Paulo.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Você conheceu Celina Vargas do Amaral Peixoto na FGV, onde ela criou o Cpdoc no início da década de 1970. Como você acompanhou a gestão da Celina no Arquivo Nacional na década de 1980?*

[Marilena Leite Paes] É um marco, um divisor de águas com certeza. Foi um salto para um futuro, porque saiu de uma mentalidade para uma visão. A Celina¹² tinha uma visão ampla, do mundo, inclusive, a própria formação profissional dela. E depois a experiência dela com o Cpdoc [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil] teve uma ligação mais direta com essa parte da documentação, mas ela tinha na veia uma coisa importantíssima que fez mover a mola: o dom da política. Então ela removeu obstáculos enormes que, às vezes, para outras pessoas, que podiam até ter vontade, eram mais difíceis. Ela conseguiu

¹⁰ Wilma Schaefer Corrêa foi documentalista do Arquivo Nacional, onde ocupou vários cargos, entre eles o de chefe do Serviço de Registro e Assistência. Participou do Estágio Técnico Internacional de Arquivos, nos Arquivos Nacionais da França, Paris. Integrou a diretoria e o conselho deliberativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) entre 1971 e 1981.

¹¹ Regina Alves Vieira foi documentalista do Arquivo Nacional, onde ocupou vários cargos, entre eles o de chefe da Seção dos Ministérios e chefe substituta do Serviço de Documentação Escrita. Participou do Estágio Técnico Internacional de Arquivos, nos Arquivos Nacionais da França, Paris. Foi presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) no biênio 1979-1981.

¹² Celina Vargas do Amaral Peixoto graduou-se em sociologia pela PUC-Rio e fez doutorado pela Sorbonne, França. Foi fundadora e diretora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre 1980 e 1990, foi diretora-geral do Arquivo Nacional. Foi diretora-geral da FGV entre 1990 e 1997 e diretora técnica do Sebrae (RJ) entre 1999 e 2006.

recursos. Trouxe estrangeiros para cá, trouxe equipe nova, gente nova, investiu em capacitação. Realmente a presença dela foi fantástica. Eu acompanhei um pouco de longe e um pouco de perto, porque em algumas ocasiões ela me chamava para participar de algumas reuniões. Quando na hora da Lei [de Arquivos], eu fui a várias reuniões.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Você acompanhou a elaboração do projeto da lei?*

[Marilena Leite Paes] Sim. Porque já existia um Sistema Nacional de Arquivos, mas era um sistema que não tinha condição de funcionar. Por quê? Só o arquivo permanente era do Arquivo Nacional. Isso foi até motivo de um trabalho que apresentei na abertura do Congresso [Brasileiro de Arquivologia], no Hotel Glória. Foi a questão desse conflito de legislação. Ficou inviabilizado. Usei uma expressão: “paralisado no tempo”. Era como se fosse um monstro com duas cabeças. Mesmo depois [da Lei de Arquivos], houve um momento difícil. Tínhamos o Siga [Sistema de Gestão de Documentos da Administração Pública Federal] e ainda outros sistemas, que eram o Sisp [Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação] e o Sisg [Sistema de Serviços Gerais], no Ministério da Gestão. Tivemos várias reuniões e foi difícil conseguir fazer o Siga sair. Eles estavam agarrados àquele sistema. O protocolo ainda ficou lá, e não dá mais para interferir. Mas foi uma luta muito grande que aconteceu nessa época. Então, o que a Celina conseguiu com a lei n. 8.159 foi fundamental: reunir as fases do arquivo. Eu costumo dizer até: “Olha, isso aí a gente divide para trabalhar, sabe? É a mesma coisa de um móvel grande, você divide em três, quatro, fica mais leve, mas é um armário só”.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Desde 1994 você vem atuando junto à direção-geral do Arquivo Nacional na coordenação das ações de implantação e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). O que acha da lei n. 8.159? Como vê o papel do Conarq?*

[Marilena Leite Paes] Acho que ela pode ser aperfeiçoada. Mas é uma boa lei. Também penso que é uma questão de evolução, nem acho que esteja nesse momento [de mudança]. Mas o Conarq deveria ter mais autonomia, porque vinculado ao Arquivo Nacional é meio complicado, não tem orçamento, não tem quadro de pessoal. Na época que eu vim para cá, andei recolhendo esses regimentos de conselhos para estudar. Geralmente esses conselhos são vinculados ao ministério... O presidente é o ministro,

entendeu? Agora, eu acho que o grande avanço do Conarq, para mim, foi a sensibilização das pessoas, mesmo das próprias autoridades. Lógico que não é geral ainda, tem muita gente que não valoriza o arquivo, mas eu sinto um interesse cada vez maior, as pessoas querendo entender o que é isso, o que é arquivo... Eu acho que, nesse ponto, o papel, a missão do Conarq está sendo cumprida, como definir as políticas e consultas, às vezes muito importantes. As pessoas nos procuram porque sentem que nós somos abalizados.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *A questão é chegar aos dirigentes, convencê-los.*

[Marilena Leite Paes] Aos dirigentes. A nossa preocupação é muito disso. Agora, nós temos uma meta que ainda está por alcançar, que é muito complicada. De um modo geral, num balanço geral, como você disse, é isso. Eu acho que, hoje em dia, é difícil você encontrar alguém nesse país que não sabe o que é Arquivo [Nacional], o que é Conarq, principalmente. Algumas pessoas já me disseram isso: “Marilena, às vezes as pessoas não sabem o que é o Arquivo [Nacional], mas o Conarq, sabem”. E conseguimos, estamos conseguindo, aos poucos, desacomodar um pouco as pessoas.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Qual é, na sua visão, a questão central dos arquivos ou da arquivologia? É possível dizer?*

[Marilena Leite Paes] Eu acho que a avaliação é a questão central da arquivologia, e na minha cabeça ela é. Se você resolver bem em classificação e avaliação, os problemas de arquivos desaparecem todos, porque, veja bem, o que é um arquivo permanente? É o resultado que vem do corrente. Se ele já vem organizado, avaliado, selecionado, depurado, você faz um arquivo permanente com um pé nas costas, não vai ter problema! Hoje você tem problema porque é tudo desorganizado, não tem nada classificado, não tem nada avaliado. Eu acho que realmente é o ponto. Essa questão da classificação e da avaliação, acho que elas trabalham juntas, e que é muito difícil, porque você pode ter um quadro de classificação muito bem feito, mas tem que saber interpretar. A base da classificação é a boa interpretação. Então a classificação é complexa por isso, porque varia, tem uma parte subjetiva. Mas o cerne da questão é: o que é que essa pessoa quer com essa documentação? Qual foi a intenção dela ao fazer isso? Essa finalidade é que você tem que ter o cuidado de observar. É lógico que é preciso fazer

uma remissiva, mas não é todo dia, nem toda hora. Para isso, você tem que conhecer muito bem a instituição. No caso da fundação, por exemplo, a gente tinha classes de economia, classes de assunto; tinha toda a parte de ensino; de assistência técnica; de editoração, publicações. Não quer dizer que eu tenha que ter uma economista para fazer uma boa classificação, não quer dizer que eu tenha que ser uma doutora, uma mestra em administração para fazer, mas eu tenho que lidar com aquilo com bom senso, não é só o bom senso. Tem que conhecer um pouquinho, sim!

[Paulo Roberto Elian dos Santos] *Gostaria que falasse um pouco sobre as tabelas de temporalidade, já que falamos de classificação e avaliação.*

[Marilena Leite Paes] A tabela de temporalidade é imprescindível, mas nunca esqueçam que ela não é fatal, tem que ser atualizada. Você tem que sempre analisar. Ela dá o roteiro para você, mas não é fatal. O fato de dizer seis anos, sete anos, dez anos, não necessariamente tem que ser aquilo, pode ser vinte, pode até virar permanente. Então é um parâmetro. Avaliação é isso. Eu acho que uma tabela não é um ponto final das coisas, ela é um parâmetro que você usa. Por isso você ficar assegurando que o documento já nasce classificado e avaliado é perigoso, porque leva as pessoas a ficarem muito bitoladas. Ainda sobre avaliação, lembro de um trabalho que a Rosely Rondinelli¹³ apresentou, e que achei muito interessante. São dois arquivistas, Maynard Brichford e Leonard Rapport, se não me engano americanos, que ajudam nesse conceito mais antigo de avaliação.¹⁴ São dois conceitos mais modernos, que ajudam muito. Eu nunca tive problema nenhum com relação à avaliação, com essa dicotomia de historiador, seja lá do que for. Sempre foi muito claro... Eu defini assim: primário é aquilo para que eu fiz. Se eu fiz esse documento para consertar aquela chave, o primário é esse, é consertar a chave. Depois mais alguma

¹³ Graduada em história e arquivologia e doutora em ciência da informação (Ibict/UFF). Atuou como arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) desde 1983, quando ingressou no Arquivo Histórico da instituição. Em 1994, assumiu a chefia do Serviço de Arquivos do Museu do Índio/Funai. Regressou à FCRB no ano de 2007, passando a integrar a equipe do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Aposentada da FCRB, integra o Caribbean and Latin America InterPARES Dissemination – CLAID TEAM, do Projeto InterPares.

¹⁴ O trabalho de Rosely Rondinelli ao qual Marilena Leite Paes se refere é “Avaliação de documentos: o desafio maior”, apresentado na sessão plenária sobre avaliação de documentos durante o X Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em São Paulo, em 1994. Participaram ainda da sessão Nilza Teixeira Soares, Frederico Silveira Santos, Manuel Vázquez e Maria Izabel de Oliveira. Posteriormente, o trabalho foi publicado no Boletim da AAB.

coisa, é o valor secundário. Agora, eu acho que é difícil, às vezes, as pessoas entenderem esse valor secundário, porque tem gente que acha que tudo é, e tem gente que acha que nada é. Como sempre, a virtude fica no meio. Então esse é o problema da seleção, da avaliação. Esse é o segredo da avaliação, você encontrar o ponto. Você vai fazer uma avaliação, vai guardar uma montanha de papel, porque, um dia, alguém pode pensar e perguntar alguma coisa, é completamente fora de propósito. Então eu acho que esses dois conceitos são duas perguntas, que toda vez que a gente tem dúvida pode se perguntar: isso é concebível? É, até que é. Mas é realizável? Vale a pena? Até o custo físico, o custo financeiro de guardar uma montanha de documentos... Porque quanto mais você guarda, mais é difícil achar o que é importante também.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] O termo “gestão” hoje é amplamente utilizado na área dos arquivos. Ele alcança diferentes etapas e atividades. Como você vê isso?

[Marilena Leite Paes] Quando a gente fala hoje em dia de gestão, eu acho que o conceito é mais completo. Naquela época, era mesmo arquivo corrente, porque era mesmo arroz com feijão. Gestão é mais completo, eu acho que hoje é mais gestão, sim, e o arquivo corrente está misturado no meio. Porque naquela época o arquivo corrente era mais ou menos organizar a documentação corrente, classificar, emprestar. Hoje em dia a visão é bem mais ampla, inclui a conservação, a informática. Então a gestão pega tudo, tudo está relacionado, eu acho que tem que ter a gestão mesmo, está tudo muito intrincado. E atualmente eu já acho que gestão é tudo, não é só de arquivo corrente. Se eu tenho um programa de gestão de documentos, tem arquivo corrente, tem intermediário, permanente, tem tudo o que você quiser, mas o programa é de gestão... Porque tudo está relacionado.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] A classificação é uma das funções arquivísticas. Sobre ela existem muitas discussões de natureza teórica e metodológica. Você poderia falar um pouco sobre a classificação e as diferentes “escolas” arquivísticas?

[Marilena Leite Paes] Por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, numa grande parte do Sul, Sudeste, tirando São Paulo, a gente fala muito em assunto de arquivo. Se você falar em assunto de arquivo, o pessoal de São Paulo grita: “Arquivo não tem assunto. Não se usa assunto em arquivo!”

É uma posição equivocada. Eu já fiz uma pesquisa, no próprio livro do Schellenberg, *Arquivos Modernos*, ele fala muito em assunto. Até mesmo quando faz uma descrição de organização, mas uma descrição de documentação de arquivo permanente, ele fala nos fundos, fala nas séries, fala em assunto. Parece que você está falando em pecado mortal, entendeu? Você pega um código de classificação em São Paulo, uma tabela, eles botam lá: função, atividade. E eu já disse para eles: “Quando a gente fala ‘assunto’ é a função. Muda o nome, mas na verdade é isso!” Quer dizer, você não chega num arquivo corrente: “Ah, eu quero a documentação da função do pessoal, eu quero da função...” “Qual é a função que você quer?”. A pergunta normal é: “Qual é o assunto que você quer?”. Você não pergunta: “Qual é a função?”, não é? “É escala de férias?”. É aquele documento que você fala isso. É claro que está implícito. Dentro de quê? De uma função, de uma atividade pessoal.

[Paulo Roberto Elian dos Santos] Sua trajetória profissional por quase quatro décadas foi toda realizada na Fundação Getúlio Vargas. Como foi receber o convite do Arquivo Nacional?

[Marilena Leite Paes] Foi muito engraçado. Ele [Jaime Antunes]¹⁵ me telefonou. Eu saí da fundação no dia 31 de dezembro de 1993. Não disse nada para ninguém que tinha saído. Eu estava pensando o que ia fazer da minha vida, e um belo dia, mais ou menos em fevereiro de 1994, recebo um telefonema do Jaime: “Marilena, estou acabando de saber que você saiu da fundação. Não acredito!” Fiquei lá 38 anos! Eu disse: “Pode acreditar que saí numa boa, como eu queria”; ele se virou e disse: “Marilena, você não quer vir trabalhar no Arquivo Nacional?”. Ele tinha uma chefia disponível no setor de informática, ou outro nome, logística, em razão da saída de uma funcionária para morar em outro estado. Eu disse que não pretendia chefiar mais nada e agradei a lembrança do meu nome. Ele então disse assim: “Mas eu tenho outro cargo. Você sabe, o Conarq está no papel, eu queria instalar o conselho. Como você tem experiência com sistema, eu queria saber se você gostaria...”. Isso me interessava. Ele logo me passou inúmeros projetos e comecei efetivamente em julho. Em 15 de

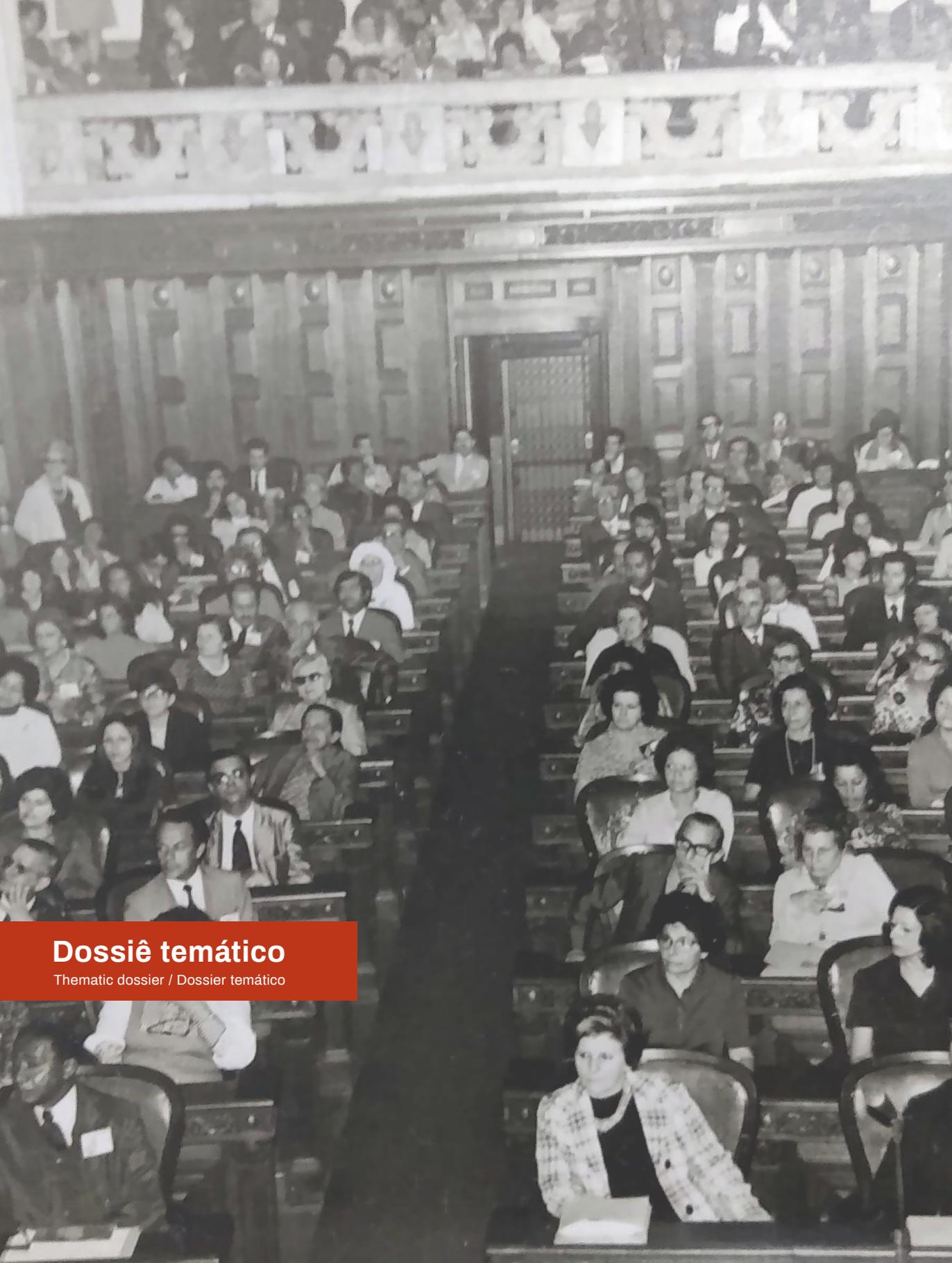
¹⁵ Jaime Antunes da Silva é bacharel em arquivologia pelo Arquivo Nacional (1971) e bacharel e licenciado em história pela UFRJ (1978). É professor do curso de história da Uerj. Ingressou no Arquivo Nacional em 1965 e foi diretor-geral de 1992 a 2016. Foi presidente do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) de 1994 a 2016. Foi presidente da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA) de 2005 a 2007 e de 2011 a 2015.

dezembro de 1994, instalamos o Conarq. Foram seis meses. Era muita coisa nova do ponto de vista do escopo da ação. Com relação à segunda parte da conversa, eu nunca perguntei isso a ele, mas acho até que ele queria mesmo era que eu viesse coordenar o Conarq.

Entrevista realizada em 15 de agosto de 2006 e 23 de janeiro de 2007, na sede do Arquivo Nacional, por Paulo Roberto Elian dos Santos.

Referências

- INSTITUTO Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro: IBB, 1971.
- CASTRO, Astréa de Moraes e. *Arquivologia: sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 2008.
- MARQUES, Angelica A. da C.; RODRIGUES, Georgete M.; SANTOS, Paulo R. E. dos (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB; Faperj, 2014.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da. *História e memória do Arquivo Central da FGV*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.



Dossiê temático

Thematic dossier / Dossier temático

A formação de pessoal em arquivologia na Bahia

Marcos históricos e institucionais

Personnel training in archival science in Bahia: historical and institutional landmarks
Formación de personal en archivología en Bahia: hitos históricos e institucionales

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora associada do Instituto de Ciência da Informação da Ufba, Brasil.
teresanb.matos@gmail.com

RESUMO

O artigo objetiva contribuir para a historiografia da formação em arquivologia na Bahia, com ênfase nos marcos históricos da gestão L. H. D. Tavares (1959-1969) no arquivo público do estado. Com base em pesquisa documental no fundo Arquivo Público do Estado da Bahia, busca demonstrar protagonismo semelhante ao exercido pelo Arquivo Nacional na institucionalização da formação em arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivologia; formação em arquivologia; Arquivo Público do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the historiography of training in archival sciences in Bahia state, with an emphasis on the historical landmarks of the administration of L. H. D. Tavares (1959-1969) at the state public archive. Based on documentary research in the Arquivo Público do Estado da Bahia fond, it seeks to demonstrate a similar role to that exercised by the Arquivo Nacional in the institutionalization of education in archival sciences in Brazil.

Keywords: archival sciences; training in archival science; Arquivo Público do Estado da Bahia.

RESUMEN

El artículo pretende contribuir a la historiografía de la formación en archivología en Bahía, con énfasis en los hitos históricos de la gestión de L. H. D. Tavares (1959-1969) en el archivo público del estado. Con base en la investigación documental del fondo Arquivo Público do Estado da Bahia, busca demostrar un papel similar al que ejerció el Arquivo Nacional en la institucionalización de la formación en archivología en Brasil.

Palabras clave: archivología; formación em arquivologia; Arquivo Público do Estado da Bahia.

A trajetória histórica e institucional da formação universitária em arquivologia no Brasil tem sido objeto de pesquisa permanente, em âmbito nacional e internacional. Segundo Bottino (1994, 2014); Estevão; Fonseca (2010); Fonseca (2005); Lousada (2015); Marques (2007, 2013); Marques; Rodrigues; Nougaret (2018); Santos; Lima (2016); e Schmidt (2015), é possível afirmar que o Arquivo Nacional (AN) desempenhou um papel significativo e importante no processo histórico de construção da formação universitária em arquivologia no Brasil. Remonta ao século XIX, nos regulamentos do AN de 1876 e 1893, em que consta o registro da necessidade de formar pessoal habilitado para o tratamento técnico dos documentos custodiados (Marques, 2013, p. 166). Contudo, deve-se esclarecer que apenas no século XX, em 1911, a instituição manifestou preocupações mais consistentes em relação à formação de pessoal especializado (Marques, 2013, p. 167). Fato que pode ser observado no artigo 10 do decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, que instituiu o curso de diplomática (Mariz; Silva, 2011, p. 335).¹

Em pouco mais de uma década, em 1922, os artigos 55 e 56 do decreto n. 15.596, de 2 de agosto, dispunham sobre a criação do curso técnico de arquivos para atender às demandas institucionais de formação do AN, da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional (Bottino, 2014, p. 22). Embora regulamentado, o curso do AN não chegou a funcionar (Marques, 2013, p. 170). Outra década se passou e, em 1931, o decreto n. 20.673, de 17 de novembro, ratificou a regulamentação do curso técnico “destinado à formação teórico-prática de funcionários de arquivo” (Marques, 2013, p. 172). Ao longo de três décadas, aproximadamente, os diretores do AN concentraram esforços para implantar o curso, sem obter êxito. A opção de formação para os funcionários eram os cursos avulsos, ocasionalmente promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (Idort-SP) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Oliveira, 2014, 52-53). Em atendimento às reivindicações constantes, a partir de 1958, na gestão do professor José Honório Rodrigues (1958-1964), no ano de 1960, mediante o decreto n. 44.682, de 21 de novembro, o AN passou a manter cursos avulsos, em técnicas de arquivo, e regular – o Curso Permanente de Arquivos (CPA) (Marques, 2013, p. 179-180). A

¹ Tratava-se de “um curso de diplomática, em que se ensinarão a paleografia com exercícios práticos, a cronologia e a crítica histórica, a tecnologia diplomática e regras de classificação [...]” (Brasil, 1911).

partir desse momento, a arquivologia no Brasil começou a receber um tratamento científico, propiciando a expansão do conhecimento na área (Bottino, 1994, p. 13-14).

Passados 12 anos, o Conselho Federal de Educação, em 1972, concedeu às universidades brasileiras, por meio do decreto n. 212, de 7 de março, autorização para criar cursos de graduação em arquivologia (Britto, 1999, p. 53). Em 28 de setembro de 1973, o AN e a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) assinaram um termo de acordo que elevou o CPA ao status de nível superior e o certificado de conclusão foi declarado com mandato universitário. Portanto, o CPA conquistou o lugar de primeiro curso superior de arquivologia reconhecido no país (Marques; Rodrigues, 2008, p. 7). Em 1977, o CPA, sob a denominação de Curso de Arquivologia,² foi transferido para a Federação das Escolas Federais de Ensino Superior do Rio de Janeiro,³ que deu origem à Universidade do Rio de Janeiro, atual Unirio (Mariz; Silva, 2011, p. 337).

Conhecendo a influência histórica que o AN exerceu sobre a formação de quadros na área de arquivologia no cenário nacional, identificou-se protagonismo semelhante no Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb). Diante do contexto apresentado, formulou-se a seguinte pergunta: como a formação de pessoal em arquivologia no âmbito do Apeb influenciou o surgimento do curso universitário de arquivologia criado na Universidade Federal da Bahia (Ufba) em 1998, oferecido pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI)?⁴ Entende-se que a melhor hipótese para explicar o surgimento do curso de arquivologia na Ufba foi a criação do Curso de Arquivo (CA), anexo ao Apeb, que representou o embrião da institucionalização acadêmica da arquivologia na Bahia, assim como o CPA inaugurou “a institucionalização acadêmica dos cursos de arquivologia no Brasil” (Marques, 2007).

Este artigo pretende contribuir para a historiografia da formação de pessoal em arquivologia na Bahia, com ênfase nos marcos históricos e institucionais identificados entre os anos de 1959 e 1969,⁵ durante a gestão

² De acordo com o decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977.

³ Em 5 de junho de 1979, por meio da lei n. 6.655, a fundação foi institucionalizada com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

⁴ Criado pela resolução n. 7, de 12 de março de 1998, do Conselho Universitário da Ufba. O ICI originou-se da antiga Escola de Biblioteconomia da Bahia, fundada em 1948, e integrada à Universidade da Bahia, em 1954, com a denominação de Escola de Biblioteconomia e Documentação (Toutain; Varela; Abreu, 2011, p. 11).

⁵ Corresponde ao mandato dos governos Juracy Magalhães (1959-1963), da União Democrática Nacional (UDN); Antônio Lomanto Júnior (1963-1967), do Partido Liberal (PL); e

do professor Luís Henrique Dias Tavares⁶ na direção do Apeb. O estudo desenvolvido caracteriza-se como exploratório e descritivo, fundamentado em pesquisa documental nos originais manuscritos, datilografados e impressos que integram o fundo Apeb, custodiado pelo próprio Apeb, unidade da Fundação Pedro Calmon.⁷ O acesso às fontes documentais possibilitou o levantamento, a seleção e a análise dos dados, notadamente as correspondências recebidas e emitidas, além dos relatórios anuais de atividades. Soma-se, ainda, a consulta à legislação estadual (leis, decretos e portarias) (Matos, 2018, p. 147-149).

Marcos históricos e institucionais

Desde quando tomou posse na direção do Apeb, em abril de 1959, o professor Luís Henrique defendeu, insistentemente, a formação de pessoal especializado em arquivologia na Bahia, em nível superior, promovida mediante convênio com a então Escola de Biblioteconomia e Documentação⁸ (EBD) da Universidade da Bahia (UB), atual ICI da Ufba. A proposta constou do *Plano de trabalho para o Arquivo Público da Bahia* (Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1959), apresentado pelo mesmo ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Pedro Manso Cabral.⁹ Pressuposto para viabilizar a “elevação do padrão técnico e cultural do pessoal do Arquivo” e, assim, assegurar as reformas constantes no referido *Plano de trabalho*. Deram-se, de início, as providências administrativas no sentido de obstruir a “velha prática” das transferências de funcionários da Imprensa Oficial, do Conselho Penitenciário, do

Luís Viana Filho (1967-1971), da Aliança Renovadora Nacional (Arena) (Matos, 2018, p. 153).

⁶ Nasceu na cidade de Nazaré, Bahia, em 25 de janeiro de 1926. Bacharel e licenciado em geografia e história pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade da Bahia, doutorou-se em história por concurso de livre-docência, com tese, prova escrita e oral (1948-1951). Ocupou a cadeira n. 1 da Academia de Letras da Bahia. Sua trajetória intelectual, política e profissional esteve dedicada ao fortalecimento da cultura historiográfica na Bahia e no Brasil (Matos, 2018, p. 152). Faleceu em 21 de junho de 2020.

⁷ No ano de 2002, em razão de reforma administrativa por meio da lei n. 8.538, de 20 de dezembro de 2002, o Arquivo Público passou a integrar a estrutura da Fundação Pedro Calmon, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

⁸ Os estudos sobre informação na Bahia tiveram início com a criação do curso de biblioteconomia, em 12 de março de 1942, uma iniciativa da engenheira Bernadete Sinay Neves. A primeira instalação do curso foi no prédio da Biblioteca Pública. Em 1948, a Escola de Biblioteconomia da Bahia foi instituída, após a transformação do curso em escola (Toutain; Barreto, 2010, p. 170).

⁹ Carta-ofício 33 ASC. Fundo Apeb, custodiado pelo Apeb/FPC. Considerando-se que a pesquisa documental foi realizada no mesmo fundo documental, a custódia não será referida nas próximas notas explicativas.

Instituto de Preservação e Reforma e de outros serviços da Secretaria do Interior e Justiça para o Arquivo. Paralelamente, atuou-se na formação de pessoal na área de arquivologia, reconhecida como estratégica para qualificar o tratamento técnico do acervo documental custodiado, por meio da aplicação de princípios arquivísticos contemporâneos, de forma a atender a administração pública com eficiência e rapidez (Diretoria do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1959, p. 5).

Na perspectiva de iniciar o programa de aperfeiçoamento técnico de pessoal do Arquivo Público, foram concentrados esforços para se obter uma bolsa de estudos para que a servidora Lucy Girardi Reis¹⁰ participasse do curso de aperfeiçoamento promovido pelo AN, em 1959, com aulas ministradas pelo arquivista francês Henri Boullier de Branche.¹¹ Importante registrar sua inegável influência na formação dos profissionais do AN e de outras instituições que se fizeram representar no referido curso (Santos, 2014, p. 40-41). A Bahia foi sim beneficiada por influências de Boullier de Branche e, mais ainda, pela sua presença em Salvador em fevereiro de 1960.¹²

Os documentos que compõem o fundo Apeb registram o intenso trabalho do professor Luís Henrique para habilitar o corpo técnico do próprio Apeb e dos funcionários, arquivistas, vinculados a órgãos e entidades da administração pública estadual, sem deixar de reconhecer o esforço empreendido pelos seus antecessores, desde 1948.

Curso Extraordinário de Arquivologia

O Curso Extraordinário de Arquivologia (CEA), criado na gestão do então diretor do Apeb Alfredo Vieira Pimentel (1935-1953), foi oficializado pela portaria n. 5, de 14 de maio de 1948 (Bahia, 1948b, p. 3.494-3.495), que estabeleceu instruções reguladoras para seu funcionamento, em vista do disposto no item 49 da portaria n. 25, de 3 de abril de 1948, do Departamento do Serviço Público (DSP) (Bahia, 1948a, p. 2.729-2.731). De acordo com o item, o DSP “poderá atribuir validade a cursos mantidos pelas repartições públicas do estado, desde que eles se submetam às condições previstas nas presentes instruções gerais”.

¹⁰ Admitida pela portaria n. 101, de 6 de novembro de 1945.

¹¹ Chefe dos Archives Départementales de la Sarthe, de 1948 a 1963.

¹² Correspondência de Lucy Girardi Reis, de 16 de fevereiro de 1960, dirigida ao diretor do Apeb. Fundo Apeb.

O CEA a que se refere a portaria n. 5, de 1948, tinha por finalidade proporcionar aos servidores estaduais, com exercício na área de arquivos, conhecimentos indispensáveis ao desempenho de suas funções, dotando o estado de um corpo de arquivistas especializados. A estrutura do curso consta do Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do Curso Extraordinário de Arquivologia

Cadeira	Docente
Arquivística	Maria do Carmo Pondé
Diplomática	
Paleografia	
História Geral e do Brasil	Brás Hermenegildo do Amaral
Direito Administrativo	Demétrio Cyriaco Ferreira Tourinho
Notariado	

Fonte: elaborado pela autora com base nas portarias n. 6, n. 7 e n. 8, publicadas em 19 de maio de 1948, no *Diário Oficial do Estado da Bahia*.

Compreendia seis cadeiras com noções de arquivística (organização e administração de arquivos), paleografia, diplomática, história geral e do Brasil, direito administrativo e notariado (Bahia, 1948b, p. 3.495). Tinha a duração de seis meses. A conclusão do curso estava condicionada à obtenção de um coeficiente mínimo nas provas.

O ingresso no curso ocorria mediante uma prova de habilitação que versava sobre conhecimentos gerais, correspondendo, à época, ao nível do quarto ano secundário. Podiam inscrever-se funcionários públicos efetivos, interinos e extranumerários, além de os demais interessados da sociedade civil, condicionados à aprovação do diretor da Divisão de Pessoal do DSP. Anualmente, um edital de abertura de inscrição de curso era publicado no *Diário Oficial do Estado da Bahia*.¹³ Em 19 de fevereiro de 1951, por meio da lei n. 383, foi autorizada a abertura de crédito especial para pagamento de professores do CEA.

¹³ Foram identificados editais de abertura de inscrição no curso nos anos de 1948, 1949, 1950, 1952 e 1953.

Em abril de 1951, o curso passou a ser realizado em dois períodos. No primeiro constavam quatro matérias: organização e administração de arquivos (arquivística, classificação e catalogação), noções de estatística, história geral e do Brasil e noções de direito administrativo. O segundo, também com quatro matérias, compreendia noções de paleografia, diplomática, história administrativa do Brasil e de Portugal e notariado. A primeira parte do curso, considerada básica, correspondia ao programa do curso para arquivistas e auxiliares de arquivo. Os dois períodos mencionados correspondiam ao programa para arquivologistas. Para cursar apenas o primeiro período, exigia-se uma prova de habilitação de português e aritmética, equivalendo ao nível de segundo ano ginasial. Quanto ao ingresso para cursar os dois períodos, era necessário a apresentação de diploma ginasial ou de curso de professor.

Em correspondência encaminhada ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, doutor Martinelli Braga, expondo a importância de aperfeiçoar os trabalhos de arquivo na Bahia, o professor Luís Henrique registrou que a dedicação e o espírito inovador da ilustre arquivista Maria do Carmo Pondé foram determinantes para assegurar a realização do CEA. Inclusive, a mesma foi designada professora-chefe do CEA, pela portaria n. 17, de 16 de julho de 1952. A título de ilustração, apresenta-se o registro fotográfico oficial da primeira turma de arquivologistas do CEA, formados durante o governo Otávio Mangabeira (1947-1951).



Figura 1 – Arquivologistas de 1948. Fonte: Fundo Apeb, FPC/Secult

A Figura 1 destaca as autoridades governamentais, professores e formandos vinculados ao referido curso, no ano de 1948. Nos anos que se seguiram, procurou-se dar continuidade ao curso. Contudo, a falta de recursos humanos especializados em arquivologia, no estado da Bahia, para ministrar as aulas passou a se constituir em uma dificuldade constante.

Interloquções nacionais e internacionais

As correspondências consultadas mostram com clareza que Luís Henrique Dias Tavares e José Honório Rodrigues, este à época diretor do AN, permaneciam em sintonia e comungavam objetivos semelhantes. Ambos historiadores, esses diretores planejaram investir em ações que poderiam ter revertido o quadro de deficiência institucional diagnosticado, posicionando o Apeb e o AN como modelos de modernização institucional compatível com uma instituição arquivística, no sentido americano e europeu da expressão (Santos; Lima, 2016). A dificuldade, contudo, era de toda ordem, porque o “importante papel do arquivo no funcionamento do governo e na vida cultural da nação não era adequadamente reconhecido” (Schellenberg, 2015, p. 292).

Em meio a esses desafios havia algo favorável. A importância institucional conferida ao Arquivo por secretários de estado – entre os quais se destacavam Josafá Marinho (1959-1960), Pedro Manso Cabral (1960-1963), Jorge Calmon Muniz de Aragão (1963-1966), Alaor Metzker Coutinho (1966-1967), Luiz Navarro de Britto (1967-1969) e Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971) – e, também, pelos governadores Juracy Magalhães, Antônio Lomanto Júnior e Luís Viana Filho (Mello, s.d.). Essa afirmação fundamenta-se no teor das correspondências mantidas por Luís Henrique com as autoridades citadas (Matos, 2018, p. 154).

Nas correspondências dirigidas às autoridades do governo do estado da Bahia, foi possível observar que o professor Luís Henrique manifestava a mesma opinião de Henri Boullier de Branche¹⁴ quanto a existir uma relação direta entre a formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados, e o “futuro dos arquivos brasileiros” (Boullier de Branche, 1975, p. 10-12). Por esse motivo, a formação de quadros do AN e dos estados passou a se constituir em uma pauta prioritária (Boullier de

14 Expressa no Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil, apresentado, em 1960, ao diretor do Arquivo Nacional do Brasil, professor José Honório Rodrigues. O referido relatório foi reeditado, em 1975, na gestão do diretor do Arquivo Nacional Raul Lima, considerando a pertinência e atualidade do conteúdo.

Branche, 1975, p. 30). Fato demonstrado por meio de negociações junto aos reitores da UB e aos professores Edgard Santos (1946-1961) e Albérico Fraga (1961-1964),¹⁵ com o propósito de “importar” professores estrangeiros para o Curso de Arquivo (CA), em nível superior.

Em 26 de fevereiro de 1960,¹⁶ o professor Luís Henrique dirigiu correspondência à professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho,¹⁷ diretora da EBD (1956-1968), da UB, informando que o secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Josafá Marinho, estava ciente das conversações empreendidas entre a EBD/UB e o Apeb sobre a realização do CA. Na oportunidade, mencionou que o Apeb tinha “o maior interesse em patrocinar” a iniciativa. Comprometeu-se a suplementar os vencimentos dos professores das matérias de paleografia, restauração, técnica de arquivo, catalogação pela Classificação Decimal Universal (CDU) e de outros que fossem contratados.

Naquele momento, o Arquivo Público não dispunha de estrutura, condições materiais e humanas compatíveis para responsabilizar-se, diretamente, pelo curso. Contudo, seu diretor considerou ser justo que a EBD ampliasse a sua área de atuação, tornando-se também uma escola de arquivo, responsável pela formação universitária de arquivistas no estado da Bahia.

Em 10 de março de 1960,¹⁸ a diretora da EBD/UB esclareceu que, de acordo com o Magnífico reitor professor Edgard Santos, era de interesse da escola a criação de um departamento de arquivologia. Complementou informando que, no segundo semestre daquele ano, a escola iniciaria as atividades no setor, por meio do primeiro curso experimental de pós-graduação para bibliotecários documentalistas. Registrou, ainda, que a escola se sentia honrada pelo crédito conferido pela direção do Apeb e agradeceu a suplementação de verbas destinadas às remunerações dos professores que ficariam encarregados pelas matérias específicas. Lembrou que caberia ao Apeb requerer, junto à prefeitura de São Paulo, a senhora Laura Garcia Moreno Russo, colaboradora indispensável ao funcionamento do curso de arquivologia. Manifestou a concordância em receber os servidores do Apeb, na qualidade de ouvintes, nas matérias de catalogação, classificação e administração e organização científicas,

¹⁵ Carta-ofício dirigida ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Martinelli Braga, s.d. Fundo Apeb.

¹⁶ Carta-ofício 45 ASC. Fundo Apeb.

¹⁷ Conhecida como professora Belita Liberato de Matos Carvalho.

¹⁸ Ofício 14/60. Fundo Apeb.

ministradas no primeiro ano do curso, regular, de biblioteconomia e documentação. De acordo com a sugestão, a partir de 15 de março de 1960, os funcionários indicados pelo Arquivo Público passariam a assistir às aulas de catalogação e classificação na EBD/UB.¹⁹

No ano seguinte, em 1961,²⁰ a professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho comunicou ao diretor do Apeb a inviabilidade de iniciar ainda naquele ano o curso programado. Contudo, registrou a expectativa de iniciar o curso regular em março de 1962. Mencionou que anexou²¹ ao ofício uma cópia do programa elaborado pela escola, fundamentado nos moldes francês e espanhol, além de bibliografia de disciplinas.

Em razão do pronunciamento da professora Felisberta, o diretor do Apeb encaminhou uma sugestão de proposta de curso de introdução,²² destinado a servidores estaduais que trabalhavam em arquivos, alunos de biblioteconomia e demais profissionais interessados. Era um curso intensivo, com duração de dois meses. O Arquivo Público contribuiria disponibilizando a professora arquivista Lucy Girardi Reis,²³ chefe da seção Histórica.²⁴ Outros técnicos foram indicados para proferir palestras: Nalva de Almeida Barros, chefe da seção Judiciária; Bernadete Pimentel de Jesus, chefe da seção Administrativa; a bibliotecária Maria de Lourdes do Carmo Conceição;²⁵ Doralice Amaral,²⁶ chefe da seção de Restauração; e Jairo de Araújo Andrade,²⁷ chefe da seção de Microfilmagem. A bibliotecária Lindaura Corujeira, servidora da Faculdade de Filosofia da UB, também foi convidada, com a devida concordância. A EBD colaboraria efetuando as matrículas e fornecendo o material necessário para a confecção de apostilas. As aulas e palestras seriam realizadas no período de 9 de outubro a 29 de novembro, no Instituto de Cultura Hispânica, situado no campus do Canela, próximo à reitoria.

O curso de introdução ocorreu, efetivamente, nos meses de outubro e novembro de 1961, patrocinado pelo Arquivo Público, em convênio com a EBD

¹⁹ Carta-ofício 46 ASC. Fundo Apeb.

²⁰ Ofício 87/61, de 8 de setembro de 1961. Fundo Apeb.

²¹ No momento do levantamento de fontes, o anexo referido não foi localizado.

²² Carta-ofício 221 ASC, de 8 de setembro de 1961. Fundo Apeb.

²³ Admitida por portaria n. 101, de 6 de novembro de 1945.

²⁴ Desde 1952, por meio da portaria n. 15, de 16 de julho de 1952.

²⁵ Admitida por portaria n. 232, de 13 de junho de 1961.

²⁶ Admitida por portaria n. 15, de 28 de maio de 1949.

²⁷ Admitido por portaria n. 33, de 24 de fevereiro de 1961.

da UB.²⁸ Nessa primeira iniciativa, inscreveram-se sessenta alunos, muitos dos quais servidores de arquivos das secretarias de estado e de repartições federais, como, por exemplo, a Petrobras, além de instituições particulares²⁹ (Matos, 2018, p. 157). Em dezembro de 1961, o diretor do Apeb comunicou³⁰ a frequência de 13 servidore(a)s vinculado(a)s à diretoria da EBD no curso referido, entre ele(a)s Clara Weber Barretto e Maria José Rabello de Freitas, que veio a ser a idealizadora, em 1972, do projeto do curso de graduação em arquivologia, aprovado pela Câmara de Ensino e Graduação da Ufba, em 10 de abril de 1997, e criado em 1998 (Freixo, 2011, p. 209-211).

Paralelamente, o professor Luís Henrique manteve diálogo junto à reitoria da UB. Em correspondência³¹ encaminhada ao Magnífico reitor Alberico Fraga, o diretor do Apeb mencionou que participou³² da I Reunião Interamericana sobre Arquivos,³³ em Washington D.C., de 9 a 27 de outubro de 1961, que teve como um dos eixos temáticos centrais a formação de arquivistas. Na oportunidade, assistiu aos debates sobre escolas de arquivo empreendidos pelos doutores Ernest Posner, da American University, Aurelio Tanodi, da Universidad Nacional de Córdoba, e Theodore R. Schellenberg, diretor adjunto do National Archives of the United States. Na ocasião, considerou apropriado esclarecer que estava consagrando especial atenção à formulação de um programa a partir das experiências exitosas das universidades referidas, que ministravam cursos universitários na área de arquivologia. Oportuno destacar que as correspondências atestam uma permanente interlocução internacional no âmbito da comunidade arquivística latino-americana,³⁴ por considerar a identidade comum relativa às aspirações e problemas, incluindo a formação de pessoal.

Registrou, ainda, que tinha conhecimento de que “os arquivos brasileiros se encontravam em deplorável situação técnica”.³⁵ Situação que ex-

²⁸ Portaria n. 42, de 28 de novembro de 1961.

²⁹ Carta-ofício 220 ASC, dirigida ao doutor Pedro Manso Cabral, secretário do Interior e Justiça, em 8 de setembro de 1961.

³⁰ Carta-ofício 319 ASC, de 12 de dezembro de 1961. Fundo Apeb.

³¹ Ofício n. 261, de 6 de novembro de 1961. Fundo Apeb.

³² Entre os 42 participantes de 18 países, Luís Henrique Dias Tavares e José Honório Rodrigues estiveram representando o Brasil.

³³ Promovida pelo National Archives of the United States, em cooperação com a União Pan-americana e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, com o apoio financeiro da Fundação Rockefeller.

³⁴ Notadamente com Argentina, Bolívia, Colômbia e México.

³⁵ Carta-ofício 262/61 NB, dirigida ao secretário do Interior e Justiça do Estado da Bahia, Pedro Manso Cabral, em 7 de novembro de 1961. Fundo Apeb.

plica por que vinha insistindo, há aproximadamente dois anos, na criação de um curso universitário para formar arquivistas. Destacou, também, que caso a UB decidisse criar o CA, a iniciativa, certamente, teria uma repercussão nacional.

A dificuldade para a realização do CA dessa universidade, em convênio com o Arquivo Público, deveu-se à ausência de professores especializados na área de arquivologia para ministrar matérias básicas relativas aos princípios e técnicas arquivísticas. A propósito, quando convidado³⁶ a participar da I Reunião Interamericana sobre Arquivos, por Theodore R. Schellenberg, Luís Henrique Dias Tavares buscou o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA) para viabilizar o financiamento da viagem de professores estrangeiros a Salvador (Bahia, Brasil). Propôs, também, que os professores das matérias complementares fossem indicados pela UB, entre docentes escolhidos da Faculdade de Filosofia e das escolas de biblioteconomia e de administração.

Em 12 de janeiro de 1962,³⁷ informou à professora Felisberta Liberato de Matos Carvalho, diretora da EBD/UB, que enviou correspondência ao senhor Javier de Malagón, da OEA, solicitando apoio para o Curso de Arquivo, com o custeio da vinda à Bahia do diretor do Arquivo Nacional da Bolívia, doutor Gunnar Mendonza.³⁸ Todavia, não sendo possível a concretização do auxílio da OEA, optou por realizar o CA com o próprio quadro de pessoal técnico do Arquivo Público, além de uma servidora da Faculdade de Filosofia da UB. O CA ocorreu de 1º junho a 30 de setembro de 1962. Nas aulas de arquivologia, utilizou-se o *Manual de arquivos*,³⁹ do arquivista americano Theodore R. Schellenberg, publicado pela Imprensa Oficial do Estado,⁴⁰ com a devida aquiescência do autor, dotando a arquivística baiana de instrumento de trabalho do qual carecia há longo tempo. É possível afirmar que a referida publicação, de matriz norte-americana, disponibilizou um conjunto de conceitos e técnicas utilizados pela administração de arquivos, sobretudo no que se refere à avaliação de documentos.

³⁶ No início do ano de 1961.

³⁷ Carta-ofício 20 ASC. Fundo Apeb.

³⁸ Presidiu o grupo de trabalho sobre arranjo arquivístico, no âmbito da I Reunião Interamericana sobre Arquivos.

³⁹ A primeira edição brasileira do citado manual foi publicada pelo Arquivo Nacional, em 1959.

⁴⁰ Vale mencionar que consta o registro de uma tiragem de mil exemplares. Correspondências consultadas destacam a distribuição de exemplares para arquivos públicos estaduais do Brasil.

Considerando o aumento significativo de matrículas e o êxito do curso, a direção do Apeb sugeriu ao governo a criação, por meio de decreto, de um novo CA, subordinado ao próprio Apeb. Nesse contexto, a portaria n. 5/1948, que regia o CEA, seria revogada.⁴¹ De fato, ela já havia sido abandonada há anos. Assim, formularam-se novas instruções para o funcionamento do CA. Em 17 de dezembro de 1962, por meio do decreto n. 18.731 (Bahia, 1962), foi criado o CA, anexo ao Apeb, com duração de oito meses.⁴²

Na condição de professor da então UB, dedicado ao estudo da história brasileira, Luís Henrique consagrou especial atenção à etapa de concepção do curso, cuja estrutura consta no artigo 2º do dito decreto, apresentada a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura do Curso de Arquivo

Matéria	Carga horária	Docente
Técnica de arquivos	60	Lucy Girardi Reis
História da administração da Bahia	40	Ari Serra
Diplomática	40	Maria do Carmo Pondé
Notariado	20	Hildegardes Cantolino Viana
Conservação e restauração de documentos	20	Lindaure Corujeira

Fonte: elaborado pela autora com base no artigo 2º do decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962.

Reunia cinco matérias com conteúdos arquivísticos e de história, ministradas por profissionais que atuavam nas áreas de arquivologia, biblioteconomia e história, do próprio órgão ou pertencentes a outras instituições públicas e privadas. As aulas teóricas eram intercaladas por conferências sobre questões de arquivo ou assuntos correlatos, além de aulas práticas e visitas técnicas.

As matrículas para o curso eram abertas pelo Apeb durante a primeira quinzena do mês de março. Foram estabelecidas as seguintes condições

⁴¹ O artigo 9º do decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962, revoga todas as disposições contrárias.

⁴² Dividido em dois períodos. O primeiro, de abril a junho. E o segundo, de agosto a dezembro.

para matrícula: a) ser funcionário público estadual, municipal, autárquico ou paraestatal; b) ser arquivista de qualquer empresa bancária, comercial ou industrial. A matrícula daqueles que se enquadrassem nos itens “a” e “b” estaria condicionada à comprovação de três anos de efetivo trabalho em arquivos. Conforme o artigo 5º, seria confirmada a matrícula após entrevista com os professores do CA, na segunda quinzena de março, de modo a subsidiar a seleção de no máximo quarenta alunos.

Cabia ao diretor do Apeb recrutar o(a)s professore(a)s do curso, que poderia constituir-se de funcionários técnicos do próprio órgão ou de especialistas vinculado(a)s a outras instituições públicas e privadas.

Ao concluir o CA, após realizar provas teóricas e práticas, o governo do estado, por meio do Arquivo Público, emitia um diploma de arquivista. Deve-se esclarecer que este tinha o mesmo valor do antigo diploma de arquivologista.

O artigo 8º do referido decreto estabelece que o CA “poderá contar com a colaboração da universidade da Bahia, do Arquivo Nacional e de instituições congêneres de âmbito internacional” (Bahia, 1962). Para o fim previsto no referido artigo, o secretário do Interior e Justiça ficava autorizado a assinar os convênios que se fizessem necessários.

Instalado em 2 de abril de 1963, o citado curso foi ministrado de forma regular de 1963 a 1969. Possivelmente, inspirou-se na tradição da arquivologia francesa, modelo à época, na mesma linha do CPA promovido pelo AN (Santos, 2014, p. 40-41). Pode-se atribuir a finalização do curso à emergência do AI-5, em 1968, e ao afastamento do professor Luís Henrique da direção do Apeb, quando a ditadura se enrijeceu definitivamente no país.

Mantido às expensas do Estado, o CA contribuiu enormemente para a valorização do servidor e a qualificação dos procedimentos arquivísticos, investimento essencial para o futuro dos arquivos. Esse curso não era somente do interesse do Arquivo Público, que tinha necessidade urgente de pessoal técnico e especializado, mas de todo o estado.

Os relatórios de 1964 e 1965 apresentados pelo professor Ari Serra, coordenador do CA, ao então diretor do Apeb, professor Luís Henrique, registram, respectivamente, a matrícula de 39 e 57 alunos, dos quais 26 e 28 receberam diploma de “arquivista” (Bahia, 1962).

Vale mencionar que os governadores Juracy Magalhães e Antônio Lomanto Júnior foram paraninfos de duas turmas de formandos, assim como o secretário do Interior e Justiça, professor Jorge Calmon. A Figura 2 a seguir apresenta os formandos da turma de 1963, em companhia do diretor do Apeb, professor Luís Henrique Dias Tavares.



Figura 2 – Arquivistas de 1963. Fonte: Fundo Apeb, FPC/Secult

Considerações finais

Os documentos produzidos e acumulados no âmbito da gestão Luís Henrique Dias Tavares (1959-1969), que compõem o fundo Apeb, custodiado pelo Apeb/FPC/Secult, subsidiaram a elaboração deste texto.

Foi possível identificar marcos históricos e institucionais relevantes que apontam para o papel decisivo que o Apeb desempenhou na formação de pessoal em arquivologia na Bahia no período em apreço.

As fontes documentais consultadas apresentam a intensa interlocução do professor Luís Henrique Dias Tavares com autoridades governamentais e universitárias locais, nacionais e internacionais, além do diálogo permanente com representantes da comunidade arquivística. Tal interlocução ocorreu, em particular, com colegas da América Latina, com vistas a assegurar a formação de pessoal em arquivologia necessária para posicionar o Apeb enquanto órgão de Estado. Os documentos consultados apresentam evidências de que, à semelhança do AN, o Apeb muito contribuiu como pioneiro na formação de pessoal em arquivologia. Isso posto, os indícios apontam para seu reconhecimento como locus do embrião do curso universitário em arquivologia oferecido desde 1998 pelo ICI/Ufba. Investigações futuras no arquivo histórico do ICI/Ufba deverão

possibilitar a reconstituição do processo histórico da construção do curso de graduação em arquivologia.

Dos fatos e evidências apuradas, é possível constatar o protagonismo que exerceu a demanda profissional de caráter público no processo histórico de construção da formação universitária em arquivologia no Brasil e na Bahia. O AN e o Apeb, nas gestões dos professores José Honório Rodrigues e Luís Henrique Tavares, foram, cada um a seu modo, determinantes na institucionalização do conhecimento arquivístico. Isso reafirma a importância decisiva da visão estratégica necessária e indispensável à formulação de políticas públicas direcionadas ao setor e à área de arquivologia. A existência de instituições arquivísticas nacionais e estaduais fortes e autônomas possibilita políticas públicas que asseguram a qualidade e a inovação dos serviços arquivísticos, fundamentais para a cidadania plena e o Estado democrático de direito, com vistas ao acesso democrático à informação, à memória e à identidade.

Referências

- BAHIA. Decreto n. 18.731, de 17 de dezembro de 1962. Cria o Curso de Arquivo, anexo ao Arquivo Público do Estado da Bahia.
- _____. Portaria n. 5, de 14 de maio de 1948b.
- _____. Portaria do Departamento do Serviço Público n. 25, de 3 de abril de 1948a.
- BOTTINO, Mariza. *O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000): uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- _____. *Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação*. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, p. 12-18, 1994.
- BOUILLER DE BRANCHE, Henri. *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975. (Publicação Técnica n. 21 ANT 17).
- BRASIL. Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911. Aprova o regulamento do Arquivo Nacional.
- BRITTO, Maria Teresa Navarro de. *O ensino universitário de arquivologia no Brasil*. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). *A formação em arquivologia no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, 1999.
- DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. *Plano de trabalho para o Arquivo Público da Bahia*. Salvador: 1959, 15p. (Texto datilografado).
- ESTEVÃO, Silvia Ninita de M.; FONSECA, Vitor Manoel M. da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010.
- FONSECA, Maria Odila K. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- FREIXO, Aurora Leonor. *O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia*. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 207-229.
- LOUSADA, Mariana. *A mediação da informação na teoria arquivística*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de

- Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Marília, 2015.
- MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unirio). In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras*. I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 331-355.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018.
- _____. *A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. (Prêmio Maria Odila Fonseca 2012).
- _____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2008, Goiânia.
- _____. *Os espaços e diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto Matos. Governança e arquivos: a gestão Luís Henrique Dias Tavares no Arquivo Público do Estado da Bahia (1959-1969). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 147-166, 2018.
- MELLO, Agenor Bandeira de. *Cartilha histórica da Bahia*. 2.ed. rev. e atualizada. Salvador: Ed. Central, s.d.
- OLIVEIRA, Flávia Helena de. *A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- SANTOS, Paulo Roberto E. dos; LIMA, Ana Luce G. S. de. Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.
- _____. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica A. da C.; RODRIGUES, Georgete M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos (org.) *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez., 2015.
- SCHMIDT, Clarissa M. dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da arquivologia*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2015. (Coleção Thesis, 3).
- TOUTAIN, Lídia M. B.; VARELA, Aida V.; ABREU, Marilene L. (org.). *Reitores da Universidade Federal da Bahia: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. Salvador: Edufba, 2011. (Memorial, v. 2).
- _____; BARRETO, Ângela. O Instituto de Ciência da Informação e sua história. In: TOUTAIN, Lídia M. B.; SILVA, Rubens R. G. da. (org.). *Ufba: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, 2010. p. 167-179. (Memorial, v. 1).

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020

O Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

El Arquivo Nacional en la gestión de Eugenio Vilhena de Moraes, 1938-1945 / The Arquivo Nacional under Eugênio Vilhena de Moraes, 1938-1945

RESUMO

Este artigo pretende apresentar as principais características do Arquivo Nacional na gestão de Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1945), no Estado Novo, período no qual a instituição se destaca com duplo papel. Além de espelhar internamente parte das práticas centralizadas do governo Vargas, foi ainda acionada para atender duas faces do projeto de nação estado-novista: de modernização da administração pública e de exaltação da nação.

Palavras-chave: Arquivo Nacional (Brasil); Estado Novo; reforma administrativa; história dos arquivos.

ABSTRACT

This article aims to present the main characteristics of the Arquivo Nacional under the management of Eugênio Vilhena de Moraes, in the Estado Novo (1938-1945), a period in which the institution, in addition to internally mirroring part of the centralizing practices of the Vargas government, was also called upon to serve two faces of the new-state nation project: the modernization of the public administration and the exaltation of the nation.

Keywords: Arquivo Nacional (Brazil); Estado Novo; administrative reform; history of archives.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar las principales características del Arquivo Nacional bajo la dirección de Eugênio Vilhena de Moraes, en el Estado Novo (1938-1945), período en el que la institución, además de reflejar internamente parte de las prácticas centralizadoras del gobierno de Vargas, también estuvo llamada a servir dos caras del proyecto de nación del estado-novista: la de modernización de la administración pública y la de exaltación de la nación.

Palabras clave: Arquivo Nacional (Brasil); Estado Novo; reforma administrativa; historia de archivos.

Renata Regina Gouvêa Barbatho

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.

renatabarbatho@gmail.com

Em 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas anunciava por meio da rádio o início do Estado Novo (D'Araújo, 1999) e decretava uma nova constituição baseada na centralização do poder e na redução dos direitos individuais (Pandolfi, 1999), o Arquivo Nacional (AN) encontrava-se na gestão de Alcides Bezerra, um homem que transitava entre a intelectualidade brasileira e defendia uma posição socialmente mais ativa das instituições de guarda da memória nacional. Ocorre que, seis meses após o Estado Novo ter sido anunciado, no dia 29 de maio de 1938, o diretor, que estava à frente da repartição há então 16 anos, faleceu. Assim, viu-se a nomeação de um novo diretor com uma diferente forma de conduzir a gestão da instituição.

Na ocasião, por pouco mais de trinta dias, a vaga de gestor ficou em aberto, período em que alguns nomes surgiram para assumir o cargo, prevalecendo, dentre eles, o do historiador Eugênio Vilhena de Moraes,¹ que permaneceria no cargo por vinte anos (1938-1958). Segundo Schubert (1998), ele assumiu a função por indicação política das forças armadas, mais especificamente do Instituto de História e Geografia Militar.

É notório que a mudança na direção do Arquivo Nacional, diante do falecimento de Alcides Bezerra, trouxe impactantes consequências para a instituição e levou à reordenação de “ambições” institucionais. Isso porque, apesar de ambos partilharem da percepção de ser o Arquivo Nacional um arquivo histórico em sua essência, Bezerra buscava para ele um lugar social de protagonismo na produção do conhecimento e na proteção da memória nacional. De modo distinto, Vilhena o percebia como um “centro de atividade técnica”, inserindo-se, assim, como agente passivo diante das demandas do governo federal.

Com um perfil conservador, o novo diretor era católico devoto e, como se pode supor diante da autoria da indicação para o cargo, possuía estreitos laços com as forças armadas, mais especificamente com o Exército. Ademais, era defensor das raízes portuguesas, aproximando-se dos passos do historiador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) Francisco Adolfo Varnhagen, que, por vezes, foi visto “como reacionário e representante de uma compreensão conservadora da sociedade” (Guimarães, 2011, p. 165). Tal como Varnhagen, Vilhena de Moraes era um defensor do Estado centralizado à frente da promoção da nação, destacando-se, nesse pormenor, parte significativa de sua escrita dedicada à vida de Duque de Caxias.

¹ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

Com interesses na geografia e na história militar, Vilhena de Moraes projetava a importância do colonizador lusitano no processo de miscigenação, vendo isso como uma qualidade do povo brasileiro. Assim, seguindo a vertente da historiografia tradicional, reforçou o discurso de uma história a partir dos grandes homens, principalmente de lideranças militares e religiosas, enfocando as figuras de Anchieta, Dom Antônio Macedo Costa, Visconde de Cayru e, como já mencionado, Duque de Caxias.

Por tudo isso, com um perfil simpático às determinações de Vargas (Gomes, 2005), o novo diretor representou um aliado nos discursos ideológicos nacionalistas do Estado Novo, além de ter reproduzido seus métodos administrativos verticalizados no Arquivo Nacional. Seu longo tempo de gestor da instituição ainda é obscuro e aponta, por isso, para a necessidade de maior atenção da literatura científica. Neste artigo, seus primeiros anos, decorridos no Estado Novo, representam o tema central de análise, buscando-se apresentar as principais atividades internas do Arquivo Nacional nesse recorte temporal e sua participação nos projetos estado-novistas (Gomes, 2005).

As atividades do Arquivo Nacional no Estado Novo

Criado em 1838, o Arquivo Nacional, no Estado Novo, era uma repartição em seu sétimo regulamento, aprovado pelo decreto n. 16.036, de 14 de maio de 1923, que se destinava a “adquirir e conservar [...] todos os documentos concernentes à administração, à história e à geografia do Brasil, e quaisquer outros que o Governo determinar” (Brasil, 1923), cujos documentos deveriam estar divididos em três seções: a Administrativa, a Histórica e a Legislativa e Judiciária, além de possuir uma biblioteca. O acervo se encontrava abrigado no Campo de Santana (Praça da República, n. 26), entre as ruas da Constituição e Visconde do Rio Branco (Arquivo Nacional, 1954), com funcionamento de segunda a sexta, das 11h às 17h, e aos sábados, das 9 às 12h.²

As instalações do prédio eram divididas em três pavimentos (Arquivo Nacional, 1954a), que deveriam ser distribuídos em locais de guarda do acervo, atividades de tratamento e administração e sala pública de consulta.

² Segundo a lei n. 16.036, de 14 de maio de 1923, no artigo 66, que estabeleceu as funções do porteiro, consta que competia a este “I. abrir a repartição às 10 horas da manhã e fechá-la depois de encerrados os trabalhos” (Brasil, 1923).



Em relação ao seu pessoal, segundo previsão do regulamento de 1923, os funcionários deveriam somar no mínimo 29 pessoas, sendo um diretor, três chefes de seção, quatro arquivistas, três subarquivistas, nove amanuenses, cinco auxiliares, um conservador de biblioteca, um inspetor de oficinas gráficas e encadernação, um ajudante de porteiros e tantos serventes e operários quanto necessários (Brasil, 1923). No que tange à execução do trabalho em si, segundo o regulamento de 1923, os funcionários que trabalhariam diretamente com os arquivos seriam os arquivistas, os subarquivistas, amanuenses, auxiliares e inspetores das oficinas e encadernação (Brasil, 1923).

De tal modo, quando Vilhena de Moraes assumiu o cargo de diretor, a instituição se encontrava estruturada e completando seu primeiro

Figura 1 – Arquivo Nacional do Brasil.
Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.
Notação: BR RJANRIO EH 0 FOT EVE 00821, s.d.

centenário de existência. Por conta disso, havia uma lista de atividades destinadas à efeméride e planejadas antes do anúncio do Estado Novo. No entanto, a conjuntura criou uma dinâmica que mudou o rumo das comemorações e do próprio Arquivo Nacional. Assim, a festividade que havia sido planejada para ser grandiosa e marcar um novo tempo da instituição, com ações voltadas à produção do conhecimento, à organização do I Congresso Brasileiro de Arquivistas e à inauguração de um prédio moderno, acabou sendo apenas marcada por iniciativas descontinuadas e compartilhada com o IHGB, que também completava seu primeiro centenário e protagonizou uma solenidade comemorativa (Barbatho, 2018).

Por tudo isso, a direção de Vilhena de Moraes se iniciou num momento de expectativas e frustrações vivenciadas por parte dos funcionários que partilhavam das ideias de Bezerra diante do projeto de comemoração. Isso porque o novo diretor possuía diferentes preocupações e interesses a mediar, além de uma interpretação própria sobre quais deveriam ser as funções do Arquivo Nacional. Com isso, ele não permitiu que fosse mantida na agenda institucional a continuidade de alguns projetos iniciados por Bezerra. Ao contrário, dali em diante, houve uma retomada do conservadorismo em relação às possibilidades funcionais do Arquivo para a sociedade. O mesmo movimento ocorreu na gestão de pessoas e no desenvolvimento das atividades-fim, formando uma administração centralizadora e verticalizada (Barbatho, 2018).

No que tange às atividades internas cotidianas, ao longo do Estado Novo, o Arquivo Nacional foi administrado por portarias, “ato administrativo, baixado por autoridade pública e destinado a dar instruções ou fazer determinações de várias ordens”.³

Em relação ao perfil desses atos oficiais, o que pode ser notado é que Vilhena de Moraes utilizava esse recurso para diversos fins. Dentre eles: elogiar e repreender funcionários; nomear contratações, demissões, aposentadorias e remanejamentos; nomear para representação do Arquivo Nacional em eventos ou de trabalho; instituir mudanças da rotina da repartição; lembrar de “fazer cumprir” determinado artigo do regulamento; determinar o envio de funcionários para capacitação e, posteriormente, solicitar relatório do conhecimento adquirido; redistribuir funcionários entre as seções; remanejar acervos entre seções; determinar a incorporação de acervos recém-chegados à

³ Significado de portaria. Dicio: Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/portaria/>. Acesso em: 13 fev. 2018.

instituição; determinar execuções e métodos de trabalho; e, ainda, solicitar pareceres.

Como se pode observar, por conseguinte, a busca por registrar todas as suas designações transformou as portarias de Vilhena em um guia das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional. Dessa forma, elas nos permitem saber quais eram as preocupações, métodos e tempo de execução dos fazeres da repartição, com destaque para as ações voltadas ao acervo, como exemplificam as portarias referentes ao recolhimento ou compra de itens, que tinham sua entrada oficializada por tal dispositivo administrativo. Sobre esse tópico, é importante destacar que poderia haver o trânsito de documentos entre seções, quase sempre da seção Administrativa para a Histórica,⁴ tendo sido possível verificar ainda que, por portaria, no ano de 1941, determinou-se o não recebimento de documentos externos que não estivessem devidamente listados.

No que se refere à movimentação, o Arquivo Nacional recebeu cópias de documentos do “Museu de Angola relativos à atividade museológica do inconfidente José Alvares Maciel” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVIII); a Constituição de 1937, incorporada à seção Judiciária; o acervo do Convento de Santa Teresa; e “uma fotocópia de uma carta de prisioneiro alemão de origem polonesa enviada a um campo de concentração na Alemanha”,⁵ ambos comprados e incorporados aos documentos avulsos da seção Histórica.⁶ Sobre a carta, chama atenção o seu conteúdo e a dúvida sobre qual seria o interesse da instituição nela, visto que, aparentemente, não seguia nenhum princípio ou vínculo com algum fundo, logo, não havia nenhuma organicidade, que é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (Arquivo Nacional, 2005, p. 39).

Ainda foram tomadas, em portarias, providências em relação ao “recolhimento de 37 volumes provenientes da D. F. do Espírito Santo”; ao “envio de um arquivista à 14ª Vara Criminal para relacionar os livros e processos a serem recolhidos”; e ao acervo do próprio Arquivo Nacional, com “criação de uma comissão especial para vistoria de livros e documentos antigos” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII-XXVIII).

4 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

5 Ibidem.

6 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notações: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945 e AN 967, Rio de Janeiro, 1940-1941.

Há de se destacar ainda o trabalho, por meio da mídia⁷ de recolhimento, que solicita “providências por parte dos cartórios em relação aos preceitos legais de recolhimento que mandam recolher no Arquivo Nacional os processos findos de mais de dez anos”, ou busca de soluções para a reintegração de guarda, com o pedido em público da posse do inventário do Duque de Caxias “graciosamente cedido ao Ministério da Guerra” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII).

Esses dois casos ocorreram em 1940 (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII) e se deram porque o Arquivo Nacional, durante o Estado Novo, guardava diversas planilhas com pendências de vários setores do Poder Executivo federal, aos quais foram emprestados documentos que não haviam sido devolvidos.⁸

Em relação às portarias referentes à determinação de execuções e métodos de trabalho, nelas é possível ter uma visão abrangente das atividades desenvolvidas pelo Arquivo. Ao longo do Estado Novo, foram observadas ordens relacionadas à identificação de acervo, transcrições, produção de instrumentos de pesquisa⁹ (catálogos,¹⁰ índices analíticos¹¹ e inventários¹²), reproduções fotográficas, microfilmagens e encadernações, algumas em luxo, com capa de veludo.

Desde sua posse, Vilhena de Moraes buscou conhecer as dimensões do acervo que custodiava, solicitando, em diversas portarias, os inventários e os catálogos da documentação guardada, assim como o “arrolamento das espécies contidas nos cofres do Arquivo”, em 1938 (Arquivo Nacional,

7 Não há especificação no v. XXXIX das Publicações, fonte de extração da informação, de quais mídias foram utilizadas para publicarem o comunicado (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVII).

8 Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Relatórios Gerais. Notação: AN 17, Rio de Janeiro, 1945.

9 Instrumento de pesquisa: “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos e a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”, podendo se apresentar de diversas formas, como catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência (Arquivo Nacional, 2005, p. 106).

10 Catálogo: “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica” (Arquivo Nacional, 2005, p. 43).

11 Índice: “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização” (Arquivo Nacional, 2005, p. 108).

12 Inventário: “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. Ver também repertório” (Arquivo Nacional, 2005, p. 109).

1957, p. XXVI). Assim sendo, o que parece é que não havia, ainda nesse momento, um conhecimento interno de tudo aquilo que o Arquivo Nacional tinha sob sua guarda, o que teria feito o diretor ordenar por vezes que esse trabalho fosse levado a efeito.

Já em 1939, o controle da documentação continuava a ser uma questão, tendo em conta as determinações desse ano. Em portaria, estabeleceu-se: criar comissão para averiguar uma documentação “encontrada pelo porteiro”; ordenar a retirada das “latas” do “chão da galeria” e relacionar os documentos da repartição que se encontravam nas gavetas de um funcionário; ou, ainda, enviar à família de Alcides Bezerra “papéis existentes na parte inferior do ‘toilet’ do antigo gabinete”,¹³ isso já em 1943.

No mesmo propósito, além de solicitar inventários, o diretor também buscou averiguar acervos, como em 1939, quando determinou uma “vistoria geral nas caixas da seção Administrativa” e uma “vistoria nas caixas da seção Histórica”, que rendeu a “descoberta pelo diretor na cx 810, sem qualquer indicação externa ou classificação de mais de 30 mss [manuscritos] inéditos pertencentes a Joaquim Caetano da Silva e que haviam sido vendidos ao Arquivo Nacional”. Em 1944, ainda se encontram registros de determinação de “vistoria geral”, como a recebida pela seção Histórica referente a suas caixas (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI-XVIII).

Nessas vistorias, também foram achados instrumentos de pesquisa que estavam com informações desconhecidas, como ficou exposto na portaria n. 109, de 1939, que mandou refazer os catálogos e inventários, na seção Administrativa, por haver discrepância entre a localização do documento e o indicado no instrumento. Segundo se determinou, devia-se proceder como na seção Histórica: “Isto é, mencionando-se em ficha provisória colada a cada lata. 1º) o número deles, 2º) rótulo primitivo, 3º) o conteúdo atual, 4º) as divergências porventura existentes, 5º) o rótulo atual e 6º) o total dos documentos”. Na portaria, também se previa que todos da seção se dedicassem “apenas a esta tarefa”.¹⁴ Nesse mesmo ano, Vilhena de Moraes assinou outra portaria, ordenando que “todos os documentos” que se encontravam empilhados recebessem o carimbo do Arquivo Nacional,¹⁵ o que demonstra preocupação com a segurança do documento.

¹³ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias. Livro de Portarias do Arquivo Nacional, 1938 a 1945.

¹⁴ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico (1939). Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939.

¹⁵ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939. Portaria 127 (1939).

Por tudo isso, o trabalho de conhecer melhor o acervo trouxe à tona informações que estavam esquecidas e foram retomadas, como indica o anúncio da “descoberta, pelo diretor, no cofre da repartição dos manuscritos do trabalho inédito de Joaquim Caetano da Silva sobre os limites do Brasil durante o Império”, em 1939. Da mesma forma se deu a localização, na seção Judiciária, do inventário do monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiro, “documento que encerra numerosas assinaturas dos primeiros imigrantes vindos ao Brasil” (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI).

No mesmo ano de 1939, também foram encontradas 84 caixas sem número, de assuntos eclesiásticos, por “imperdoável incúria de anteriores chefias deixada”. Nessa ocasião, Vilhena ordenou que as caixas fossem pintadas e numeradas, assim como um “inventário cronológico-alfabético de todos os documentos” fosse produzido, “numerando-os, carimbando-os (nunca no rosto do documento) e enviando a exame do diretor o trabalho diariamente realizado”.¹⁶ Um ano depois, também por portarias, o diretor criticou a forma como estavam sendo carimbados os documentos e estabeleceu uma regra para tanto, assim como fez com as encadernações, chegando a determinar o “desentranhamento das vias das Contas dos Governadores”.¹⁷

No desejo do diretor de dar conta de todos os documentos, o Arquivo acabou acumulando muitas listagens, as quais, segundo Rodrigues (1959), nunca foram publicadas. Como elemento para refletir acerca disso, vale destacar que, em 1939, o Arquivo Nacional perdeu sua oficina gráfica, passando a enviar seus trabalhos em preparo e seu maquinário para a Imprensa Nacional (IN), órgão do Executivo federal que passou a centralizar tais atividades, como uma das medidas de racionalização do Estado.

Novamente no tocante às atividades do Arquivo Nacional, destaque-se a criação do protocolo geral e do livro de atas de ocorrência, ambos criados em 1939; e o tratamento dado ao acervo do Arquivo Nacional e aos documentos das sesmarias. Estes, nos primeiros anos de gestão de Vilhena de Moraes, por se encontrarem frágeis, foram inventariados topograficamente¹⁸ em relação nominal, o que, por vezes, tornou-os indisponíveis,

¹⁶ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico (1939). Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939.

¹⁷ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

¹⁸ Inventário topográfico: instrumento de controle ou gestão de depósito destinado a indicar a localização física das unidades de arquivamento nos depósitos (Arquivo Nacional, 2004, p. 109).

sendo ao final entregue uma versão do instrumento de pesquisa à Sala de Consulta.¹⁹

Há ainda notícias relacionadas a tantas outras atividades desenvolvidas no Arquivo Nacional explícitas nas portarias. Dentre elas, destacam-se: “impressão pelas oficinas do retrato do Duque de Caxias para ser distribuído no Dia do Soldado”, em 1938; “inauguração das certidões impressas no Arquivo Nacional e abolição do depósito em dinheiro”, no mesmo ano; “primeira certidão por fotocópia tirada no Arquivo” e criação da norma para “lavratura de certidões de desembarque”, em 1939; substituição do emblema do Arquivo Nacional, distribuição de moeda comemorativa do primeiro centenário da instituição aos funcionários, criação do gabinete de fotografia e da seção de projeção e microfilmagem, determinação de secagem e encadernação dos livros atingidos pelas chuvas e transcrição das informações lançadas em giz em latas da seção Administrativa,²⁰ todos em 1940; “aquisição, microfilmagem, cópias, tradução do códice alcobacense O Castelo Perigoso”, referente à cidade de Alcobaca, em Portugal, em 1942; e “filmagem [microfilmagem] do processo dos Távoras”, em 1945 (Arquivo Nacional, 1957, p. XXVI-XVIII).

Outro ponto que se destaca nas portarias é a contínua aparição da Sala de Consulta nas determinações. Representando um termômetro do que acontecia em toda a instituição e, ao mesmo tempo, apresentando demandas próprias, a sala voltada aos usuários possuía regras particulares, previstas no regulamento de 1923 (Brasil, 1923), que foram depois reiteradas e especificadas por portaria em 1939.²¹

Sobre seu expediente, além de ter por obrigação encerrar as consultas dos usuários vinte minutos antes do fim do horário da instituição, por vezes sofreu a suspensão de suas atividades. Isso se deu em função de obras de reparo, controle do acervo ou até mesmo dedetização da instituição. Houve ainda momentos em que ocorreu a limitação de acesso a alguns fundos ou coleções.²²

¹⁹ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939 e Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

²⁰ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

²¹ *Ibidem*.

²² Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Atividades Técnicas; Tratamento Técnico. Notação: AN 353, Rio de Janeiro, 1938-1939 e Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

No que se refere a determinações por portaria acerca das regras da sala, havia a previsão, desde 1939, de que os documentos públicos que necessitassem de restauração não pudessem ser nela disponibilizados, assim como documentos não enumerados e não carimbados.²³ Nesse mesmo ano, foi determinado que deveriam ser enviadas as notações consultadas para o diretor e que a vigilância na Sala de Consulta fosse “redobrada”, ordem ratificada em 1942. Por fim, em 1945, foi determinado que apenas em “casos excepcionais, de verdadeira necessidade, para solução de dúvidas ou esclarecimentos, poderão os chefes de seção atender pessoalmente aos consultantes na sala pública”.²⁴

Ainda sobre a relação do Arquivo Nacional com o usuário, há poucos registros de atividades voltadas ao público externo, observando-se três conferências e duas exposições. A primeira foi a cerimônia de inauguração da Sala Cayru, em 1942, nomeada assim por portaria de Vilhena de Moraes em 1938. Na sessão pública, foram proferidas duas conferências, uma pelo próprio diretor, em homenagem ao patrono da sala, e outra por Lyon Chandler, consultor do Escritório de Assuntos Interamericanos (Arquivo Nacional, 1957).

As outras duas conferências ocorreram em 1944, uma apresentada por Vilhena de Moraes “em comemoração do centenário da Matriz de Paty de Alferes” e a outra pelo professor Heraclides de Souza Araújo, do Instituto de Manguinhos, “sobre a História da Lepra no Brasil”. A primeira exposição aconteceu em 1944, pela ocasião da visita ao Arquivo Nacional pelos delegados da Primeira Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia. A proposta era ser iconográfica, com o tema cartografia documental, no entanto, também apresentava manuscritos inéditos “do grande explorador e astrônomo paulista José de Lacerda e Almeida”. Já a segunda foi a exposição de “mais de 100.000 documentos eclesiásticos inéditos, presente o arcebispo do Rio de Janeiro”, em função da comemoração do bicentenário da criação do Bispado de Mariana, em 1945 (Arquivo Nacional, 1957, p. VII-VIII).

Para além das ações expostas nas portarias, pode-se notar que o Arquivo Nacional se utilizava de exposições para a difusão documental e o mesmo ocorria com as publicações. A prática editorial do Arquivo Nacional teve seu início em 1886 com o primeiro volume da série das

²³ Ibidem.

²⁴ Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Notação: AN 455, Rio de Janeiro, 1930-1944. Portarias.

Publicações do Arquivo Nacional (PAN). Surgiu como atividade da instituição ainda no contexto de “consolidação do Estado brasileiro” e de seu próprio período de ampliação no “cenário das instituições patrimoniais do Império”, compartilhando a visão de ser um espaço cultural dedicado à história, de preservação da memória da nação (Lourenço, 2014). No início da gestão de Eugênio Vilhena de Moraes, a série Publicações do Arquivo Nacional já possuía 35 números, incluindo o trabalho de Castello Branco (1937) em comemoração ao centenário da instituição. O diretor deu sequência à série, assim como publicou catálogos, documentos e publicações avulsas.

O Arquivo Nacional e o Estado Novo

Para além das atividades cotidianas, ao longo do Estado Novo, o Arquivo Nacional foi acionado duas vezes por demandas externas, referentes a dois projetos distintos do governo: a participação do Brasil nas comemorações dos Centenários de Portugal e a reforma administrativa “daspiana”.

Em relação aos centenários, o Arquivo Nacional participou disponibilizando documentos para a exposição, publicando transcrições documentais e transferindo a custódia de acervos à Torre do Tombo. Tudo começou no ano de 1939, quando o governo brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), recebeu o convite de Portugal para participar das comemorações referentes ao oitavo centenário da fundação do reino português, de 1139, e o terceiro centenário da restauração da autonomia do Estado lusitano frente à Espanha, em 1640, configuradas num grande evento a partir da junção das duas datas históricas, que, fundidas, ganharam o “significado de independência nacional” e passaram a ser tratadas como “Centenários de Portugal” (Blotta, 2009, p. 20).

A proposta de festejo em celebração à fundação e à restauração foi organizada em torno de três grandes atividades: a Exposição do Mundo Português, o Cortejo Mundo Português e o Congresso do Mundo Português. O evento tinha, em sua essência, um caráter “histórico-cultural de pura exaltação nacionalista, que contaria com congressos, exposições e festividade” (p. 58). O Brasil se inseriu no contexto das comemorações como uma nação irmã, de “sentimentos de mútua compreensão e amizade fraterna” (Moraes apud Arquivo Nacional, 1941, p. 7), “numa espécie de encontro familiar, no qual as duas nações irmãs com destinos comuns e idênticos a cumprir se encontravam para não mais se separar” (Blotta, 2009, p. 36). Com lugar próprio, assumiu a construção e decoração de um pavilhão na Exposição do Mundo Português, o que consistiu em

situação singular face à participação das outras ex-colônias e dos países europeus (Guimarães, 2007). Dentre as diferentes atividades previstas, estava programada a “elaboração de livros, memórias, estudos etc. que representem a colaboração espiritual do Brasil na história comum aos dois países”.²⁵

Assim, dotado de poder para executar as atividades, o MRE passou a comunicar-se com as sociedades históricas e geográficas, as bibliotecas, os arquivos e os museus brasileiros para que pudessem tornar “disponíveis materiais que de alguma maneira estivessem ligados à história lusíada” (Blotta, 2009, p. 53), principalmente após o ministro de Estado das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, ter acatado o pedido feito pelo embaixador português, que solicitava “a obtenção dos elementos que de algum modo” estivessem “ligados à história antiga ou moderna de Portugal”.²⁶ Foi, portanto, diante dessa demanda que o Arquivo Nacional participou do contexto das comemorações portuguesas de 1940.

Dessa feita, após os contatos estabelecidos e as autorizações determinadas, o Arquivo Nacional passou a integrar o conjunto de instituições designadas a colaborar com o MRE, o que, no caso da instituição, significou destinar sua atenção ao conjunto de documentos de origem portuguesa que estavam sob sua custódia. Denominados de “Documentos de Portugal”, a documentação era assim chamada, como o próprio nome sugere, por sua ligação com esse país, tendo sido trazidos e acumulados pela família real, no contexto do período joanino.

Segundo palavras de Vilhena de Moraes, a documentação que, “fugindo sempre ao catálogo”, até aquele momento, era uma “perfeita floresta virgem, acessível apenas à curiosidade de raros estudiosos e sem que se pudesse até hoje declarar com exatidão nem mesmo ao menos o conteúdo geral de cada caixa” (Moraes apud Arquivo Nacional, 1941, p. 7-8), implicou, na prática, que as comemorações centenárias representassem para a instituição uma corrida contra o tempo, “com o meritório esforço dos meus distintos colaboradores”, cujo desafio era tratá-la em seis meses. O procedimento que se estabeleceu nesse momento contemplou partes do acervo de forma diferente, consistindo na identificação, na elaboração de instrumento de pesquisa, na reprodução e na divulgação do

²⁵ Bases de um programa de participação do Brasil nas comemorações centenárias portuguesas de 1940. Apud Blotta, 2009, p. 56.

²⁶ Ofício encaminhado ao embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Melo. Oswaldo Aranha apud Blotta, 2009, p. 53.

acervo, cujo resultado final chegou à “inventariação e relacionamento” de cem mil exemplares, dos quais 25 volumes, 757 documentos e 3.199 folhas foram classificados como “históricos originais” (Arquivo Nacional, 1944, p. 13).

Em relação aos “documentos históricos em reprodução fotográfica”, foram divididos em três categorias: 1) eletrocópia, que atingiu a marca de 13 volumes, 507 documentos, 2.229 folhas – “numa área correspondente a 232 m² – e cinco mapas; 2) microfilme, com 2.841 páginas, referentes a 13 metros; e 3) 24 ampliações (Arquivo Nacional, 1944, p. 13). O uso da micrografia foi defendido pelo seu diretor como um exemplo de avanço e modernidade, pois, além de demonstrar o uso de uma tecnologia em prol do favorecimento de um acervo, ainda permitiria entregar os filmes a Portugal durante as festividades.

Ao fim dos esforços arquivísticos e ultrapassando o tempo necessário para que o trabalho feito fosse utilizado nas comemorações portuguesas, em 1941, publicou-se o livro *Elenco*,²⁷ cujo subtítulo é uma explicação de sua existência: “das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto”. Trata-se de uma obra de 736 páginas, que apresenta brevemente a participação do Arquivo Nacional na comemoração e tem como função principal ser instrumento de pesquisa, com listas e descrições referentes aos documentos encontrados e algumas reproduções.

Em 1944, na publicação *Resenha Geral*,²⁸ que tinha caráter de relatório dos feitos em função da coleção *Negócios de Portugal*, referente ao saldo das publicações que foram fruto do tratamento recebido pela coleção ou a conteúdos divulgados, chegou-se ao número de “seis volumes”, que poderiam estar presentes numa mesma publicação, mas que o diretor, no

²⁷ Arquivo Nacional. *Elenco: das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

²⁸ Arquivo Nacional. *Resenha geral: dos trabalhos do Arquivo Nacional, em colaboração com a Comissão dos Centenários de Portugal apresentados a sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto, D.D presidente da mesma comissão*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1944b.

momento de divulgar, contabilizou separado. Assim, duas tinham a função de divulgação das atividades das comemorações de Portugal, enquanto duas eram um instrumento de pesquisa – *Elenco* e mais “Universidade de Coimbra”, que era um índice onomástico – e as outras duas eram reproduções de documentos identificados no acervo: “De beata Virgine dei Matre Maria”, “Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey Nosso Senhor D. João VI”. Isso foi motivo de notícia na imprensa:

Entre as publicações figuram o poema da Virgem, composto em dísticos latinos pelo padre José de Anchieta [...]. Se fará uma tiragem de reduzido número de exemplares, particularmente luxuosos, que serão oferecidos a grandes personagens nacionais e estrangeiros. Figura também uma edição fac-similar da Memória dos benefícios políticos de el rey Nosso Senhor D. João VI no Brasil, obra hoje rara devida à pena do Visconde Cairú. Dela também se fará uma tiragem de alguns exemplares com encadernação de luxo. (*Diário de Notícias*, 1940)

Segundo a *Resenha Geral* de 1944, constava ainda no prelo *O espírito Cairú* e em “preparação para o prelo” um inventário sumário dos Documentos de Portugal, uma relação com os “decretos gerais de 1808 a 1822” e um relatório geral de prestação de contas dos trabalhos em colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal (Arquivo Nacional, 1944b, p. 4-5).

Nesse caso, três obras marcariam presença. Primeiramente, *Elenco*, que, se não atrasasse, por conta da transferência da oficina gráfica para a Imprensa Nacional, seria um instrumento de pesquisa sobre os documentos. Ainda, as transcrições do “Poema da Virgem”, de Antônio Vieira, e de “Memória dos benefícios políticos do governo de el-rey Nosso Senhor D. João VI”.

A publicação do poema ainda permitiu ao Arquivo Nacional expor, com maior destaque, uma pequena parcela de seu trabalho, levando assim o nome da instituição aos festejos. Ainda foi ofertado, “com a mesma luxuosa apresentação”, ao “chefe do governo um exemplar da referida obra com especial homenagem do Arquivo Nacional, a cujas oficinas tipográficas e de encadernação se deve todo o trabalho artístico” (*Correio da Manhã*, 22 de maio de 1940). Nesse caso, cabe destacar novamente que as oficinas tipográficas, nesse período, estavam sendo transferidas para a Imprensa Nacional (IN), o que significou que parte da execução de algumas obras foi finalizada pelos funcionários do Arquivo Nacional nas dependências da IN.

Por fim, a participação do Arquivo Nacional, em relação ao processo de “devolução” de alguns documentos, seguiu outro caminho. Esse processo se deu quando “vários conjuntos de documentos originais, além de reproduções [...], entraram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por via do Ministério dos Negócios Estrangeiros” em 21 de agosto de 1947 (Martins, 2007, p. 348).

Ainda em relação à participação do AN nas festividades, o *Correio da Manhã* veiculava notícias com grande exaltação, avaliando ser “notável a contribuição” (*Correio da Manhã*, 7 de maio 1940, p. 3). Ocorre que, findados sete anos de atividades programadas do AN em relação às festividades, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ainda estava por receber a reprodução dos outros conjuntos que se mantiveram no Brasil (Martins, 2007, p. 348). Os documentos chegaram posteriormente, mas não foi identificada a justificativa da demora.

No que se refere à reforma administrativa do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), segundo Fernanda de Lima Rabelo (2012), as medidas empreendidas no governo, a esse tempo, objetivavam a criação de “uma nova identidade entre o Estado, personalista, e a sociedade, desenvolvendo órgãos que tivessem padrões de eficiência internacionais”, buscando “a promoção de uma nova elite burocrática” (p. 80), e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de exaltar a figura de Vargas e dar essencialidade ao serviço público. Segundo Torres (2004), também foi a força desempenhada pelo Dasp que fez movimentar o processo de industrialização e modernização no Estado Novo.

Ocorre que, para isso, o Dasp diagnosticou e indicou medidas de reorganização a diferentes repartições federais, dentre elas o Arquivo Nacional, por meio da Comissão de Eficiência da Justiça (CEJ), a qual deveria aliar os diferentes órgãos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ademais, era previsto ainda que as comissões dos outros ministérios colaborassem.

Assim, após a visita de diversas comissões, identificou-se que era necessária uma reorganização, havendo as seguintes sugestões e observações: 1) sobre as instalações do Arquivo Nacional, que era sediado “há algumas dezenas de anos no velho casarão”, e que apesar de “conservado” estava ameaçado de incêndio pelo que o rodeava, o que se cogitava era a construção de um prédio novo “isolado e o material empregado na sua construção fosse à prova de fogo”; 2) sobre os recursos, que eram “pequenos e poderiam ser aumentados”; 3) sobre o padrão L do diretor, “indiscutivelmente baixo”; 4) sobre um possível regimento e a “oportunidade para corrigir falhas”; 5) sobre a máquina de dourar encadernações que fora enviada à

Imprensa Nacional, mas que parecia não estar “sendo convenientemente aproveitada”; e 6) a “necessidade imediata de um aumento de pessoal”.²⁹

Ocorre que, diferentemente da quantidade dos pontos acima citados, apenas alguns foram referidos pelo Dasp: a situação do edifício e sua localização, o padrão do cargo do diretor e a quantidade e qualificação dos funcionários. Soluções foram apresentadas.³⁰

A respeito da situação da sede, o diagnóstico indicava três problemas principais: o tamanho, considerado pequeno; a localização, rodeada de lojas e perto do Ministério de Guerra; e a vulnerabilidade a incêndios, visto que não era à prova de fogo (Rodrigues, 1959, p. 56). Segundo o relatório, era um “antigo edifício [...] que não mais satisfaz às necessidades do órgão”. Sendo assim, foi considerada uma deficiência, que, “como era natural, foi anotada pelas comissões visitantes”, o que demonstrou que as “visitas” das comissões de eficiência de outros ministérios fizeram mais que estudar, pois, nessa medida, transformaram-se, também, em sutis “fiscalizadores externos”. Dessa forma, a indicação para uma nova sede foi encaminhada, o que seria supostamente solucionado “com a construção, no mesmo local, de [um] novo e majestoso edifício, obra essa já devidamente autorizada pelo senhor presidente da República”.³¹

Ocorre que a questão da precariedade do prédio do Arquivo Nacional não era um assunto novo. Já na gestão de Bezerra, o assunto ganhara destaque, quando um projeto arquitetônico foi produzido e autorizado pelo presidente Getúlio Vargas e cuja pedra fundamental seria lançada no dia da comemoração dos cem anos da instituição, o que não ocorreu, e ao longo do Estado Novo também não. Muito contribuiu para isso a opinião do próprio Eugênio Vilhena de Moraes, que, embora reconhecesse a necessidade de uma “sede incombustível” para abrigar o patrimônio documental nacional, defendia se manterem ali as dependências do Arquivo Nacional. Justificava tal posição, segundo ele, com “o testemunho de autorizados observadores estrangeiros” que afirmariam que a instituição “inscreve-se pelas instalações entre os grandes estabelecimentos do gênero em todo o mundo”.³²

²⁹ Departamento de Administração do Serviço Público. Organização e Coordenação; Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Relatório de 1944). Código do fundo: 2C; Notação: Dasp 593, Rio de Janeiro, 1943-1945. p. 76.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Fundo Arquivo Nacional (1818-1992). Assuntos Gerais; Gabinete. Correspondência. Notação: AN 969, Rio de Janeiro, 1944-1945.

Em relação às outras pendências, também foram ainda iniciados movimentos e debates para resolvê-las, mas, até 1945, quando o Estado Novo entra em crise, nenhuma delas havia encontrado solução. Nos seus últimos momentos, quando o governo perdia força, muitos de seus aliados foram demitidos ou entregaram seus cargos, incluindo a cúpula do Dasp, que, por conta disso, já não poderia mais dar continuidade às propostas iniciais referentes às reformas (Torres, 2004).

Considerações finais

As mudanças no âmbito da política, com a instituição de um regime autoritário e a nomeação de Eugênio Vilhena de Moraes como diretor do Arquivo Nacional levaram a instituição a reordenar sua forma de atuação. Assim, de uma postura de maior iniciativa, promotora de conhecimento, Vilhena de Moraes seguiu uma linha mais inerte diante das demandas que lhe eram impostas, reagindo apenas àquilo que era proposto e/ou que julgava ser função cotidiana do Arquivo Nacional. Sua proatividade só estava presente nas ações que não ultrapassavam a função de guarda, de custodiadora da memória nacional.

Com o início do Estado Novo, Vargas radicalizou o processo de centralização do poder nas mãos do Executivo, utilizando duas estratégias para se manter. De um lado, a coerção e, do outro, a propaganda, que, supostamente falando em nome da nação, usava os meios de comunicação para fazer valer seu discurso. Em seu propósito, ainda se encontrava o desejo de implementar um sistema administrativo que permitisse maior eficiência do Estado. Nesse contexto, para Vilhena de Moraes, o Arquivo Nacional seria um apoio ao governo no que concerne ao discurso nacionalista, com sua função de guardião de memória, ocupando, assim, seu lugar tradicional na história da nação brasileira.

O Arquivo Nacional participou das comemorações portuguesas de forma ativa, extrapolando as deliberações determinadas pela Comissão dos Centenários, o que ratifica a ideia de ser o seu diretor um simpatizante e defensor do passado em comum com os lusitanos. No projeto inicial, caberia à instituição apenas produzir publicações ou conceder documentos para que fossem enviados às exposições. A despeito disso, diante do capricho do diretor, encadernações de luxo foram feitas, documentos foram reproduzidos e até mesmo doados ao governo português, ignorando-se a organicidade e gerando descontinuidades. No mais, para os próprios portugueses, o presente recebido não possuía em si um sentido arquivístico, visto que também não possuíam eles a totalidade dos documentos.

Em contraponto a todo seu esforço diante dos Centenários Portugueses, Vilhena de Moraes se mostrou avesso às intenções do governo de fazer uma reforma administrativa. Não apresentou nenhuma oposição declarada à reforma, mas fez uso, a cada nova sugestão ou mudança estabelecida, de algum mecanismo para desviar o Arquivo Nacional do proposto, fosse pela transferência de arquivologistas do quadro de funcionários, fosse pela não movimentação em defesa da construção de um novo prédio. Assim sendo, pôde-se notar que, diante de propostas do Estado de racionalização e burocratização administrativa, que exigiam da instituição uma reordenação interna, existia sempre uma resistência disfarçada, um “agir”, ao se manter inerte.

Por fim, cabe destacar que as habilidades políticas de Eugênio Vilhena de Moraes, com sua rede de influências e condições específicas – com a ressalva de ser uma repartição pequena e com salário de direção abaixo da média – e, ainda, com sua política passiva diante das demandas governamentais, garantiu a permanência desse diretor até 1958, ultrapassando os tempos do Estado Novo.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. *V. XXXIX das Publicações*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1957.
- _____. *Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954. (Publicações Avulsas do Arquivo Nacional – Acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional – PA0078-A).
- _____. *Índice das Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1944a.
- _____. *Resenha geral: dos trabalhos do Arquivo Nacional, em colaboração com a Comissão dos Centenários de Portugal apresentados a sua Excia., o sr. general de divisão Francisco José Pinto, D.D presidente da mesma comissão*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1944b.
- _____. *Elenco: das publicações e dos documentos, originais ou em fotografia, com o respectivo relacionamento, apresentado pelo diretor do Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil, em execução de parte do seu programa de colaboração com a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, presidida por sua Excelência o sr. general de divisão Francisco José Pinto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. *O Arquivo Nacional no Estado Novo: a gestão de Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BLOTTA, Celine Gomes da Silva. *A presença brasileira nas comemorações centenárias de Portugal*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, 2009.
- BRASIL. Decreto-lei 16.036, de 14 de maio de 1923. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16036-14-maio-1923-517753-publicacaoorigi>

- nal-1-pe.html. Acesso em: 13 abr. 2018.
- CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. Subsídios para a história do Arquivo Nacional: o Arquivo na República. V. 2. Manuscrito. In: FUNDO ARQUIVO NACIONAL. Divulgação; Editoração e Publicação. Notação: AN 959, Rio de Janeiro, [196-?].
- _____. Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937. 356 p. (Publicações Históricas, n. 35).
- CORREIO DA MANHÃ. A grande obra seguiu para Portugal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 9, 22 maio 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/o89842_05/1661. Acesso em: 25 fev. 2018.
- _____. Será notável a contribuição do Arquivo Nacional às comemorações dos Centenários de Portugal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 maio 1940. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/o89842_05/1471. Acesso em: 25 fev. 2018.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- _____. Apresentação. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Eduerj; Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 256-264, 2. sem. 2007. Disponível em: <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista24.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUerj, 2011. Cap. 3. p. 115-164. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça.
- LOURENÇO, Mariana Simões. *Do acervo ao livro: as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922)*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1790.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa [Portugal]: Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo, 2007.
- PANDOLFI, Dulce. Apresentação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 9-14.
- RABELO, Fernanda Lima. De experts a “bodes expiatórios”: a elite técnica do Dasp e a reforma no funcionalismo público federal no Estado Novo (1938-1945). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 78-91, jul. 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/323/323>. Acesso em: 2 jun. 2016.
- RIBEIRO, Darcy. Uma Introdução a “Casa-Grande & Senzala”. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 11-42.
- RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- SCHUBERT, Monsenhor Guilherme. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 359, p. 325-330, abr./jun. 1988.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020

Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues Dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional

Henri Boullier de Branche and José Honório Rodrigues: from Archives de Sarthe to Arquivo Nacional / Henri Boullier de Branche y José Honório Rodrigues: de los Archives de Sarthe para el Arquivo Nacional

RESUMO

Relata a missão técnico-científica de Boullier de Branche, recepcionada por José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, apresenta as contribuições de ambos para os arquivos e a arquivologia brasileira. Suas ações consolidam a cooperação arquivística entre a França e o Brasil na formação de arquivistas e na institucionalização da disciplina.

Palavras-chave: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; arquivologia francesa; arquivologia brasileira.

ABSTRACT

It reports Boullier de Branche's technical-scientific mission, received by José Honório Rodrigues at the Arquivo Nacional. Through a bibliographic and documentary research, it presents the contributions from both to the Brazilian archives and archival science. Their actions consolidate the archival cooperation between France and Brazil in the formation of archivists and in the institutionalization of the discipline.

Keywords: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; French archival science; Brazilian archival science.

RESUMEN

Reporta la misión técnico-científica de Boullier de Branche, recibido por José Honório Rodrigues en el Arquivo Nacional. A partir de una investigación bibliográfica y documental, presenta las contribuciones de ambos a los archivos y a la arquivología brasileña. Sus acciones consolidan la cooperación arquivística entre Francia y Brasil en la formación de archiveros y en la institucionalización de la disciplina.

Palabras clave: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; arquivología francesa; arquivología brasileña.

Angelica Alves da Cunha Marques

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/UFRJ), Brasil.

angelicacunha@unb.br

Considerações iniciais

Em 1910, o Congrès de Bruxelles ineditamente reúne mais de quinhentos arquivistas e bibliotecários da Europa e da América do Norte, Central e do Sul, com o propósito de propiciar uma cooperação intelectual universal.¹ Organizado pela Association des Archivistes et des Bibliothecaires Belges, o evento contempla pontos teóricos e técnicos do domínio da arquivoeconomia (serviços de arquivo) e da biblioteconomia, bem como estimula um acordo internacional para a promoção de reuniões similares. Unanimemente, foi destacada a necessidade de preparação científica e a recomendação de ensino superior e diploma universitário para o arquivista (Cuvelier; Stainier, 1912).

De acordo com Babelon (2008), o propósito desse congresso do início do século é postergado até a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1945, e concretizado em 9 de junho de 1948, quando da criação do International Council on Archives (ICA). A partir de 1956, a Unesco desenvolve uma política arquivística, depois confiada ao Département des Bibliothèques et des Archives (1967) – cujas ações se concretizam com fundos da própria Unesco e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –,² entre outras atividades, mediante missões técnico-científicas de especialistas em diversos países, inclusive no Brasil.

Ações de cooperação comercial, técnica, científica e cultural entre a França e o Brasil são oficializadas antes disso, no século XIX, com o *Traité d'amitié, de commerce et de navigation* (France; Brésil, 1826), que inaugura vários acordos bilaterais entre os dois países. Dentre eles, destaca-se o *Accord sous forme d'échange de lettres relatif à la coopération technique administrative entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* (France; Brésil, 1959). Assinado pelo embaixador da França no Brasil e pelo ministro das Relações Exteriores, o acordo é executado pelo diretor da École Nationale d'Administration e pelo diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Prevê a cooperação técnico-administrativa em sete modalidades, dentre as quais a participação de professores e

1 O Brasil é representado por Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1924 (Juvêncio, 2016).

2 Relatório geral do grupo de trabalho Les Archives dans la Coopération (29/6/1972). Fundo Inspection Générale des Archives, custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

especialistas franceses na formação geral e especializada de funcionários públicos brasileiros, assim como o envio desses servidores à França, para estagiar em escolas e serviços técnicos franceses. Os dois países também poderiam promover a “participação de técnicos no estudo de novas técnicas administrativas, de reformas, ou de novos métodos de ensino” (France; Brésil, 1959, art. 2, d).

Tendo em vista essas perspectivas de intercâmbio técnico, sobretudo entre funcionários públicos, há a previsão de concessão de bolsas, pelo governo francês, a servidores brasileiros. Outras modalidades de intercâmbio também são contempladas, possibilitando viagens de estudo para personalidades ou disponibilização de técnicos do outro país, inclusive “a título de conselheiros técnicos, para o desenvolvimento do programa de cooperação administrativa, principalmente no domínio da formação dos funcionários em todas as disciplinas” (France; Brésil, 1959, art. 14). A partir desse acordo, o intercâmbio de professores, pesquisadores e técnicos entre os dois países se intensifica, com a vinda de vários especialistas franceses de diversas áreas ao Brasil.

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa sobre as contribuições da arquivologia francesa à brasileira e atualiza uma tese (Marques, 2011) e uma comunicação em evento (Marques; Oliveira, 2018), com a análise de documentos inéditos. Dedicar-se ao relato histórico das autoridades arquivísticas internacionais que José Honório Rodrigues trouxe ao Brasil, particularmente o arquivista francês dos Archives de Sarthe, Henri Boullier de Branche, que vem ao país, em missão técnico-científica, como *expert* em administração pública.³ Para Buzzatti (2015, p. 118), essas visitas técnicas “imprimiram indelévels marcas na teoria e na prática do trabalho de arquivo no país e deixaram um legado de publicações técnicas com fôlego tal que demonstra sua atualidade e aplicabilidade até os dias de hoje”.

A exemplo de outros professores e pesquisadores que vêm ao Brasil em missões técnico-científicas – como Jean Glenisson, Michel Duchein, Charles Kecskeméti, Paule René-Bazin e Bruno Delmas, cujas viagens ao país foram investigadas em uma pesquisa de estágio de pós-doutorado –, Boullier de Branche marca a história dos arquivos, especialmente do Arquivo Nacional, e da arquivologia brasileira com as suas contribuições, doravante relatadas, com base em uma pesquisa bibliográfica e documental realizada nos Archives Nationales da França (Pierrefitte-sur-Seine,

³ Documento *Experts de coopération technique* (15/11/1960). Fundo Amérique/Questions Culturelles/Coopération Technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques), 1952-1961, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em La Courneuve (França).

França), no Arquivo Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e no Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre.⁴

José Honório Rodrigues: o anfitrião

O Arquivo Nacional do Brasil foi criado em 1838, sob a perspectiva moderna de um arquivo, com a denominação de Arquivo Público do Império.

A história dos arquivos no Brasil pode remontar ao século XVI, porém o modelo dos arquivos modernos, *como havia surgido na França no final do século XVIII*, teve sua chegada prevista na primeira constituição do Império, datada de 1824, e desembarcou em terras brasileiras no ano de 1838. (Buzzatti, 2015, p. 43, grifo nosso)

Desde o final do século XIX, são registradas, nos relatórios da instituição, demandas e preocupações sobre a formação de arquivistas, particularmente do seu quadro técnico (Marques, 2007; 2011). José Honório Rodrigues é nomeado diretor, em 21 de agosto de 1958, e inicia a sua gestão no Arquivo Nacional poucos dias depois, em 29 de agosto, passando a empreender esforços para tornar a instituição “um arsenal da Administração”, de modo a “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (Rodrigues, 1959, p. 5). Três meses depois da sua posse, ele altera a estrutura do Arquivo Nacional, mediante a aprovação de um novo regimento interno, que objetiva alinhar a instituição à moderna arquivologia europeia e à norte-americana (Santos; Lima, 2016).

O então novo diretor do Arquivo Nacional nasceu no Rio de Janeiro, em 1913. Bacharel em ciências jurídicas e sociais (1933-1937), tornou-se historiador nos Estados Unidos (University of Columbia), durante uma viagem que fez entre 1943 e 1944, como bolsista da Fundação Rockefeller (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994). Apresentava-se como “um historiador por vocação”, preocupado com a elaboração conceitual na descrição dos acontecimentos (Glezer, 1976, p. 85).

⁴ Registro meus agradecimentos à arquivista Paula Rafisa Batista de Almeida Marques Ramalho, que colaborou com a pesquisa, no âmbito de um projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao mapear os documentos em São Paulo e Porto Alegre.

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); e no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968). Atuou como professor a partir de 1953; como diretor de Obras Raras e Publicações na Biblioteca Nacional (1946-1958), onde teve acesso a duas importantes coleções, a de Documentos Históricos e a dos Anais da Biblioteca Nacional, colaborando na disponibilização de obras de difícil acesso (Santos; Lima, 2016); e como diretor no Arquivo Nacional (1958-1964), período em que se observam relações entre a metodologia da pesquisa histórica e o discurso técnico-científico associado aos documentos. Entre as políticas documentais públicas e a pesquisa histórica, os arquivos estavam, nesse contexto, na confluência do discurso histórico e dos interesses políticos, administrativos e jurídicos, como explicitado por Buzzatti (2015).

A lacuna existente por não estar o AN [Arquivo Nacional] voltado a trabalhar para a administração pública, e sim para a pesquisa histórica (enquanto coleta documental), tornava a instituição, aos olhos de JHR [José Honório Rodrigues], um exemplo de obsolescência. Esse serviço, essencial ao Estado moderno, permaneceria órfão, enquanto o AN não se incumbisse do papel de “arcabouço da administração”. (Buzzatti, 2015, p. 69)

Como diretor do Arquivo Nacional, Rodrigues se preocupa com a publicação de fontes, reformas e cursos para a formação técnica de pessoal. O seu trabalho à frente da instituição é assim resumido pelo autor:

A transformação da organização é um dos principais aspectos da reforma que JHR pretendia empreender: afastar a forma da instituição da ordem dos documentos e aproximá-la de um formato administrativamente atualizado é o mote central do trabalho do diretor. (Buzzatti, 2015, p. 70)

Indo ao encontro dos estudos empreendidos pelos arquivistas que recepcionara, Boullier de Branche (1975) e Theodore Roosevelt Schellenberg (2015), Rodrigues realiza o seu diagnóstico da situação do Arquivo Nacional, no qual aponta críticas aos problemas por ele considerados fundamentais, tais como o recolhimento (do ponto de vista arquivístico) e a formação de pessoal (do viés funcional), concluindo que “só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar da história” (Rodrigues, 1959, p. 66). Assim, ele empreende um discurso de modernidade arquivística tendo em vista a

superação da lógica histórica, ao enfatizar o papel do arquivo na lógica da administração pública (Buzzatti, 2015).

Além da sua atuação internacional, deve ser realçado o papel de José Honório Rodrigues na divulgação das práticas e do pensamento arquivísticos, por meio de publicações especializadas produzidas pela instituição, especialmente as traduções que passaram a compor a série Publicações Técnicas, por ele mesmo apresentadas e prefaciadas (Marques; Rodrigues, 2017). Seu esforço nesse sentido é reconhecido por pesquisadores da área que lhe sucederam e destacaram a relevância dessas publicações para suprir a escassez de obras técnicas em português sobre arquivos e arquivologia, de forma a “dotar os arquivistas brasileiros de obras clássicas da arquivologia, até então fora de seu alcance” (Fonseca, 1988, p. 101). Ainda nessa linha, Santos e Lima lembram que

dos 27 títulos da série Publicações Técnicas, 25 foram publicados entre 1959 e 1960, o que revela a intenção, a capacidade técnica e a agilidade para colocar à disposição das instituições de arquivo, órgãos públicos e profissionais um conjunto de conhecimentos arquivísticos e informações inéditas no país. (Santos; Lima, 2016, p. 496)

Em 1970, José Honório Rodrigues foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987, deixando um legado de ensinamentos e contribuições, estudadas e reconhecidas no âmbito da história (Glezer, 1976; Iglésias, 1988; Mota, 1988; Alves Junior, 2008; Rodrigues; Mello, 1994; Abreu, 2011; Uhiara, 2014), dos arquivos e da arquivologia (Soares, 1987; Simões, 2013; Buzzatti, 2015; Marques; Rodrigues, 2017; Marques; Oliveira, 2018). Merece destaque a ponderação de Soares, feita há 33 anos, ao assinalar a responsabilidade do diretor do Arquivo Nacional diante da institucionalização da disciplina:

O processo renovador da arquivística brasileira é fruto do empenho do historiador José Honório Rodrigues, quando a partir de 1958 assume a direção do Arquivo Nacional. O estado deplorável em que se encontrava aquela instituição, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender qualquer propósito de modernização, levaram o historiador a repensar seus projetos administrativos e começar o trabalho pelo caminho mais longo: *a formação de pessoal adequado capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente. Em outras palavras: fundar uma arquivística com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos.* (Soares, 1987, p. 7, grifo nosso)

E mais recentemente, sobre a relevância da sua gestão para o Arquivo Nacional e para instituições congêneres, Santos e Lima apreciam a atuação de Rodrigues:

Portanto, não é demais afirmar que José Honório Rodrigues representou um marco, uma inflexão na tradição histórica de diretores do Arquivo Nacional, ao traçar as grandes linhas das transformações necessárias ao Arquivo Nacional e às práticas arquivísticas que vigoravam na administração pública. (Santos; Lima, 2016, p. 498)

Destacam-se os contatos realizados por José Honório com o governo francês e as suas singulares repercussões para a organização dos arquivos brasileiros e para a institucionalização da arquivologia no Brasil, ao não poupar esforços para realizar uma reforma administrativa no Arquivo Nacional (Buzzatti, 2015), formar tecnicamente os seus funcionários e oferecer, à comunidade arquivística que então se formava no Brasil, acesso a obras internacionais de referência arquivística, que passaram a ser traduzidas para o português (Marques; Rodrigues, 2017). Indubitavelmente, esse historiador de perfil intelectual internacionalista foi simultaneamente (cons)ciente dos problemas brasileiros e conectado aos avanços internacionais.

Boullier de Branche: o arquivista francês no Brasil

O cenário brasileiro de recepção a Henri Boullier de Branche, por José Honório Rodrigues, era de uma política nacional-desenvolvimentista, empreendida pelo governo federal e seguida pelas demais esferas institucionais, com o objetivo de superar o atraso e a estagnação (Santos; Lima, 2016). Com sua erudição e intelectualidade ativa e engajada politicamente, “ao assumir o Arquivo Nacional, um dos objetivos de José Honório era contar com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que pudessem colaborar no estudo e no planejamento da reforma institucional que pretendia imprimir” (Santos; Lima, 2016, p. 493). Ele assistia aos primeiros passos da institucionalização da arquivologia como disciplina no Brasil, que, segundo esses estudiosos, eram dados com as primeiras etapas do processo de criação e implantação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final da década de 1950.

O Dasp, a FGV e o Arquivo Nacional, durante a administração José Honório, foram “lugares da arquivologia” que, nas décadas de 1940 a 1960, experimentaram

processos distintos nos quais os arquivos alcançaram um lugar na cultura e no projeto de desenvolvimento institucional. (Santos; Lima, 2016, p. 491)

Atento às oportunidades e sempre proativo no estabelecimento de contatos que colaborariam para a definição dos rumos da disciplina brasileira, no final dos anos 1950, ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública custodiadora de documentos arquivísticos do país, o novo diretor contacta a Embaixada da França no Brasil e solicita a colaboração de um arquivista francês para cursos sobre a organização dos arquivos na França, que era modelo à época. Em seu requerimento, ele explica que

o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o professor arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International [Stage Technique International d'Archives (STIA)] seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento.⁵

Haveria, portanto, um curso de aperfeiçoamento de arquivistas, basicamente quanto às doutrinas, técnicas e métodos e à história e organização dos arquivos na França e na Europa. Esse curso teria a duração de quatro meses e meio e o restante do tempo seria “aproveitado para o estudo da situação do Arquivo Nacional e elaboração de sugestões para sua solução”.⁶

O arquivista francês indicado para essa missão foi Henri Marie Michel Alphonse Boullier de Branche, licenciado em história da Idade Média e arquivista-paleógrafo. O *conservateur des archives* do Ministère des Affaires Étrangères (MAE) já tinha uma experiência profissional de mais de vinte anos como arquivista da comuna de Péronne (Departamento de Somme), dos departamentos de Lozère, de Haute-Loire e de Sarthe, onde trabalhava naquele momento como diretor dos Services des Archives.⁷

⁵ Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França 195[7?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁶ Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur 195[7?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁷ Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

Destaca-se, no seu currículo, as suas experiências profissionais internacionais. Em 1956, Boullier de Branche parte em missão técnica arquivística, no âmbito das Nações Unidas, para a Nicarágua, o que lhe proporciona conhecimento sobre arquivos de países tropicais, especialmente acerca das peculiaridades da conservação dos seus documentos.⁸ No ano seguinte, em 1957, ele publica um livro, *Archivo, organización y métodos*, com conferências realizadas na Escuela Superior de Administración Pública da América Central.⁹ Ainda em 1957, passa por uma entrevista com o diretor-geral dos Archives de France, Charles Braibant, e é indicado para colaborar na Assistência Técnica das Nações Unidas ao Brasil, de acordo com o requerimento do governo brasileiro.¹⁰

Contudo, a missão de Boullier de Branche no Brasil se daria somente dois anos mais tarde, quando o governo do país volta a se aproximar do governo da França, explicitando suas necessidades em um programa de trabalho precisamente descrito, na previsão de cooperação técnica do acordo firmado em 1959 (France; Brésil, 1959). Nessa circunstância, a indicação de Boullier de Branche para a missão, pelo diretor do Dasp, decorre do seu contato com o chefe da Seção de Arquivos e Biblioteca daquela instituição, que fizera um estágio com o arquivista francês, no ano anterior.¹¹

O programa de trabalho para a consecução da missão de Boullier de Branche no Brasil constituía-se de duas partes. A primeira dizia respeito à formação sobre organização de arquivos, com um curso que ele daria na Escola do Serviço Público do Dasp, para o aperfeiçoamento dos funcionários do Arquivo Nacional. Ao longo de quatro meses e distribuído em três horas semanais, o curso compreendia a história, a doutrina, a técnica e os métodos de organização de arquivos, especialmente na França e na Europa. O professor deveria indicar uma bibliografia internacional

⁸ Correspondências de Branche para o diretor dos Archives Nationales (22/6/1956 e 13/11/1957) – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

⁹ Feuilles signalétiques pour les années 1957 et 1958 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹⁰ Request from the Government of Brazil (13/11/1957); correspondências de Boullier de Branche para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 11 e 14 de dezembro de 1957; correspondência do diretor-geral dos Archives Nationales para o ministro de Affaires Étrangères, de 23 de dezembro de 1957 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹¹ Correspondência do chargé d'affaires de France para o ministro de Affaires Étrangères (15/3/1959 – Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

de referência, apontando, inclusive, quais obras deveriam ser traduzidas para o português.

Este curso é organizado pelo Arquivo Nacional, na Escola do Serviço Público. Em funcionamento pela primeira vez, este ano, seguirá um ciclo elementar que acaba de ser aberto. A maioria dos noventa alunos inscritos neste primeiro ciclo já é de funcionários do Arquivo Nacional.¹²

A segunda parte do programa contemplava o estudo de organização e funcionamento do Arquivo Nacional, tendo em vista a proposição de soluções para sua modernização. Dessa parte, particularmente, resultaria o relatório de Boullier de Branche, ao final da sua estada no Rio de Janeiro, cuja primeira edição é de 1960 e a segunda, de 1975 (Boullier de Branche, 1975).

O arquivista francês obtém autorização do governo do seu país para exercer funções de arquivista no âmbito da cooperação técnica internacional, junto ao governo brasileiro, entre 1º de agosto de 1959 e 31 de julho de 1960. Inicialmente, sua permanência seria de oito meses (1º de agosto de 1959 a 31 de março de 1960), mas o governo brasileiro solicita ao francês prorrogação por mais seis meses. Da França, vem a autorização de mais quatro meses, totalizando a estada de um ano.¹³

Com a colaboração do Dasp, então, a formação para o quadro técnico do Arquivo Nacional começa a ser oferecida em abril de 1959, com o curso de preparação do pessoal auxiliar de arquivo, com duração de quatro meses e voltado para as repartições públicas dos institutos educacionais da época. Em setembro do mesmo ano, inicia-se o segundo curso, já com a presença do professor francês. O curso de aperfeiçoamento de arquivo foi divulgado nos jornais da época, conforme extrato a seguir.

O Arquivo Nacional, com o apoio da Divisão de Cursos do Dasp, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do prof. Boullier de Branche, diretor

¹² *Programme de mission de M. Henri Boullier de Branche, expert-archiviste – Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).*

¹³ *Conforme Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França); documentos do fundo Rio Ambassade (télégrames), custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França) e do fundo Amérique/Questions Culturelles/Coopération Technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques), 1952-1961, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em La Courneuve (França).*

dos Arquivos de La Sarthe (França), obtida através da ajuda da Embaixada da França. O curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de arquivos, organização e administração de arquivos, história administrativa do Brasil, paleografia e diplomática, pesquisa histórica e noções de historiografia.¹⁴

No curso que Boullier de Branche ministra na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV, são utilizados artigos das revistas *Archivum* (do ICA) e *La Gazette des Archives* da Association des Archivistes Français (AAF). Da primeira revista, o professor indica a tradução de alguns textos do francês para o português.¹⁵ Ao final da sua permanência no Brasil, Boullier de Branche prepara o *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, no qual examina os principais problemas da instituição. Em relação ao seu pessoal, ele descreve que

o pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu diretor na renovação dos arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia. (Boullier de Branche, 1975, p. 5)

Levando em conta essas lacunas, ele recomenda a oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas no país, inclusive indicando a criação de uma escola com esse fim.

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos

¹⁴ Documento identificado como *Notícia p/ jornal [1959?]* – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

¹⁵ Correspondência do embaixador da França no Brasil para o ministro de Affaires Étrangères (23/5/1959) – Fundo Rio Ambassade (correspondances), custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis. (Boullier de Branche, 1975, p. 17)

Ainda que preocupações nesse sentido tenham sido registradas nos relatórios do Arquivo Nacional desde os anos 1890 e que ações tenham sido empreendidas para a criação de cursos ao longo da primeira metade do século XX, é pela recomendação do arquivista francês que, explicitamente, é criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que entra em funcionamento em 1960. Levando em consideração esse movimento, as palavras de Bourdieu (2002, p. 4, tradução nossa) fazem bastante sentido, ao defender que “os estrangeiros, como a posteridade, têm, em certos casos, uma distância, uma autonomia em relação às restrições sociais do campo”. Esta afirmação pode explicar a legitimidade conferida às observações e sugestões de Boullier de Branche que reiteram as preocupações do Arquivo Nacional e culminam no CPA.

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do país, a formação de pessoal especializado em arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação. (Arquivo Nacional, 1974, p. 13)

Assim, consumavam-se as expectativas de oferta de cursos para a década de 1960, pelo Arquivo Nacional. O curso *permanente* teria a duração de dois anos, com aulas semanais, e deveria “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições”.¹⁶

O CPA inaugura a formação regular dos arquivistas brasileiros e continua sendo ofertado pelo Arquivo Nacional por 17 anos. Nesse ínterim, em 28 de setembro de 1973, é firmado um acordo que regula o seu mandato universitário, concedido pelo conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso é transferido, com a denominação de Curso de

¹⁶ De acordo com o Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia [1960?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

Arquivologia (Brasil, 1977), para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj, hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio), em 1977, em decorrência do termo de convênio assinado pelo diretor do Arquivo Nacional, pelo presidente da Fefierj e pelos decanos dos centros de Ciências da Saúde e de Ciências Humanas dessa universidade.¹⁷ A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da Fefierj, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, dá-se no mesmo ano (Arquivo Nacional, 1977).

Os cursos extraordinários do Arquivo Nacional, assim denominados os cursos avulsos oferecidos, continuavam sendo ministrados de acordo com as conveniências da instituição. Além dos cursos que ministrou, Boullier de Branche colaborou com a identificação e organização de vários fundos, a descrição do fundo da Marinha de Guerra e a revisão de coleções de documentos históricos.¹⁸ O arquivista francês compartilhou a “noção moderna de ‘respeito aos fundos’” (Buzzatti, 2015, p. 87) e ainda “deixou as bases de um método de classificação que, segundo sua análise, a instituição ainda não possuía” (Santos; Lima, 2016).

Ao finalizar sua missão, ele recomenda que a cooperação técnica da França com o Brasil seja permanente, com a disponibilização de um arquivista ou de uma equipe técnica que lhe suceda na formação e no treinamento dos funcionários públicos brasileiros.¹⁹ Esta recomendação é reiterada pelo então embaixador da França no Brasil, quando é realizada uma avaliação da situação da cooperação técnica em matéria administrativa. O arquivista francês também recomenda a disponibilização de um especialista em restauração de documentos, pelo governo francês, ao Brasil, diante da demanda apresentada por José Honório Rodrigues.²⁰ Outrossim, solicita, ao governo do seu país, bolsas para brasileiros participarem do STIA.²¹ Requer, ainda, aos Archives Nationales, autorização

¹⁷ Conforme telex do ministro de Estado da Justiça ao diretor-geral do Arquivo Nacional agradecendo a cooperação no processo de transferência do curso de arquivologia para a Fefierj (Arquivo Nacional, 1977, p. 33).

¹⁸ Correspondência do diretor do Arquivo Nacional do Brasil para o diretor-geral dos Archives Nationales (5/8/1960) – Série Service Technique do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹⁹ Correspondência do diretor-geral del'École Nationale d'Administration para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 25 de fevereiro de 1960. Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, 1959-1960, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

²⁰ Correspondência de José Honório Rodrigues para o diretor-geral do Dasp (20/11/1959); correspondências de Bernard Hardion, embaixador da França no Brasil para o MAE, de 24 de novembro de 1959 e de 8 de dezembro de 1959 – Fundo Rio Ambassade (correspondances).

²¹ Correspondência de Branche para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 1º de se-

para a tradução de textos legislativos e regulamentares sobre os arquivos franceses.²²

A excelência do seu trabalho é reconhecida pelo diretor do Arquivo Nacional do Brasil, que escreve ao diretor-geral dos Archives Nationales para agradecer pela colaboração prestada por Boullier de Branche: “Não posso deixar de exaltar a sua competência, dedicação, assiduidade e afabilidade no trato, tornando-se cada servidor um seu amigo e admirador”.²³

Ainda no plano da cooperação técnica internacional, ele participa de uma missão para a reorganização do Arquivo Nacional de Camarões, por dois anos (de agosto de 1963 a julho de 1965).²⁴ Em outubro de 1973, apresenta-se e é nomeado *conservateur d’archives honoraire*.²⁵

Considerações finais

A proficuidade das relações estabelecidas entre o Brasil e a França, na área dos arquivos, decorreu dos acordos de cooperação que propiciaram a colaboração entre os dois países, para o desenvolvimento de atividades culturais, intelectuais e técnicas, além do compartilhamento de informações, documentos e conhecimentos.

A recepção ao arquivista francês, por um historiador, no Arquivo Nacional, consolidou a parceria técnico-científica entre o Brasil e a França no campo dos arquivos. Dos trabalhos realizados por Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues, foi firmada uma parceria que marcou a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil, definindo os trilhos da sua institucionalização e apontando as trilhas que a levariam à

tembro de 1959 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²² Carta de Boullier de Branche a André Chamson, diretor-geral dos Archives Nationales (16/10/1959); carta de Chamson em resposta à primeira (28/10/1959) – Série Service Technique, do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²³ Correspondência do diretor do Arquivo Nacional do Brasil para o diretor-geral dos Archives Nationales (5/8/1960) – Série Service Technique do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²⁴ Arrêté, par le ministre d’État chargé des Affaires Culturelles, de 5 de junho de 1964. Outros documentos indicam que esta missão tenha sido prorrogada até 1968 (Fiche d’appréciation sur la manière de servir des fonctionnaires de coopération technique, de 16 de maio de 1969) – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²⁵ Arrêté n. 567, de 16 de outubro de 1973 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

sua identidade como disciplina. Inicialmente delineada junto à história – muito em razão do protagonismo do Arquivo Nacional entre os anos 1950 e 1970 –, a arquivologia se aproxima da biblioteconomia e da ciência da informação, nas relações de colaboração que estabelece com essas áreas na sua busca por autonomia.

Podemos afirmar que o encontro de Rodrigues com Boullier de Branche foi exitoso quanto aos seus propósitos, especialmente no que tange à formação dos arquivistas brasileiros. O arquivista francês ministra cursos, colabora na identificação, organização e descrição de fundos custodiados pelo Arquivo Nacional e recomenda a oferta de um curso regular para a formação de arquivistas no Brasil, o CPA, primeiro dos 16 cursos superiores atualmente oferecidos no Brasil. Do legado de Rodrigues e das contribuições de Boullier de Branche, a arquivologia brasileira conquista seus espaços na universidade, propiciando, além da formação de arquivistas, a realização de pesquisas, na graduação e na pós-graduação, sobre a disciplina e seu objeto de estudo – os (documentos de) arquivos.

Ainda que não seja tão conhecido na literatura da área, Boullier de Branche, juntamente ao seu anfitrião, nos deixa um legado de boas práticas, estudos e condutas imprescindíveis à atuação profissional e à formação acadêmica dos arquivistas. Sua participação em cursos no Arquivo Nacional e suas recomendações sobre a oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas no Brasil sintetizam momentos da sua colaboração, rastros de memórias para a compreensão da história dos arquivos, dos arquivistas e da arquivologia brasileira, que, seguindo os ensinamentos de José Honório, torna-se atenta ao desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional, particularmente o francês.

As colaborações técnico-científicas arquivísticas francesas promoveram o compartilhamento de conhecimentos práticos e teóricos da França com o Brasil, mediados por especialistas como Boullier de Branche, cuja autoridade ressoa para a posteridade. Difundidos a partir de intercâmbios, esses conhecimentos são, mais tarde, nutridos por heranças intelectuais e pelas diversas perspectivas abertas a partir de então, ampliados com parcerias com outros países, consideradas as singularidades de cada contexto histórico, político, social, teórico-epistemológico e simbólico.

Referências

- ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo José Honório Rodrigues. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 319-332, 2011.
- ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. In: ANPUH/SP-USP. Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/144391797/Pensamento-Radical>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. Mensário do Arquivo Nacional, ano VIII, v. 6, Rio de Janeiro, jul. 1977.
- _____. Mensário do Arquivo Nacional, ano V, v. 3, Rio de Janeiro, mar. 1974.
- BABELON, Jean-Pierre. Les archives: mémoire de la France. Paris: Découvertes Gallimard Culture et Société, 2008.
- BOULLIER DE BRANCHE, Henri. Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 145, dezembro 2002, p. 3-8. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) o Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BUZZATTI, João Vicente Teixeira. Da máquina erudita à instituição arquivística: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CUVELIER, J.; STAINIER, I. Congrès de Bruxelles 1910: actes publiés par J. Cuvelier et I. Stainier. Bruxelles, 1912. Disponível em: <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- FONSECA, Maria Odila Kah. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 101-110, jul./dez. 1988.
- FRANCE; BRÉSIL. Accord sous forme d'échange de lettres relatif à la coopération technique administrative entre le gouvernement de la République française et le gouvernement des États-Unis du Brésil. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587581487500. Acesso em 22 abr. 2020.
- _____. Traité d'amitié, de commerce et de navigation. Rio de Janeiro, 1826. Informações disponíveis em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/recherche/mae_internet___traites. Acesso em: 24 abr. 2020.
- GLEZER, Raquel. O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da documentação no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2016. 2 v., 341p.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; OLIVEIRA, Eliane Braga. Os saberes e fazeres na institucionalização da arquivologia no Brasil: memória das contribuições francesas. In: CHAUDIRON, S.; TARDY, C.; JACQUEMIN, B. (ed.). Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4^o colloque scientifique international du

- Réseau MUSSI. *Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documental*. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 189-198. 2018.
- _____; RODRIGUES, Georgete Medleg. *Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil*. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 176-191, 2017.
- _____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- _____. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MOTA, Carlos Guilherme. *José Honório Rodrigues: a obra inacabada*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dez. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008. Acesso em: 15 out. 2020.
- RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. *O homem e sua escrita*. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- _____; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. *Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964)*. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.
- SIMÕES, Mariana. *José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional*. In: *Simpósio Nacional de História*, 27., 2013, Natal.
- SOARES, Iaponan. *José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da arquivística brasileira*. *Ágora*, v. 3, n. 6, p. 6-11, 1987. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/50/pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020

Dos sistemas de arquivos à gestão de documentos

Reflexões acerca das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil

From archives systems to records management: reflections about the archival public policies of states' Executive Power in Brazil / De los sistemas de archivos a la gestión de documentos: reflexiones sobre las políticas públicas archivísticas del Poder Ejecutivo de los estados en Brasil

Danilo André Cinacchi Bueno

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor assistente da Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.
danilo.bueno@unirio.br

Ana Célia Rodrigues

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela USP e pela Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.
anaceliarodrigues@id.uff.br

RESUMO

Analisa os aspectos históricos da formulação e regulamentação dos sistemas de arquivos à gestão de documentos, refletindo acerca da institucionalização das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil. Como resultado, apresenta um panorama da regulamentação dessas políticas públicas de gestão de documentos que impactam a promoção do acesso à informação.

Palavras-chave: gestão de documentos; políticas públicas arquivísticas; sistema de arquivos.

ABSTRACT

The research presents guidelines for the use of social networks by Brazilian public archives, characterizing the need for a specific team to create content on social networks, to plan, to assess the performance in relation to the objectives, besides publicizing the indicators achieved with sharing, comments and interactions of the posts of each virtual social network.

Keywords: records management; archival public policy; archival system.

RESUMEN

La investigación presenta directrices para el uso de las redes sociales por los archivos públicos brasileños, caracterizando la necesidad de un equipo específico para crear contenido en las redes sociales, planificar, evaluar el desempeño en relación con los objetivos y además publicar los indicadores logrados con el intercambio, comentarios e interacciones de las publicaciones de cada red social virtual.

Palabras clave: gestión de documentos; políticas públicas archivísticas; sistema de archivos.

Introdução

Gerenciar, preservar e dar amplo acesso aos documentos de arquivo, enquanto um dever constitucional em países democráticos, são ações indispensáveis para a manutenção de direitos e deveres, comprovação de atividades e prestação de contas do Estado perante a sociedade. Os documentos de arquivo são produtos que testemunham as relações e ações humanas e, ao mesmo tempo, são insumos para o funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais documentos são criados para que as instituições e os indivíduos registrem seus atos, realizem seus negócios e assegurem sua continuidade, mais prementes se tornam o planejamento, a formulação e a implementação de políticas públicas arquivísticas para a sua gestão, preservação e acesso.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 prever o dever da administração pública com a gestão e preservação dos documentos de arquivos – ao contrário dos Estados Unidos da América, por exemplo, que desenvolve seus programas de gestão de documentos como uma ampla política de Estado, pelo menos no nível federal –, no Brasil foram as instituições arquivísticas e sua comunidade de profissionais que tiveram um papel fundamental e protagonista no desenvolvimento e implementação da gestão de documentos na administração pública, a partir de projetos de modernização de suas estruturas, capacitação de pessoal e formulação de metodologias adaptadas às realidades jurídico-administrativa, sociocultural e arquivística do país.

É visando contribuir com esse papel social que desenvolvemos e apresentamos o panorama geral da gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas dos Poderes Executivos estaduais no Brasil, identificando componentes e elementos presentes ou ausentes para auxiliar os estados no cumprimento da garantia de acesso à informação, não só do ponto de vista legal, mas principalmente do ponto de vista de sua responsabilidade social.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo apresentar um histórico da formulação e regulamentação dos sistemas de arquivos à gestão de documentos, refletindo acerca de sua institucionalização no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil, bem como um panorama de sua configuração atual.

Gestão de documentos: o modelo dos Estados Unidos e sua influência no Brasil

A literatura arquivística registra que o termo e o conceito do *records management*, em português traduzido como gestão de documentos, foram desenvolvidos durante as reformas administrativas, no final da década de 1940, nos Estados Unidos da América, como uma ampla política de Estado (Estados Unidos, 1950) em um ambiente de constantes transformações em todas as esferas das atividades humanas, como resposta ao aumento da produção e da massa documental acumulada sem tratamento técnico adequado. As teorias, métodos e práticas arquivísticas desenvolvidas até então não conseguiam mais dar conta desse novo cenário.

As constantes transformações nos ambientes de trabalho foram e continuam sendo impulsionadas pelo desenvolvimento e evolução das tecnologias da informação e comunicação aplicadas à produção de documentos, com ampliação da diversidade de suportes, multiplicação da produção documental, aumento do universo de usuários e da demanda de acesso à informação, elevando ainda mais a necessidade do cuidado e controle dos documentos de arquivo em todo o seu ciclo de vida.

Essa realidade impôs, e ainda impõe, a necessidade de maior intervenção dos arquivistas no âmbito da produção de documentos, ou antes da produção, para o planejamento da criação dos documentos de arquivo de forma adequada, antes que estes adquirissem valor histórico ou para identificar esses valores no meio de uma massa documental crescente.

O desenvolvimento do termo e do conceito de gestão de documentos é uma inovação estadunidense intimamente ligada às teorias da administração científica em seu ímpeto de racionalização, economia e eficácia na organização dos recursos e processos de trabalho, incidindo também nos procedimentos e controles de produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos.

No âmbito da concepção do desenvolvimento da arquivologia estadunidense, o *Dictionnary of archival terminology* (ICA, 1984), do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), reforça a ideia de posição de vanguarda dos Estados Unidos nessa prática, conceituando a gestão de documentos como a “área da gestão administrativa geral na busca por economia e eficácia na criação, manutenção, uso e destinação final dos documentos”. Essa discussão passou imediatamente ao contexto internacional, influenciando as práticas e teorias arquivísticas desenvolvidas em outros países até então.

No bojo do conceito de gestão de documentos desenvolvido nos Estados Unidos da América, está a noção de ciclo vital dos documentos, enunciada na década de 1940 pelo arquivista americano Phillip C. Brooks como uma estratégia para sistematizar as fases pelas quais passariam os documentos de arquivo, que foi ampliada com a teoria de valor primário (administrativo) e secundário (histórico) desenvolvida por Schellenberg em 1956. Essa teoria relaciona os documentos de arquivo de acordo com os seus usos, visando à intervenção e ao tratamento técnico nos documentos de valor primário em três fases (produção, manutenção, uso e destinação), tornando-se a base da operacionalização de um programa de gestão de documentos (PGD) e influenciando a construção do conhecimento e das práticas arquivísticas em diversos países, entre eles o Brasil.

A gestão de documentos, por sua natureza dinâmica, também passou pela construção de abordagens teóricas e metodologias específicas no Brasil, influenciadas pela arquivologia estadunidense, que foram sendo adaptadas de acordo com a tradição histórica, jurídico-administrativa e sociocultural do país para a elaboração de políticas públicas arquivísticas que dessem conta de todo o ciclo de vida dos documentos, pela via da formulação dos sistemas de arquivos.

No Brasil, a gestão de documentos, ao contrário do contexto estadunidense, não foi desenvolvida e implementada a partir de uma demanda setorial da administração pública, mas, sobretudo, como uma solicitação legítima das próprias instituições arquivísticas e dos arquivistas, em especial do Arquivo Nacional (AN), com projetos de modernização de suas atividades técnicas, tornando-se referência para os demais arquivos públicos brasileiros.

Esses projetos de modernização têm início na década de 1950, com a gestão do historiador José Honório Rodrigues, então diretor do AN, com a primeira proposta de formulação do Sistema Nacional de Arquivos e a criação de cursos de organização de arquivos permanentes nas dependências do AN, contando com a visita de professores estrangeiros convidados, como o arquivista americano Schellenberg, por exemplo, no final da década de 1950 e início da década de 1960, além das traduções de seis de suas obras, importantes para a área. Entre elas, podemos citar: *A avaliação dos documentos públicos modernos*, em 1959; *Manual de arquivos*, em 1959; relatório intitulado *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*, em 1960; *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, em 1963; e *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, em 1980.

Desse modo, esses primeiros esforços, realizados no âmbito do AN durante a década de 1960, marcam uma nova fase do desenvolvimento

de conhecimento e de práticas arquivísticas no Brasil, fazendo surgir no cenário do debate científico e profissional brasileiro termos como gestão de documentos, documentos administrativos, administração de arquivos correntes, administração de documentos administrativos, administração de arquivos intermediários, sistemas de arquivos, avaliação e seleção de documentos.

Na década de 1970, esses debates foram ampliados fundamentalmente com o associativismo, sobretudo com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da revista *Arquivo & Administração*, a realização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia e a participação de arquivistas brasileiros em congressos e grupos de trabalho internacionais, contribuindo para a construção do conhecimento e de práticas de gestão de documentos no Brasil.

Dada a escassa literatura arquivística brasileira sobre gestão de documentos, a revista *Arquivo & Administração* foi um importante veículo de comunicação e disseminação de conhecimento arquivístico para os debates da área, da qual destacamos um artigo que foi uma inovação na época, intitulado “Avaliação e seleção de documentos de arquivos: problemas e soluções”, publicado em 1975 por Nilza Teixeira Soares. Nesse artigo, a autora ressalta a importância do desenvolvimento de procedimentos metodológicos de levantamento de dados sobre a produção documental nos órgãos públicos federais como requisito para a avaliação e seleção de documentos, tanto na fase de produção quanto na fase de acumulação, dupla problemática enfrentada pelos arquivos brasileiros. O artigo foi utilizado como referencial para as práticas de avaliação nesse período.

Nessa esteira cronológica, a emergência das discussões sobre a necessidade de normas técnicas para o correto funcionamento e a organização dos serviços de arquivos correntes e intermediários nos diversos órgãos públicos é ampliada, a partir da tradução para a língua portuguesa do manual *Arquivos correntes: organização e funcionamento* (Canadá, 1975), do Arquivo Público do Canadá, publicado pelo Arquivo Nacional, e de uma palestra realizada em Ottawa pelo arquivista canadense T. L. Croteau, intitulada “A gestão de documentos”, traduzida por Andresa de Moraes e Castro e publicada na revista *A&A* em 1977, imprimindo as noções de implementação e administração de arquivos intermediários no Brasil. No contexto das práticas de gestão de documentos, essas referências serviram de base para o desenvolvimento de experiências práticas nos arquivos brasileiros.

Outro marco importante se inscreve na década de 1970, mais precisamente em 1975, com a criação da Divisão de Pré-Arquivo do AN e da

segunda proposta de formulação do Sistema Nacional de Arquivos, promulgada em 1978, aproximando a instituição dos arquivos intermediários e correntes da administração pública federal, visto que, até esse período, o AN era concebido por seu caráter exclusivo de arquivo histórico.

Junto a esses esforços e iniciativas, foi na década de 1980, na gestão da então diretora do AN, Celina Vargas do Amaral Peixoto, e tendo em vista o processo de redemocratização do Brasil, que se reconheceu, em termos práticos, a necessidade de o Arquivo Nacional voltar-se para o tratamento dos documentos administrativos, ainda indefinidos quanto ao seu valor histórico, aproximando as instituições arquivísticas das administrações produtoras.

Nesse contexto histórico, as experiências de gestão de documentos desenvolvidas no Brasil estavam voltadas para a formulação de metodologias específicas para a identificação de grandes massas documentais acumuladas e a necessidade de gerenciar os documentos desde a sua produção, para fins de avaliação e recolhimento de documentos com valor de guarda permanente. Essas experiências ampliam a visão tradicional das instituições arquivísticas para o tratamento dos documentos em todo o seu ciclo de vida (corrente, intermediário e permanente), a partir de uma perspectiva integrada, por meio da formulação dos sistemas de arquivos, que pode ser verificada no arcabouço jurídico-normativo arquivístico tanto no Poder Executivo federal, quanto no Poder Executivo estadual.

Com o início do processo de redemocratização do país, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte em 1986, quando se verifica a mobilização do Arquivo Nacional e da comunidade arquivística brasileira para a inclusão da proteção do patrimônio documental brasileiro na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cujo texto foi aprovado e inserido no artigo 216 (parágrafo 2º), que determina como responsabilidade da administração pública a gestão de documentos. O artigo 25 define que “os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição” e o artigo 216 afirma a responsabilidade do Estado com a gestão dos documentos públicos, oficializa e garante o direito do cidadão de ter acesso aos documentos públicos de seu interesse, respeitados os princípios de sigilo e proteção às informações privadas.

Esses dispositivos serviram de base para a formulação da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. A Lei Nacional de Arquivos, como ficou conhecida, é o primeiro instrumento de caráter jurídico e técnico-normativo que

regulamenta, no âmbito federal, a gestão de documentos e o papel dos arquivos públicos e privados, sendo a diretriz básica para a organização dos arquivos estaduais e municipais no Brasil. Em seu artigo 3º, define a gestão de documentos como um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Brasil, 1991), trazendo em seu bojo elementos e termos notadamente conceituais.

A Lei Nacional de Arquivos demarca o regime dos arquivos públicos e da gestão de documentos no Brasil a partir do pacto federativo que concede autonomia aos poderes públicos em sua esfera de atuação, previsto na Constituição Federal de 1988, reforçado pela Lei Nacional de Arquivos no artigo 21, estabelecendo que a “legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta lei” (Brasil, 1991).

Com relação à normativa sobre acesso e proteção de informações públicas e privadas no Brasil, vale ressaltar que ela ocorre vinte anos após a Lei Nacional de Arquivos de 1991, regulamentada pela lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), completando o quadro legislativo sobre os documentos de arquivos no Brasil e intimamente relacionada aos processos de gestão de documentos.

Conforme explica Rodrigues (2013, p. 65), com a vigência da Lei de Acesso à Informação, a demanda social por documentos e informações que caracteriza o Estado brasileiro se amplia cada vez mais. “Todo cidadão passa agora a ter direito de solicitar cópia de qualquer informação contida em documentos produzidos ou acumulados pelos órgãos públicos”. Entretanto, destaca a autora, “as consequências da falta de preparo da administração pública e da dificuldade para estabelecer políticas de gestão para seus documentos e arquivos causarão impactos para a aplicabilidade da LAI no Brasil”, tema emergente no âmbito do debate acadêmico e profissional no Brasil.

Desse modo, a Constituição Federal do Brasil de 1988, a lei n. 8.159, de 1991, e a lei federal n. 12.527, de 2011, demarcam os arquivos e a gestão de documentos no regime federativo no Brasil, e, conseqüentemente, os estados ou unidades federativas devem ter a capacidade de desenvolver e implementar políticas públicas arquivísticas efetivas, entendidas, de acordo com Jardim (2008, p. 7), como:

o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Tendo em vista que a autonomia político-administrativa que caracteriza o Estado brasileiro determina igualmente autonomia para a definição de políticas públicas arquivísticas, buscamos apresentar a trajetória de formulação e regulamentação dos sistemas de arquivos à gestão de documentos, abordando sua institucionalização no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual, e analisar sua configuração hoje, após 29 anos da publicação da Lei Nacional de Arquivos.

O desenvolvimento das políticas de gestão de documentos no Brasil, portanto, tem estreita relação com as atividades de modernização dos arquivos públicos no país, a partir da estruturação dos sistemas de arquivos, integrada ao ciclo de vida dos documentos e sua tradicional divisão por arquivos correntes, intermediários e permanentes, justificando a emergência desse debate.

Sistemas de arquivos: elementos conceituais e sua relação com as políticas arquivísticas

O conceito de sistema tem sua origem na evolução das disciplinas científicas do século XVIII, como a biologia, química, psicologia, entre outras, cujos preceitos evoluíram para uma concepção sistêmica do mundo na década de 1920, configurando-se na denominada Teoria Geral de Sistemas (TGS) proposta pelos estudos do biólogo Ludwid von Bertalanffy.

A TGS, proposta por Bertalanffy, conferiu importância ao pensamento sistêmico como um movimento integrador das disciplinas científicas do século XX e ao entendimento da complexidade das relações do mundo. Por meio de sua concepção de sistema aberto e da necessidade de analisar a diversidade de interações em sua totalidade, a partir de uma visão holística, a teoria leva em conta a constante inter-relação e interdependência dessas interações, superando o modelo clássico de ciência.

Para Jardim (1995, p. 27), na TGS orbitam quatro conceitos fundamentais: “complexidade”, “interação”, “organização” (disposição de relações entre os componentes ou indivíduos, que produzem uma unidade complexa ou sistema, dotado de qualidades desconhecidas no nível dos componentes individuais, com um ou vários objetivos em comum)

e “totalidade” (qualidades emergentes que as partes não possuem individualmente).

Na literatura da Teoria Geral da Administração (TGA), conforme explica Chiavenato (2004, p. 474), a concepção da TGS se fundamenta em três premissas básicas para o entendimento dos conceitos de complexidade, interação, organização e totalidade de um sistema, a saber:

a) Os sistemas existem dentro de sistemas. Cada sistema é constituído de subsistemas e, ao mesmo tempo, faz parte de um sistema maior, o suprassistema. Cada subsistema pode ser detalhado em seus subsistemas componentes, e assim por diante. Também o suprassistema faz parte de um suprassistema maior. Esse encadeamento parece ser infinito. Por exemplo, as moléculas existem dentro de células, que existem dentro de tecidos, que compõem os órgãos, que compõem os organismos, e assim por diante.

b) Os sistemas são abertos. É uma decorrência da premissa anterior. Cada sistema existe dentro de um meio ambiente constituído por outros sistemas. Os sistemas abertos são caracterizados por um processo infinito de intercâmbio com o seu ambiente para trocar energia e informação.

c) As funções de um sistema dependem de sua estrutura. Cada sistema tem um objetivo ou finalidade que constitui seu papel no intercâmbio com outros sistemas dentro do meio ambiente.

Chiavenato (2004) se baseia nos estudos da TGS de Bertalanffy (1973), assim como Jardim (1995), para explicar os sistemas de arquivos, caracterizando um sistema como um conjunto de unidades reciprocamente ordenadas e intimamente relacionadas com objetivos e finalidades comuns, como uma série de atividades e processos que compõe um todo maior e tem uma natureza orgânica, ou seja, uma estrutura mais ou menos estável, na qual a ação de uma ou mais unidades deverá produzir mudanças em todas as outras componentes.

A totalidade sistêmica é algo além da soma das partes, implicando qualidades emergentes que as suas partes isoladamente não possuem. Essa nova unidade, que resulta das relações entre as partes, é forjada simultaneamente a uma organização que isola o caos, o imprevisto e o conflito, sendo não apenas um estado como também um processo. (Jardim, 1995, p. 27, grifo do autor)

A concepção sistêmica se consolida na segunda metade do século XX, desenvolvendo conceitos associados aos termos sistema, complexidade,

interação, organização e totalidade, em constante dinâmica com os ambientes interno e externo em que se encontra determinado sistema, denominado aberto.

O uso do enfoque sistêmico passa a ser aplicado ao universo dos arquivos na década de 1970, com mais expressão na década de 1980, de forma relevante para o planejamento e implementação de sistemas de arquivos, para o desenvolvimento da gestão de documentos na administração pública, tendo em vista as diversas formas de estruturas administrativas de cada país, federalista ou unitário.

Essas discussões foram importantes para a gestação da gestão de documentos no Brasil, pois, conforme apontam nossas pesquisas, foi por meio da formulação de sistemas de arquivos que, no final da década de 1970, a gestão de documentos ganhou destaque no esforço de sistematização dos arquivos correntes, intermediários e permanentes sob a teoria da TGS, como subsistemas e partes integrantes.

No contexto da arquivologia, Heredia Herrera (1991, p. 207, tradução nossa), define que “um sistema de arquivos se configura como um conjunto de atividades articuladas através de uma rede de centros e serviços técnicos para estruturar a transferência, recolhimento, depósito, arranjo, descrição e serviço dos documentos”.

Ainda segundo Heredia Herrera (2011, p. 170, tradução nossa),

partindo da premissa que sistema é um conjunto de elementos e de suas relações que funcionam como um todo, no contexto arquivístico é a estrutura administrativa integrada pelos arquivos nos quais tem competência e responsabilidade de desenvolvimento e execução de uma política arquivística.

A autora acredita ser discutível que a expressão “sistema arquivístico” seja sinônimo de “sistema de arquivos”, visto que a primeira é mais ampla, porque o arquivístico pode abranger tanto os documentos de arquivo quanto os arquivos (instituições), enquanto o sistema de arquivos refere-se exclusivamente aos arquivos como instituições.

Um sistema arquivístico pode entender-se integrado por um corpo legal, uns órgãos competentes, uns arquivos, uns centros específicos para determinadas funções e uns recursos (humanos e econômicos). Também se utiliza sistema de arquivos para referir-se ao conjunto de arquivos de uma organização, relacionados pelo ciclo de vida dos documentos, que alguns estimam como rede de arquivos. (Heredia Herrera, 2011, p. 171)

Por sua vez, Cruz Mundet (2011, p. 75, tradução nossa) explica que o sistema de arquivos “é uma realidade completa em si mesmo, pela sua amplitude e complexidade, e existe a convenção aceita de diferenciar distintas etapas, também denominadas fases, que na realidade são subsistemas ou componentes de um sistema global”.

Esses subsistemas apontados pelo autor estão relacionados com o ciclo de vida dos documentos, que reconhece três etapas ligadas entre si, as quais não são estanques no contexto arquivístico, mas interdependentes. Esses subsistemas, segundo Cruz Mundet (2011, p. 75-76), são: o subsistema de gestão (arquivo corrente), o subsistema intermediário (arquivo intermediário) e o arquivo ou subsistema histórico (arquivo permanente), interdependentes, conforme proposto pela TGS, definidos como sistemas abertos, ou seja, dentro de um determinado sistema coexistem inúmeros outros subsistemas constantemente retroalimentados e assim por diante.

No sistema de gestão ou arquivo corrente, os documentos encontram-se em fase de tramitação e de uso frequente para a gestão dos assuntos vigentes, e estão sob a responsabilidade direta das unidades administrativas ou serviços de arquivo, permanecendo nessa fase por um período que depende da finalização de sua tramitação por várias razões administrativas, jurídicas, financeiras, técnicas etc.

Já o subsistema intermediário ou arquivo intermediário, por sua vez, é composto por documentos que, finalizados seus trâmites, deixam de ser frequentemente consultados, de acordo com os prazos de temporalidade e procedimentos estabelecidos pelas comissões de avaliação de documentos, sendo transferidos para o arquivo intermediário e destinados posteriormente para eliminação ou guarda permanente, caso representem valores secundários culturais, legais, científicos ou históricos.

Na sua terceira fase, temos o subsistema histórico ou arquivo permanente, no qual os documentos, após destinação na fase anterior, são selecionados e recolhidos por seus valores secundários, preservados em condições que garantam sua integridade e amplo acesso, seja para a organização produtora ou por usuários externos ao ambiente organizacional de produção desses documentos, constituindo-se permanentemente como parte do patrimônio histórico e da memória das organizações, países, estados etc.

Esses três subsistemas formam o sistema de arquivos, que por sua vez é um subsistema que compõe o sistema de informações de uma organização, a partir da concepção sistêmica e de sistemas abertos, e são interdependentes entre si. Possuem processos, marcos regulatórios, atividades e metodologias específicas para cada fase, cujo resultado incidirá, em

maior ou menor grau, na organização adequada dos documentos desde sua produção até a destinação final, garantindo acesso e preservação dos documentos de arquivo.

No Brasil, o *Dicionário de terminologia arquivística*, editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (Camargo; Bellotto, 1996, p. 70), conceitua sistema de arquivos como “conjunto de arquivos de uma mesma esfera governamental ou de uma mesma entidade, pública ou privada, que, independentemente da posição que ocupem nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na consecução de objetivos técnicos comuns”.

Porém, para Jardim (1995, p. 53), essa proposta não define se “tais arquivos se referem ao conjunto de acervos arquivísticos da organização, ao conjunto de unidades administrativas incumbidas de serviços arquivísticos ou a ambas as situações”. Para o autor, a maior ou menor precisão com que se estabelecem as partes cuja interação configura o sistema terá implicações na operacionalização do modelo.

Já o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* publicado pelo Arquivo Nacional (Arquivo Nacional, 2005) reitera a definição do *Dicionário de terminologia arquivística* de São Paulo de 1996, ao definir o sistema de arquivos como “conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns”.

Em estudos realizados por Llansó i Sanjuán (2006a), os conceitos de sistema arquivístico e de gestão de documentos são explicados tecendo-se uma complexa rede de relações em torno da noção de instituição de arquivo, fundo de arquivo e ciclo de vida dos documentos, assimilando todas essas categorias com a contemplação do ciclo de vida em fases (ativa, semiativa e inativa) e com a visão tradicional por tipos de arquivos (corrente, intermediária e permanente). Para o autor:

Os componentes de um sistema arquivístico seriam: o fundo, os recursos necessários para desenvolver e manter o sistema, incluindo o pessoal, infraestruturas, recursos tecnológicos e científicos, normas técnicas de organização e gestão de documentos e as normas legais que a regulam, a instituição que produz e gerencia o fundo e patrocina o sistema e a administração de arquivos encabeçada por um agente político responsável, que se encarrega do planejamento, organização e gestão do sistema e que dirige e supervisiona seu desenvolvimento e execução nos arquivos de gestão e centros arquivísticos, que compõem as fases ou estágios de todo o sistema. (Llansó i Sanjuán, 2006a, p. 59, tradução nossa)

Ainda segundo o autor, essa definição se mostra mais completa no que tange ao desenvolvimento da gestão de documentos no seio dos sistemas de arquivos, sejam nacionais, locais, estaduais, municipais ou institucionais, e propõe os componentes e elementos que configuram uma política de tratamento de documentos e arquivos, denominada neste artigo como políticas públicas arquivísticas, que compreendem:

- Legislação e regulamentação como elementos “habilitadores” da aplicação das soluções propostas para o programa de tratamento de documentos e arquivos;
 - estrutura, que compreende os recursos humanos, materiais e financeiros, bem como a posição ou situação do órgão coordenador no organograma da instituição;
 - um programa que englobe os elementos necessários para o tratamento completo, eficaz e econômico dos documentos de uma instituição. Compreende: elementos constitutivos do programa, que desde o ponto de vista teórico podem ser tratados isoladamente: 1) normas para a criação, difusão e recepção dos documentos; 2) tratamento dos documentos ativos (normas de classificação, recuperação e conservação nos espaços administrativos); 3) tratamento dos documentos semiativos (normas de transferência e conservação centralizada e econômica); 4) tratamento dos documentos inativos (normas que regulamentem a conservação, tratamento, uso e avaliação dos documentos com valor secundário ou científico); 5) tratamento dos documentos essenciais (normas para o tratamento particular de certos documentos que, caso se percam ou se alterem, ocasionarão sérias dificuldades para uma instituição).
- Elementos de apoio: 1) inventários dos documentos; 2) tabelas de temporalidade de documentos; 3) planos de classificação de documentos; 4) manuais de gestão de documentos. (Llansó i Sanjuán, 2006b, p. 65, tradução nossa)

A política pública arquivística, portanto, deve ser uma política global de tratamento de documentos e arquivos que contemple todos os aspectos do ciclo de vida dos documentos, que segundo o autor:

Definitivamente, podemos concluir que sistema arquivístico e política de tratamento de documentos e arquivos – integradora de todos os estágios do ciclo de vida dos documentos – devem acabar sendo sinônimos. Falta ao sistema, em sua definição atual, incluir o componente “programa”, que caracteriza a política de tratamento de documentos e arquivos, e assim, com uma perspectiva totalmente integrada, consideramos o ponto final da discussão de como deve ser definido o conceito de gestão de documentos desde uma perspectiva ibero-americana. (Llansó i Sanjuán, 2006b, p. 66, tradução nossa)

A partir da literatura analisada, podemos afirmar que as políticas públicas arquivísticas se configuram como um conjunto de declarações e intenções político-normativas objetivas que orienta o funcionamento dos sistemas de arquivos, suas estruturas, seus componentes, elementos, recursos e atores, e se desdobra em políticas técnico-científicas específicas, como, por exemplo, programas de gestão de documentos, de preservação de documentos, de uso e acesso à informação, que também integram as políticas públicas arquivísticas definidas *a priori* para o tratamento completo do ciclo de vida dos documentos.

Os aspectos apontados podem ser verificados a partir do levantamento de dados realizado no arcabouço jurídico-normativo do Poder Executivo estadual, que revela o processo de construção de suas políticas de gestão de documentos.

Poder Executivo estadual no Brasil: regulamentação dos sistemas de arquivos e da gestão de documentos no âmbito das políticas arquivísticas

Partindo dos pressupostos históricos, teóricos e jurídico-normativos apresentados, podemos tecer algumas reflexões acerca do panorama atual das políticas públicas arquivísticas no contexto do Poder Executivo estadual no Brasil.¹

É importante ressaltar que, para os procedimentos de coleta de dados, considerou-se tanto a legislação (leis, decretos, portarias, resoluções, normas e regulamentos em geral), bem como as informações institucionais disponíveis nos sites das assembleias legislativas, dos arquivos públicos estaduais e dos governos do Poder Executivo estadual. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril de 2017 e janeiro de 2018.

Quadro 1 – Síntese cronológica da regulamentação e da criação dos sistemas de arquivos (Siarq) e dos programas ou sistemas de gestão de documentos (PGD/SGD) no Poder Executivo estadual

¹ Levantamento de dados da tese de doutorado intitulada *Gestão de Documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil*, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, que integra a produção científica do grupo de pesquisa Gênese Documental Arquivística (UFF/CNPq) (Bueno, 2019).

UF	Lei/decreto – Siarq		Lei/decreto – Gestão de documentos (GD)				Órgão deliberativo, formulador, consultivo – Siarq/PGD/SGD	
	Ano de criação	Órgão central coordenador	Ano de criação GD	Ano de criação PGD/SGD	Órgão central coordenador	Órgão executor	Ano de criação	Denominação
RN	1978 – Siarq	Apern	—	—	—	—	—	—
SE	1978 – Siesar	Apes	—	—	—	—	1978	Conselho Estadual de Arquivos
ES	1981 – Siac/ES	Apees	2005	2005 – Proged	Comitê gestor: Seger Apees ITI	Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – Cads	1981	Comissão Estadual de Arquivos e Comunicações Administrativas
CE	1982 – Sedarq	Apec	2000	—	—	—	2000	Comissão Estadual de Arquivos – CEA/CE
BA	1983 – SEA/BA	Apeba	2006	2006 – PGD	Apeba	Secretaria da Administração – Saeb; órgãos da APE, setoriais e seccionais; Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivos – Cada	1983	Comissão Estadual de Arquivo – CEA/BA
SP	1984 – Saesp	Apesp	2004	2004 – Saesp	Apesp	Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – Cada	—	—

UF	Lei/decreto – Siarq		Lei/decreto – Gestão de documentos (GD)				Órgão deliberativo, formulador, consultivo – Siarq/PGD/SGD	
	Ano de criação	Órgão central coordenador	Ano de criação GD	Ano de criação PGD/SGD	Órgão central coordenador	Órgão executor	Ano de criação	Denominação
DF	1988 – Siardf	ArPDF	2009	2009 – SDCA	Seplag	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – CSAD	1988	Conselho de Arquivos do Distrito Federal Conearq/DF
RS	1989 – Siarq/RS	Apers	—	2008 – Siarq/RS	Apers	Comissão de Avaliação de Documentos – CAD	2015	Comitê Gestor
GO	1990 – Siesa	Ahego	2008	—	Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos – AGANP	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – Copad	1990	Conselho de Orientação e Apoio
MT	1997 – Siarq/MT	SAP/MT	2014	2002 – SGD	SAP/MT	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – Cpad	1997	Conselho Estadual de Arquivos
AL	2001 – Siarq	APA	—	—	—	—	—	—
AM	2007 – Searq	Apeam	2017	2017 – Saged	Apeam	Comissão Setorial de Avaliação de Documentos – Csad	—	—
AP	2010 – Siesa	Apeap	2010	—	Apeap	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – Cpad	—	—

UF	Lei/decreto – Siarq		Lei/decreto – Gestão de documentos (GD)				Órgão deliberativo, formulador, consultivo – Siarq/PGD/SGD	
	Ano de criação	Órgão central coordenador	Ano de criação GD	Ano de criação PGD/SGD	Órgão central coordenador	Órgão executor	Ano de criação	Denominação
RJ	2012 – Siarq/RJ	Aperj	2009	2009 – PGD/RJ	Aperj	Comissão de Gestão de Documentos – CGD	2001	Conselho Estadual de Arquivos do Rio de Janeiro – Conearq/RJ
PR	—	Deap	1998	1997 – PGD/PR	Deap	Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos – CSA	—	—
MG	—	—	1998	1998 – PGD/MG	APM	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo – Cpad	1997	Conselho Estadual de Arquivos de Minas Gerais – Conearq/MG
SC	—	—	2008	2008 – PGD/SC	Apesc	Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPADs	—	—
TO	—	—	2012	—	—	—	—	—
MS	—	—	2013	—	APMS	Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo – Cada	—	—
RR	—	—	2014	—	—	—	—	—

UF	Lei/decreto – Siarq		Lei/decreto – Gestão de documentos (GD)				Órgão deliberativo, formulador, consultivo – Siarq/PGD/SGD	
	Ano de criação	Órgão central coordenador	Ano de criação GD	Ano de criação PGD/SGD	Órgão central coordenador	Órgão executor	Ano de criação	Denominação
PE	—	—	2015	—	Apeje	—	—	—
PA	—	—	2017	—	Apep	Órgãos da administração pública estadual direta e indireta	—	Comissão Estadual de Arquivo Público – CEArq/PA
PI	—	—	—	—	—	—	—	—
PB	—	—	—	—	—	—	—	—
MA	—	—	—	—	—	—	—	—
AC	—	—	—	—	—	—	—	—
RO	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	14	—	18	11	—	—	—	—

Fonte: Bueno (2019, p. 312).

Apoiado no artigo 21 da lei n. 8.159, de 1991, que determina que a legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, constatamos que, dos 26 estados da federação e o Distrito Federal, 18 (66,66%) regulamentaram a gestão de documentos, ao passo que os outros nove entes federativos (Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Maranhão, Acre e Rondônia) ainda não o fizeram, representando 33,34% do total, o que indica que o poder público desses estados não desenvolve a gestão de documentos nos parâmetros legais e conceituais.

A situação mais crítica pode ser verificada na região Nordeste, onde se observa que, dos nove estados, apenas três (33,33%) regulamentaram a gestão de documentos (Ceará, Bahia e Pernambuco), ao passo que nos outros seis estados (66,67%) não foi possível localizar instrumentos ou informações a respeito da gestão de documentos, por não existirem ou por estarem indisponíveis para acesso.

Na região Norte, cinco estados (71,42%) possuem regulamentos sobre a gestão de documentos (Amapá, Tocantins, Rondônia, Pará e Amazonas), enquanto nos outros dois estados (28,57%) – Roraima e Acre – não foi possível localizar instrumentos ou informações, igualmente por não existirem ou por estarem indisponíveis para acesso. É importante ressaltar que o estado de Tocantins, apesar de não ter arquivo público estadual, regulamentou a gestão de documentos, mas não apresenta PGD, Siarq ou instrumentos de gestão de documentos regulamentados e publicados.

Na região Sul, somente o estado do Rio Grande do Sul não possui regulamentação da gestão de documentos com base na Lei Nacional de Arquivos, apesar de possuir arquivo público estadual, Siarq, plano de classificação e tabela de temporalidade estruturados e regulamentados.

Do ponto de vista cronológico, o estado do Paraná é o único que regulamentou a gestão de documentos na década de 1990, especificamente em 1998, enquanto os demais estados o fizeram durante as décadas de 2000 e 2010, quase vinte anos após a regulamentação da gestão de documentos prevista na lei n. 8.159, de 1991, demonstrando um descompasso entre a regulamentação e a aplicação da lei em relação ao desenvolvimento de ações concretas para gerir, preservar e dar acesso às informações e documentos de arquivo nos estados do Brasil.

No que tange às definições de gestão de documentos presentes nesses instrumentos regulatórios, todas são determinadas a partir do conceito e termos técnicos de gestão de documentos adotados pela lei n. 8.159,

de 1991. Contudo, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco adicionaram em suas definições de gestão de documentos o termo “classificação”, apesar de entendermos que esta, ao lado da avaliação, é uma função nuclear da gestão de documentos.

Com base na análise detalhada da lei n. 8.159, de 1991, foi possível verificar que o conceito e a operacionalização da gestão de documentos no Brasil são influenciados pelo modelo estadunidense, pois a abordagem teórica no Brasil é adaptada dos manuais técnicos do Conselho Internacional de Arquivos, e principalmente do modelo elaborado por James Rhoads (1983; 1989), que instrumentaliza o ciclo de vida dos documentos a partir de um programa ou sistema de gestão em três fases (produção; manutenção e uso; destinação final).

Também foi possível verificar uma abordagem integrada do sistema de arquivos, notadamente a partir da implementação dos programas de gestão de documentos como um componente a mais dos Siarq, a partir da concepção sistêmica de arquivos correntes, intermediários e permanentes, interdependentes entre si, que possuem processos, marcos regulatórios, atividades e metodologias específicas para cada fase, cujo resultado incidirá, em maior ou menor grau, na organização adequada dos documentos desde sua produção até a sua destinação final, garantindo o acesso e preservação dos documentos de arquivo.

Podemos dizer que, na tradição arquivística brasileira, a abordagem teórica da gestão de documentos é influenciada pelo modelo estadunidense do *records management*, pois a classificação e a avaliação de documentos são desenvolvidas na fase de produção, aplicadas nas idades correntes e intermediárias do ciclo de vida dos documentos. Já os PGD ou SGD são desenvolvidos no âmbito dos Siarq, numa perspectiva integrada do ciclo de vida, contemplados como elementos dos sistemas de arquivos.

Prova disso é que no Poder Executivo estadual no Brasil, identificamos 14 sistemas de arquivos criados antes dos PGD/SGD, representando 51,8% dos 26 estados (e o Distrito Federal) que possuem Siarq, os quais indicam que a operacionalização das atividades de gestão de documentos é realizada nos arquivos correntes e intermediários. São eles: Rio Grande do Norte (Siarq, 1978), Sergipe (Siesar, 1978), Espírito Santo (Siac/ES, 1981), Ceará (Sedarq, 1982), Bahia (SEA/BA, 1983), São Paulo (Saesp, 1984), Distrito Federal (Siardf, 1988), Rio Grande do Sul (Siarq/RS, 1989), Goiás (Siesa, 1990), Mato Grosso (Siarq/MT, 1997), Alagoas (Siarq, 2001), Amazonas (Searq, 2007), Amapá (Siesa, 2010) e Rio de Janeiro (Siarq/RJ, 2012).

Outro dado importante que merece destaque nessa análise é que a gestão de documentos em todos os PGD/SGD identificados, em matéria de autoridade arquivística de gestão de documentos e arquivos, se estrutura política e tecnicamente coordenada pelos arquivos públicos estaduais, com exceção do Distrito Federal, cuja coordenação está a cargo da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag).

Partindo do pressuposto de que os programas ou sistemas de gestão de documentos são componentes essenciais dos sistemas de arquivos, e que por vezes se fundem, conforme estudos apontados por Llansó i Sanjuán (2006a), buscamos verificar a ausência ou presença desse componente no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil.

Nossa pesquisa identificou a existência de apenas 11 PGD/SGD, nos seguintes estados: Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Amazonas.

Nesse universo, buscamos identificar como eles se estruturam. De forma unânime, a execução das atividades de gestão de documentos é operacionalizada mediante a formação de comissões de avaliação de documentos (variando em alguns estados em suas denominações), cujas responsabilidades e atividades são orientar e desenvolver, no âmbito de seus órgãos administrativos, principalmente as atividades técnicas de classificação e avaliação, coordenadas pelos arquivos públicos estaduais, que em todas as legislações sobre sistemas de arquivo também são os órgãos centrais de seus sistemas.

Desse modo, conforme apontamos ao longo deste artigo, o quadro revela que a gestão de documentos no Brasil, especificamente no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual, foi gradativamente sendo institucionalizada a partir da formulação dos sistemas de arquivos estaduais. Os órgãos centrais de coordenação ou reitores desses sistemas são os arquivos públicos estaduais, o que indica também a importância de seu papel como órgãos de apoio à administração pública, desde 1978, quando evidenciamos o primeiro registro de formulação do sistema de arquivos estadual, no estado do Rio Grande do Norte.

Apesar de termos avançado consideravelmente na gestão de documentos nas últimas duas décadas, tanto do ponto de vista legal quanto metodológico, o Poder Executivo estadual no Brasil ainda carece de programas de gestão de documentos estruturados. Essa ausência muitas vezes reduz as políticas públicas arquivísticas à dimensão legal, ignorando o aspecto técnico-científico e metodológico de sua implementação e

marginalizando o papel dos arquivos públicos, tidos como instituições de guarda de documentos históricos.

Retomando as pesquisas realizadas por Rodrigues (2013, p. 65), com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a implementação de programas de gestão de documentos se torna ainda mais importante, pois conforme destaca a autora “as consequências da falta de preparo da administração pública e da dificuldade para estabelecer políticas de gestão para seus documentos e arquivos causarão impactos para a aplicabilidade da LAI no Brasil”.

Apesar das instituições arquivísticas terem um papel social importante na formulação e implementação de políticas públicas, não basta que tenham uma autoridade teórica sobre os arquivos correntes e um controle igualmente teórico sobre as eliminações para evitar a superprodução, acumulação e desordem no arquivamento de documentos, tanto em suas próprias estruturas quanto nos órgãos produtores dos mesmos. É necessário responsabilizar e orientar continuamente as administrações públicas quanto à gestão documental, mediante um programa lógico e racional, bem como a criação de arquivos intermediários para recuperar a fluidez do sistema de transferência e recolhimento, evitando gastos desnecessários com o armazenamento de documentos passíveis de eliminação, o que otimiza o uso e o acesso à documentação vigente e com valor permanente.

Considerações finais

A renovação exigida aos arquivos públicos brasileiros começa a materializar-se pela via de formulação e implementação de sistemas de arquivos na década de 1970 e 1980, buscando a integração necessária do controle do ciclo de vida completo dos documentos, a partir da tradicional divisão dos arquivos correntes, intermediários e permanentes, ainda vigente nas nossas práticas arquivísticas, que começam a desenvolver as atividades de gestão de documentos.

Assim, entende-se que apesar da gestão de documentos ter avançado muito desde a publicação da Lei Nacional de Arquivos de 1991, os estados brasileiros ainda encontram muitas dificuldades de ordem legal, técnica, política e econômica. Apesar desse último aspecto não ter sido explorado na dimensão desta pesquisa, sabemos que a falta de recursos é uma das explicações mais recorrentes para a não implementação da gestão de documentos na administração pública no Brasil, indicando um hiato entre a regulamentação da política pública arquivística e sua materialização no campo prático.

Apesar dos avanços significativos na década de 1990, com a promulgação de leis, manuais, projetos de modernização etc., parece haver uma ingerência técnica das instituições arquivísticas em relação às atividades de gestão de documentos, principalmente no que tange às funções de classificação e avaliação, impactando a produção descontrolada de documentos e fundamentalmente a eficácia do sistema de arquivos estabelecido.

Soma-se a isso a intensa crise política, econômica e institucional vivenciada pelo Brasil em sua formação enquanto nação e república, que parece persistir na atualidade. As políticas públicas estão em risco devido aos inúmeros cortes orçamentários oriundos da política de austeridade do atual governo e, em alguma medida, à instabilidade das instituições públicas e, conseqüentemente, da própria democracia. Este talvez seja o momento propício para nos mobilizarmos e reafirmarmos o compromisso com a gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas, tendo em vista o dever constitucional do poder público com a gestão, preservação e acesso aos documentos em todo o seu ciclo de vida, como garantia de transparência administrativa e memória social do país.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, 51).
- BERTALANFFY, Ludwig Von. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 3 mar. 2020.
- _____. Lei n. 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, jan. 1991. v. 29, n. 6, seção 1, p. 455.
- _____. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2017.
- BUENO, Danilo André Cinacchi. *Gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo estadual no Brasil*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CANADÁ. Arquivo Público. Departamento de Administração de Arquivos Correntes. *Arquivos correntes: organização e funcionamento*. Tradução Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CROTEAU, T. L. A gestão de documentos. Tradução Andresa de Moraes e Castro. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-12, abr. 1977.
- CRUZ MUNDET, J. R. *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Cordinadora de Asociaciones de Archiveros (CAA), 2011.
- ESTADOS UNIDOS. Federal Records Management Act, 1950. 44 U.S.C., chapters 21, 29, 31 and 33. Disponível em: <https://www.archives.gov/about/laws/records-management.html#2901>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- HEREDIA HERRERA, A. *Lenguaje y vocabulário arquivísticos: algo más que un diccionario*. Andalucía: Consejería de Cultura, 2011.
- _____. *Archivística general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: 1991.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). *Dictionary of archival terminology*. Paris: K. G. Saur, 1984. (ICA handbooks series, v. 7).
- JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994/2006). In: *Enancib*, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008. Disponível em: http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/arquivos/infotec/jardim_-_politicas_publicas_de_informacao.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.
- _____. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1995.
- LLANSÓ I SANJUAN, J. *Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte I)*. *Revista Códice*, Jaén, España, v. 2, n. 2, p. 53-88, jan./jun. 2006a.
- _____. *Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte II)*. *Revista Códice*, Jaén, España, v. 2, n. 2, p. 39-70, jul./dez. 2006b.
- RHOADS, James B. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del Ramp*. Paris: Unesco, 1989.
- _____. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio del Ramp*. Paris: Unesco, 1983.
- RODRIGUES, Ana Célia. Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 64-80, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- SOARES, Nilza Teixeira. Avaliação e seleção de documentos de arquivo: problemas e soluções. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 7-14, 1975.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020

O Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos e a busca por documentos da guerra civil farroupilha

The Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos and the search for documents of the farroupilha civil war / El Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos y la búsqueda de documentos de la guerra civil farroupilha

Camila Silva

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil.

camila_historia@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo aborda a atuação do Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos na formação de um acervo de documentos referente à guerra civil farroupilha, no contexto das comemorações do centenário deste acontecimento. A análise busca problematizar as disputas que marcaram a coleta e a seleção destes registros, evidenciando quais foram os atores e os interesses que influenciaram este processo.

Palavras-chave: arquivo; guerra civil farroupilha; memória; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

ABSTRACT

The article discusses the performance of the Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos in the formation of a collection of documents referring to the farroupilha civil war, in the context of the centenary celebrations of this event. The analysis seeks to problematize the work of gathering and electing these records, showing which were the actors and the interests that influenced this process.

Keywords: archive; farroupilha civil war; memory; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

RESUMEN

El artículo analiza la actuación del Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos en la formación de una colección de documentos sobre la guerra civil farroupilha, en el contexto de las celebraciones del centenario de este evento. El análisis busca problematizar el trabajo de recopilación y selección de estos registros, mostrando cuáles fueron los actores y los intereses que influyeron en este proceso.

Palabras clave: archivo; guerra civil farroupilha; memoria; Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos.

As comemorações do centenário farroupilha

As atividades em homenagem ao centenário farroupilha envolveram diversos setores da sociedade sul-rio-grandense. O ano de 1935 foi marcado por uma agenda comemorativa que incluiu desde desfiles cívicos até o Campeonato Farroupilha de Futebol. A grande atração dessa efeméride foi, provavelmente, a Exposição do Centenário Farroupilha, evento que transformou a antiga “várzea do portão” no Parque da Redenção (Machado, 1990). Conforme o relatório apresentado ao governador Flores da Cunha, durante o preparo do local foram realizados “aterros, escavações, drenagem, aberturas de avenidas, calçamentos” que visavam ao “embelezamento da várzea” (Bins, 1936, p. 11). Na imagem abaixo, temos um exemplo dos investimentos que foram realizados na transformação do espaço urbano, visando transmitir a imagem de modernidade.



Figura 1 – Pórtico monumental da Exposição do Centenário Farroupilha. Fonte: Acervo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O espaço abrigou sete pavilhões temáticos, dentre outras construções, que ao todo custaram 2.093:572\$800578 (Bins, 1936, p. 34). Segundo o relatório citado, mais de um milhão de pessoas visitaram a exposição, que contou com 3.122 expositores (Bins, 1936, p. 26). A montagem dos pavilhões e estandes e a participação dos estados brasileiros foram diariamente noticiadas pela imprensa porto-alegrense. Anúncios publicitários divulgavam produtos e serviços para a ocasião da exposição, e notas assinadas pelo prefeito Alberto Bins convidavam a população à visitação. Nos jornais, poesias e crônicas celebravam o passado farroupilha, e edições especiais dedicavam-se a contar a história da “gloriosa epopeia”, por meio da escrita e da imagem.

As longas edições comemorativas foram escritas por intelectuais como Assis Brasil,¹ Fernando Osório,² Dante de Laytano³ e Othelo Rosa.⁴ Estes são apenas alguns dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) que atuaram nas comemorações do centenário para além dos muros da instituição. O próprio instituto ocupou um papel de destaque nas celebrações de 1935, tendo participado do Comissariado Geral da Exposição do Centenário Farroupilha, ao lado dos representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul, da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e do Centro da Indústria Fabril.

Desde 1933 as atenções do IHGRGS voltaram-se para as celebrações do centenário da guerra civil. Em reunião realizada em abril daquele ano, foi decidido solicitar ao governo estadual “dignar-se a destinar uma verba especial de auxílio extraordinário ao instituto para os serviços da comemoração, auxílio este a ser prestado desde o corrente ano”.⁵ A partir de um relatório das propostas para o programa comemorativo, elaborado por Othelo Rosa, foram discutidos e votados pelos membros do instituto os seguintes itens:

- a) realização de um congresso de história sul-rio-grandense a instalar-se em Porto Alegre a vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco. À comissão

1 Joaquim Francisco de Assis Brasil foi membro fundador do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Estudou direito no Largo São Francisco, período em que participou do Clube Republicano Vinte de Setembro. Destacou-se na propaganda republicana pela sua produção no campo intelectual, atuando na escrita de uma memória histórica que visava aproximar os heróis farroupilhas dos políticos republicanos de seu tempo. Em homenagem ao 46º aniversário da guerra civil, publicou a obra *História da república rio-grandense* (1882), encomendada pelo Clube Vinte de Setembro.

2 Fernando Luís Osório Filho foi neto de Manuel Luís Osório, conhecido como marquês do Herval, político e militar que, durante a Revolução Farroupilha, atuou ao lado do Império do Brasil. Seu pai, general Osório, aderiu ao movimento farroupilha. Osório foi membro do PRR e do IHGRS.

3 Dante de Laytano ingressou no círculo dos historiadores como diretor do Museu Júlio de Castilhos, com o apoio de Eduardo Duarte e Alcides Maya, ambos funcionários públicos e sócios fundadores do IHGRS. Em 1935, foi admitido como sócio efetivo desta instituição. Foi sucessivamente chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, diretor do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, e professor de história da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

4 Othelo Rodrigues Rosa iniciou sua carreira como conselheiro municipal, em Taquari. Foi secretário particular do governador Borges de Medeiros e subprocurador geral do estado Rio Grande do Sul. Entre os anos de 1926 e 1930, foi diretor do jornal *A Federação*, e de 1926 a 1930, do *Jornal da Noite*. Na ocasião do centenário farroupilha, ocupava o cargo de secretário da Educação e Saúde Pública no governo Flores da Cunha. Como historiador, atuou junto ao IHGRS desde 1930.

5 Ata da 16ª sessão de diretoria, 11/4/1933 (Revista, 1933, p. 295-297).

de história foi cometida a organização das teses, para o que lhe foi fixado o prazo de dois meses; b) edição especial comemorativa do hino da república, com a fixação da letra verdadeira do mesmo; c) organização, nesta capital, de uma exposição de documentos históricos e objetos da época, inclusive os de uso das forças em operações; d) construção de uma ponte sobre o rio Piratini a fim de dar acesso à histórica vila desse nome, a cuja ponte se daria o nome de “Vinte de Setembro”; e) sugerir ao governo do estado a aquisição do prédio onde esteve instalado o governo da república, em Piratini, a fim de conservá-lo como relíquia histórica, destinando-o ao funcionamento de uma escola; f) conveniente adaptação da toponímia geográfica e urbana à glorificação dos principais vultos da grande revolução, conforme sugeriu o dr. Alfredo Varela, de modo a serem inauguradas as modificações no dia 20 de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, para o que o instituto se dirigirá, oportunamente, ao governo do estado e às municipalidades.⁶

Na exposição realizada no Parque Farroupilha, o IHGRGS foi responsável pela criação do pavilhão cultural, cuja direção foi delegada ao historiador Walter Spalding.⁷ Organizado na recém-construída Escola General Flores da Cunha, o pavilhão foi dividido em 13 seções, dentre as quais estavam as denominadas “história natural”, “instrução pública e particular”, “ciências, letras e artes” e “arquivos particulares” (Bins, 1936, p. 23-24). Ao Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (MJC) coube a organização dos documentos do Arquivo Histórico. Conforme Alcides Maya, diretor do museu, foram expostos no pavilhão cultural: “quadros históricos, mapas, documentos avulsos, exemplares das edições fac-similadas dos jornais *O Povo*, *O Mensageiro*, *O Americano* e a *Estrela do Sul*”.⁸

No relatório referente ao ano de 1935, Alcides Maia⁹ reservou um tópico específico para destacar a participação do museu nas efemérides do centenário. Podemos notar, na leitura do mesmo, a preocupação em

6 Ata da 18ª sessão de diretoria, 25/4/1933 (Revista, 1933, p. 299-300, grifo nosso).

7 Walter Spalding pertenceu ao IHGRGS, onde estabeleceu importantes relações dentro de uma rede intelectual e política. Após as celebrações do centenário farroupilha, foi nomeado oficial no gabinete do prefeito Alberto Bins. Entre os anos de 1939 e 1963, foi diretor do Arquivo e Biblioteca de Porto Alegre.

8 MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. Relatório apresentado ao secretário de Educação pelo diretor do MJC, 19/6/1936, p. 2.

9 Alcides de Castilhos Maya ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou o curso e desenvolveu sua carreira profissional como jornalista e escritor romancista. Membro do PRR, exerceu o cargo de deputado federal entre 1918 e 1921. Foi nomeado diretor da repartição do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers) em 1924. Em 1925, assumiu a direção do MJC, posição ocupada até 1940.

enaltecer a imagem da instituição, exaltando a sua importância na exposição. Segundo o diretor, os documentos “reeditados por este departamento, ali, se exibiram e serviram para elevar bem alto o nome do Arquivo Histórico do estado, tão injustamente desconhecido de nossos homens de letras”.¹⁰ Desse modo, é interessante chamarmos a atenção não apenas sobre o papel das instituições na guarda dos conjuntos documentais, como também no lugar do arquivo no fortalecimento das mesmas.

Cabe ainda ressaltarmos que foi nesse contexto que o IHGRGS realizou o I Congresso de História Nacional, cujos resultados foram publicados no ano de 1936. Em 1934, iniciaram-se os preparativos do evento, tendo sido estabelecida uma comissão formada por João Maia,¹¹ Othelo Rosa e Darcy Azambuja,¹² responsáveis pela definição dos temas orientadores das teses que seriam apresentadas (Revista, 1934, p. 162-165). Ao todo, o congresso abarcou 37 teses, divididas em cinco sessões temáticas, sendo elas: “formação do Rio Grande do Sul”, “história política”; “história militar”; “administração e economia”; e “ciência, letras e artes” (Congresso, 1936, p. 25-28).

Tais teses foram submetidas à avaliação dos congressistas e, dentre os autores que tiveram seus trabalhos aprovados, encontram-se nomes como os de Dante de Laytano, Aurélio Porto¹³ e Walter Spalding. Como demonstra a pesquisa de Martins (2015), estes foram alguns dos intelectuais atraídos para a órbita do IHGRGS na ocasião do centenário. Esse evento marcou “o início do apogeu da autoridade histórica do IHGRGS”, propiciando um ambiente favorável para o desenvolvimento das carreiras dos seus membros (Martins, 2015, p. 143). A estes historiadores foi reservada, então, a incumbência de realizarem uma releitura oficial do passado farroupilha.

A produção de uma escrita sobre esse episódio não pode, contudo, ser compreendida de forma isolada da construção do passado operado no âmbito nacional. De acordo com Gomes, durante as primeiras décadas do século XX estabeleceram-se novos parâmetros sobre a forma de narrar

¹⁰ MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320. Relatório apresentado ao secretário de Educação pelo diretor do MJC, 19/6/1936, p. 2.

¹¹ João Maia foi sócio fundador do IHGRGS. Formou-se em filosofia e foi funcionário da Provedoria de Justiça Pública de Porto Alegre.

¹² Formado em direito, Darcy Azambuja foi professor e promotor público. Ocupou a importante posição de secretário do Interior no governo de Flores da Cunha. Ingressou no IHGRGS em 1929.

¹³ Aurélio Porto, formado em jornalismo, foi funcionário público, tendo ocupado o cargo de arquivista no Museu Julio de Castilhos.

a história da nação. O desapontamento em relação à Primeira República e as esperanças depositadas na Revolução de 1930 apresentaram novas questões para a legitimação do regime que se pretendia instaurar. Ao historiador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) coube, portanto, a tarefa de erguer um “passado comum” à nação, visando criar um “sentimento de patriotismo” e uma “consciência coletiva” (Gomes, 2009, p. 24).

O projeto de nacionalização do governo getulista, para além da política, no sentido mais estrito do termo, teve repercussões em diversos setores da sociedade brasileira. Sem dúvida, os intelectuais – especialmente aqueles vinculados ao IHGB, e, na região Sul, ao IHGRGS – tiveram papel fundamental na tentativa de criação de uma unidade nacional, contribuindo para a escrita de um passado coeso para a pretendida nação. No Rio Grande do Sul, a construção de uma identidade regional mediante a emergência do nacionalismo foi marcada pela afirmação do seu pertencimento à nação. Assim, os historiadores da congênera sulina tinham a missão de habilitar a memória de um passado marcado pela dissensão política para a sua comemoração em 1935. Tal tarefa exigia, portanto, a reunião de documentos que, como a escrita da história, seriam objeto de disputa pela memória farroupilha.

O Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos

Arquivos, como lembra Assmann, “são sistemas de registro que agem como meios de armazenamento externo” da memória econômica e da administração (2011, p. 367). Dentro dessa perspectiva é que surge, em 1848, a primeira iniciativa para a formação de um arquivo público no Rio Grande do Sul.¹⁴ Contudo, com pouco mais de dois anos de funcionamento, o Arquivo Provincial foi extinto, ficando autorizada a remoção dos seus documentos, “para o estabelecimento que melhor convier”.¹⁵ A curta duração desta instituição foi justificada no relatório do presidente da província pela já existência de um arquivo, criado pelo governo imperial,¹⁶ onde ele argumenta: “A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos pode ser feita na Secretaria do Governo, em

¹⁴ Lei n. 150, de 5 de agosto de 1848 (Spinelli, 2005, p. 87).

¹⁵ Lei n. 199, de 5 de dezembro de 1850 (Spinelli, 2005, p. 87).

¹⁶ Trata-se do Arquivo Nacional, criado pelo regulamento de 2 de janeiro de 1830 (Relatório, 1850, p. 8).

lugar especial do seu arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do secretário da Presidência, sem despesa alguma” (Relatório, 1850, p. 8).

Passados quase sessenta anos, o projeto de um arquivo regional foi retomado, com a fundação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), em 1906.¹⁷ Juntamente com o MJC, criado em 1903,¹⁸ o arquivo compunha o aparato governamental dedicado à gestão da memória. O surgimento dessas instituições estava inserido num contexto de reorganização da estrutura estatal, na qual foram investidos recursos para a ampliação e o fortalecimento das instituições públicas. No que tange aos órgãos citados, devemos lembrar que o seu surgimento estava atrelado à necessidade da elite política republicana em constituir um lugar para disciplinar e controlar a história local, conforme demonstra Nedel (1999, p. 63).

Essa questão pode ser observada no direcionamento dado pelo primeiro regulamento do arquivo. Este previa a guarda de documentos ligados à trajetória do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), tais como a coleção do jornal *A Federação*, relativos à propaganda republicana; outros referentes ao governador Julio de Castilhos e ao seu arquivo político; além de proclamações e ordens do dia das forças republicanas. Podemos observar que, dentre outras funções, essa instituição destinava-se a arquivar o próprio tempo presente em questão, constituindo um suporte material para a memória do governo republicano – problemática que merece um estudo aprofundado.

A Revolução Farroupilha, mito fundador da identidade republicana, não passou despercebida nesse regulamento, que designava a conservação de “originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação”.¹⁹ Cabe lembrar que, desde a segunda metade do século XIX, surgiram os primeiros indícios de uma busca por testemunhos materiais da “epopeia farrapa”. Lazzari (2004), ao se debruçar sobre a experiência dos letrados sul-rio-grandenses, salienta o uso da memória e dos símbolos ligados à guerra civil farroupilha por intelectuais políticos ligados ao PRR. De acordo com o autor:

A experiência da extinta república rio-grandense oferecia aos partidários da “ideia nova” um marco fundador, uma história e uma tradição inventada às quais ancorar sua causa, ainda que aquela geração não dispusesse de estudos

17 Decreto n. 876, de 8 de março de 1906 (Spinelli, 2005, p. 88-100).

18 Decreto n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Spinelli, 2005, p. 82-86).

19 Decreto n. 589, de 30 de janeiro de 1903 (Spinelli, 2005, p. 90).

específicos sobre o período e pouco conheceria daquele tempo além de fragmentos disponíveis em documentos esparsos e na transmissão oral. [...] Além da tarefa de tornar pública e divulgar a memória dos heróis e seus ideais por estes meios, os militantes do partido que se organizava nas décadas de 1870 e 1880 depararam-se com o desafio de elaborar uma história escrita e organizar uma narrativa possível de ser amplamente divulgada pela imprensa. (Lazzari, 2004, grifo nosso)

Com o decreto n. 1.994, de 27 de junho de 1913 (Spinelli, 2005, p. 101), o arquivo público passa por uma reestruturação que, dentre outras medidas, cria a sua 2ª seção, reservada à guarda e à catalogação de documentos históricos. Assim, os documentos com essa classificação, previstos no regulamento desde a sua primeira versão, passaram a ser de sua responsabilidade e foram alocados nessa repartição. Outro ponto importante nessa transformação diz respeito à publicação das memórias históricas. Prevista desde a criação do arquivo, essa função passa, a partir de então, a ser periódica:

Art. 30 – Organizados definitivamente os trabalhos do arquivo público, iniciará esta a publicação periódica de memórias históricas sobre o Rio Grande do Sul.

[...]

Art. 32 – As memórias compreenderão a publicação dos documentos existentes, não reservados, relativos à história e geografia do estado, seus servidores etc.

Art. 33 – As memórias publicarão também índices dos catálogos feitos e conterão as efemérides sociais e políticas do Rio Grande. (Spinelli, 2005, p. 108)

A nova legislação previa, ainda, novos recursos para o Arquivo Histórico. Com a setORIZAÇÃO desse órgão, novos cargos foram criados, como o de chefe da seção e o de primeiro oficial, o que ocasionou mais investimentos nessa instituição. Observando as planilhas de despesa do arquivo, notamos que o valor anual de 7:256\$000, vigente até o ano de 1913, aumentou para 12:000\$000, após tais alterações.²⁰

Foi nessas condições que Eduardo Duarte assumiu a chefia da 2ª seção do arquivo, em 1920. Duarte iniciou sua carreira no funcionalismo público estadual em 1899. Formou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Porto Alegre, em 1921. No mesmo ano em que iniciara seu trabalho no arquivo,

²⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa.

participou da fundação do IHGRGS, ocorrida no salão nobre do primeiro. Duarte, à época chefe da 2ª seção do arquivo público e secretário do instituto, declarou:

Pois bem, esta seção, que tem obrigações que tão bem se coadunam com os fins do instituto, sente-se verdadeiramente confortada com a bela iniciativa e está certa de que, num encontro de fins e deveres, dele resultará um feliz consórcio, cujos frutos não tardarão a aparecer.²¹

Não por acaso o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nascera nas dependências do arquivo público. Conforme sublinham Nedel (1999) e Martins (2015), a relação de interdependência entre o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, o IHGRGS e o MJC (Museu Julio de Castilhos) deve-se principalmente ao fato de essas instituições compartilharem entre si os mesmos dirigentes. Além do caso de Duarte, Florêncio de Abreu foi, simultaneamente, diretor do arquivo público e presidente do IHGRGS. Ao observar a intersecção desses órgãos na trajetória do instituto, Martins observa que “formavam uma rede de cooperação (e não de competição), tanto no âmbito ‘político’ quanto no aspecto da logística de seu funcionamento e da pesquisa histórica” (2015, p. 79).

A busca por documentos da guerra civil farroupilha

Analisando os relatórios do Arquivo Histórico entre os anos de 1920 e 1935, podemos dimensionar o resultado do trabalho de Eduardo Duarte, especialmente no que tange à função do arquivo de reunir registros do período farroupilha e à publicização dos mesmos. No levantamento referente a 1920, foram computados apenas dois documentos relativos à Revolução Farroupilha, dentre os 1.107 documentos catalogados naquele período. No ano seguinte, a seção apresentava pela primeira vez um tópico dedicado à guerra civil, intitulado “Revolução de 1835”. Nele, Eduardo Duarte salientava a necessidade de a instituição dedicar seus recursos para a formação de um acervo sobre essa temática:

Sendo esse movimento revolucionário um dos cometimentos mais estu-
pendos dos rio-grandenses legendários, dos farroupilhas gloriosos, que se

²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

empenharam em uma luta titânica para a conquista da liberdade sonhada, sempre nos despertou vivo interesse a história deste período, cheia de lacunas, em virtude da *deficiência de documentação decisiva*, inofismável, podendo o historiador, quase sempre parcial, dar livre expansão às suas pendências apaixonadas por uma ou outra facção.²²

Durante as quase duas décadas em que dirigiu a instituição, Duarte voltou seus esforços para a aquisição de arquivos particulares ou até mesmo documentos avulsos que remetessem à Revolução Farroupilha. Em 1923, o diretor afirma ter encontrado, “entre os papéis” arrecadados na Delegacia Fiscal, inúmeros documentos do decênio farrapo. O relatório destaca “um detalhado balancete das despesas feitas pelo governo intruso durante a sua existência em Porto Alegre”. Eduardo o classificara como “um documento preciosíssimo, de alto valor histórico, que já foi aproveitado por eminente escritor”. “Para se aquilatar da importância dos papéis que a seção possui”, o diretor apresentara, ainda, uma “relação global” dos documentos do fundo “Revolução de 1835”, totalizando 3.403 peças.²³

Nesse mesmo ano, o governo do estado adquiriu o acervo de Alfredo Ferreira Rodrigues,²⁴ formado por 143 volumes, inicialmente classificados como “livros manuscritos”, “obras e memórias”, “Guerra do Paraguai” e “jornais”.²⁵ Com essa coleção, o arquivo não apenas agregara um interessante número de artefatos sobre a guerra civil, como também passava a abrigar o conjunto reunido e utilizado por Rodrigues no seu embate historiográfico com o pesquisador Alfredo Varela.²⁶

²² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921. Grifo nosso.

²³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

²⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. Como parte do programa comemorativo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o Arquivo Histórico publicou o catálogo da coleção Alfredo Ferreira Rodrigues. Essa questão foi abordada por Stumpf (2015).

²⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1921.

²⁶ Na virada do século XIX para o XX, os historiadores Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues protagonizaram um intenso debate sobre a Revolta dos Farrapos. Dentre as principais divergências, destaca-se a oposição sobre o desfecho do Massacre de Porongos. O primeiro historiador afirma que a morte dos lanceiros negros foi premeditada em um acordo entre David Canabarro, da parte farroupilha, e o Duque de Caxias, representante do Império, a fim de criar as condições necessárias para um acordo de paz – uma vez que a liberdade prometida aos lanceiros negros os tornou um empecilho para o término da guerra. O segundo acredita

Em 1925, o arquivo público passou por nova reorganização, na qual a 2ª seção foi desmembrada dessa instituição e incorporada ao MJC. Nessa transição, o museu passou por um processo de reorganização, que exigiu a elaboração de um novo regimento. “Incumbido de remodelar” o Arquivo Histórico, Duarte escreveu ao diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) solicitando um exemplar do regulamento daquela instituição, pedido que lhe foi prontamente atendido.²⁷ O regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul foi aprovado por Borges de Medeiros, em 24 de dezembro de 1925. A parte dedicada ao Arquivo Histórico, baseada no texto da instituição congênere, incumbia à reparição, no seu artigo 2º, inciso VII: “Organizar o arquivo histórico do Rio Grande do Sul, reunindo e catalogando” documentos referentes a mais de vinte temáticas estipuladas no regulamento. Nessa listagem, um item dedicava-se aos “originais ou cópias autênticas das proclamações, decretos, ordens do dia, crônicas de campanha, manuscritos, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação”.²⁸

Ao encontro desse objetivo, Duarte apresentara no 1º Congresso das Municipalidades²⁹ a tese intitulada *Contribuição dos municípios na organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (Duarte, 1929). Esse evento político, como abordam Abreu (1996) e Bakos (2013), tentou conciliar os partidários do governo de Getúlio Vargas e da oposição, buscando apoio entre os chefes municipais. Nele, foram apresentadas diversas teses que versavam, em sua maior parte, sobre a instrução pública – além de questões como saúde, agricultura e pecuária, administração, segurança, dentre outras. No que compete ao Arquivo Histórico, podemos notar uma preocupação na fala de Eduardo Duarte em recuperar do esquecimento a função da instituição, salientando, principalmente, o trabalho desenvolvido durante a sua gestão:

que o ocorrido em Porongos foi uma trama para desestabilizar os farroupilhas e desmoralizar Canabarro, alegando ser falsa a carta na qual Caxias comunica a Francisco Pedro de Abreu o dia e local do ataque, previamente combinado com Canabarro, que desarmara os infantess.

²⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Ofício de Eduardo Duarte a João Alcides Bezerra Cavalcanti, 26/1/1925, Porto Alegre. Ofício de João Alcides Bezerra Cavalcanti a Eduardo Duarte, 11/2/1925, Rio de Janeiro.

²⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1926, p. 2-3.

²⁹ O Congresso das Municipalidades ocorreu em julho de 1929, em Porto Alegre. O evento tinha como objetivo, conforme seu estatuto, “promover, pela cooperação do estado com os municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns” (Bakos, 2013, p. 32).

Nos dias que correm já sabemos, felizmente, da existência de um arquivo histórico do Rio Grande do Sul... E mais: que esse arquivo é de uma opulência verdadeiramente confortadora.

O que aí se tem feito nos últimos anos, desdobramento desse arquivo, a catalogação por método prático, com beneditina paciência, nos tem revelado o valor dessa documentação, até então ignorada, e hoje frequentemente consultada pelos estudiosos, visando [a] um proveito útil.

[...] Os intelectuais, aqueles que se dedicam à literatura histórica, comparecem à citada repartição continuamente em demanda de preciosos subsídios de valor documental, como comprovam insofismavelmente as suas asserções. E isto é altamente confortador, pois vai assim desaparecendo o comércio dos fazedores de compêndios, daqueles que escrevem histórias copiando, muitas vezes servilmente, o que outros fizeram ou endossando afirmações que estão a pedir bolos de palmatória. (Duarte, 1929, p. 5)

Os intelectuais *funcionários públicos*, como demonstra Martins, galgavam seu espaço em um campo marcado pela “dependência da posição dos intelectuais, reconhecidos e legitimados como tais por seus pares, em relação ao espaço de poder e seus agentes” (2015, p. 154). A partir do estudo de trajetórias como a de Eduardo Duarte, o autor verifica que o valor da produção histórica era insuficiente para a conquista de uma posição, sendo necessário o estabelecimento de relações com os agentes do estado “para auferir ganhos profissionais, simbólicos e econômicos” (Martins, 2015, p. 151). Considerando esse cenário, podemos dimensionar o papel do Arquivo Histórico na trajetória profissional de Eduardo Duarte. Se, por um lado, é notável a importância da sua administração para a especialização da instituição, de outro é perceptível que esta constituiu um recurso fundamental para a sua emergência enquanto intelectual.

Desse modo, retomando a citação anterior, identificamos na ocasião do Congresso das Municipalidades um momento conveniente para a projeção da figura de Duarte e do seu trabalho como diretor do arquivo. Este encontro contou com a presença de indivíduos ligados ao meio intelectual e político do estado, estando presentes líderes como Getúlio Vargas, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha e Assis Brasil – além de intendentess de quase todos os municípios do Rio Grande do Sul. A visibilidade de um indivíduo oriundo do setor médio no funcionalismo estatal por tais lideranças representava uma importante estratégia para a formação e o fortalecimento das relações em uma rede de intelectuais e políticos.

Buscando, portanto, o reconhecimento público da função social do arquivo, Eduardo ressaltara na referida tese alguns dos trabalhos realizados sob a sua coordenação – como a organização dos catálogos do acervo e, especialmente, a divulgação da sua documentação (Duarte, 1929, p. 6). A *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*³⁰ e a *Revista do IHGRGS*³¹ foram os principais veículos para a publicação destes documentos, assim como de ensaios históricos produzidos a partir deles. No discurso de Othelo Rosa, renomado membro do IHGRGS, temos um exemplo do reconhecimento desse trabalho:

*A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tem contribuído poderosamente para estimular o carinho dos nossos escritores pela história. Essa publicação – como a Revista do Arquivo Público, que já contém uma preciosa documentação – não só facilitando a consulta às fontes, outrora esparsas, sem nenhuma sistematização, como ainda dando a lume trabalhos excelentes, que excederiam as possibilidades da imprensa diária, despertou entre nós o gosto pelos assuntos históricos, etnográficos, geológicos e geográficos.*³²

Na correspondência do Arquivo Histórico encontram-se alguns ofícios remetidos pelo IHGRGS solicitando a disponibilização de documentação para consulta dos seus sócios pesquisadores. Exemplo disso foi o pedido feito por Florêncio de Abreu, um pouco antes da desanexação da 2ª seção do arquivo público:

Tendo a comissão diretora da revista deste instituto manifestado desejos de divulgar algumas peças históricas referentes à revolução de 1835, arquivadas nessa repartição, solicito-vos permissão para fazer extrair as precisas cópias de tais documentos.

O início do trabalho seria dado com a correspondência trocada entre Bento Manuel Ribeiro, figura histórica de grande destaque no

³⁰ A revista é uma derivação da *Revista do Arquivo Público*, criada em 1920, à época em que o arquivo histórico funcionava como a 2ª seção do arquivo público.

³¹ Fundada em 1921, a *Revista do IHGRGS*, conforme Martins: “teve um papel central como instrumento organizador e divulgador da agenda intelectual proposta pelos historiadores reunidos no instituto histórico. Foi o principal instrumento de visibilidade institucional (ante as instituições homólogas no Brasil e no exterior) e da agenda proposta pelos historiadores rio-grandenses” (Martins, 2015, p. 85).

³² Museu da Comunicação Hipólito José da Costa. *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1932, p. 3.

memorável período, e o Duque de Caxias, então presidente da província e general em chefe do exército da legalidade, seguindo-se-lhe quaisquer outras peças a escolha e critério da citada comissão.³³

Esse extrato nos possibilita entrever o intercâmbio entre as duas instituições. Se por um lado o Arquivo Histórico era fundamental aos historiadores do IHGRGS, por lhes fornecer a matéria-prima das suas pesquisas, por outro, o resultado destes estudos, uma vez publicados nas referidas revistas, conferia visibilidade às atividades desenvolvidas no arquivo. Tais publicações dotavam de sentido a existência do Arquivo Histórico, e não passariam despercebidas na palestra proferida por Eduardo Duarte no Congresso das Municipalidades: “Milhares de papéis avulsos, já selecionados, constituem, de pronto, objeto de estudo dos nossos intelectuais que, deles tirando o necessário proveito, tem-nos integrado à luz da publicidade através de monografias, conferências, artigos de jornais etc.” (Duarte, 1929, p. 7).

Ao mencionar o trabalho divulgado nestas revistas, Eduardo buscava, enfim, ressaltar a “opulência do arquivo histórico rio-grandense” (Duarte, 1929, p. 6). Atenção especial foi destinada à *Revista do IHGRGS* que, conforme destacara, desde 1925 publicava “assuntos de 35 para divulgação de preciosos papéis”. A expectativa do diretor do arquivo era de instituir “a história documentada da epopeia farroupilha”. Para tanto, criara a série denominada *Documentos Interessantes (1835-1845)*, com a qual projetava a abertura do “ciclo das comemorações com que solenizaremos o centenário do grande acontecimento” (Duarte, 1929, p. 7).

Conforme destaca Martins, a repercussão da *Revista do IHGRGS* era restrita aos membros da comunidade intelectual (2015, p. 90). Provavelmente, a circulação da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* ocorria neste mesmo círculo. Desse modo, o centenário da Revolução Farroupilha representava uma possibilidade de maior destaque social para esses indivíduos e instituições, por meio da ampla inserção na agenda de atividades da capital. Idealizando o envolvimento do Arquivo Histórico nas celebrações do centenário, Duarte assim apresentara o projeto *Documentos Interessantes (1835-1845)*:

Excuso dizer-vos, senhores, donde saiu tão valiosa documentação; nada procuramos fora (ou pelo menos não encontramos), sendo utilizado apenas prata

³³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Correspondência de Florêncio de Abreu a Alcides Maia, em 6 de março de 1925.

da casa. E de fato, aquele que consulta os nossos catálogos, que examina as nossas coleções, que entra naquela oficina de trabalho para conhecer a obra dos nossos maiores, fica deveras surpreendido em ver o acervo que possuímos, papéis que têm resistido à ação destruidora do tempo e, mais do que isso, ao criminoso abandono em que jazem no perpassar de várias gerações. Não foi, porém, sem tempo que o honrado governo do estado pensou em salvar o nosso arquivo histórico de um fatal desaparecimento. Façamos ainda uma referência às nossas coleções, ao que concerne ao decênio farroupilha. [...] Temos sempre, ao desdobrar o nosso arquivo histórico, dedicado especial atenção a tudo quanto se há encontrado atinente à grande revolução que enche, sem dúvida, um dos mais belos capítulos da história regional. (Duarte, 1929, p. 7, grifo nosso)

Assim, Duarte salientava a importância de “não esperar o ano de 35” para a divulgação do material guardado no acervo da instituição. Nesse sentido, advertira: “que os estudiosos, no silêncio dos seus gabinetes, possam ter à mão os subsídios de que precisam, provenientes de fonte oficial para a sua contribuição ao magno acontecimento” (Duarte, 1929, p. 7-8). Tendo em vista esse objetivo, conclamava que os municípios cedessem ao MJC os documentos de que dispunham em seus arquivos e repartições, lançando a seguinte questão: “Pertencem tais papéis aos municípios, se até lá chega a sua autonomia, ou devem ser incorporados ao patrimônio do estado?” (Duarte, 1929, p. 9).

Apesar da inexistência de alguma legislação que versasse sobre a gestão do patrimônio histórico e cultural na década de 1920, notamos na fala do diretor do Arquivo Histórico certa preocupação com tal questão. Assim, Duarte responde a sua própria indagação, requisitando para o arquivo o direito e o dever sobre o patrimônio documental do estado. Em meio às lideranças no Congresso das Municipalidades, ele afirmou que

todos esses papéis, de inestimável valor, devem ser recolhidos ao arquivo do estado. Aí é o seu lugar: recebidos com o merecido carinho, estudados, catalogados, dados à luz da publicidade, deles será tirado o maior proveito à história do Rio Grande do Sul. Senão vejamos: de que servem tais subsídios escondidos em meio de velhos arquivos, expostos à destruição do tempo, ao sabor das traças, ao perigo de acidentes, longe dos olhos dos estudiosos da nossa história? (Duarte, 1929, p. 10)

Interessante observarmos que a fala de Eduardo Duarte atentava não apenas para os documentos depositados em instituições públicas ligadas

aos municípios, mas também aos “arquivos particulares”. O gestor do arquivo, já atento à relevância dos conjuntos resguardados no âmbito privado, chamara a atenção para estes objetos que, na sua visão, permaneciam “avaramente guardados”, sendo estes “tesouros que só teriam valor quando aproveitados na história da nossa terra”. Desse modo, Duarte apresentara essa questão às municipalidades presentes no congresso, recomendando que estas elaborassem “criteriosa propaganda” a fim de “penetrar no seio de famílias que representam velhos troncos, onde preciosos papéis dormem o sono dos justos”. Diante dessas propostas, os congressistas deliberaram:

verificando, enfim, que o Museu e Arquivo Histórico tem particularizado, ultimamente, os seus cuidados na organização e publicação de tudo quanto se refere ao decênio farroupilha (1835-1845), os congressistas aqui reunidos tomam a deliberação de desenvolver intensa propaganda junto aos seus comunicipes no sentido de obter quaisquer documentos que ao memorável período se refiram, sem esperar o ano que marcará a data centenária, pois é da intenção da diretoria do Museu e Arquivo Histórico dar à publicidade, com a necessária antecedência, tudo quanto possa constituir subsídios à história da gloriosa década farroupilha. (Duarte, 1929, p. 8-9)

A partir dessa resolução, Eduardo Duarte viajou pelo interior do estado com a finalidade de garimpar os arquivos municipais, recolhendo documentação para a repartição do MJC. No entanto, no primeiro relatório por ele apresentado ao diretor do museu, verificamos as dificuldades encontradas na execução dessa missão. Relatando o resultado das suas pesquisas em Caçapava (RS), Duarte desabafava: “tive verdadeira desilusão, pois sempre esperei ali encontrar subsídios os mais preciosos para o estudo da grande revolução”. Ele atribuíra essa lacuna à “destruição feita pelas forças da legalidade”, conforme informações que obteve em Cachoeira (RS). Neste município, afirmaram-lhe que em 1840 os documentos referentes ao decênio farrapo foram destruídos pelo major legalista Adolfo Charão, que: “à testa de forças legais, fez destruir quanto encontrou em referência à revolução. Livros cortados em suas páginas, papéis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de ve-reanças correspondente ao período”.³⁴

³⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório apresentado ao sr. diretor do Museu Julio de Castilhos (1930).

Ainda em Caçapava, Duarte visitou os descendentes de Ulhôa Cintra, ocasião em que encontrou duas netas do ex-ministro farrapo. “Esvaziando velhos baús”, elas encontraram um volume de papéis que, segundo Duarte, foram incorporados ao Arquivo Histórico. O diretor também relata ter obtido mais sucesso em outras localidades. Em Rio Pardo (RS), afirmara ter encontrado o decênio farroupilha “magnificamente representado”. Na cidade de Piratini (RS), localizou um “arquivo muito precioso”, com “elevadíssimo número de peças avulsas, cartas, ofícios, partes de combates, correspondência passiva dos maiores vultos do movimento”. Sobre a documentação reunida em Pelotas (RS), avaliou: “não é muito, mas é precioso”. Tratava-se de uma carta de Antônio Neto, outra de Domingos José de Almeida, além da correspondência de outros “vultos”. Nessa mesma região, Duarte procurou a casa das antigas famílias em busca de documentos, tendo conseguido apenas alguns “livros de Piratiny”, do deputado Victor Russomano. Embora o arquivo de Almeida tivesse sido doado para Alfredo Varela anos antes, chama atenção que Duarte não tenha recebido nenhum tipo de artefato dos seus descendentes – residentes em Pelotas (RS).

A partir de então, são notáveis os esforços de Duarte para o crescimento do fundo documental dedicado à guerra civil farroupilha. Desde 1926, ele empenhara-se em completar a coleção do jornal *O Povo*, veículo oficial da república rio-grandense – iniciada com os exemplares oriundos dos conjuntos doados por Alfredo Ferreira Rodrigues e Álvaro Leitão. Para tanto, o diretor chegou a emitir algumas notas nos periódicos da capital, buscando encontrar os trinta volumes restantes. No relatório daquele ano, Eduardo aproveitara para sugerir ao diretor do MJC que propusesse ao governador do estado uma edição fotográfica do jornal *O Povo*: “Um tal empreendimento ainda mais se justifica com o tempo que aí vem, que se aproxima a passos rápidos, da comemoração, do centenário farroupilha”.³⁵

Atento às comemorações de 1935, Duarte reunira e publicara com cinco anos de antecedência uma coletânea fac-similada de todas as edições do jornal *O Povo* – formando o primeiro volume da coleção *Documentos Interessantes (1835-1845)* (Museu, 1930). Sendo, provavelmente, a primeira publicação dedicada à transcrição de registros históricos do decênio farrapo, esta obra constituiu importante referência para os intelectuais que se

³⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Relatório apresentado ao sr. Diretor do Museu Julio de Castilhos (1930).

debruçavam sobre a temática. Dante de Laytano, como indica Martins, foi um dos intelectuais que usufruíram dessa edição. No mesmo ano da publicação, Laytano escrevera ao seu mestre afirmando já ter finalizado a escrita do seu romance histórico, quando tomou conhecimento do fac-símile dos jornais, cujos “subsídios tão eloquentes influíram no corpo da obra”.³⁶

A publicação completa dos exemplares desse periódico foi possível, em parte, pelo trabalho desenvolvido por Aurélio Porto no ANRJ. Datam de 1928 as correspondências enviadas pelo historiador a Eduardo Duarte, por meio das quais remetia os resultados das suas pesquisas no Rio de Janeiro. Em carta enviada em 10 de agosto daquele ano, Aurélio anexara cópias do jornal *O Povo*, além da transcrição das trinta primeiras páginas do *Processo dos Farrapos*.³⁷ Os materiais publicados a partir dessas pesquisas constituíram importante recurso para a divulgação das instituições. No fundo administrativo do MJC podem ser encontradas diversas cartas enviadas por Alcides Maya e Eduardo Duarte apresentando e remetendo exemplares desses livros a diversos indivíduos e instituições. Dentre os destinatários, estavam o diretor do Arquivo Público do Ceará, o diretor de Informações e Estatística do Ministério da Educação e Saúde Pública, o desembargador chefe de polícia de Porto Alegre, a inspetora do Departamento de Ensino do Uruguai, além do diretor do Museu Histórico Nacional.

Apesar de ter iniciado a transcrição do *Processo dos Farrapos* (Porto, 1933-1936) no final da década de 1920, somente em 1932 Aurélio Porto passou a integrar a comissão do ANRJ dedicada à publicação dos documentos da Revolução Farroupilha. Naquele ano, Eduardo Duarte escrevera ao secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, recomendando Aurélio para o trabalho que estava sendo desenvolvido no Rio de Janeiro.³⁸ No ano seguinte, Alcides Maya, diretor do MJC, escrevera ao mesmo secretário, solicitando que Eduardo Duarte, como chefe da seção do arquivo, fosse enviado ao Rio de Janeiro para acompanhar o trabalho realizado por Aurélio Porto.

Em 16 de novembro de 1934, o diretor do museu publicou uma portaria parabenizando o trabalho realizado pelo funcionário Aurélio Porto pela publicação da obra *Processo dos Farrapos*. Segundo Maya, “Aurélio Porto,

³⁶ Arquivo do IHGRGS. Fundo Eduardo Duarte. Carta de Dante de Laytano a Eduardo Duarte. Jacuí, 1/9/1930.

³⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentação administrativa. Correspondência enviada por Aurélio Porto a Eduardo Duarte, 10 de agosto de 1928.

³⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Eduardo Duarte. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1932.

com a sua dedicação e seguros conhecimentos que tem da nossa história, enriqueceu extraordinariamente a citada publicação, completando-a com importantes anotações [...]”.³⁹ Muito citada por Souza Docca, a obra, na descrição do historiador, foi um “golpe” às teses de Alfredo Varela. Em clara provocação a Alfredo, Docca afirmara que Aurélio, “em poucos anos de pesquisas nos arquivos do Rio, tem descoberto o que outros não lograram, em meio século de escavações, encarecidas e decantadas” (Docca, 1933, p. 1).⁴⁰ Conforme destaca Martins, a dimensão da obra, composta por mais de duas mil páginas, “destoa das publicações da época no Rio Grande do Sul” (2015, p. 153).

Paralelamente, em 1929 os sócios do IHGRGS formalizaram algumas deliberações sobre a participação da instituição nas comemorações do centenário. Dentre as decisões, ficou prevista a realização de um concurso para premiar “o melhor trabalho documentado sobre o decênio farroupilha”.⁴¹ Já em 1935, Alcides Maya escrevera ao secretário Darcy Azambuja, informando-lhe que a comissão organizadora da Grande Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, liderada pelo instituto, recorrera ao MJC solicitando “o material de que dispõe, e que tão precioso é, expondo, de modo especial, o elevado número de relíquias que possui, evocativas do memorável decênio”.⁴² O material cedido para aquela instituição foi motivo de orgulho para Eduardo Duarte, que ressaltara a contribuição no relatório de 1936. Nas suas palavras, quase todas as teses apresentadas no concurso do IHGRGS estavam “calcadas na farta e exuberante documentação” existente no acervo do Arquivo Histórico.⁴³

Considerações finais

Esta breve exposição nos permite entender um pouco sobre o percurso da aquisição e inserção dos documentos sobre o decênio farrapo no acervo

³⁹ MJC, ofícios recebidos (1933-1936), p. 177.

⁴⁰ Nesse período, Varela publicou a *História da grande revolução* (1933), onde, em seis opulentos volumes, apresentou um manancial de fontes da sua coleção particular. Tal obra acendeu um acalorado debate entre os historiadores do IHGRGS, que contestaram o separatismo farroupilha e a influência dos países da região do Prata na manutenção do conflito. Reagindo à publicação, Othelo Rosa e Darcy Azambuja (na condição de porta-vozes do IHGRGS) redigiram um parecer de contestação, demarcando a oposição da instituição às teses do historiador. Parecer dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre *História da grande revolução*, do dr. Alfredo Varela (Revista, 1934, p. 267-272).

⁴¹ Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929 apud Martins, 2015, p. 135.

⁴² MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 14.

⁴³ MJC, ofícios expedidos (1933-1936), p. 320.

do Museu e Arquivo Histórico Julio de Castilhos. Observando os esforços para a reunião desses registros, especialmente devido à ocorrência das comemorações de 1935, percebemos a importância desses artefatos para os agentes intelectuais e para as instituições dedicadas à história e à memória do estado. O material reunido pelo Arquivo Histórico forneceu os subsídios para a elaboração de uma narrativa historiográfica e as ferramentas para a construção da memória da guerra civil farroupilha. Nesse sentido, cabe, por fim, sublinhar o papel da documentação para o MJC – especialmente no que tange ao Arquivo Histórico. Se por um lado o trabalho desta repartição foi fundamental para a coleta dos registros utilizados como fontes para os pesquisadores do IHGRGS, por outro, estes mesmos documentos foram de suma relevância para que o Arquivo Histórico fosse alçado à agenda comemorativa de 1935. Assim, esta instituição, posteriormente desvinculada do MJC, começava a conquistar certa visibilidade e reconhecimento para além do campo intelectual.⁴⁴

Fontes

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Fundação Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Museu Julio de Castilhos

Synthèse, Paris, tome 125, 5ème série, p. 1-14, 2004.

ARCE, Ana Ines. *Os verendos restos da sublime geração farroupilha, que andei a recolher de entre o pó das idades: uma história arquivística da Coleção Varela*. 2011. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. 2. ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013.

Referências

ABREU, Luciano Aronne de. Vargas: nova diretoria política para o Rio Grande? *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. 22, n. 1, 1996.

ANHEIM, Étienne & PONCET, Olivier. *Fabrique des archives, fabrique de l'histoire*. *Revue de*

⁴⁴ Em 1954, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul tornou-se um órgão independente, subordinado à Divisão de Cultura. Somente em 1960 recebeu instalações próprias, transferindo-se do MJC para o prédio da Secretaria de Educação (Spinelli, 2005, p. 61-62).

- BINS, Alberto. Relatório sobre a exposição farroupilha apresentado pelo comissário geral major Alberto Bins ao Exmo. sr. governador do Estado, gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936.
- CONGRESSO de História e Geografia Sul Rio-Grandense comemorativo do centenário da Revolução Farroupilha, 1., 1936, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 1936.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. Assumptos do Rio Grande do Sul. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 de novembro de 1933.
- DUARTE, Eduardo. Política e administração. These 8: Contribuição dos municípios na organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.
- GOMES, Ângela de Castro. A República, a história e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- _____. (org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.
- LAZZARI, Alexandre. Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). 2004. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MACHADO, Nara Helena Naumann. A exposição do centenário farroupilha: ideologia e arquitetura. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- MUSEU e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845. v. 1. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- NEDEL, Leticia. Paisagens da província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (ed.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 223-238.
- _____. A invenção da sociedade gaúcha. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- PORTO, Aurélio. República rio-grandense: o processo dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1933-1936. 3 v.
- RELATÓRIO do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1934. III Trimestre. Ano XIV.
- _____. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933. IV Trimestre. Ano XIII.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. *Revista Tempo*, Niterói, v. 19, n. 35, 2013.
- SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- SILVA, Ana Celina Figueira da. Investigações e evocações do passado: o departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre/RS, 1925-1939). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

- SILVA, Camila. *Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SPINELLI, Teniza (org.). *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: história, publicações e legislação*. Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- STUMPF, Glauce. *A comemoração do sesquicentenário da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020

Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil

Institutionalization and trajectories of personal archives in Brazil / Institucionalización y trayectorias de archivos personales en Brasil

Renato Crivelli

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.
crivellirenato86@gmail.com

Maria Leandra Bizello

Doutora em Múltiplos Meios pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade do Porto, Portugal. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, Brasil.
mleandra23@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda o desenvolvimento da institucionalização dos arquivos pessoais no cenário arquivístico brasileiro por meio da análise de processos de três instituições custodiadoras: IEB, Cpdoc e Mast. Foram analisados processos administrativos de incorporação de acervos da data de suas fundações até 1999, no sentido de captar a forma de seleção praticada pelas instituições antes das publicações de suas políticas de acervo.

Palavras-chave: arquivos pessoais; institucionalização; centros de documentação.

ABSTRACT

The article covers the development of institutionalization of personal archives in the Brazilian archival scenario by means of the analysis of processes from three custodial institutions: IEB, Cpdoc and Mast. Administrative processes of collection incorporation were analyzed from the date of their foundations until 1999, with the aim of capturing the method of the selection practiced by the institutions before their collection policies were published.

Keywords: personal archives; institutionalization; manuscripts repository.

RESUMEN

El artículo aborda el desarrollo de la institucionalización de archivos personales en el escenario archivístico brasileño por medio del análisis de los procesos de tres instituciones de custodia: IEB, Cpdoc e Mast. Se analizaron los procesos administrativos de incorporación de archivos personales desde las fechas de sus fundaciones hasta 1999, a fin de capturar la forma de selección practicada por las instituciones antes de la publicación de sus políticas de colección.

Palabras clave: archivos personales; institucionalización; centros de documentación.

Introdução

O texto propõe uma reflexão a respeito da trajetória de institucionalização de arquivos pessoais no Brasil. Atualmente naturalizada, a institucionalização de arquivos pessoais corresponde, efetivamente, a uma mudança de sua natureza, ao migrar documentos pertencentes à esfera privada para o espaço público. Essa operação se dá por meio de seleção realizada por centros de documentação, pesquisa e memória para a incorporação desses arquivos pessoais a seus acervos.

A proposta aqui apresentada tem origem em pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que originou a tese de doutoramento *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. O estudo foi realizado com base em pesquisa documental nos arquivos administrativos de instituições de custódia de prestígio no cenário nacional. Tomamos como exemplo três instituições: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

A escolha das instituições se deu no sentido de apresentar um cenário amostral amplo em sua diversidade, tanto jurídica e contextual quanto temática. Assim, temos como amostra três condições jurídicas e contextuais diferentes – instituição de ensino superior pública estadual (IEB); instituição de pesquisa especializada pública federal (Mast) e instituição de pesquisa e ensino privada (Cpdoc) – e áreas temáticas distintas – literatura e artes (IEB); ciências exatas e da Terra (Mast) e política (Cpdoc). Com isso, esperou-se obter um panorama amplo que contemplasse variados cenários para a institucionalização dos arquivos pessoais.

Como o objetivo da pesquisa é compreender como se deu o início da prática de institucionalização de arquivos pessoais, o recorte temporal estabelecido se inicia com a inauguração da instituição e se encerra no ano de 1999, pois, após a entrada nos anos 2000, as práticas de incorporação de arquivos pessoais por centros de documentação, pesquisa e memória passam a ser coordenadas por políticas de aquisição de acervos publicadas pelas próprias instituições. A proposta é observar os processos iniciais das institucionalizações, anteriores às publicações destas políticas.

Os arquivos pessoais no Brasil

A obra *Arquivos permanentes: tratamento documental* (2006), de autoria de Heloísa Liberalli Bellotto, teve sua primeira publicação em 1991 e logo

se tornou leitura obrigatória para a formação de arquivistas em todo o Brasil, tanto em cursos de graduação em arquivologia quanto como forma de especialização na área de arquivos. Como o próprio título indica, a obra se dedica a apresentar métodos e procedimentos de tratamento documental para arquivos permanentes, em suas variadas etapas de trabalho, sem se abster de observar o cenário arquivístico de modo crítico e amplo. Essa obra, que se propõe a ser um manual de arquivística, é organizada em três partes: Temas introdutórios; Temas centrais e Temas complementares.

Sua tônica, embora direcionada aos arquivos públicos, ou seja, à documentação produzida e recebida pelos poderes públicos em todas as suas esferas, não impede a exploração de uma visão ampliada dos arquivos. Assim, um capítulo do livro é dedicado a algo que se diferencia do eixo da discussão. Intitulado “Arquivos privados: conceituação e caracterização”, este capítulo é o último na composição da segunda parte da obra – Temas centrais.

No capítulo em questão, Bellotto busca desenvolver, do ponto de vista conceitual, uma distinção entre arquivos públicos e privados e afirma que a concepção jurídica é demasiadamente rasa e simplista ao caracterizar como privado tudo o que não é público. A partir daí, a autora segue com uma observação dos documentos privados à luz da arquivologia, baseando-se, evidentemente, nos princípios de proveniência e organicidade. O que cabe destacar deste capítulo é a segmentação feita pela autora para o conjunto dos arquivos privados.

Para Bellotto, os arquivos privados devem ser compreendidos como integrados por três diferentes categorias, a saber: arquivos econômicos, arquivos sociais e arquivos pessoais. Para compreendermos o que a autora entende por arquivos econômicos e arquivos sociais, podemos resumir os primeiros como aqueles de organizações privadas com interesses econômicos, como empresas e indústrias; enquanto que os segundos são aqueles de organizações não-governamentais sem interesses econômicos, como sindicatos e associações em geral, por exemplo (Bellotto, 2006, p. 254-256).

Para definir seu entendimento sobre os arquivos pessoais, a autora avalia:

São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (Bellotto, 2006, p. 256)

Além da visão conceitual com a finalidade de compreender o que são os arquivos privados, Bellotto também busca debater como estão estes arquivos no Brasil. Assim, a autora coloca em questão o lugar dos arquivos privados nos contextos arquivístico e preservacionista do Brasil dos anos 1980, e adverte: “Os arquivos privados ainda são, no Brasil, uma questão de ‘causa’, ainda necessitam que ‘levantem bandeiras’. [...] é preciso conscientizar, integrar e institucionalizar” (p. 259).

As reflexões apresentadas nesse capítulo dedicado aos arquivos privados encerram a parte “Temas centrais” do livro. Na sequência, tem início a terceira parte da obra, denominada “Temas complementares”. O primeiro capítulo dessa parte final do livro é dedicado especificamente ao debate sobre os arquivos pessoais e leva o título de “Arquivos pessoais como fonte de pesquisa”. Para nossa análise aqui, não consideraremos tanto o conteúdo e a discussão levantados por Bellotto no desenvolvimento desse capítulo, mas sim sua localização na obra.¹

A presença de capítulos dedicados aos arquivos privados e, especificamente, aos arquivos pessoais, demonstra que *Arquivos permanentes: tratamento documental* não é uma obra que objetiva atender exclusivamente ao trato dos arquivos públicos, mas também lançar olhares sobre o cenário arquivístico coetâneo. Assim, podemos perceber que a temática dos arquivos pessoais recebeu um lugar associado à complementaridade desse cenário, junto a outros capítulos que abordam temas como a memória na documentação administrativa, a microfilmagem de documentos históricos e o papel social do arquivista na contemporaneidade. De qualquer modo, deve ser destacado o mérito da autora em trazer a questão dos arquivos privados e dos pessoais em uma época em que tal categoria de arquivos se mostrava incipiente.

A localização tangencial dedicada aos arquivos pessoais se coloca como um dado capaz de demonstrar qual era a impressão da arquivologia sobre tal categoria de arquivos à época do lançamento da obra. Essa observação faz jus ao manifesto anteriormente apresentado pela autora ao colocar a situação dos arquivos privados como uma “questão de causa” que demanda conscientização, integração e institucionalização. Além da localização na obra, o título do capítulo dedicado aos arquivos pessoais ratifica a situação ao tomar como objetivo a demonstração das potencialidades investigativas e utilitárias que cabem a tais arquivos.

¹ Não há aqui qualquer descrédito às análises desenvolvidas pela autora neste capítulo de seu livro. Apenas é interesse para nossa leitura, nesse momento, dedicar mais atenção à forma do texto do que ao conteúdo.

Bellotto nos apresenta uma reflexão muito relevante na “Introdução à 2ª edição” da obra:²

Passados mais de dez anos, desde a sua finalização em 1988 e a sua publicação em 1991, este livro é uma obra datada. [...] fazendo com que seu conteúdo de alguma forma tivesse ficado ‘congelado’ dentro da bibliografia e do saber arquivístico anteriores aos anos 1990. (2006, p. 17).

Essa observação da autora é fundamental para compreendermos a obra em questão não apenas como um manual, mas também como um relato sobre a arquivologia brasileira em um período específico de tempo. E é esse o ponto que nos interessa.

A partir dessa observação, podemos perceber que no começo dos anos 1990 os arquivos pessoais contavam com um locus pouco sólido, o que demandava a necessidade de afirmação de sua importância, tanto na área preservacionista quanto na arquivologia brasileira. Mesmo a arquivologia, como área de conhecimento, se encontrava em processo de consolidação, contando ainda com poucos cursos de graduação no país.³ Assim sendo, com escassos espaços universitários dedicados à pesquisa no campo, a quantidade de estudos que visassem questionar a área e suas práticas, propor caminhos e rever conceitos ainda não atendia a todo o espectro que envolve o campo dos arquivos. Nesse cenário, atenção deve ser dada às instituições que se dedicavam a trabalhar diretamente com os arquivos pessoais, tanto no sentido de aprimoramento dos tratamentos técnico e metodológico, quanto na busca de afirmação de sua importância social.

Diante da falta de diretrizes de alcance nacional para o trabalho com os arquivos pessoais e com a proposta de fundamentar suas atividades metodológicas no que tange à organização desses arquivos, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborou em 1980 um manual de procedimentos técnicos para a organização de arquivos privados. Sua quarta versão, oficialmente publicada pela Editora FGV em 1998 (Cpdoc, 1998), constitui uma das primeiras referências na área especificamente direcionada ao tema dos arquivos pessoais no país (Gonçalves, 2007).

² A segunda edição de *Arquivos permanentes: tratamento documental* foi publicada em 2003.

³ Em 1990 é inaugurado o quarto curso de graduação em arquivologia no Brasil, na Universidade de Brasília. Antes dele, havia um curso no Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e dois no Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Em 1997, no ano anterior à publicação do manual de procedimentos técnicos do Cpdoc, esse mesmo centro de pesquisa e documentação, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), organizou e sediou o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, um evento de considerável impacto nos debates sobre o tema no país. Os debates promovidos por esse evento foram compilados e organizados como número da revista *Estudos Históricos*, editada pelo Cpdoc, no ano seguinte (Fraiz, 1998). Por muito tempo, essa edição do periódico, que reuniu 13 textos de renomados pesquisadores das áreas de arquivologia, história e ciências sociais, foi a única referência bibliográfica de peso que se teve no Brasil para pensar e refletir sobre os arquivos pessoais.⁴

Esse número da revista *Estudos Históricos* – volume 11, número 21 –, conta com textos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, como Philippe Artières, Renato Janine Ribeiro, Contardo Calligaris, Priscila Fraiz, Ulpiano T. Bezerra de Menezes, Christophe Prochasson, Ângela Maria de Castro Gomes, Terry Cook, Ariane Ducrot, Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Madalena A. de M. Machado Garcia, Célia Maria Leite Costa e Heloísa Liberalli Bellotto. A pluralidade objetivada na seleção dos nomes garantiu como extrato a visão multidisciplinar sobre esse objeto pouco estudado no Brasil.⁵

Esse panorama evidencia o arquivo pessoal como objeto de interesse de duas áreas: história e arquivologia, sendo que a maior parte dos textos dessa publicação é originada no âmbito da primeira.⁶ O ponto de vista historiográfico, portanto, é predominante nessa primeira grande

4 Com exceção de alguns poucos casos pontuais, como a dissertação de mestrado defendida por Priscila Fraiz, em 1994, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*, convertido em artigo publicado na mencionada edição de 1998 da *Estudos Históricos*. Durante a década de 1980, constatamos a ocorrência de dois textos publicados por Ana Maria de Almeida Camargo, intitulados “O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos” e “Arquivos pessoais: uma proposta de descrição”, ambos publicados em 1988, no volume nove da revista *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5 Os textos são organizados em dois blocos denominados “Escrita de si/escrita da história”, destinado a reunir aqueles que objetivem debater os arquivos pessoais como espaços de memórias – individuais e coletivas – e fontes para o fazer historiográfico, e “O espaço do arquivo”, voltado a questões mais propriamente arquivísticas, como a classificação, a diplomática, a legitimidade dos arquivos pessoais no ambiente do arquivo e, sobretudo, as decorrências da incursão de arquivos pessoais no espaço público.

6 Dos 13 nomes relacionados na publicação, cinco são de pessoas com carreira profissional dedicada aos estudos e à organização de arquivos, mesmo que suas formações acadêmicas provenham de outras áreas: Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto, Ariane Ducrot, Terry Cook e Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia.

publicação brasileira dedicada aos arquivos pessoais. Com essa configuração, há um direcionamento que resulta em privilegiar a promoção dos valores históricos e a qualidade de fonte de interesse para o desenvolvimento de estudos historiográficos, em detrimento da exploração de debates que foquem a conceitualização dos documentos pessoais como efetivos fundos de arquivo. Evidentemente, o recorte historiográfico encontra respaldo tanto no escopo editorial da revista em questão, dedicada a questões da história e das ciências sociais, quanto no perfil das instituições organizadoras do evento.

A partir dessa observação, é interessante lançarmos um olhar sobre as temáticas abordadas nos textos que compõem a publicação, agora com destaque para os trabalhos organizados no bloco “O espaço do arquivo”. Dos seis textos que o compõem, dois são dedicados à questão da privacidade e dos conflitos originados da transposição de documentos pessoais – privados – para o espaço público, enquanto os demais trabalhos tratam de classificação, diplomática, formação de memórias e teoria arquivística. A existência dessa preocupação, demonstrada nos textos, indica o deslocamento dos espaços e domínios dos arquivos pessoais do âmbito privado ao público como desafio que não deve ser contornado e remediado, mas encarado e debatido. A intimidade é considerada elemento característico e constituinte – da maioria – dos arquivos pessoais, em certos casos podendo ser até mesmo aquilo que o justifica como tal; seu lugar no espaço público é o problema.

As problemáticas que envolvem a questão de intimidade na transposição dos documentos pessoais daqueles ambientes domésticos e privados para os espaços públicos, mais do que um problema original, é uma consequência de novas manifestações na historiografia. Letícia Borges Nedel avalia:

A chave do deslocamento [do privado ao público] me parece estratégica. Ela se aplica particularmente bem ao que talvez seja a maior singularidade dos conjuntos pessoais em relação a outros tipos de configuração documental: uma situação de fronteira – como toda fronteira, móvel – entre a casa e a rua, entre o individual e o coletivo, entre a memória e a história, entre os arquivos e as coleções. (Nedel, 2013, p. 132)

A consideração de Nedel encontra fundamento em um movimento de renovação dos fazeres historiográficos em geral, do qual a historiografia brasileira não se isentou. Reconhecer nos arquivos pessoais potencialidades de fontes para a pesquisa histórica é algo datado e a referida edição da

revista *Estudos Históricos* de 1998 não ignorou esse movimento. Nela, a historiadora Ângela de Castro Gomes publicou o texto “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”, no qual enfatiza que:

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática, incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história”. (Gomes, 1998, p. 122)

Ao apontar um processo de renovação historiográfica, Gomes refere-se à estruturação daquilo que passou a ser reconhecido como “história cultural” ou “nova história”. O movimento em questão, que objetivou criticar os métodos utilizados pelos historiadores das ideias, fortaleceu a imagem dos indivíduos como sujeitos históricos e, conseqüentemente, converteu-os em peças fundamentais para a compreensão dos cenários que a área procura explorar.

A *história cultural* que, *grosso modo*, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a “expulsão” do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo. Por repensar modelos macro-históricos e por considerar a “experiência” dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural floresceu em grande parte associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador, vale dizer, associada à micro-história. (Gomes, 1998, p. 123, grifos da autora)

Além de Ângela de Castro Gomes, esse mesmo entendimento é exposto por Christophe Prochasson (1998), Luciana Heymann (2012) e Leticia Borges Nedel (2010; 2013), entre outros, e todos concordam em concentrar esse período de renovação da prática historiográfica, com maior

intensidade, a partir da década de 1970. Esse movimento, avalia-se, pode ser considerado como a principal tônica que guiou o desenvolvimento dessa primeira publicação dedicada aos arquivos pessoais, assim como o evento que a precedeu.

Podemos considerar que a custódia de arquivos pessoais por parte de centros de documentação e pesquisa no Brasil encontra na história cultural uma grande influência, responsável por impulsionar a preocupação com a preservação desses conjuntos arquivísticos. Mais fôlego é dado a essa questão ao considerarmos que as primeiras instituições arquivísticas brasileiras contaram com corpo profissional formado por profissionais de áreas como história e ciências sociais, entre outras, responsáveis por dar a tônica que essas organizações seguiriam.

Esse período também é reconhecido como um tempo de considerável expansão da quantidade de centros de documentação, pesquisa e memória no Brasil. A partir dos anos 1960 evidencia-se a criação de muitos desses espaços, não exclusivos, mas, em grande medida, dedicados à preservação de arquivos pessoais.⁷ Esses locais, majoritariamente vinculados a centros universitários e de pesquisas, originados de projetos com temáticas e objetivos variados, proporcionaram mais fôlego para os movimentos preservacionistas, ao mesmo tempo em que impulsionaram a valorização dos arquivos pessoais nos ambientes investigativos. Do mesmo modo, a consolidação da história cultural na historiografia brasileira pode ser compreendida como um elemento catalisador para a valorização e preservação dos arquivos pessoais no Brasil, mas não sua única causa.

Nas visões de Paulo Knauss (2009) e Yara Khoury (2005 apud Cruz; Tessitore, 2010), a justificativa para o movimento de criação de centros de documentação, pesquisa e memória a partir do final da década de 1960, com maior intensidade na década de 1970, encontra-se em outro fator,

7 Podemos destacar o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), criado em 1962, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB), criado em 1972, o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH/UEL) e o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), criados em 1973, o Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade de Campinas (Unicamp), criado em 1974, o Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic/PUC-SP), criado em 1980, o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, de 1984, o Centro de Memória da Unicamp, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia (Cdhis/UFU) e a Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), todos criados em 1985, o Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), criado em 1987, apenas para citar alguns exemplos. Ver: Knauss (2009).

com maior entonação social. Realizados especialmente nos âmbitos de universidades e centros de pesquisa, ou seja, ambientes de reflexão e desenvolvimento científico, esses projetos assumiram a forma de redutos de memórias múltiplas em um período em que o acesso à informação era limitado.

Em 1964, o governo brasileiro é tomado por um golpe militar que introduziu o país em um regime de exceção pautado pela repressão e pelo esfacelamento de direitos civis. Em meio a esse cenário político, medidas de controle social passam a ser aplicadas, entre as quais destacamos o controle e a censura a fontes de informação, com uma política de segredo que passa a ser utilizada como forma de manutenção de poder. É nesse contexto que emergem os centros de documentação e memória como instrumentos sociais responsáveis por auxiliar no processo de construção e manutenção da(s) memória(s) nacional(ais).

a emergência dos centros de documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão. (Khoury, 2005 apud Cruz; Tessitore, 2010, p. 428)

Frente a um período em que o Estado assume um papel de repressão e de limitação de direitos, incluídos aí o controle das memórias e das identidades nacionais, a ideia de democratização da informação passa a assumir importância central. Qualquer forma de ação que venha no sentido de reforçar os princípios democráticos de um povo reprimido e garantir, de algum modo, a permanência de suas memórias e suas identidades frente a um movimento político reformulador de todos os valores coletivos se caracteriza como prioridade.

Representantes de memórias materializadas em suportes duráveis, os arquivos tomam lugar de destaque, em função de seus potenciais informacionais, em um cenário com essa configuração. “Assim, os arquivos exercem papel importante, especialmente, no campo dos direitos de quarta geração, em especial, o direito à informação, à cultura e à memória” (Knauss, 2009, p. 11).

A capacidade dos arquivos de manterem informações referentes a acontecimentos que movimentaram e animaram as sociedades ao longo dos tempos faz com que esses espaços assumam o significado de mananciais de memórias dos povos. A preservação dessas memórias pode acontecer de formas variadas, inclusive por meio da salvaguarda e preservação de arquivos considerados simbólicos para uma determinada coletividade. Essa prática encontra-se presente em praticamente todas as sociedades conhecidas e afetadas pelos princípios da modernidade.

Embora muito se fale sobre os arquivos públicos como principais produtos dessas sociedades, com os arquivos pessoais não é diferente. Os documentos acumulados por pessoas físicas guardam em si a capacidade de testemunhar não apenas por seu detentor, mas também pela sociedade na qual ele se insere. É sob essa perspectiva que os arquivos pessoais ganham destaque também nesse momento sensível.

A já mencionada reorganização da prática historiográfica, que fundou a chamada “nova história”, é um dos exemplos de como os arquivos pessoais podem ser entendidos como fontes de informação e de memória. Além desse movimento, podemos citar outros instrumentos que incluem os arquivos pessoais no mesmo status memorial e informacional que extrapola o indivíduo e atinge a coletividade.

No Brasil, a lei n. 8.159, de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, foi responsável por instalar, do ponto de vista legal, algumas definições muito caras à arquivologia brasileira. Entre suas novidades, a lei estabelece a declaração de interesse público e social, por meio da qual arquivos privados considerados relevantes para o contexto histórico e social nacional podem ser declarados como de interesse coletivo. Trata-se de uma chancela simbólica e legal que demonstra a relevância daquela documentação para a sociedade. Dentre os arquivos privados que receberam essa declaração, alguns são arquivos pessoais.⁸

Podemos ainda citar o Programa Memória do Mundo, coordenado pela United Nations for Education, Science and Culture Organization (Unesco), que conta com um comitê nacional, responsável por inscrever, na lista dos patrimônios documentais nacionais, conjuntos documentais considerados relevantes para a preservação da história social do Brasil. Desde

⁸ Embora esse instrumento tenha sido previsto já na Lei de Arquivos, sua primeira inscrição aconteceu apenas em 2004, com a declaração do arquivo pessoal de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Desde então, foram também declarados como de interesse público e social os arquivos pessoais de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, Cezar Lattes, Paulo Freire e Dom Lucas Moreira Neves (Conarq, 2020).

seu primeiro processo de seleção, em 2007, até 2018, o Comitê Nacional do programa Memória do Mundo foi responsável por inscrever quase trinta arquivos pessoais na lista do patrimônio documental brasileiro (Comitê, 2020).⁹

As ações promovidas no sentido de declarar o interesse coletivo e o valor patrimonial sobre documentos de pessoas físicas e, consequentemente, garantir sua preservação com base em sua relevância para a memória, a identidade e a história coletivas estão pautadas no trabalho iniciado no final dos anos 1960. A iniciativa desses centros de documentação e memória, em sua maioria universitária, mas também de outras instituições de pesquisa, pode ser considerada como a base para o que hoje vigora no Brasil, em termos práticos e legais, a respeito da valorização dos arquivos pessoais e sua preservação.

Institucionalizações dos arquivos pessoais

Os centros de documentação, pesquisa e memória criados a partir do final da década de 1960 no Brasil trouxeram para o cenário arquivístico nacional uma renovação daquilo que se entendia por arquivos históricos, sobretudo por aumentarem a capacidade nacional de preservação da documentação histórica. Sem esses centros, a preservação da documentação histórica e o acesso à consulta pública dependeriam fundamentalmente de ações promovidas por arquivos públicos, como o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais, embora suas responsabilidades básicas não sejam direcionadas à preservação de arquivos pessoais, mas sim àqueles documentos produzidos pela administração pública, na esfera que representam.

Mais do que promover a preservação de arquivos pessoais, os centros de documentação, pesquisa e memória foram responsáveis por trazer um modo de pensar esses arquivos. Isso significa dizer que as ações de preservação promovidas por essas instituições foram também responsáveis por estabelecer certas linhas gerais que conduziram à prática, hoje naturalizada, de institucionalização desses arquivos. Isso porque a preservação de documentos é, necessariamente, um trabalho de escolha e, consequentemente, um ato político.

⁹ A relação completa de conjuntos documentais inscritos na lista do Patrimônio Documental do Brasil pode ser conferida em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>. Os processos de seleção realizados pelo Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo foram realizados anualmente de 2007 a 2018. Os anos de 2019 e 2020 não contaram com editais de seleção.

Trata-se de um trabalho de escolha, pois a impossibilidade de se preservar a totalidade de documentos produzidos é uma realidade e demanda um processo de seleção que, invariavelmente, culmina na permanência de determinados documentos e na exclusão de outros. A função arquivística da avaliação de documentos existe justamente para viabilizar esse trabalho de seleção, porém aplica-se a arquivos institucionais e não apresenta função no âmbito dos arquivos pessoais, recaindo a responsabilidade, em primeira instância, ao titular, e em segunda instância, à instituição de custódia que aceitará ou não preservar a documentação em questão.

É também ato político, pois ao mesmo tempo em que se pratica uma seleção fundamentada em critérios vários, define-se também o que será mantido e o que não será. Aos documentos preservados, garante-se o tratamento documental e a abertura para acesso público. Os não selecionados são relegados à falta de tratamento especializado e à inviabilidade de abertura para acesso. Significa dizer, do ponto de vista de busca por elementos constituintes de memórias coletivas, estabelecer aquilo que será lembrado e o que será esquecido. Já do ponto de vista da pesquisa historiográfica, significa acesso facilitado, por meio de divulgação especializada e condições técnicas e sanitárias para a consulta; ou obstaculizado, por todas as implicações trazidas pela guarda doméstica de documentos.

De modo a estabelecer critérios para o seu processo de institucionalização, muitos dos centros de documentação, pesquisa e memória passaram a adotar políticas de acervo, responsáveis por proporcionar mais transparência e objetividade na seleção dos arquivos que custodiarão no futuro. No entanto, o desenvolvimento e implantação dessas políticas são relativamente recentes, ganhando mais fôlego nos debates arquivísticos apenas no início dos anos 2000. Assim, aquelas instituições criadas nas décadas de 1970 e 1980 desempenharam suas atividades de seleção por vinte ou trinta anos sem o apoio de políticas que orientassem esse trabalho.

Um olhar sobre os processos de incorporação de arquivos pessoais por algumas dessas instituições pode nos trazer elementos de avaliação a respeito da mentalidade da época, que serviu de base para o estabelecimento da atual situação dos arquivos pessoais.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Criado em 1962, na estrutura da Universidade de São Paulo (USP), por iniciativa do professor e historiador Sérgio Buarque de Holanda, o IEB se

configura como uma grande brasileira constituída por várias brasileiras, além de ser um *area studies center*.¹⁰ Como tal, suas ações devem fundamentar-se em dois âmbitos de atuação: o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e a acumulação de materiais e fontes de pesquisa a respeito da área definida. No caso do IEB, o Brasil.

Embora a preservação de arquivos pessoais não tenha sido o objetivo principal na idealização do instituto, ao longo de sua atuação o IEB se destacou por constituir um grande acervo com documentação de personalidades com reconhecido destaque, sobretudo no âmbito das artes. Atualmente, a estrutura do IEB conta com três setores de acervos, denominados “ABC do IEB”: arquivo, biblioteca e coleção de artes visuais.

O arquivo surgiu em 1968, integrado à biblioteca. O crescimento do acervo, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, motivou sua criação como setor independente, a partir de 1974, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, visando oferecer fontes primárias para pesquisa. (IEB, 2010, p. 18, grifo do autor)

As atividades do arquivo do IEB têm início com a aquisição do arquivo pessoal do escritor paulistano Mário de Andrade, após sugestão feita pelo professor Antonio Candido de Mello e Souza. Sociólogo e crítico literário, Antonio Candido é uma figura emblemática no âmbito da intelectualidade brasileira, sendo considerado, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Gilberto Freyre, entre outros, um dos grandes intelectuais que se dedicaram à interpretação do Brasil.¹¹ Professor da USP e vinculado ao IEB, Antonio Candido apresenta, em carta de 3 de outubro de 1966 direcionada ao diretor, professor doutor José Aderaldo Castello, o interesse de criar, na estrutura do instituto, um “Centro de Estudos sobre o Modernismo”. O professor justifica:

Basicamente, o centro deveria reunir documentação que possibilite aos estudiosos, nacionais e estrangeiros, investigar um movimento decisivo em nossa vida contemporânea, aproveitando as oportunidades que ainda existem, por

¹⁰ “Um *area studies center* corresponde a órgão universitário especializado no estudo de uma ou mais regiões – países, continentes, sub-regiões, etc., fundamentado na multidisciplinaridade. Comumente, em um *area studies center* encontram-se acervos variados referentes à região por ele estudada e pesquisadores de várias disciplinas especializados no estudo da mesma, promovendo cursos, edição de livros e periódicos, exposições etc. alusivos à região de sua especialidade” (Caldeira, 2002, p. 23).

¹¹ Ver: Pericás e Secco (2014).

estarem vivos, ou recentemente mortos, alguns dos principais protagonistas do mesmo.¹²

Ao sugerir a criação de um espaço dedicado às letras no âmbito do Instituto de Estudos Brasileiros, Antonio Candido imediatamente indica a aquisição do arquivo pessoal de Mário de Andrade:

A este propósito, tomo a liberdade de fazer uma segunda sugestão, para a qual desejaria chamar a atenção esclarecida do conselho, a saber: que o mesmo estude a possibilidade de incorporar ao seu patrimônio o magnífico acervo constituído em vida por esse eminente escritor e homem público, composto de biblioteca com cerca de 15 mil ou 16 mil volumes, arquivo e fichários, preciosas coleções de desenhos, gravuras, imagens, ex-votos, quadros e esculturas. O conjunto se encontra ainda intacto e zelosamente custodiado por sua família na própria casa em que residiu, constituindo um elemento inestimável para o estudo não apenas da formação do líder do modernismo, mas de todo este movimento. Lá se encontram amostras dos traços que definiram a fisionomia espiritual de ambos, desde os folhetos populares e os ex-votos ingênuos até as revistas francesas de vanguarda e as edições originais dos surrealistas, ao lado de obras de grandes artistas europeus e brasileiros, como Picasso, Lhote, Derain, Portinari, Di Cavalcanti, Segall, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Guignard etc.¹³

Dois anos depois, em 1968, conclui-se o processo de aquisição do arquivo pessoal de Mário de Andrade e a documentação ingressa no IEB, dando início às atividades do instituto no sentido da preservação de arquivos pessoais e disponibilização para pesquisas acadêmicas. Desde então, o IEB passa a integrar ao seu acervo outros arquivos pessoais de literatos, artistas e intelectuais de diversas áreas, sem que houvesse critérios claramente estabelecidos para a incorporação, embora seja possível perceber alguns traços gerais.

Entre 1968 e 1999, além de Mário de Andrade, consagrados nomes da literatura tiveram seus arquivos custodiados pelo IEB, como Oswald de

¹² IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 67.1.107.31.8, f. 9-10. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Mário de Andrade. 1967.

¹³ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 67.1.107.31.8, f. 9-10. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Mário de Andrade. 1967.

Andrade,¹⁴ Guimarães Rosa,¹⁵ Graciliano Ramos,¹⁶ Osman Lins,¹⁷ entre outros. Destes, Oswald de Andrade e Guimarães Rosa, além de Mário de Andrade, tiveram como interlocutor o professor Antonio Candido, todos em função de sua proximidade com os titulares e também por conta de pesquisas anteriormente desenvolvidas por orientandos de pós-graduação.¹⁸ Graciliano Ramos, por sua vez, contou com o intermédio do professor José Aderaldo Castello, pesquisador do autor. Já o arquivo de Osman Lins foi doado por iniciativa de sua esposa, Julieta Godoy Ladeira,¹⁹ escritora cujo arquivo pessoal também integra o acervo do IEB. Ainda na linha do modernismo, vale destacar a incorporação, em 1989, do arquivo pessoal da pintora Anita Malfatti,²⁰ viabilizada pela atuação da professora Marta Rossetti Batista, uma das principais referências nos estudos sobre a vida e obra da pintora. Pouco depois da doação do arquivo de Anita Malfatti, Batista assume a vice-direção do IEB, no período de 1990 a 1994, e a direção na gestão seguinte, de 1994 a 1998.

Além dos casos em que pesquisadores são responsáveis pela condução das negociações que resultam na entrada de arquivos no acervo do instituto, há também situações em que as iniciativas são dos próprios titulares dos arquivos ou de seus herdeiros diretos. Podemos apresentar Fernando de Azevedo,²¹ Theon Spanudis,²² Raul de Andrada e Silva²³ e Julieta Godoy

¹⁴ IEB. Fundo IEB. 001-03-0015, f. 91-97.

¹⁵ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 72.1.35794.1.5. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Guimarães Rosa. 1972.

¹⁶ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 81.1.2728.1.2. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Graciliano Ramos. 1991.

¹⁷ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.407.31.5. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Osman Lins. 2010.

¹⁸ Destacamos duas pesquisas realizadas com base nessa documentação antes de sua entrada no arquivo do IEB. A dissertação de mestrado da professora doutora Telê Aparecida Porto Ancona Lopez, defendida em 1967, com título “O se-sequestro da dona ausente: reconstrução de um estudo de Mário de Andrade a partir de suas notas de leitura”, um ano antes da entrada do arquivo de Mário de Andrade no IEB; e a tese de doutorado de Suzi Frankl Sperber, intitulada “Signo e sentimento: estudo de algumas leituras espirituais de João Guimarães Rosa e de seus reflexos em sua obra”, defendida em 1972, mesmo ano em que a documentação do autor foi integrada ao IEB.

¹⁹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.406.31.9. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Julieta de Godoy Ladeira. 2010.

²⁰ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2008.1.270.31.7. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Anita Malfatti. 2008.

²¹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 70.1.4263.1.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Fernando de Azevedo. 1970.

²² IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 87.1.14255.1.2. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Theon Spanudis. 1987.

²³ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2006.1.211.31.9. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Raul de Andrada e Silva. 2006.

Ladeira como exemplos de arquivos doados pelos titulares ou deixados em legado ao instituto, enquanto Fernando Mendes de Almeida,²⁴ Freitas Valle,²⁵ Ernani Silva Bruno,²⁶ Pierre Monbeig,²⁷ Waldisa Russio Camargo Guarnieri,²⁸ John Wilson da Costa,²⁹ Afrânio Zuccolotto³⁰ e Yolanda Mohaly³¹ representam casos de doação espontânea por parte de herdeiros.

É interessante pontuar que, nos processos de incorporação dos arquivos mencionados, não é comum encontrar relatórios ou outros instrumentos de avaliação dos potenciais investigativos da documentação. Seja para titulares amplamente reconhecidos, como nos arquivos de grandes artistas, quanto para aqueles nomes de menor proeminência, o que determinava a possibilidade de incorporação do arquivo encontra-se na temática abarcada pela documentação.

Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/FGV)

O Cpdoc é criado em 1973, por iniciativa da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, em função da constante demanda por pesquisas na documentação acumulada por seu avô, Getúlio Vargas. O arquivo pessoal do ex-presidente do Brasil foi mantido sob custódia da família após sua morte, em 1954, em especial sob cuidados de sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Na década de 1960, a família passa a receber constantes solicitações de acesso ao arquivo, sobretudo por parte de pesquisadores estrangeiros que estudam o Brasil, os chamados *brasilianistas*.

ção do acervo Raul de Andrada e Silva. 2006.

²⁴ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.396.31.3. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Fernando Mendes de Almeida. 2010

²⁵ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.395.31.7. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Freitas Valle. 2010.

²⁶ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 90.1.73.31.0. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Ernani Silva Bruno. 1990.

²⁷ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 89.1.57318.1.8. Gestão de acervos informacionais: compra do acervo Pierre Monbeig. 1989.

²⁸ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 92.1.34.31.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. 1992.

²⁹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.394.31.0. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo John Wilson da Costa. 2010.

³⁰ Afrânio Zuccolotto não conta com processo de doação no arquivo administrativo do IEB.

³¹ IEB. Fundo IEB. Processo Rusp n. 2010.1.398.31.6. Gestão de acervos informacionais: doação do acervo Yolanda Mohaly. 2010.

Responsável pela custódia da documentação, a herdeira, Alzira Vargas, passa a atender as solicitações e oferecer acesso aos documentos acumulados por Getúlio Vargas na sala de jantar de sua casa (Nedel, 2010; 2013). Em 14 de julho de 1973, Alzira Vargas encaminha ao presidente da Fundação Getúlio Vargas, Luís Simões Lopes, carta na qual informa sobre a doação do arquivo do pai. Nela, a herdeira aponta a demanda por pesquisas anteriores à doação:

Embora nunca me tenha negado a proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis, sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os empecilhos que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. [...]³²

O Cpdoc é criado, portanto, com o objetivo inicial de abrigar o arquivo pessoal de Getúlio Vargas, mas não se limita a ser um espaço memorial ao ex-presidente.³³ O arquivo de Vargas seria apenas o capital inicial para que uma instituição com o objetivo de promover pesquisas na área das ciências políticas pudesse constituir, ao mesmo tempo, um acervo sólido e capaz de proporcionar acesso facilitado a fontes que subsidiassem suas investigações.

Após o ingresso do arquivo de Vargas, o acervo do Cpdoc cresce exponencialmente. Ao final do seu ano de fundação, 1973, contava com seis arquivos pessoais. Ao completar dez anos de atividade, em 1983, o acervo ultrapassou a marca dos cem fundos de arquivos pessoais e encerrou o ano de 1999 com 144 fundos pessoais, entre os quais os de outros ex-presidentes da República como Café Filho, Venceslau Brás, João Goulart, Eurico Dutra e Ernesto Geisel.³⁴ Atualmente, já são mais de duzentos fundos custodiados pelo Cpdoc.

³² FGV. Cpdoc. Fundo Avap. gv acgv 1973.07.14. Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Luís Simões Lopes. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1973.

³³ Ainda na carta de doação, Alzira Vargas enfatiza a existência de outros arquivos pessoais relevantes para a pesquisa histórica: “À guisa de sugestão, mais do que uma decorrência desta entrega, lembro que existem separados em todo o país ou guardados em arcas familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes” (FGV. Cpdoc. Fundo Avap. gv acgv 1973.07.14).

³⁴ Dados obtidos pelos autores junto à sala de consulta do Cpdoc.

Uma das características do centro encontra-se na solidez de seu perfil de acervo desde o momento de sua idealização. Com o objetivo da promoção de pesquisas no âmbito das ciências políticas e iniciada com o arquivo de Getúlio Vargas, a estratégia de reconstrução, por meio dos arquivos, das redes de relacionamento político entre os titulares pareceu promissora. Iniciadas pela busca de personagens próximos ao ex-presidente, como Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, Arthur de Souza Costa, Benjamim Vargas, entre outros, as redes de relacionamentos vão se consolidando e passam a indicar novos caminhos para a ampliação do acervo, de modo que os arquivos pessoais, ao fim, se conectem entre si em um grande mapa político.

Com vistas a atender às suas necessidades de pesquisa, sem buscar restringir o acesso aos documentos a pesquisadores externos, a trajetória de constituição do acervo de arquivos pessoais do Cpdoc segue, de modo muito próximo, o desenvolvimento das pesquisas realizadas pela própria instituição.

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast)

Das três instituições analisadas aqui, o Mast é aquela que apresenta uma relação mais próxima com a proposta memorial dos centros de documentação. Enquanto IEB e Cpdoc são criados fundamentalmente para prover elementos que alimentem o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, o Mast surge com a função de, além de congregiar fontes de informação e desenvolver pesquisa histórica, ser um espaço de memória para as ciências exatas e da terra no Brasil e de divulgação científica.

Sua origem remonta ao grupo Memória da Astronomia que, em 1982, abriu à visitação pública o conjunto de cúpulas de observação do céu do *campus* do Observatório Nacional, visando divulgar a ciência e sensibilizar os visitantes para a importância da preservação do patrimônio da cultura científica. (Andrade; Cazelli, 2015, s.p.)

A proposta se materializa em 1985, quando é oficialmente criado o Mast. Em sua qualidade de museu, o arquivo de cientistas é apenas uma das diversas ações realizadas pelo órgão, mas com espaço de destaque e já previsto inicialmente. Desenvolvida pelo grupo Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins (Pmac), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a proposta previa que ao Mast caberia

preservar e divulgar o acervo de instrumentos, documentos e iconografia pertencentes à história da cultura científica brasileira. Incluem-se neste objetivo o recolhimento e tratamento de arquivos pessoais de cientistas e administradores da política científica governamental e o registro de seus depoimentos orais. Serão mantidos, igualmente, arquivos relativos a eventos contemporâneos [...]. (Cazelli, 1992, p. 75)

Como previsto, a atuação do Mast na preservação de arquivos pessoais tem início já nas primeiras atividades do museu. Seu acervo inicial foi constituído a partir de espólio oriundo do Observatório Nacional, incluída aí a documentação acumulada pelo órgão de pesquisa, o que abarcava o arquivo pessoal de seu ex-diretor, o astrônomo e matemático Lélío Gama, doado em 1982 por seus herdeiros. Assim, o Mast já inicia suas atividades com um arquivo pessoal.

Ao longo do tempo, o Mast passa a acumular arquivos pessoais de pesquisadores das ciências exatas, ciências da terra, geociências e engenharias. O acervo de arquivos pessoais reunido mostra uma atuação muito próxima da reconstituição da história de outros importantes centros de pesquisa nessas áreas. Há, por exemplo, arquivos de muitos cientistas vinculados ao Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), e aos institutos de Química e Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além, evidentemente, ao Observatório Nacional (ON).

Essa configuração do acervo do Mast se aproxima da estratégia elaborada pelo Cpdoc, que buscava constituir redes de relacionamento entre os titulares dos arquivos. Assim, os arquivos pessoais custodiados pelo museu, em muitos casos, dialogam e se inter-relacionam, tanto do ponto de vista profissional, como de relações de amizade, e até mesmo de relações familiares, como pode ser verificado pela análise dos processos de doação presentes no arquivo administrativo.³⁵

Dotado da responsabilidade de ser também um centro de pesquisa em história das ciências, o Mast reúne pesquisadores responsáveis por investigações nessa área. Os trabalhos desses pesquisadores repercutem na busca pelos arquivos pessoais para integrar o acervo arquivístico do museu. É válido destacar que o setor de arquivo do Mast foi uma das primeiras instituições a pensar a implantação de uma política de acervos,

³⁵ Foram analisados os processos de incorporação de 16 dos 19 arquivos pessoais recebidos pelo Mast, desde sua fundação até 1999.

com sua publicação em 2011, embora o assunto seja presente na instituição desde a década de 1990.³⁶

Conclusões

As atividades coordenadas por esses centros de documentação, pesquisa e memória se mostram relevantes para compreender o percurso de valorização dos arquivos pessoais no cenário arquivístico brasileiro. Essas instituições, criadas com os objetivos principais de desenvolvimento de pesquisas científicas fundamentadas em fontes históricas primárias e o acúmulo de arquivos pessoais para oferta ao acesso público, contribuíram de modo considerável para a consolidação da preservação de arquivos pessoais no país.

Como bem apontado por Bellotto, observando o cenário arquivístico nacional na década de 1980, os arquivos privados, incluídos aí os pessoais, apresentavam uma “questão de causa” e necessitavam de conscientização, integração e institucionalização. A causa dos arquivos pessoais foi acolhida por centros de documentação, pesquisa e memória, ao assumirem a responsabilidade de explorá-los como fontes para o desenvolvimento de pesquisas historiográficas em diversas áreas. Essas instituições foram também responsáveis por promover a institucionalização dos arquivos pessoais.

Esse processo, sem dúvida, impactou a situação dos arquivos pessoais no Brasil, de modo que viabilizou, ao mesmo tempo, sua preservação e legitimação da sua relevância para a pesquisa científica. Nesse contexto, a questão da legitimidade assume um papel importante.

A institucionalização de arquivos pessoais, mais do que promover a preservação e o acesso aos arquivos custodiados, legitima sua importância coletiva, quer para a pesquisa, quer para a memória. Instituições são

³⁶ Em um relatório de acompanhamento, com data de 3 de março de 1995, a chefe do Departamento de Informação e Documentação, Thereza Maria da Silva Araújo, enfatiza: “Os acervos de Olympio da Fonseca e Pedro Nava foram adquiridos através de compra – proc. 550/87. Na época em que existiu a Comissão de Documentação, em uma de suas reuniões, foi feita a avaliação dos acervos arquivísticos e bibliográficos sob a guarda do Mast/DID, tendo estabelecido que o acervo de Olympio da Fonseca seria doado à Casa de Oswaldo Cruz (COC), onde estaria melhor enquadrado (área médica). O acervo Pedro Nava também seria doado. A comissão estabeleceu que ‘as áreas de atuação a serem contempladas como recurso metodológico, neste processo de aquisição de acervos arquivísticos, são as ciências exatas e da Terra, dando destaque para as áreas de matemática, astronomia, física, química e geociências. Serão também contempladas as engenharias no sentido amplo, uma vez que agregam, por exemplo, aspectos da questão tecnológica relacionados com as ciências exatas e da Terra. [...]’” (Mast. Fundo Mast. Processo de aquisição do arquivo Olympio da Fonseca, s.p.).

dotadas da autoridade social, portanto, entendidas como agentes de saber e de poder. Por meio de seus agentes – pesquisadores e pesquisadoras envolvidos na identificação de novos arquivos a incorporar – essas instituições validam, autorizam e legitimam (ou seja, institucionalizam) arquivos de determinadas pessoas, selecionadas por meio de critérios variados ou que busquem atender necessidades pontuais e específicas de suas pesquisas.

Essas instituições e as pesquisas realizadas por seus agentes, portanto, atuam como entidades de legitimação no processo de seleção de arquivos pessoais, de modo que seus critérios – difusos antes da implantação de políticas de acervo – agem no sentido de uma definição coletiva daqueles arquivos que serão considerados relevantes. Das necessidades apontadas por Bellotto, os centros de documentação, pesquisa e memória agiram fortemente no sentido da conscientização e da institucionalização, mas é válido questionar e avaliar de que modo suas atuações foram efetivas quando se trata da integração que envolve instituições, arquivos e o cenário histórico-social.

Fontes

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). Fundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Fundo IEB

Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Fundo Mast

Referências

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CAZELLI, Sibeles. Mast: origens e atividades. *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 5, jun. 2015. Disponível em: http://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=830. Acesso em: 30 abr. 2020.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. IEB: origem

e significados. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAZELLI, Sibeles. *Alfabetização científica e os museus interativos de ciência*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

COMITÊ Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco. *Registros nacionais*. Rio de Janeiro: MoWBrasil, 2020. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CONSELHO Nacional de Arquivos (Conarq). *Arquivos privados declarados de interesse público e social pela Presidência da República*. Rio de Janeiro: Conarq, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>. Acesso em: 8 out. 2020.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de

- História Contemporânea do Brasil (Cpdoc). *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do Cpdoc*. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o Cedic faz 30 anos. *Projeto História*, São Paulo, n. 40, p. 423-445, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- FRAIZ, Priscila. Cpdoc: 25 anos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 3-9, jul. 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998.
- GONÇALVES, M. S. Políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: o caso do Cpdoc. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos) – Universidade Federal Fluminense; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2007.
- HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2012.
- INSTITUTO de Estudos Brasileiros (IEB). *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.
- KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, n. 40, p. 9-16, 1. sem. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas e os embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 131-163.
- _____. A guardiã da verdade. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Faperj, 2010. p. 125-158.
- PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes, renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, jul. 1998.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020

Centro de Memória – Unicamp (CMU)

Um percurso intelectual

Centro de Memória – Unicamp (CMU): an intellectual journey / Centro de Memória – Unicamp (CMU): una trayectoria intelectual

RESUMO

O artigo percorre os processos de formação e consolidação do Centro de Memória – Unicamp, instituição criada em 1985 com o objetivo de promover a preservação da memória documental da cidade de Campinas, São Paulo. Anseia-se entender os percursos intelectuais de constituição do acervo e os processos de arranjo institucional dentro dos debates de salvaguarda da história local e regional.

Palavras-chave: centros de documentação; formação de acervo; Campinas (SP); história regional.

ABSTRACT

The article follows the formation and consolidation processes of the Centro de Memória – Unicamp, an institution created in 1985 with the main objective of promoting the preservation of documentary memory in the city of Campinas, São Paulo. The purpose is to understand the intellectual path of constitution of the collection and the institutional arrangement processes within the debates to safeguard local and regional history.

Keywords: documentation centers; collection formation; Campinas (SP); regional history.

RESUMEN

El artículo analiza los procesos de formación y consolidación de la institución Centro de Memória – Unicamp, creada en 1985 con el objetivo de promover la preservación de la memoria documental en la ciudad de Campinas, São Paulo. El objetivo es comprender los caminos intelectuales de constitución de la colección y los procesos de arreglo institucional dentro de los debates para salvaguardar la historia local y regional.

Palabras clave: centros de documentación; formación de colección; Campinas (SP); historia regional.

João Paulo Berto

Doutor em História da Arte pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Einstein de Limeira (SP) e arquivista no Centro de Memória – Unicamp, Brasil.
jpberto@unicamp.br

O CMU e seu projeto intelectual

O artigo pretende percorrer histórica e metodologicamente a formação do Centro de Memória – Unicamp (CMU), buscando entender os diferentes caminhos trilhados pela entidade ao longo de seus 35 anos (1985-2020) na salvaguarda de fontes documentais relativas à história da cidade paulista de Campinas e sua região. Do ponto de vista administrativo, o CMU é um dos 21 centros e núcleos sob a tutela da Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (Cocen), a qual, por sua vez, responde à Coordenação Geral da Universidade Estadual de Campinas (CGU). Voltado a ações de pesquisa e difusão, tem como objetivos captar, organizar, preservar, disponibilizar e divulgar acervos documentais relacionados a Campinas e às cidades compreendidas no antigo Oeste Paulista.¹

Sua fundação, contudo, deve ser entendida em um amplo contexto de preservação de memória que se estruturou internacional e nacionalmente na segunda metade do século XX, em especial a partir dos anos 1970. Em um cenário de pós-modernidade e de perdas de referenciais culturais das comunidades, tornou-se iminente a necessidade do lembrar, do recordar, para o quê a reunião de fontes se configurou como um imperativo. Nessa conjuntura, a própria definição e abrangência da noção de documento foi esgarçada, contribuindo para isso os movimentos da virada linguística e os novos caminhos da escrita da narrativa histórica – dos quais se destacam o da história “vista de baixo” (tendo como expoentes E. P. Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon Davis) ou mesmo da micro-história italiana (com Edoardo Grendi, Carlo Poni, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg). Como apontou o medievalista francês Jacques Le Goff (1924-2014), em texto paradigmático publicado inicialmente na década de 1970 na *Enciclopédia Einaudi* e, depois, reunido a outros na obra *História e memória* (publicada em 1988), foi importante nesse processo a compreensão de que o documento é, antes de tudo, um produto que não é neutro,

¹ Por Oeste Paulista entende-se a região que se desenvolveu administrativa e economicamente com a expansão cafeeira na segunda metade do século XIX, tendo como eixo central a cidade de Campinas, São Paulo. Outro fator que impulsionou economicamente essa região foi o incremento das linhas férreas, em especial com a implantação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Vale destacar a importância de Campinas nesse cenário, uma vez que nela estava um dos mais importantes entroncamentos férreos do Brasil, congregando, além das referidas companhias, trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, do Ramal Férreo Campineiro e da Estrada de Ferro Funilense.

é antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (Le Goff, 2003, p. 537-538)

Tal processo, alicerçado por mecanismos emprestados de outras ciências humanas, permitiu a inclusão à análise histórica de documentos de variados gêneros, espaço que antes era ocupado com grande destaque apenas por obras escritas. Uniam-se agora, horizontalmente, fotografias, mapas e plantas, objetos, narrativas orais e audiovisuais e um incontável número de tipologias entendidas como não oficiais, como os itens de caráter pessoal: diários, anotações, entre outros.

Nesse cenário foram criados muitos espaços para a salvaguarda de acervos, sejam arquivos, museus, bibliotecas ou centros de documentação. Vistos como “templos da memória” (Cook, 1998), “lugares de memória” (Nora, 1993), “instituições-memória” (Le Goff, 2003), “instituições de memória cultural” (Namer, 1987), tais organismos tiveram um papel estratégico na preservação de documentos representativos de realidades diversas, em nível local, regional ou nacional. Associados também aos discursos provenientes do campo do patrimônio cultural – cuja reviravolta nos anos 1980 permitiu novas abordagens, entre elas as de bem cultural, memória e identidades –, muitos espaços nasceram repentinamente impulsionados por condições de perdas e lógicas destrutivas. Como apontou Gonçalves sobre esse cenário,

um historiador no ano 2115 provavelmente vai se perguntar por que as pessoas, na virada do século XX para o XXI, se mostravam tão sensibilizadas pelas palavras “patrimônio” e “memória” e tão obcecadas pelas ações de proteção e preservação de seus “bens culturais”. Que ameaça assombrava seus corações e mentes? (Gonçalves, 2015, p. 212)

Esse processo, deve-se destacar, levou a uma verdadeira inflação da memória, em que tudo era resgatado e patrimonializado. Contudo, nessa mesma década de 1980, quando o olhar sobre o que deveria ser preservado como parte das identidades locais começou a recair também para as mãos das comunidades detentoras, outro problema se instaurou: se o ato

da preservação (entendendo-se aqui categorias como as de patrimonialização ou musealização) implicava um reconhecimento público de valor, a quem caberia, de fato, afirmar o que deveria ou não ser salvaguardado? Assim, nesse embate onde transparecem jogos de poder, “os patrimônios são menos expressões de identidades do que meios de produção de determinadas formas de autoconsciência individual e coletiva” (Gonçalves, 2015, p. 213). Tal assertiva coloca-se como extremamente válida para se pensar o surgimento das instituições de memória, uma vez que estas nasceram como espaços estratégicos de autorreconhecimento ou chancela (sejam locais, regionais ou nacionais) de determinado tema para um grupo ou indivíduo. Foi justamente nessa conjuntura que o CMU foi criado.

Apesar do ato de fundação do centro datar de 1º de julho de 1985, por meio de portaria do então reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o professor doutor José Aristodemo Pinotti, os debates são muito anteriores e remontam à década de 1970, destacando-se a atuação do professor doutor José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). Com vasta trajetória acadêmica e em pesquisa,² Lapa foi um dos responsáveis pela formação do Departamento de História da Unicamp e também de seu programa de pós-graduação. Campineiro, tinha grande predileção por temas voltados à história local e regional,³ linha que manteve por longos

2 José Roberto do Amaral Lapa formou-se professor normalista pelo então Instituto de Educação Carlos Gomes, de Campinas, e técnico em contabilidade pela Escola Técnica de Comércio Campineira, ambos em 1948; em história e geografia, em 1952, e em ciências jurídicas e sociais, em 1959, ambos pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas. Nos anos 1960, foi um dos responsáveis pela organização do curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (atualmente pertencente à Universidade Estadual Paulista), onde se doutorou em 1966 com a tese *A Bahia e a carreira da Índia*, publicada em 1968. Na linha de história do Brasil, debruçou-se sobre o período colonial, o que lhe rendeu diversos projetos que se desdobraram em livros, dos quais destacam-se: *Economia colonial*, em 1973; *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao estado do Grão-Pará (1763-1769)*, em 1978, e *Antigo sistema colonial*, de 1982. Paralelamente, dedicou-se ao estudo da sociedade e historiografia brasileiras, tendo publicado *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*, em 1976.

3 Segundo o próprio Lapa, os estudos sobre Campinas comporiam uma terceira fase de seus interesses de pesquisa, iniciados pela história econômica do período colonial e, em seguida pela historiografia brasileira. Dessa fase campineira, destacam-se obras como *A cidade: os cantos e os antros – Campinas (1850-1900)*, de 1996, e *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1950)*, de 2008. Em entrevista, apontou que esse interesse se deu, pois, “desde criança, eu nasci em Campinas, e desde criança a cidade como tal me atraía muito! [...] Hoje, eu me sinto engolfado pela história de Campinas, acho que, de uma maneira quase sentimental, eu diria que me foi dada, a essa altura da vida, uma oportunidade de eu... de alguma maneira, retribuir a Campinas o que eu devo a ela, ao nível de formação, de carreira, de obras intelectuais... Então, é algo mais que o simples interesse de historiador, um simples interesse ligado a uma carreira universitária, um simples interesse de utilizar tudo aquilo que a Unicamp pode oferecer nesse sentido para fazer um trabalho, quer dizer, é algo mais que tudo isso, é uma empatia também” (Simson, 2000, p. 17-18).

anos e que o levou à produção de dezenas de trabalhos, multiplicados por sua atividade de orientador de diversos alunos, de iniciação científica ao doutorado.

Ainda durante sua docência em Marília, junto ao curso de história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que ajudou a fundar, Lapa publicou possivelmente sua primeira obra voltada ao estudo de sua cidade natal. *Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas* foi publicada em 1966, como uma separata da então revista *Estudos Históricos* da faculdade (existente entre 1963 e 1977) e escrita com o intento de apresentar uma seleção de fontes primárias e referências bibliográficas sobre a cidade, levantadas em arquivos e bibliotecas de instituições públicas e privadas de Campinas, São Paulo, Marília e Lisboa. Ademais, em “certos casos, biografias de campineiros ilustres e de personalidades ligadas a Campinas, cujos textos têm de qualquer maneira interesse para a história da cidade” (Lapa, 1966, p. 281-282), com a exceção de títulos de ficção. Informa na obra que um novo e atualizado levantamento estava em elaboração, empreita que o autor passou reunindo e organizando ao longo da vida, mas que não viu publicada.⁴

Verifica-se, assim, que mesmo inserido nas pesquisas sobre o mundo colonial, Amaral Lapa dedicava-se também a estudos e levantamentos de fontes sobre Campinas. Essa visão pode ser ampliada ao se analisar um artigo publicado na *Revista de História*, em 1976, o qual dá o tom a sua fase de trabalho, já de volta a Campinas. Intitulado “História de Campinas: a tarefa para os próximos dez anos”, apresenta um balanço historiográfico de pesquisas de cunho científico sobre a cidade, segundo o autor existentes deste 1941, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local (depois vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas), destacando a necessidade de “uma possível revisão do esquema convencional da história local” (Lapa, 1976 p. 222). Nesse processo, apresentou suas futuras contribuições, as quais se atrelariam a um projeto de estudos sistemáticos da região conhecida como “Velho Oeste de São Paulo”, do qual Campinas seria um primeiro objeto (Lapa, 1976, p. 221). Finaliza o texto apontando que

o que na verdade se pretendeu é uma motivação para que se articulem e se racionalizem os diferentes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, tendo por

4 Os originais da bibliografia da história de Campinas encontram-se no conjunto documental José Roberto do Amaral Lapa, no Centro de Memória – Unicamp.

base a história de Campinas. Acreditamos que será sempre incompleto o conhecimento histórico de uma nação na medida em que ela não estude em profundidade o microcosmo de suas localidades. (Lapa, 1976, p. 240)

Um ponto interessante é que Lapa dedicou seu texto a uma figura importante no contexto local, o bibliófilo João Falchi Trinca, nome que se configurará como de grande relevância para a formação inicial do acervo do CMU.

Em linhas gerais, o historiador tinha em mente um projeto de construção histórica já bem articulado, alicerçado na pesquisa documental e na produção do conhecimento científico. Constituir um local especializado de preservação e pesquisa esteve sempre entre as propostas do docente, desde sua entrada na Unicamp em 1972, em um primeiro momento para lecionar história para a graduação em ciências sociais – o curso de história foi criado apenas em 1976, sendo Lapa seu primeiro chefe de departamento. Prova disso é seu projeto do Centro de Documentação História (CDH), o qual serviria para atender as demandas e o caráter multidisciplinar dos cursos de mestrado e dos alunos de graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Este teria como recorte inicial os períodos dos séculos XIX e XX, “dada a relativa falta de aprofundamentos no Brasil de trabalhos sobre os períodos mais recentes”, sendo, nesse sentido, destacada a sua instalação em Campinas, região “com a qual a história do movimento republicano e a própria República de uma certa maneira se confundem”.⁵ Assim, além de amparar as pesquisas internas e atrair outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, Lapa conclamava a Unicamp para entender o centro como parte dos esforços em prol da preservação da documentação brasileira, entendida tanto em torno de sua destruição quanto da latente evasão do território nacional.

Apesar de não ter se concretizado, é nesse cenário que se deve inserir, portanto, o plano intelectual que levou à consolidação e à fundação do CMU, o qual se converteria em um primeiro momento, na visão de Amaral Lapa, em um núcleo especializado em estudos da história regional – área de pesquisa que ele já havia consolidado no Departamento de História, apesar da posição contrária de alguns docentes com relação à

⁵ Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. LAPA, José Roberto do Amaral. Projeto – Centro de Documentação Histórica. 1975. Mimeo. (sem notação).

pertinência da mesma.⁶ Desta forma, mais que um mero processo de defesa e preservação de patrimônio, torna-se imprescindível problematizar a formação do CMU, entendendo como ele emergiu na história da modernidade e quais perfis semânticos veio assumir (Gonçalves, 2015, p. 214). Defende-se, portanto, que o centro é parte do projeto pessoal de Lapa de configurar um espaço de guarda de documentação que subsidiasse a linha que havia estruturado academicamente sobre Campinas e o Oeste Paulista, garantindo uma dada noção de autenticidade às pesquisas.

Por outro lado, deve-se destacar que já havia na Unicamp um interesse pela criação de um centro de memória, para o quê o fundador da universidade e então reitor, professor doutor Zeferino Vaz, contratou o historiador carioca professor doutor José Honório Rodrigues (1913-1987) em 1972, em ação que não teve desdobramentos e se findou com sua saída da universidade, em 1978. Contudo, acredita-se que, por mais que houvesse uma tentativa de reforçar os laços com a cidade, esse projeto estaria fortemente vinculado à constituição de um espaço de guarda da memória institucional da própria universidade, tarefa que recaiu sobre o Arquivo Central, implantado tempos depois, entre 1987 e 1988.

Com relação ao intento principal de Lapa, este somente logrou êxito em sua empreitada quando, em março de 1978, tomou conhecimento de que o Fórum de Campinas (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, comarca de Campinas) estava na iminência de descartar seus arquivos cartoriais devido ao grande volume e à falta de espaço de armazenamento. Apesar das tratativas com o então diretor do fórum, Roberto Teles Sampaio, para que os cerca de cinquenta mil itens – entre testamentos, inventários, ações cíveis e outros tipos de processos, datados entre 1793 e 1940 – fossem transferidos para a Unicamp, o ato não se efetivou, justamente pela falta de um local apto para esse fim. Lapa, por sua vez, continuou os esforços junto à administração central da universidade para que houvesse uma resolução para a questão, mostrando a importância da documentação, em especial para o recente curso de história, cuja ênfase na pesquisa era evidenciada.

6 Na época, o interesse pela história local e regional ainda era exíguo no conjunto das universidades brasileiras, destacando-se os trabalhos empreendidos nas federais de Pernambuco, Bahia, Paraná e Paraíba. Na Unicamp havia certa resistência, processo que vinha sendo revisito desde 1984, com a criação de uma série de reuniões mensais, chamadas “seminários de pesquisas”, onde docentes e alunos de diferentes áreas do conhecimento apresentavam seus estudos sobre Campinas. Esse processo ajudou a descortinar um novo olhar para a história local e a cidade passou a ser vista como “um grande laboratório, um vasto e atraente objeto de estudo, um polo que merecia atenção por sua capacidade de transformação social, econômica, urbana, cultural, tecnológica e científica” (Gomes, 2000, p. 66).

As tratativas foram retomadas em novembro de 1983, dessa vez com a iniciativa tomada pelos juízes Edgard Cruz Coelho e Renato Gomes, intermediados por Lapa, que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Documentação da Unicamp. Estes procuraram novamente o reitor, professor doutor José Aristodemo Pinotti, conseguindo agora o retorno positivo para a transferência. A ação foi chancelada em 4 de março de 1985, mediante convênio assinado entre o Tribunal de Justiça e a Unicamp, estando a documentação desde então em regime de custódia. Destaca-se que esse não seria o primeiro acervo documental em posse da Unicamp, que na época já possuía algumas coleções, entre elas a de Edgard Leuenroth (comprada em 1974), que marcou o surgimento do arquivo homônimo, hoje vinculado ao IFCH; e as preservadas no Centro de Informação e Difusão Cultural da Unicamp (Cidic), fundado em 1984, como as de Sergio Buarque de Holanda (doada em remessas em 1983, 1987 e 1988) e de Paulo Duarte (adquirida em 1985).

Quando da transferência, a reitoria nomeou uma comissão especial para a criação e a instalação do novo centro de memória, conforme portaria de 12 de abril de 1985, sendo membros os professores Ubiratan D'Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Humberto de Araújo Rangel e Marlyse Madeleine Meyer. Para o trabalho técnico de processamento do material, a comissão contou com o apoio do Cidic, sendo de sua responsabilidade a ordenação e a higienização da documentação. Após diversos estudos e tratativas, foi deliberada a criação do centro de memória, sendo a portaria de fundação datada de 1º de julho de 1985.

Neste ato, aparecendo ligado ao Cidic, o centro atuaria não somente na realização de estudos e pesquisas sobre o Oeste Paulista, mas também sobre aspectos da história da Unicamp – sendo esta incumbência migrada para o Arquivo Central anos depois, como apontado acima. O nome escolhido para o órgão foi Centro de Memória – Unicamp, resultado das discussões de Lapa contra a proposta de Centro de Memória Nacional, solicitada pela reitoria. Em 4 de julho, ocorreu a primeira reunião do conselho científico,⁷ formado pelos professores Ubiratan D'Ambrósio, José Roberto do Amaral Lapa, Ataliba Teixeira de Castilho, Ademir Gebara, Héctor Hernán Bruit, Mariza Corrêa, Peter Louis Eisemberg, Robert Wayne Slenes e Sergio Silva, os quais elegeram, por unanimidade, o

⁷ Apesar de a reunião ter ocorrido no dia 4, a portaria de nomeação dos membros do conselho científico data de 11 de julho (portaria GR 164/85).

professor Amaral Lapa como o primeiro diretor do CMU, ato oficializado em julho por portaria do reitor (GR 163/85).⁸

A instalação solene ocorreu apenas no dia 11 de julho, em ato que contou com a participação de membros da universidade e autoridades políticas locais. Interessante observar que a mídia local apontava que o CMU surgia com a incumbência inédita da “preservação da memória nacional” no âmbito de uma instituição de ensino superior, já que, em fala do próprio Lapa,

até hoje, na realidade, a maior parte da história real do Brasil, de difícil acesso à sua própria população, está sendo adquirida a preço de dólar pela Universidade do Texas, nos Estados Unidos – que possui a maior parte de “nossa cultura”, bem distante, portanto, do alcance do povo brasileiro.⁹

Nesse primeiro momento, o CMU ocupou parte do prédio da Biblioteca Central, junto ao Cidic, órgão que o centro deveria assistir em suas tarefas de tratamento arquivístico. Ainda em 1985, contudo, por disposição da administração central, o CMU foi transferido para o andar térreo do ciclo básico I, onde está até os dias atuais. Neste mesmo ano, no mês de dezembro, foi criado o Núcleo de Estudos Regionais (NER), subordinado à reitoria e integrado ao Centro de Memória – Unicamp, cuja finalidade era realizar pesquisas e estudos de natureza interdisciplinar, a partir do acervo do CMU, privilegiando como objeto a região do Oeste Paulista, polarizada pela cidade de Campinas. Este, incorporando o Grupo de Estudos de História Regional, criado em 9 de novembro de 1984, comporia a grande área de pesquisa do centro, buscando traçar “uma parte inédita e revolucionária em termos de história de Campinas e do Brasil” a partir de pesquisadores de diversas instituições paulistas. Isso porque “a história local e regional de Campinas merece ser revelada minuciosamente por ter uma tradição científica no Brasil a ser conhecida sem perder de vista a formação social e econômica brasileira”.¹⁰ Além dele, podem-se citar também outros importantes grupos de pesquisa criados de forma vinculada

⁸ Datadas de 11 de julho de 1985, as portarias GR 163 e 164, respectivamente nomeando o diretor do CMU e seu conselho científico, foram publicadas em texto único na edição do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 20 de julho de 1985.

⁹ Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Centro de Memória conta a história de toda a região. *Correio Popular*, Campinas, 12 de julho de 1985, p. 3. (sem notação).

¹⁰ *Ibidem*.

ao CMU, como o Grupo de Estudos Afro-Brasileiros da Unicamp (Geabu), criado em 3 de setembro de 1987, e o Grupo de Estudos de História da Técnica, formado em 7 de agosto de 1996.

Organização, formação do acervo e metodologias de tratamento

Ao longo de seus 35 anos, a história do CMU poderia ser dividida em três fases: uma de estruturação administrativa e constituição do acervo, marcada pela gestão do professor José Roberto do Amaral Lapa (entre 1985 e 1996); outra com grande foco nos projetos e ações de difusão, ocorrida nas gestões da professora Olga von Simson (entre 1996 e 2008); e uma terceira, marcada por gestões de docentes e pesquisadores que se voltaram para a reestruturação do acervo e das metodologias de atuação. Nesse percurso de mais de três décadas, o CMU reuniu significativa documentação de variados gêneros, formada por mais de uma centena de conjuntos documentais pessoais e institucionais, tanto públicos quanto privados, que abrangem um período histórico que vai do século XVII até a atualidade.

No momento da sua criação, compunha-se como acervo fundante do CMU os documentos doados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (comarca de Campinas) e, pouco tempo depois, os do reitor Zeferino Vaz. Após a mudança para o prédio do ciclo básico, o centro iniciou um processo de estruturação de cunho mais administrativo, uma vez que, do ponto de vista da organização documental, o CMU contava com o apoio dos técnicos lotados no setor de documentação do Cidic. Em um ano de existência, o acervo do centro foi acrescido dos conjuntos de cartas de Francisco Glicério de Cerqueira Leite; dos documentos do memorialista campineiro Jolumá Brito, dos professores José Carlos Ataliba Nogueira, Antônio Ferreira Cesarino Júnior e Nelson Omega; e da documentação do 7º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do estado de São Paulo. Uma doação de grande impacto, contudo, foi a recebida do bibliófilo campineiro João Falchi Trinca (1911-1995), em julho de 1986.¹¹ Iniciada em 1927, ainda com 16 anos, é considerada como a mais completa coleção particular sobre Campinas, reunindo itens textuais, iconográficos e bibliográficos em uma verdadeira “campiniana”.

¹¹ Uma segunda remessa de documentos foi doada por sua irmã, Ana Trinca, em 1995, após seu falecimento.

Nesse primeiro ano de atuação, bem como nos seguintes, verificou-se uma ampla atividade de recolha de conjuntos formados por gêneros documentais variados, mas com uma prevalência pelas fontes escritas (manuscritas e/ou impressas). Este movimento, liderado por Amaral Lapa, ocorreu de forma rápida em seus primeiros tempos, não somente como forma de “salvamento” de obras espalhadas em entidades, empresas ou famílias de Campinas e região, mas como uma forma de legitimar o espaço que havia se constituído no seio da universidade. Pode-se, ainda, inserir esse processo em um sintoma ainda maior da contemporaneidade no que se refere às instituições memória, isto é, a sempre presente crise nas maneiras como os grupos sociais lidam com as relações entre o passado, o presente e o futuro. Como analisado por François Hartog (2014), a questão principal estaria em uma espécie de crise do presente, o presentismo, e a incerteza do futuro, o que apontaria em direção à ideia de que tudo deveria ser salvaguardado, uma espécie de patrimonialização galopante (2014, p. 265), já que

ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (Hartog, 2014, p. 266)

Ainda em 1986, foi constituído o Laboratório de História Oral (Laho).¹² Vale destacar que a fundação do espaço para a prática de história oral foi reflexo do cenário existente no contexto brasileiro do período (Guariza, 2015, p. 4). Apesar de surgida nos anos 1950, as primeiras experiências com história oral no Brasil datam de 1975. Contudo, a metodologia do registro oral e seu uso como fonte histórica foram muito questionados na década subsequente, o que intensificou a atuação de seus principais nomes. Dessa forma, isso justifica a vanguarda do CMU nessa área, a exemplo de outras instituições, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/

¹² O projeto original previa a criação do Laboratório de História Oral e Iconografia. Além da coleta de depoimentos, o laboratório realizaria a gestão da “documentação visual contemporânea e aquelas remanescentes dos séculos anteriores, constituindo e preservando ao mesmo tempo um acervo que com certeza dará oportunidade à geração e reprodução de conhecimento para as ciências, letras e artes. Em curto prazo, pretendemos reunir um completo acervo iconográfico sobre Campinas [...]”. Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Relatório I – Centro de Memória – Unicamp: junho de 1985 a julho de 1986. Campinas, SP. 6 de junho de 1986. (sem notação). A parte de iconografia, contudo, não foi incorporada ao laboratório criado, compondo, posteriormente, um novo setor.

FGV) do Rio de Janeiro. Em linhas gerais, o Laho atuava na geração de pesquisas e na captação de depoimentos a partir de projetos em diferentes temas, tais como memorialistas/historiadores de Campinas, formação dos bairros urbanos, grupos étnicos e imigrantes, manifestações culturais, entre outros. Um dos principais nomes à frente do laboratório foi o da professora doutora Olga Rodrigues de Moraes von Simson,¹³ que desenvolveu ao longo dos anos importante trabalho de registros orais e audiovisuais.

Outro setor de grande apreço para Amaral Lapa foi o de publicações, criado ainda em 1986 a fim de externar os trabalhos desenvolvidos por seus pesquisadores, em especial aqueles vinculados ao NER. Em um primeiro momento, o centro atuava apenas na seleção e indicação de obras a serem publicadas em editoras externas, a partir da coleção *Tempo & Memória*, organizada nas séries *Campiniana* e *Seminários*. Com o tempo, a área manteve diversos periódicos, tais como o *Boletim do CMU*, iniciado em 1989 a fim de dar conta da produção técnica interna e dos debates envolvendo os temas de interesse do centro, e a *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura*, lançada em 1990, voltada à publicação de resultados de pesquisas nas áreas das ciências humanas e das artes, ambos semestrais. Desde 1996, com novo regulamento, passou a atuar como uma editora de pequeno porte, publicando obras de relevância para estudos regionais.

O tratamento técnico do acervo iniciou-se de modo efetivo somente em 1987, quando o CMU passou a contar com servidores próprios especializados em gestão arquivística e biblioteconômica, dando início ao processo de reorganização interna baseado na especialização do tratamento de gêneros documentais. O primeiro setor a ser criado foi a biblioteca, instalada em fevereiro, responsável pelas obras bibliográficas em geral, mapas e plantas, delimitando sua vocação à preservação da história de Campinas e sua região. Até julho de 1987, as obras totalizavam cerca de três mil.¹⁴ Em 17 de março, foi criado o Laboratório de Restauração de Documentos Gráficos (Labre) e, em abril, os Arquivos Históricos, setor especializado nas atividades de processamento técnico, acesso e difusão dos conjuntos. Nesse mesmo ano foi organizado o primeiro guia do centro e

¹³ Olga von Simson atuou como membro da direção do CMU em diferentes gestões: como diretora associada, de 1989 a 1996 e de 2000 a 2002; e como diretora, de 1996 a 2000 e de 2002 a 2008.

¹⁴ Relatório II – Centro de Memória – Unicamp: julho de 1986 a julho de 1987. Campinas, SP, 20 de julho de 1987. (sem notação).

novos conjuntos foram incorporados, destacando-se os da Sociedade Beneficente Isabel, a Redentora; de Antônio Francisco de Paula Souza e da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.

Nos anos seguintes, o empenho de Lapa no alargamento do acervo foi intenso, verificando-se um destaque para grandes vultos da história local, com a doação dos documentos da Família Quirino dos Santos e Simões (do mesmo tronco do abolicionista e republicano Bento Quirino dos Santos), em março de 1988. Em junho de 1989, por sua vez, uma transferência importante foi a de 504 livros pela Irmandade de Misericórdia de Campinas, datados entre 1870 e 1986 e relacionados à Santa Casa de Misericórdia de Campinas e ao Hospital Irmãos Penteados.

No que tange aos documentos de cunho iconográfico, inicialmente eram tratados no seio dos Arquivos Históricos. Porém, no início dos anos 1990, foi criada uma subárea, designada Coleções Especiais, onde a documentação desse gênero era separada e seu processamento técnico realizado de maneira autônoma. Além das atividades de organização e descrição, a área dispunha de um serviço próprio de conservação e restauro. Com base nisso, graças ao crescimento do volume documental iconográfico, em 1994 os serviços foram desmembrados, criando-se o Arquivo Fotográfico e, como suporte deste, o Laboratório Fotográfico (responsável, entre outros, pela geração de reproduções de segurança – seja em papel ou em flexível 35mm ou médio formato).

O Arquivo Fotográfico passou a ser responsável pela salvaguarda de todos os itens iconográficos dos conjuntos documentais do CMU, reunindo ao longo do tempo um montante de mais de noventa mil imagens em suportes variados. Entre os conjuntos, destacam-se o de Aristides Pedro da Silva, conhecido como V-8, formado por cerca de 4.500 imagens datadas entre 1880 e 1970, tanto colecionadas quanto fotografadas pelo titular; e o da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, transferido para o CMU em 1994 pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e composto por 24 álbuns que reúnem cerca de 2.700 fotografias, tiradas entre 1896 e 1925 (constam ainda livros e publicações do órgão que foram enviados à biblioteca do centro).

No ano de 1992, o CMU aprovou seu primeiro estatuto, que organizou os serviços e chancelou as áreas até então existentes, bem como demarcou outras que Amaral Lapa, na época diretor, almejava consolidar. Um ponto interessante é que, como órgãos complementares, além do NER e do Geabu, estava também um museu histórico. Sobre este valem a pena algumas considerações. A proposta original de Lapa era prospectar acervos a fim de constituir um museu histórico a ser implantado na sede da

fazenda Mato Dentro (parque ecológico Monsenhor Emílio José Salim), o qual serviria para “reconstituir como era a vida cotidiana nos antigos engenhos de açúcar e fazendas de café da região de Campinas”,¹⁵ atuando como um espaço de pesquisa e fruição. Tal desejo foi reforçado quando, em 1993, por disposição testamentária, o CMU recebeu o conjunto do comendador Theodoro de Souza Campos Júnior (1903-1992) que, além de documentos textuais, iconográficos e bibliográficos, era composto por mobiliário, pinturas a óleo, pratarias, têxteis e outros objetos decorativos que expressavam o morar da elite campineira do século XIX ao XX. Mesmo com a aprovação inicial da Prefeitura de Campinas (detentora do espaço), não houve continuação do projeto, apesar de o museu continuar constando nos demais estatutos aprovados (2001 e 2013). Acerca dos itens tridimensionais doados por Campos Júnior, estes ficaram sob a guarda da biblioteca do CMU, para onde acorreram outros objetos de cunho tridimensional dissociados dos conjuntos incorporados ao acervo do centro.

No que tangia à organização dos setores, sua atuação se desenrolava quase que de modo independente, possuindo seus próprios serviços internos, como atendimento e processamento técnico e, em alguns casos, conservação. Especificamente sobre o acesso, ocorria de modo presencial ou informatizado, porém sem a disponibilização do item digitalizado, o que era feito apenas localmente. Os padrões de descrição eram também adotados pelos setores de acordo com as especificidades dos conjuntos documentais, cambiando ora pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (Isad-G), pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), ora por padrões criados exclusivamente caso a caso. Como pode ser elucidado com o exemplo do conjunto Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o qual se compôs um banco de dados com informações como número do processo, ação, ofício, réu, autor, ano e observações. Outra questão delicada era o caráter fragmentário da análise que a documentação podia passar quando entendida apenas em um único gênero (no caso da prática da dissociação), sendo evidentes situações em que conjuntos de uma mesma proveniência recebiam nomes diferentes, causando complicações internas e externas na recuperação da informação.

¹⁵ Centro de Memória – Unicamp. Conjunto José Roberto do Amaral Lapa. Anteprojeto de criação de um museu histórico, na sede da fazenda Mato Dentro (parque ecológico Monsenhor Emílio José Salim), integrado ao Centro de Memória – Unicamp. Campinas, SP. 3 de agosto de 1989. (sem notação).

O centro, o acervo e a pesquisa: a reestruturação do CMU

Do ponto de vista do tratamento informacional de seus conjuntos documentais, em cerca de trinta anos de sua existência, o CMU se organizou pautado na especialização de setores autônomos que se enquadravam mediante os gêneros documentais (textual, bibliográfico, sonoro/audiovisual, iconográfico). Os conjuntos recebidos eram dissociados de forma intencional, o que acarretava procedimentos variados no gerenciamento da informação, com metodologias, padrões e rotinas por vezes muito específicos. Como consequência, eventualmente tornava-se impossível reunir os conjuntos documentais mesmo que intelectualmente, o que trazia grandes dificuldades para os pesquisadores e para rotinas de gestão integrada. Ao mesmo tempo, cada setor empreendia medidas independentes de acesso aos documentos: seja por meio do oferecimento dos itens físicos ou utilizando softwares variados que pouco ou nenhum diálogo travavam entre si.

Frente à necessidade de definição de uma política ampla e unificada de tratamento do acervo, no ano de 2015 o CMU iniciou uma nova e vasta reorganização interna, cujo objetivo era, justamente, aprimorar o atendimento aos usuários e pesquisadores, assim como integrar e dinamizar seus diferentes setores.¹⁶ Do ponto de vista do acervo, a ideia era suprimir todas as antigas áreas em prol da reunificação dos conjuntos documentais, propondo uma segmentação por serviços, a saber: atendimento ao público, processamento técnico, documentação digital e conservação e restauração. Nesse processo, durante os anos de 2015 e 2016, foi realizado um amplo diagnóstico do acervo (Berto; Gonçalves, 2016), o qual vem embasando a reunião e a revisão dos critérios de organização dos conjuntos, tomando por base o princípio arquivístico da proveniência. Este, para Schellenberg, atua na proteção da integridade dos documentos, já que as origens e processos pelos quais foram criados estão refletidos no seu arranjo. De igual maneira, “ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser compreendidos, no contexto, com documentos correlatos” (Schellenberg, 2006, p. 260). Os procedimentos baseiam-se, também, na ideia de recuperação do vínculo arquivístico, já que a “rede de relações que cada documento tem com os documentos pertencentes a um mesmo conjunto é a relação que liga cada documento ao anterior ou posterior (Macneil, 2010 apud Rodrigues, 2010, p. 178).

¹⁶ A reorganização foi baseada em um processo interno de certificação, finalizado em 2014.

A reunião dos conjuntos levou também a uma reflexão sobre o próprio acervo existente no centro, em correlação com suas linhas de atuação institucional. Com base nisso, foi construída e implantada a política de acervos do CMU, bem como ocorreu a reorganização interna da comissão competente ao assunto, ambas em 2018. Esta ação configurou-se como central na normatização de diretrizes e critérios que pudessem reger a aquisição, planejamento, gerenciamento e desenvolvimento do órgão, desde a prospecção de conjuntos documentais até o momento de sua difusão aos pesquisadores, sejam eles acadêmicos ou não. No documento, foram apontados todos os protocolos a serem seguidos, buscando tornar públicos os critérios que embasam as ações internas do CMU. Apesar de muitos dos pontos já serem seguidos pelo órgão, era necessário reunir esses elementos em um documento único e institucional.

Após algumas incursões, foi proposta institucionalmente a realização de um amplo projeto que pudesse envolver todos os novos setores, com vistas à constituição de um fluxo de trabalho que levasse em conta a otimização de recursos humanos, materiais e infraestrutura. Em linhas gerais, a ideia era justamente dirimir as demandas ainda existentes, isto é: como propor uma política interna de gestão de conjuntos documentais permanentes que atendesse aos recursos humanos e tecnológicos existentes, bem como fornecesse um retorno eficaz ao consulente? Como recuperar e organizar os conjuntos de forma a construir um arranjo arquivístico adequado e coerente?

Nesse sentido, como conjunto “piloto” nesse processo, escolheu-se o do político Adolpho Affonso da Silva Gordo (1858-1929), personagem destacável no contexto político da transição do Império para a República no Brasil. O conjunto, datado entre 1835 e 1981, apresenta 4.512 itens de gêneros variados, que abrangem: 1) a trajetória política de Adolpho Gordo, incluindo correspondências, jornais, discursos, publicações oficiais e projetos de lei relativos aos processos eleitorais, às leis e aos decretos nos quais teve participação direta durante seu período na Câmara e no Senado Federal; 2) a trajetória profissional como advogado, especialmente os casos relativos ao período em que manteve sociedade com Antônio Mercado, sobressaindo-se a significativa correspondência entre ambos, além de pareceres e profusa documentação sobre o caso da São Paulo Northern Railroad Company; por fim, 3) a relação do titular com familiares, incluindo documentos das famílias Lorena, Vergueiro, Vieira de Carvalho e Salles Malta, por meio de correspondência, cadernos, recibos e processos jurídicos. A documentação compõe-se tanto de documentos gerados por Gordo ao longo da sua vida, quanto acumulados por sua filha,

Carolina da Silva Gordo, e que envolvem questões familiares. A doação ocorreu por parte da neta, Alice Beatriz da Silva Gordo Lang, em 2003.

A importância do conjunto Adolpho Gordo é ainda maior tendo em vista que, em dezembro de 2018, o CMU recebeu o certificado de inscrição de parcela do referido conjunto no registro nacional do programa Memória do Mundo da Unesco, por meio do projeto “Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz, 1881-1985”, candidatura encabeçada pelo Arquivo Nacional, unindo o CMU, o Arquivo Histórico do Itamaraty, o Museu Nacional e o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. De modo específico, foi destacada a correspondência trocada entre Bertha Lutz e Gordo entre as décadas de 1910 e 1920.

Nesse contexto, ainda em 2018, foi inscrito um projeto junto ao Programa de Ação Cultural (Proac) da Unidade de Fomento à Cultura da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo (edital Proac n. 19/2018), o qual foi contemplado, permitindo ampliar o parque digital do CMU com vistas à disponibilização de seu acervo para acesso on-line. A proposta previu a organização, descrição, digitalização e informatização do conjunto Adolpho Gordo, bem como sua difusão em uma exposição virtual, revelando a raridade e ineditismo dos documentos e sua importância para a pesquisa histórica em nível nacional. Dado o tempo de dez meses, o projeto foi organizado em etapas que respeitavam aquelas elencadas junto à política de acervo institucional, de modo a solidificar um fluxo de trabalho interno.

Como primeira etapa, sob supervisão do Laboratório de Conservação e Restauro do CMU, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação dos documentos para avaliar as reais necessidades de intervenção, aliado à higienização. O levantamento das condições de degradação era registrado em fichas de conservação com as indicações dos tipos de danos. Como os documentos encontravam-se em caixas, em sua maioria classificados, foi atribuída uma numeração provisória, como forma de controle do trabalho, a fim de garantir a individualidade do item documental dentro das caixas e possibilitar a identificação nas fichas, bem como a posterior descrição arquivística. Cabe ressaltar também que a identificação de danos no diagnóstico foi direcionada para problemas que afetassem a qualidade da digitalização, fim último do projeto. Paralelamente ao diagnóstico, foi realizada higienização de todos os itens documentais para remoção de sujidades e retiradas de corpos estranhos, como grampos e cliques de metal.

Após a etapa de higienização, partiu-se para a de processamento técnico. Esta consistiu na descrição, classificação e ordenação dos itens, visando à ampliação de seu acesso aos pesquisadores. Inicialmente, a partir

dos números provisórios atribuídos aos itens na etapa anterior, eles foram descritos individualmente segundo a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (Isad-G), ressaltando os seguintes campos: título, dimensão e suporte, data, local (inexistente na Isad, mas atrelado levando em conta sua inserção como ponto de acesso), conteúdo, idioma, gênero e notas. O arranjo foi pensado a partir da biografia de Adolpho Gordo, agrupando os documentos de modo a refletir as três esferas de sua vida (pessoal, profissional e política), as quais se desenvolveram em séries, subséries e dossiês de ordem temática, funcional e por tipologias. A ordenação dos documentos no quadro de arranjo proposto, por sua vez, deu-se cronologicamente, a partir da elaboração de uma tabela de equivalência entre os números provisórios e o código de referência definitivo. Um ponto importante é que essa etapa foi essencial para o aperfeiçoamento do manual de descrição de itens documentais do CMU, de uso interno, o qual se encontra em constante atualização mediante as especificidades do acervo, além dos vocabulários controlados de espécie e tipo documental e onomástico.

Após essa atividade, seguiu-se ao setor de Documentação Digital para a geração de representantes digitais dos documentos, que obedeceu às *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes do Conarq* (resolução n. 31, de 28 de abril de 2010). Nesse trabalho, contou-se com o uso de *scanners*, de modelos e tamanhos diferentes (do formato A4 ao A2), e câmera fotográfica. Em linhas gerais, foram adotados os padrões de resolução de trezentos dpi e formato tiff (com derivadas em pdf) para documentos textuais e bibliográficos, e seiscentos dpi e formato tiff (com derivadas em jpeg) para documentos iconográficos. Destaca-se que os documentos textuais não manuscritos receberam reconhecimento ótico de caracteres (OCR) em softwares específicos, facilitando a pesquisa. Durante a atividade, o Laboratório de Conservação e Restauro teve um papel crucial, permitindo o tratamento do suporte (essencialmente papel) quando necessário. Entre as operações estavam os pequenos reparos e aplanamento, além de ações de restauração, em especial nos jornais. Cabe ressaltar que nessa etapa, assim como nas demais, foram respeitados os princípios de mínima intervenção e removibilidade dos materiais e dos processos executados.

A partir disso, e com as imagens geradas, seguiu-se para a etapa de informatização. Nesse aspecto, por meio da área de tecnologia da informação do CMU, foi constituído um ambiente seguro de preservação e acesso a partir de softwares livres e gratuitos, ambos desenvolvidos pela empresa Artefactual System: de um lado, o Archivematica, atuando

como Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que permite o armazenamento de segurança a longo prazo dos representantes digitais, concatenado com o AtoM (Access to Memory), como plataforma web de descrição, difusão e acesso. Importante frisar que o projeto permitiu a aquisição de hard disk drives (HDDs) para o armazenamento dos dados digitalizados e a compra de recursos da nuvem computacional da Unicamp, o que representa um ambiente moderno e seguro para os dados ali alocados. A plataforma AtoM, vale ressaltar, foi completamente customizada pela equipe de tecnologia da informação, levando em conta as demandas do CMU, seja do ponto de vista das informações necessárias acerca de dados como políticas de uso e convenções adotadas, seja pelo viés da questão estética, permitindo uma identidade visual condizente com o site atual do centro.¹⁷ Com o ambiente digital confiável construído, partiu-se para a inserção das informações geradas durante a etapa de processamento técnico.

Dessa forma, é possível apontar que o projeto apresentado não apenas permitiu a aquisição de equipamentos e o tratamento de um conjunto documental, mas, em larga escala, possibilitou o estabelecimento e a consolidação de protocolos internos de gestão do acervo do CMU após a sua nova estruturação. Estes dizem respeito não apenas à organização e descrição de conjuntos documentais, mas também à estruturação de um modelo para a implantação de normativas para a conservação/restauro e a digitalização. Definiu-se como atividade fim do centro a disponibilização on-line do acervo, por meio de um repositório digital confiável para a guarda dos arquivos digitalizados, garantindo a confiabilidade e autenticidade e o acesso em plataforma de uso livre e irrestrito, o que contribui para a disseminação de informações e permite a ampliação de horizontes para a pesquisa local, regional e nacional.

Unida a essas ações está a manutenção constante das atividades de difusão do acervo em meio on-line, para o que ocorrem de forma conjunta os setores de Processamento Técnico, Documentação Digital e Pesquisa. Entre as iniciativas, está um portal cujo objetivo é intensificar o processo de atuação da instituição memória junto à sociedade interna e externa à universidade, consolidando-se como um ponto de convergência para pesquisas sobre a cidade de Campinas e região a partir do acervo do CMU. Nele estão textos acessíveis a todos os públicos sobre os conjuntos documentais (Nosso acervo); escritos temáticos compostos a partir do acervo

¹⁷ O acesso é feito por meio do endereço <https://atom.cmu.unicamp.br/>

(Por dentro do tema), sugestões pedagógicas com o uso de itens documentais em sala de aula e um levantamento bibliográfico sobre Campinas, com resumos de algumas obras (Pesquisa Campinas). Além disso, está a manutenção constante das redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter) com postagens sobre o acervo e um canal de exposições virtuais no Google Arts & Culture.

Em seus 35 anos, o CMU colaborou de modo exemplar na preservação e na difusão da memória de e para a cidade de Campinas e sua região. Permeado de historicidade, o centro é também um objeto de pesquisa, tal qual o acervo que lhe é confiado, revestindo-se do mesmo caráter subjetivo que gera os documentos. Nesse momento de reescrita de sua história e atuação, as questões que se colocam ainda são muitas e as respostas surgem como constructos em elaboração. Contudo, a principal sempre será: qual o papel que o CMU desempenhará na era contemporânea do pós-modernismo e do negacionismo e quais suas implicações nos processos de memorialização?

Referências

- BERTO, Ana Cláudia Cermaria; GONÇALVES, Cássia Denise. Diagnóstico do acervo do Centro de Memória – Unicamp (CMU): primeiros passos para uma política de gestão integrada. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU, 8., 2016, Campinas. Anais...Campinas, SP: Unicamp, 2016.
- CONSELHO Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução n. 31, de 28 de abril de 2010. Dispõe sobre a adoção das Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso: 27 out. 2020.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 1 abr. 2020.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, jun. 1998.
- GOMES, Eustáquio. Confissões da província. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas: homenagem a José Roberto do Amaral Lapa*. Campinas: CMU/IFCH, 2000.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.
- GUARIZA, Nadia Maria. A história oral e o ensino de história: a discussão atual em revistas acadêmicas brasileiras. *Dia a Dia Educação*, Curitiba, 2015. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1395-8.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *História de Campinas: a tarefa para os próximos dez*

- anos. *Revista de História*, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 221-240, 1976.
- _____. Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas. *Revista Estudos Históricos*, Marília, n. 5, v. 5, p. 281-375, 1966, separata.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridiens Kincksieck, 1987.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- RODRIGUES, Ana Célia. Natureza dos documentos de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia (org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas: homenagem a José Roberto do Amaral Lapa*. Campinas: CMU/IFCH, 2000.
-
- Recebido em 1/5/2020
Aprovado em 8/9/2020

Uma história não contada

Arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração*

An untold story: private organizations' archives in the journal *Arquivo & Administração* /
Una historia no contada: archivos de organizaciones privadas en el periódico *Arquivo & Administração*

Thaís Nodare de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil.

tatanodare@hotmail.com

Renato Pinto Venancio

Doutor pela Universidade de Paris IV - Sorbonne, França, com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Escola de Ciência da Informação da UFMG e pesquisador do CNPq 1D, Brasil.

renvenancio@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa buscou identificar o interesse despertado pelos arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). Por meio da abordagem histórica, analisaram-se exemplares dessa revista e de outras publicações que tratam do tema. Procura-se explorar como a temática dos arquivos privados surge, a partir da década de 1970, no campo teórico da arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivologia; arquivo de organização privada; arquivo privado institucional; serviço arquivístico.

ABSTRACT

This research sought to identify the interest caused by the archives of private organizations in the journal *Arquivo & Administração* (1972-2014). By means of a historical approach, copies of this journal were analyzed, as well as other publications that deal with the subject. We seek to explore how private archives' theme has emerged since the 1970s in the theoretical field of archival science in Brazil.

Keywords: archival science; private organization's archives; private institutional archives; archivist service.

RESUMEN

Esta investigación ha buscado identificar el interés despertado por los archivos de organizaciones privadas en el periódico *Arquivo & Administração* (1972-2014). Por medio del abordaje histórico, se ha analizado los ejemplares de esa revista, y de otras publicaciones, que tratan del tema. Se busca explorar cómo el tema de los archivos privados surge, a partir de la década de 1970, en el campo teórico de la arquivología en Brasil.

Palabras clave: arquivología; archivo de organización privada; archivo privado institucional; servicio arquivístico.

Introdução

Conhecer a história da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criada em 20 de outubro de 1971, é importante. Além de atuar e liderar as conquistas do campo da arquivologia, essa instituição instituiu novos meios de divulgação do conhecimento científico, editando a revista *Arquivo & Administração* de 1972 a 2014.

A representatividade desse periódico para o campo de conhecimento em questão justifica sua escolha como fonte. Dessa forma, pretende-se desenvolver uma abordagem histórica a partir de uma perspectiva compreensiva. De acordo com esse ponto de vista, o que importa é definir a autocompreensão dos atores envolvidos no fenômeno social estudado. Para isso, recorreu-se aos editoriais e artigos do referido periódico, de onde se recolheram todas as menções a respeito dos arquivos de organizações privadas.

No Brasil, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”, define no seu décimo primeiro artigo que “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991). Da mesma forma, o *Dicionário de terminologia arquivística* apresenta “arquivo privado” como um “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (Arquivo Nacional, 2005, p. 35).

Optou-se, no presente texto, por utilizar a denominação “arquivos de organizações privadas”, embora também se reconheça o uso das expressões “arquivos de pessoas jurídicas” e “arquivos de entidades coletivas de direito privado”. Isso porque o conceito de organização “engloba qualquer entidade, formalmente constituída com o objetivo de cumprir finalidades específicas, sejam elas econômicas ou sociais” (Pazin, 2012, p. 18). No Brasil, a legislação denomina as organizações formais de duas maneiras: as de pessoas de direito público correspondem aos órgãos públicos em seus vários níveis administrativos, já as de pessoas jurídicas de direito privado equivalem, entre outras instituições, às empresas, associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos (Brasil, 2002, artigo 44).

A retrospectiva do debate sobre os arquivos de organizações privadas

Pesquisas pioneiras sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil (Fonseca, 2005; Marques, 2007; Santos, 2014; Silva; Orrico, 2015) apontam a década de 1970 como de extrema importância para o estabelecimento de parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil. Vários autores procuraram explicações, através do estudo de associações profissionais ou de entidades custodiadoras de acervos, a respeito da trajetória acadêmico-institucional e profissional desse campo no país. Cada um dos autores anteriormente citados procurou explorar dimensões específicas. Entretanto, convergiram na busca de interpretações sobre a trajetória da área arquivística no Brasil.

O processo de institucionalização da arquivologia brasileira ocorreu entre os anos de 1940 a 1970, segundo Paulo Elian dos Santos (2014). Esse autor cita três iniciativas nesse campo: 1) a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp); 2) a criação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e 3) os esforços realizados pelo Arquivo Nacional visando estabelecer laços estreitos com os conhecimentos produzidos, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos, que em muito contribuíram para a formação do campo arquivístico, bem como dos profissionais de arquivo no Brasil.

A partir de 1950, a proposta de *records manager* de Schellenberg começa a ganhar força entre arquivistas brasileiros. Nessa época, José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo Nacional, convida o pesquisador a desenvolver estudos em profundidade sobre os problemas arquivísticos nacionais. Dentre as inúmeras contribuições desse autor, consta a autorização de traduções de seus escritos, bem como a cessão dos direitos autorais de suas obras. Em 1959, é traduzido seu pioneiro estudo, intitulado *A avaliação dos documentos públicos modernos*. No ano seguinte, vem a lume o desafiador “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”. Três anos mais tarde, também é vertida para o português a obra *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Em 1973, o clássico *Arquivos modernos: princípios e técnicas* é traduzido para o português por Nilza Teixeira Soares (Santos, 2014).¹

¹ Bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Obteve, em 1950, bolsa do governo norte-americano para frequentar cursos nas áreas de gestão de arquivos correntes e de administração de arquivos permanentes na American University. Atuou ainda como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública junto ao Parlamento e ao Arquivo Nacional do Reino Unido. Fez Estágio Técnico Internacional de Arquivos promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961 (Santos, 2014).

Esse último livro apresenta um conjunto de técnicas e conceitos utilizados até os dias atuais e que em muito contribuiu teoricamente para inúmeros trabalhos práticos e teóricos, sobretudo no que se refere à temática da gestão de documentos. Na década de 1970, foram estabelecidos outros parâmetros que definem as questões arquivísticas no Brasil, como, por exemplo, a regulamentação da profissão de arquivista. A AAB, por essa época, exerceu indiscutível liderança nas conquistas alcançadas, conforme reconhece Michel Duchein:

Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos no Brasil, existe no país, desde 1971, um órgão não oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que conta atualmente com mais de dois mil sócios. (Duchein, 1979, p. 28)

Uma das primeiras iniciativas da AAB foi a criação da revista *Arquivo & Administração*, que começa a ser publicada em 1972, conforme mencionado. A criação desse veículo de divulgação, na perspectiva do fenômeno associativo, equivale a instrumento de ação (Silva; Orrico, 2015, p. 88). Essa revista inicialmente foi trimestral, divulgando textos, notícias, fotos e informes sobre cursos e eventos. De 1972 a 1999, apesar de várias falhas anuais, foram publicadas 35 edições, equivalendo a 57 volumes, em suporte impresso. Esse periódico voltou a ser publicado em 2004, em edições on-line e em suporte impresso, com periodicidade variando entre semestral e anual.

A leitura dessa fonte indica que nela foram divulgados diferentes estudos relacionados à arquivologia, inclusive aqueles referentes aos arquivos de organizações privadas, conforme afirmação que se segue.

Sobre o horizonte da administração dentro do campo arquivístico, o discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros é de constatação da emergência do reconhecimento por parte das empresas de que seus arquivos seriam importantes recursos administrativos, o que está presente neste enunciado, “são muitas as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos”. (AAB, 1972, p. 2, apud Silva; Orrico, 2015, p. 91-92)

No projeto corporativo, “a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa”. (AAB, 1973c, p. 5, apud Silva; Orrico, 2015, p. 91-92)

Quadro 1 – Enunciações da AAB sobre arquivos de organizações privadas, nos editoriais e artigos da revista *Arquivo & Administração*, 1972-2014

Temática	Edição	Enunciados
Arquivos de empresa / arquivos na empresa / arquivos privados de pessoa jurídica / arquivos de empresas privadas / arquivos privados de empresas / arquivos de organizações privadas	abr. 1973	O arquivo na empresa (p. 6)
	set. 1973	Arquivos de empresas (p. 16); Testemunho: “Pode um arquivo organizado representar um bom investimento para uma empresa?” (p. 19); <i>Know-how</i> para modernizar sua empresa (p. 26)
	abr. 1974 ex.2 abr. 1974 dez. 1973 ex. 2	Arquivos de empresas (p. 29)
	abr. 1975 dez. 1974 ex. 2	III Curso: arquivo de empresa (p. 20)
	ago. 1975 ex. 2	IV Curso de organização de arquivos de empresa (p. 15); “Cochilos na classificação” (empregada em organizações particulares) (p. 30)
	abr. 1978 ex. 2 abr. 1978 ex. 3 abr. 1978	Problemática atual dos arquivos particulares (p. 5)
	maio/ago. 1978	Arquivo <i>versus</i> empresa: uma briga de foice (p. 7)
	set./dez. 1981 maio/ago. 1981 ex. 2	Os arquivos e a avaliação de documentos (2. arquivos de empresas, econômicos e sociais) (p. 16)
	jul./dez. 1986 ex. 2	Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso (p. 77)

Fonte: elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis on-line no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional) na lista de coleção *Arquivo & Administração*. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbibl-col0. Acesso em: 15 out. 2020.

Tendo em vista essa temática, buscamos nos editoriais e artigos da revista, no período de 1972 a 2014, as seguintes palavras-chave: “arquivos de empresas”; “arquivos na empresa”; “arquivos privados de pessoa

jurídica”; “arquivos de empresas privadas”; “arquivos privados de empresas”; e “arquivos de organizações privadas”. Por vezes, para ampliar o escopo dessa busca, também se procurou pelas referidas palavras separadamente.

No sentido de sistematizar essas informações, foi elaborado o Quadro 1, de acordo com o levantamento do conjunto dos exemplares disponíveis on-line, que estão no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional), na coleção *Arquivo & Administração*. Conforme é possível observar nos 57 exemplares dessa revista, há textos de diferentes naturezas (editoriais, artigos, depoimentos, entrevistas e notícias de eventos) que tratam da temática arquivos empresariais/arquivos na empresa/arquivos privados jurídicos. Outro aspecto a ser sublinhado é que, embora tal tema tenha animado essa publicação em seus primeiros tempos, parece ter desaparecido nas fases mais recentes da revista. De fato, ele deixou de ser abordado a partir da década de 1990.

Tabela 1 – Textos publicados no periódico *Arquivo & Administração*, 1972-2014

Década	Total de textos	Textos sobre arquivos de organizações privadas	% de textos sobre arquivos de organizações privadas
1972-1980	240	9	3,7
1981-1990	62	2	3,2
1991-2000	24	0	0
2001-2010	62	0	0
2011-2014	39	0	0
Total	427	11	2,5

Fonte: elaboração própria, com base nos exemplares disponíveis on-line no site da Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional) na lista de coleção *Arquivo & Administração*. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbibl-col0. Acesso em: 15 out. 2020.

Na Tabela 1 é apresentado, por décadas, o total de textos publicados no periódico da AAB, assim como aqueles que versaram especificamente sobre arquivos de organizações privadas. Conforme é possível perceber, tanto em números totais de textos publicados, como naqueles referentes ao tema da pesquisa, a década de 1970 se destaca. A constatação mais

importante, porém, é a de que o tema dos arquivos de organizações privadas sempre foi raro e, no conjunto da história da revista da AAB, não ultrapassou 2,5% do total das publicações, traduzindo assim uma vocação fortemente pública da arquivologia brasileira.

No periódico em questão, os textos identificados compreendem os arquivos de empresas privadas como fonte de informação para os diversos setores dessas organizações. Parece-nos que os arquivos são colocados como instância informacional e gerencial, pois “por meio do arquivo, o empresário poderá orientar o andamento dos negócios, controlar e coordenar as atividades da empresa, analisar os resultados obtidos, situando os documentos na condição de peças vitais para o bom andamento de toda uma estrutura” (A&A, 1973, p. 6). Além disso, observa-se, nos exemplares elencados no Quadro 1, que havia uma preocupação em formar e atualizar os profissionais nas técnicas de planejamento e organização de arquivos, notadamente na área empresarial privada. Em relação a essa última questão, cabe também destacar a inclusão, no levantamento do Quadro 1, dos títulos de cursos promovidos pela AAB e dos editoriais e demais enunciados da própria associação. O propósito foi o de identificar como a gestão de documentos² privados era abordada na publicação oficial dessa associação.

Para além das palavras-chave presentes no conceito de gestão, entendemos que a identificação das funções arquivísticas³ pode ser um indicativo da compreensão da gestão documental, já que há uma relação intrínseca entre ambas. Dentre as funções arquivísticas incluídas no artigo de Gilda Nunes Pinto, intitulado “Arquivo na empresa” e publicado em 1973, constata-se as de “classificação” e “preservação”, enfatizando-se a importância dos arquivos na “informática gerencial”. Segundo essa perspectiva, o arquivo “deixou de ser um simples depósito de papéis para ser um armazenamento de informações que deverão ser irradiadas, por meio de uma técnica especial, para os diversos setores da organização a que serve”. Essa autora, dessa forma, valoriza a importância da forma científica de tratar o arquivo

² Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Arquivo Nacional, 2005).

³ De acordo com Couture e Rousseau (1998), são sete as funções arquivísticas: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão.

para que, no momento preciso, o administrador tenha em mãos as informações necessárias à tomada de decisões. Se não houver um meio científico de ordenar e guardar estas informações, será impossível recuperá-las no momento exato, o que viria prejudicar a finalidade principal desses documentos: prestar informações. (A&A, 1973, p. 6)⁴

Conforme mencionado, outra função referida por Gilda Nunes Pinto é a de preservação, ao argumentar a favor da “microfilmagem”, naquele momento compreendida como uma tecnologia avançada: “Estão sendo adotadas técnicas mais modernas, compatíveis com o desenvolvimento da tecnologia – como microfilmagem. A microfilmagem é a solução para resolver os problemas causados por grandes volumes de documentos”.

No editorial de setembro de 1973, intitulado “Arquivos de empresas”, informa-se que a Associação dos Arquivistas Brasileiros realizou, de 2 de maio a 15 de junho de 1973, no salão nobre do Arquivo Nacional, um “curso de organização de arquivos de empresas”. Tratava-se de curso de quarenta horas, cujo objetivo era formar e atualizar pessoal administrativo, notadamente gerentes, supervisores, chefias e assessores de direção de empresas comerciais, industriais e bancárias. Quanto a esse evento, o mais importante é destacar que as matérias lecionadas no curso abordam a gestão documental no viés das funções arquivísticas.

As matérias versaram sobre: arquivo como instrumento de informação; métodos de arquivamento; a documentação da empresa; análise da documentação do arquivo; movimentação de documentos; recuperação da informação; arranjo dos arquivos de custódia; descrição e referência dos arquivos de custódia; arquivo e computador; instalação, pessoal e equipamentos; avaliação, seleção e destinação de documentos; arquivos e as técnicas modernas. (A&A, 1973, p. 16)⁵

Somado a isso, vale destacar o número de inscritos e participantes nesse curso: quarenta alunos, que representavam empresas públicas,

4 Biblioteca Maria Beatriz Nascimento. Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83142/83142_329.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

5 Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

privadas e de capital misto. As organizações privadas e mistas participantes foram as seguintes:

Automóvel Club do Brasil;
Bolsa de Valores do Rio de Janeiro;
Companhia Brasileira de Energia Elétrica;
Companhia Engenharia Indústria – Ceibrasil;
Construtora Brunet Ltda.;
Centro Educacional de Niterói;
Furnas Centrais Elétricas S.A.;
H. Stern Comércio e Indústria S.A. (A&A, 1973, p. 16)⁶

Vale ressaltar que, embora a proposta do curso fosse para empresas privadas, a procura majoritária partiu de órgãos públicos: das 26 instituições inscritas, apenas oito (30,7%) eram de capital privado ou misto. Uma possível explicação para isso decorre da forma de divulgação desse evento. A pesquisa em 21 jornais diários e revistas semanais de São Paulo, principal centro empresarial do Brasil, não revelou notícia alguma a respeito do curso da AAB.⁷ Em relação ao Rio de Janeiro, sede do curso, a pesquisa em 23 jornais diários e revistas semanais indicou que apenas o *Diário de Notícias* noticiou esse curso:

Corra, porque dia 25 é o último dia de inscrição para o curso de arquivo de empresa promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros que fica lá na Praça da República, 26 e tem até telefone (252-2338). O curso se realizará de dois de maio a 15 de junho, nas segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h30 a 20h30. Serve para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção etc. também. (Dicas da semana, 1973, p. 4)

Já o Arquivo Nacional destacou esse curso em seu relatório anual, início de sua divulgação nas instituições públicas. Além disso, reproduziu os títulos das aulas e as alterações na proposta inicial, ocorrendo a exclusão do tema “movimentação de documentos” e o acréscimo do conteúdo “arquivo e computador”. O *Mensário do Arquivo Nacional* (MAN)

⁶ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁷ Pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

indicou, ainda, a lista dos conteúdos e dos professores que ministraram o curso:

Aulas (Curso de organização de arquivos de empresa):

1. O arquivo como instrumento de informação. Professora Marilena Leite Paes
2. Problemas de organização e métodos. Professor Jorge Gustavo da Costa
3. A documentação da empresa. Professor Arthur Ebert
4. Métodos de arquivamento. Professoras Regina Alves Vieira e Wilma S. Corrêa
5. Análise da documentação do arquivo. Professora Lourdes Costa e Souza
6. Recuperação da informação: descrição e referência dos arquivos de custódia. Professora Leda de Ticiano Walker Naylor
7. Arquivo e computador. Professor Antonio Garcia de Miranda Netto
8. Instalação. Professora Hâmida Rodrigues Helluy
9. Pessoal. Idem
10. Avaliação, seleção e destinação de documentos. Professora Gilda Nunes Pinto
11. Equipamento. Professora Hâmida Rodrigues Helluy
12. Os arquivos e as técnicas modernas. Professora Gilda Nunes Pinto. (MAN, 1974)

No volume acima citado foi também publicado o “Testemunho do diretor presidente da organização RUF”, empresa especializada em organização de arquivos. É interessante analisar o seguinte questionamento, avançado nesse texto, a respeito de “Quais as atribuições do departamento técnico de arquivamento, comunicação e planejamento de sua empresa?” (p. 19). Nele, o depoente relata que a atribuição deste “departamento” é orientar os clientes sobre as diversas possibilidades de arquivamento. Isso se refere não somente à infraestrutura, como também à forma de arquivar (ordem alfabética, numérica etc.). Conforme é possível observar, a atenção parecia voltar-se para os métodos de ordenamento comuns à biblioteconomia, não relatando nenhuma experiência referente à gestão documental arquivística. No artigo “*Know-how* para modernizar sua empresa”, o enunciado já destaca a importância do arquivo para a empresa como um *know-how* (saber como), ou ainda um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por uma empresa, que traz para si vantagens competitivas.

O Brasil só há pouco tempo parece haver despertado para a complexa problemática dos arquivos. Em nosso país, os responsáveis pelo planejamento e organização de arquivos, dentre as dificuldades com que se defrontam, têm-se

ressentido sobretudo da escassez de literatura especializada, em língua portuguesa, que enfoque objetivamente os aspectos peculiares da administração de documentos. O reconhecimento da importância dos arquivos, bem como o crescimento quantitativo dos documentos, passaram a exigir técnicas cada vez mais aperfeiçoadas para o efetivo controle da documentação produzida. (A&A, 1973, p. 26)⁸

Nesse sentido, apresentou-se que o caminho para enfrentar as dificuldades com que as empresas se defrontavam a respeito do planejamento, organização e efetivo controle da documentação produzida, encontrava-se no então recém-lançado livro de T. R. Schellenberg, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*.

Conforme assinala a tradutora [deste livro], o maior mérito da obra está no tratamento integrado que Schellenberg dispensa à problemática arquivística. Preocupa-se com a constituição dos arquivos desde o momento em que são produzidos os documentos, passando pelos arquivos correntes, até o seu arquivamento definitivo nos arquivos permanentes ou de custódia.

Na verdade, o destino dos documentos arquivados (ou arquiváveis) é passar por uma lenta evolução que os afasta mais e mais de seu objetivo originário. Com o transcorrer do tempo, embora possa diminuir o seu valor administrativo ou informativo, vai aumentando a sua importância como documentação histórica. Assim, não se pode considerar o arquivo como uma dupla independente e separada de compartimentos estanques: arquivos correntes ou administrativos e arquivos permanentes ou históricos.

Na realidade, são pura e simplesmente um todo, em processo de transformação, e como tal devem ser tratados. (A&A, 1973, p. 26-27)⁹

Portanto, esse livro de Schellenberg é indicado como um caminho para as organizações privadas lidarem com o aumento do volume e da complexidade dos documentos, ressaltando os serviços arquivísticos como indispensáveis ao eficiente desempenho das atividades administrativas.

⁸ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁹ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83141/83141_330.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Salienta-se que a gestão documental deveria ser difundida, tanto em órgãos governamentais como em empresariais, privados ou de capitais mistos.

No texto “Currículo superior de arquivo”, publicado em abril de 1974, é indicado que, além da habilitação geral como “arquivologista”, as instituições universitárias deveriam criar habilitações específicas (arquivos históricos, oficiais, empresariais, escolares, científicos etc.). Somado a isso, o volume dedicou uma sessão ao segundo curso de organização de arquivos de empresas, que contou com a participação de vinte alunos, representando empresas públicas e privadas. Nesse curso é possível verificar a presença das novas ideias de gestão documental e de arquivos permanentes, tendo em vista o emprego dos termos “avaliação”, “seleção”, “destinação dos documentos”, “arranjo” e “descrição”, uma indicação da difusão do livro de Schellenberg.

O programa versou sobre os seguintes temas: o arquivo como instrumento de informação; problemas de organização e métodos; a documentação fiscal da empresa; análise da documentação do arquivo; avaliação, seleção e destinação dos documentos, movimentação de documentos; métodos de arquivamento; pessoal; instalação e equipamentos; arranjo e descrição dos arquivos de custódia; recuperação da informação; os arquivos e as técnicas modernas, arquivo e computador e racionalização do fluxo dos documentos.

Além das aulas, o programa incluiu visita aos arquivos de Furnas Centrais Elétricas, demonstração de equipamentos modernos e um painel de avaliação. (A&A, 1974, p. 29)¹⁰

Também é anunciado, nos volumes da revista de abril e de agosto de 1975, um curso sobre “administração de arquivos de empresas” (edições: III e IV). Na verdade, a pesquisa em periódicos da grande imprensa revelou que esse tipo de curso não havia deixado de ocorrer. Em 1974, embora não noticiado no periódico da AAB, tal evento foi divulgado no *Jornal do Commercio*, ora aparecendo como “curso de arquivista”, ora como “curso intensivo para gerentes e supervisores”, conforme pode ser observado nas citações abaixo:

¹⁰ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112390/112390_333.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

CURSO DE ARQUIVISTA

Estão abertas até a próxima quarta-feira as inscrições do curso promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, a realizar-se de 14 a 18 do corrente, para gerentes, supervisores, chefias administrativas, assessorias de direção e elementos do poder decisório das empresas comerciais, industriais e bancárias. O curso será realizado de segunda a sexta-feira, no horário de 9 a 18 horas, na sede da associação, na Praça da República, 26, não tendo fins lucrativos, constituindo-se em serviço e colaboração prestados ao setor empresarial para solucionar os seus problemas em matéria de documentação. (Curso de arquivista, 1974, p. 8) Serão abertas inscrições para o curso intensivo para gerentes e supervisores promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (Praça da República, 26). (Agenda, 1974, p. 16)

Especificamente na edição de agosto de 1975, é publicado que a AAB deu mais um passo na escalada para valorizar a atividade arquivística: um encontro de pessoal de empresa e de serviço público, para juntos estudarem o tema dos arquivos especializados em plantas, desenhos e mapas, reconhecidos na época como “arquivos técnicos”. Informações da grande imprensa também mostram que esse curso passou a ter duração bem menor – apenas cinco dias – e começou a se exigir pagamento de inscrição. Essa última mudança diminuiu o número potencial de inscritos, enquanto a primeira viabilizou sua continuidade ao longo do tempo, conforme uma vez mais é possível ler no *Diário de Notícias*:

Um curso sobre o planejamento e organização de arquivos de empresas será promovido, de 3 a 7 de novembro, pela Associação dos Arquivistas Brasileiros. O curso terá a duração de 35h de atividades de aulas, sessões de estudo, debates e visitas, diariamente em dois turnos: das 9 às 12 horas e das 13h30 às 17h30. Os interessados poderão se inscrever, até o dia 24 de outubro, na Associação dos Arquivistas Brasileiros, na Praça da República, 26, 3º andar, pagando uma taxa de Cr\$ 1.500,00, sendo que associados gozam de desconto de 15% que também será concedido aos que, na inscrição, se tornarem associados, efetuando o pagamento da anuidade. (Boletim, 1975, p. 8)

Anúncios dos anos seguintes, abaixo reproduzidos, mostram a consolidação desse treinamento:

A Associação dos Arquivistas Brasileiros realizará, de 14 a 18 de agosto, um curso de organização de arquivos de empresas. Informações na secretaria da entidade – Praia de Botafogo 186, sala B217. (Em pauta, 1978, p. 14)

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESA

Promoção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, de 26 a 30 de maio. Inscrições na sede da AAB, à Praia de Botafogo, 186 – sala B-217. Telefone 246-6637. (Curso de aperfeiçoamento..., p. 7)

Em paralelo a essa constatação, o texto “Cochilos na classificação”, de Maria Luzia Dannemann, merece atenção. A autora destaca que a classificação de Melvil Dewey continuava a empolgar muito os dirigentes de empresas. Esses, ao frequentarem bibliotecas, viam com que facilidade as “meninas” – ou seja, as bibliotecárias – encontravam as obras solicitadas. Razão pela qual muitos deles optaram, sem qualquer exame, por implantar em arquivos empresariais a classificação de assuntos criada pelo grande bibliotecário norte-americano.

Daí algumas calamidades encontradas quando se realizou a revisão do arquivo de uma grande empresa. 1) Uma carta onde o remetente noticiava: “Revista Militar organizada para festejar a passagem de uma data nacional...” foi classificada em “Publicações”; 2) Telegrama de um visitante europeu, de regresso a seu país, dizia: “Ao transpor o Equador quero mais uma vez agradecer as homenagens recebidas...” foi classificado em “República do Equador”. 3) A referida empresa, com grande número de empregados, estava construindo um teatro para recreação deles e suas famílias. Ao receber a proposta do fornecimento de cadeiras, bancos e estantes, essa trazia como título “Peças para o teatro”. É fácil deduzir que nesse arquivo muitos papéis e documentos nunca foram encontrados e culminou com a necessidade urgente de uma completa revisão. (A&A, 1975, p. 30)¹¹

Essa autora, dessa forma, alega, com razão, que a classificação por assuntos não deve ser a base de classificação de documentos arquivísticos, alertando aos iniciantes na função de arquivistas: “Em arquivo podemos adotar a técnica de Dewey, mas não a sua classificação”. Ou seja, já havia, na década de 1970, uma compreensão tanto da “classificação” como uma função própria do campo da arquivologia, quanto dos desastres informacionais causados pela adoção de critérios técnicos da biblioteconomia na gestão documental.

No volume 6, número 1, de 1978, do periódico em questão, o texto “Problemática atual dos arquivos privados”, assinado por Heloísa Liberalli

¹¹ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112396/112396_337.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Bellotto, é outro momento de ênfase na importância temática dos arquivos privados. Não há como negar que esse estudo teve grande repercussão no campo arquivístico. A intenção da autora foi discutir as questões em torno dos chamados “arquivos particulares”. Para isso, em um primeiro momento, o enfoque volta-se para a definição/conceituação do que seriam os “arquivos privados”. Esses últimos são assim definidos: “Arquivos econômicos, sociais e privados (de pessoas) são as modalidades em que se apresentam os arquivos particulares”. Em um segundo momento, o foco volta-se para a importância desse tipo de arquivo na pesquisa histórica.

Ora, é evidente que certos aspectos econômicos, sociais, técnicos e científicos só poderão ser verdadeiramente esclarecidos se o pesquisador puder contar com um material para além das fontes oficiais, isto é, as existentes nos arquivos públicos, decorrentes das atividades dos respectivos órgãos estatais. Arquivos de empresas técnicas, agrícolas, industriais, de transportes, comerciais e financeiras, assim como de associações de classe, sindicatos e movimentos de trabalhadores etc. são fundamentais à história econômica e social [...].

O arquivo particular, portanto, seja na sua modalidade de arquivo econômico, social ou privado, isto é, o de pessoa física, possibilita um campo específico de pesquisa, notadamente na história contemporânea, de inestimável valor. (A&A, 1978, p. 5-6)¹²

Esse texto prossegue, buscando também refletir sobre a relação orgânica dos conjuntos de documentos produzidos por entidades ou por pessoas no curso de suas atividades, bem como enfatiza que o problema principal em relação aos arquivos particulares tem sido, em primeiro lugar, “o acesso”. Bellotto avança uma detalhada explanação de como procedem alguns países em relação aos “arquivos econômicos”, concluindo que na medida em que é oneroso e incômodo para as organizações médias manter seu próprio arquivo permanente (problema que talvez não ocorra nas grandes empresas), a solução parece ser realmente que uma entidade de classe ou de pesquisa universitária possa congrega tais arquivos (A&A, 1978).

Essa autora reconhece, ainda, a importância da preservação e divulgação dos arquivos particulares:

¹² Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112407/112407_345.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Na medida das oportunidades que aparecem no desempenhar de nossas funções arquivísticas, procurar dissipar as desconfianças dos proprietários dos arquivos econômicos, sociais e privados de interesse para a história local e nacional, convencendo-os de que a instituição que pretende custodiar aqueles arquivos não deseja imiscuir-se em questões que não sejam de caráter de pesquisa histórica. (A&A, 1978, p. 9)¹³

É possível inferir, dessa forma, que o texto de Bellotto se volta para o esclarecimento do que são os arquivos privados. Ela, aparentemente, não tinha pretensão de discutir a gestão de documentos, mas sim tornar clara a relevância dos “arquivos particulares” para a pesquisa acadêmica.

Na publicação de agosto de 1978, o artigo de Maria Amélia Gomes Leite “Arquivos versus empresa: uma briga de foice” é um depoimento sobre o processo de organização de arquivo de empresa. O objetivo dessa autora foi demonstrar a dificuldade de mudança de cultura dentro de uma organização e, em razão disso, os motivos do fracasso de experiências de implantação de serviços arquivísticos. Ao mesmo tempo, alerta para os problemas da implementação de políticas de gestão e questiona se seria possível sistematizar e transmitir, através de vivências profissionais específicas, formas de superar ou contornar esses problemas. Somado a isso, o texto aborda um aspecto comum a todos os arquivos (e muito especialmente aos empresariais): as barreiras e dificuldades que se criam a cada passo quando se tenta transformá-los em arquivos que efetivamente refletem a estrutura da empresa, agindo como uma unidade de planejamento e ganho de eficiência administrativa (A&A, 1978).

Na revista da AAB do ano 1981, volume nove, número três, o artigo “Os arquivos e avaliação de documentos” merece ser destacado. As reflexões desse volume versam sobre os critérios gerais de seleção e avaliação arquivísticas, realçando o caráter interdisciplinar dos mesmos, tendo em vista as dificuldades de se determinar o valor dos documentos pela subjetividade que essa atividade encerra. Constata-se, ainda, que esse volume prioriza a discussão no âmbito dos arquivos públicos. Porém, Nilza Teixeira Soares chama atenção para o fato de as empresas privadas, naquele momento, parecerem estar mais atentas à “avaliação”. Ela explica essa questão mais detalhadamente na seguinte passagem:

¹³ Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112407/112407_345.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

Quanto à avaliação de documentos, seria procedente que nos ativéssemos aos arquivos oficiais, pois, na verdade, as empresas privadas estão muito atentas aos problemas de relações jurídicas para com o Estado, com seus clientes e empregados, e conhecem bem os valores legal e fiscal que os documentos apresentam, pois sabem o que representa em termos de prejuízo financeiro não se munirem das necessárias provas, para eventuais questões. Sabem por quanto tempo podem ser os documentos úteis para comprovações em juízo ou junto aos órgãos de tributação, aos órgãos fiscais.

Quanto à guarda de documentos inúteis, as empresas também são mais criteriosas que os órgãos públicos, pois dimensionam o que representa em custo a manutenção de depósitos. Nos órgãos públicos, é sabido, não existe a preocupação da redução de custos e despesas inúteis [...]. (A&A, 1981, p. 16)¹⁴

Prosseguindo nessa análise, é importante explorar o volume da revista da AAB de julho a dezembro de 1986. Chama-nos atenção o texto “Reorganização de arquivos empresariais: um estudo de caso”, de Léa de Aquino, que discute o processo de gestão de documentos através de sistemas de informação, visto de forma complementar à teoria das três idades. A autora frisa que

a integração dos arquivos aos sistemas de informação das empresas poderá ser alcançada, mais rapidamente, na medida em que os arquivos estejam preparados para utilizar os modernos recursos que a tecnologia da informação vem colocando à sua disposição, com destaque para o vínculo computação-micrografia. A gestão de documentos é apresentada como um caminho técnico para a organização dos serviços de arquivo. Examina procedimentos técnicos adotados em operações dos subsistemas de transferência/avaliação, arquivos correntes, arquivo intermediário, arquivo permanente e microfilmagem [...]. (A&A, 1986, p. 77)¹⁵

É também importante enfatizar como se refletia, naquele momento, o uso da tecnologia, no caso os sistemas de informação e a integração dos

14. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83157/83157_356.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

15. Biblioteca Maria Beatriz Nascimento (Arquivo Nacional). Lista de coleção *Arquivo & Administração*. Fundo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB. Código de referência na base Sian: BR RJANRIO JA. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112449/112449_358.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

arquivos. Em outras palavras, consta-se que existia uma preocupação em preparar os arquivos para que passassem a utilizar os recursos da tecnologia da informação. A chegada dessa tecnologia às organizações, fossem elas privadas ou públicas, trouxe novas metodologias e formas de entender os documentos de arquivo.

Como é possível constatar através do periódico *Arquivo & Administração*, desde a década de 1970 o debate sobre arquivos de organizações privadas esteve presente no campo da arquivologia no Brasil. Por meio da leitura dessa publicação, depreende-se, ainda, que o debate sobre os arquivos de organizações privadas recebeu enfoques específicos e resultou em um número de artigos bastante reduzido, se comparado ao debate sobre outros temas.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou revelar e problematizar a respeito dos arquivos de organizações privadas no periódico *Arquivo & Administração*. Compreender como esse tema é abordado no campo teórico da arquivologia no Brasil pode contribuir com a história da arquivística, como também pode contribuir com a arquivística, tendo em conta sua história (Marques, 2007).

Ao se considerar essa última dimensão, torna-se surpreendente, até certo ponto, o fato de, a partir de 1990, o tema dos “arquivos de empresas privadas” desaparecer do periódico da AAB. Há vários elementos que talvez ajudem a entender essa evolução (ou involução), cabendo ressaltar pelo menos dois deles: 1) o impacto da ciência da informação no campo teórico da arquivologia, alterando a eleição de objetos de pesquisa; 2) as mudanças legislativas, com a promulgação da lei n. 8.159, de 1991, denominada Lei de Arquivos, que em muito revalorizaram o debate teórico em torno dos arquivos públicos como protagonistas na implantação de políticas arquivísticas e de sistemas nacionais, estaduais e municipais de arquivos.¹⁶

A presente pesquisa sugere, portanto, que a evolução da arquivologia, como de qualquer outra área do conhecimento, não é linear. Há avanços e recuos, há concorrências teóricas e metodológicas, há declínios ou expansões de enfoques temáticos, e assim por diante. A recuperação dessas

¹⁶ Somos gratos à professora Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Unesp), por essa última observação em comunicação oral.

experiências históricas – em particular as da AAB e de seu periódico – em muito podem auxiliar na escrita de “histórias não contadas” dos pioneiros e fundadores da arquivologia no Brasil. Tal recuperação também implica uma reatualização dessas experiências, abrindo caminho para renovações e inovações, inclusive no que diz respeito aos arquivos das organizações privadas.

Referências

- AGENDA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 149, n. 79, p. 16, 10 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=26604. Acesso em: 14 maio 2020.
- ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO (A&A). Rio de Janeiro: AAB, 1972-2004. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblo. Acesso em: 7 jan. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 7 jan. 2020.
- AUTOMAÇÃO NOS ARQUIVOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 337, p. 35, 14 mar. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=3502. Acesso em: 14 maio 2020.
- BOLETIM. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 16.424, p. 8, 1 out. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=40241. Acesso em: 14 maio 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 7 jan. 2020.
- _____. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 7 jan. 2020.
- COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. K. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO em organização de arquivos de empresa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6, 9 maio 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=6413. Acesso em: 14 maio 2020.
- CURSO DE ARQUIVISTA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 148, n. 75, p. 8, 5 jan. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=26520. Acesso em: 14 maio 2020.
- DICAS DA SEMANA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 20 abr. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22. Acesso em: 14 maio 2020.
- DUCHEIN, Michel. *Relatório sobre os arquivos no Brasil*. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 28-30, jan./abr. 1979.
- EM PAUTA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 151, n. 239, p. 14, 19 jul. 1978. Disponível em:

- http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=%22Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Arquivistas%20Brasileiros%22&pagfis=57955. Acesso em: 14 maio 2020.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, Yuri Queiroz. *Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história*. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- HYVY, Tom. Private archives. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia C. *Encyclopedia of archival science*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2015.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL (MAN). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, ano 5, n. 3, p. 42-43, 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=865521&pesq=&pagfis=130>. Acesso em: 14 maio 2020.
- MILANI, Mario Sergio. *Da escrituração no novo Código Civil: comentários aos artigos 1.179 a 1.195 do Código Civil aprovado pela lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.
- PAZIN, Marcia. *Arquivos e organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950*. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha et al. (org.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: AAB, 2014. p. 17-48.
- SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, 2015.

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 8/9/2020

O processo de elaboração de dicionários brasileiros de terminologia arquivística

Contribuições para a terminologia da área

The process of preparing Brazilian dictionaries of archival terminology: contributions to the terminology of the area / El proceso de elaboración de diccionarios brasileños de terminología archivística: aportes a la terminología del área

Gabriel da Silva Barros

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

gabriel_barros@id.uff.br

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da UFF e em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.

clarissaschmidt@id.uff.br

RESUMO

O artigo examina a conformação da terminologia arquivística brasileira entre os anos de 1972 e 2005, analisando o processo de elaboração do *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo e Bellotto (1996), e do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), do Arquivo Nacional (2005). Consta-se que ambos foram fundamentais para a estruturação da área, porém necessitam de esforços voltados à constante atualização.

Palavras-chave: arquivologia; terminologia; dicionário de terminologia arquivística.

ABSTRACT

The article examines the conformation of Brazilian archival terminology between the years 1972 and 2005, analyzing the process of elaborating the *Dicionário de terminologia arquivística*, by Camargo and Bellotto (1996), and the *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), by Arquivo Nacional (2005). It is observed that both were fundamental to the structuring of the field, but they need efforts aimed at constant updating.

Keywords: archival science; terminology; dictionary of archival terminology.

RESUMEN

El artículo examina la conformación de la terminología archivística brasileña entre los años 1972 y 2005, analizando el proceso de elaboración del *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo y Bellotto (1996), y el *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), de Arquivo Nacional (2005). Hubo averiguado que ambos fueron fundamentales para la estructuración del área, sin embargo, necesitan esfuerzos encaminados a una actualización constante.

Palabras clave: arquivología; terminología; diccionario de terminología archivística.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a linguagem, quando transformada em discurso, é um dos principais meios de comunicação, e também pela qual se manifestam e se estabelecem diferenças entre as áreas do conhecimento, é fato que disciplinas técnicas ou científicas tendem a denominar seus objetos, práticas e métodos, em um movimento de transformação da dimensão cognitiva à dimensão léxica.

Nesse sentido, de acordo com Cabré, a terminologia assume um importante papel na comunicação especializada, principalmente por ser o termo, além de uma representação léxica, essencial à transmissão do pensamento especializado de um determinado campo.

Para as diferentes disciplinas técnico-científicas, a terminologia é o conjunto de unidades de expressão e comunicação que permitem a transferência de pensamento especializado. O importante nesta concepção é o valor de troca dos termos, é por isso que dizemos que os termos são, para as áreas de especialidade, um meio de transferir o conhecimento, de se comunicar. (Cabré, 1995, p. 4)

Nessa linha de pensamento, para Benveniste,

a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. *Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.* (Benveniste, 1989, p. 252, grifo nosso)

Benveniste nos apresenta o significado do ato de denominar objetos e saberes para um campo científico. Sobre esse aspecto, Krieger e Finatto (2004, p. 17) afirmam que “a importância do processo denominativo para as atividades de conceitualização explica, assim, o papel das terminologias na fixação e na circulação do saber científico e técnico”.

Na arquivologia, essa “denominação” comporta fundamentalmente o diálogo permanente entre teoria e prática para a construção de uma terminologia para a área, uma vez que

a contribuição daqueles que labutam cotidianamente nos arquivos organizados e atuantes pode realmente proporcionar uma interação entre teoria e prática. De um lado, os teóricos, de outro, o profissional do dia a dia que lida automaticamente com as denominações ou significados aprendidos ou atribuídos, sem preocupações com a sua exatidão ou não [...] nós, pesquisadores e professores, temos o significado. Eles detêm o uso. (Bellotto, 2007, p. 55)

Desse modo, ponderamos que a construção e o desenvolvimento da arquivologia, enquanto área do conhecimento, deve considerar a definição de termos numa sistemática permanente que relaciona sua aplicação prática, sua constatação empírica e sua validade teórica, sempre com o objetivo de significar a realidade em conhecimento.

Dito isso, é importante pontuar que uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma unidade terminológica na arquivologia é atribuída ao arquivista italiano Eugenio Casanova nos anos de 1930, mas é com a fundação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1948, e a partir da existência de congressos específicos da área, que podemos encontrar resultados quanto às questões terminológicas no interior de sua comunidade científica (Schmidt, 2015).

Tais iniciativas perpassam a necessidade de se consolidarem elementos que contribuam para a fundamentação teórica e prática da disciplina de forma a legitimá-la. Desse modo, assumimos que a terminologia¹ serve à arquivologia como meio de garantir a precisão e o desenvolvimento terminológico da área, pois, conforme afirma Bellotto:

uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento [...]. (Bellotto, 2007, p. 53)

No Brasil, preocupações dessa natureza apareceram logo após a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971. A partir

¹ Nota do editor (N. do E.): aqui, a palavra “terminologia” se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

de então, à semelhança de perspectivas estrangeiras, houve no Brasil inúmeras tentativas de consolidar essas preocupações quanto à terminologia da área, inclusive problematizando a influência de termos que não os brasileiros. Como consequência, enquanto dicionários especializados, temos o *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*, publicado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, em 1989; o *Dicionário de terminologia arquivística*, publicado em 1996; o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005; e o *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, publicado em 2008.

Assim, buscou-se, com este artigo,² conhecer o desenvolvimento da terminologia arquivística brasileira no período compreendido entre 1972 e 2005, com especial enfoque ao processo de elaboração do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005) e do *Dicionário de terminologia arquivística* (Camargo; Bellotto, 1996), por nós considerados aqueles com maior repercussão na arquivologia brasileira.

Para efeitos metodológicos, trabalhou-se com os textos introdutórios dos citados dicionários que, de forma breve, se ocupam em contextualizar seu histórico e o cenário de elaboração. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada com roteiro predeterminado.

As entrevistas foram realizadas, e gravadas, com as autoras e coordenadoras do dicionário de 1996: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto,³ além da coordenadora do dicionário de 2005, Silvia Ninita de Moura Estevão.⁴

A terminologia arquivística brasileira

A despeito de breves iniciativas anteriores, foi com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, que se formou um grupo de estudos voltado à terminologia arquivística. O referido grupo foi composto por cinco profissionais: Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Correa, Regina Alves Vieira

2 Este artigo é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, intitulada *Terminologia arquivística em ação: os termos “dossiê” e “processo” em dimensões teóricas e práticas*.

3 Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, coordenadoras e autoras do *Dicionário de terminologia arquivística*, conforme entrevista realizada em junho de 2019, na cidade de São Paulo, SP.

4 Silvia Ninita de Moura Estevão, coordenadora do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, conforme entrevista realizada em abril de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

e Marilena Leite Paes, tendo seus primeiros resultados publicados no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, na forma de um glossário de terminologia de 132 termos (Arquivo Nacional, 2005).

Resultado disso, em 1977

foi criado pela AAB o Comitê de Terminologia Arquivística. Unindo-se à Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o novo grupo – composto por Maria de Lourdes Costa e Souza (AAB), Maria Amélia Porto Migueis e Irene de Menezes Dória (individuais), Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani (Fundação Getúlio Vargas), Maria de la Encarnación E. Santos (Arquivo Nacional) e José Lázaro de Souza Rosa (Comercial Prontocópia S.A.) – iniciou, em 1982, um projeto de normalização da terminologia arquivística no Brasil que, lançado em 1983, compreendeu 60 termos em português, com as respectivas definições. Em 1986, esse trabalho passou à categoria de norma brasileira, constituindo a NBR 9578: *Arquivo – Terminologia*. (Arquivo Nacional, 2005, p. 10, grifo do autor)

Mais de dez anos depois, em 1988, foi divulgada no Brasil uma tradução da primeira edição do *Dictionary of archival terminology* (DAT), de 1984,⁵ para a língua portuguesa, realizada por Maria Amélia Porto Migueis e Maria Odila Kahl Fonseca com o apoio da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA). Essa tradução serviu como base para as discussões acerca de sua atualização por meio da figura de grupos de trabalhos formados na I Conferência Nacional de Arquivos⁶ realizada também no ano de 1988 no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, 2005).

Já em 1989,

Rolf Nagel, pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, em coautoria com Maria José Rabello de Freitas, pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, lançaram o Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira, trabalho que contou com a assessoria de Isa Miriam de Almeida Poupard, na

⁵ Fruto de um grupo de trabalho presidido pelo inglês Peter Walne no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). No ano de 1988 é lançada uma segunda edição do DAT.

⁶ Um detalhe importante sobre a I Conferência Nacional de Arquivos, ocorrida no ano de 1988, é que no ano de 2011 também ocorreu um evento igualmente denominado de I Conferência Nacional de Arquivos, mas com propósitos diferentes.

época professora visitante da universidade, e com a participação de 34 alunos do Curso de Especialização em Arquivologia da referida escola. O *Dicionário da Bahia*, como ficou conhecido, reuniu um conjunto de 537 termos, tendo por referencial o DAT 2. (Arquivo Nacional, 2005, p. 10, grifo do autor)

De forma direta, o Quadro 1 expressa uma linha do tempo das obras de terminologia arquivística elaboradas até a publicação dos dicionários de Camargo e Bellotto (1996) e do Arquivo Nacional (2005).

Quadro 1 – Linha do tempo das obras brasileiras de terminologia arquivística: 1972-2005

OBRA	AUTORIA	ANO	REEDIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Terminologia arquivística	Dannemann, Maria Luíza Stallard <i>et al.</i>	1972		Apresentada no I CBA
NBR 9578: Arquivo – Terminologia	Associação Brasileira de Normas Técnicas	1986		
Dicionário de terminologia arquivística	Conselho Internacional de Arquivos	1988		Tradução de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira	Nagel, Rolf(ed.)	1989	1991	Elaborado através de uma parceria entre o Brasil e a Alemanha
Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística	Arquivo Público do Estado de São Paulo	1989		Obra não localizada para consulta

OBRA	AUTORIA	ANO	REEDIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	Associação dos Arquivistas Brasileiros	1990		
Dicionário de termos arquivísticos	Silva, Jaime Antunes da (pres.)	1991		Divulgação preliminar dos resultados. Obra não localizada para consulta
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira	Silva, Jaime Antunes da (coord.)	1992		Obra não impressa ⁷
Dicionário de terminologia arquivística	Camargo, Ana Maria de Almeida; Bellotto, Heloísa Liberalli (coord.)	1996		
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira	Arquivo Nacional	1999		Obra não localizada para consulta
Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional	2004		
Dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional	2005		

Fonte: elaborado pelos autores.

Podemos observar, a partir do relato histórico aqui apresentado, diversas iniciativas de estudos e trabalhos, fato que, de certa maneira, se

⁷ “Encaminhado para publicação em 1992, reunindo então cerca de 550 termos, o Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira não foi impresso.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

estendeu na elaboração e publicação dos dicionários de terminologia que estudaremos.

O Dicionário de terminologia arquivística

Os esforços para publicação, no ano de 1996, da versão hoje conhecida do *Dicionário de terminologia arquivística* remontam ao ano de 1988, quando se formou o primeiro grupo de trabalho para a elaboração dessa obra, na cidade de São Paulo.

Camargo e Bellotto, coordenadoras do grupo, relataram em entrevista que a criação de tal grupo foi motivada pelos avanços do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) com a publicação da primeira edição do DAT, no ano de 1984, e a segunda versão dessa obra, em 1988. Isso, então, provocou uma “pressão” para que cada país viesse a possuir sua própria terminologia em arquivos, baseando-se no trabalho terminológico já desenvolvido pelo CIA.

Assim, conforme já citado, após a publicação, no ano de 1988, da tradução do DAT para o português, formaram-se grupos de trabalho, a partir da I Conferência Nacional de Arquivos (Rio de Janeiro, 1988), que objetivavam discutir e atualizar a versão brasileira do DAT.

Destarte, instituiu-se um grupo de trabalho, na cidade de São Paulo, especificamente no âmbito do Núcleo Regional de São Paulo⁸ da AAB, também em 1988, com vistas ao cumprimento da finalidade exposta. Desse grupo fizeram parte, inicialmente, além de Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, como coordenadoras: Ana Maria Penha Mena Pagnocca, Aparecida Sales Linares Botani, Célia Reis Camargo, Edite Maria da Silva, Felícia Musikman, Guita Mindlin, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso e Viviane Tessitore.

Camargo e Bellotto (2019) destacam que foi Heloísa Liberalli Bellotto quem conseguiu dar forma a grande parte dos termos e definições que o grupo desenvolveu durante todo o trabalho. Bellotto havia realizado, no ano de 1977, a especialização em *organización y administración de archivos* pela Escuela de Documentalistas de Madrid; em 1979, um estágio em técnica de arquivos no Arquivo Nacional da França e, em 1987, um curso pelo National Archives and Records Administration, nos Estados Unidos. Assim, naquele momento, Heloísa Bellotto era uma participante

8 Atual Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP).

do grupo com conhecimento consistente, o que lhe permitia uma visão mais ampla, principalmente sobre a forma que os países pelos quais passou tratavam a terminologia em arquivos.

A primeira configuração do grupo desenvolveu, entre os anos de 1988 e 1990, duas versões preliminares do dicionário, que não se basearam exclusivamente na versão brasileira do DAT, mas também em outras obras terminológicas brasileiras e estrangeiras, além dos estudos das coordenadoras e participantes do grupo em terminologia, considerando, principalmente, as práticas em arquivos das envolvidas. Além disso, Camargo e Bellotto (2019) contam que o grupo dispôs da colaboração de algumas consultoras em filologia que muito contribuíram para a materialização dos termos e definições.

A primeira versão, no ano de 1989, foi intitulada *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística*, datilografada pela própria Ana Maria de Almeida Camargo e distribuída por ocasião da II Conferência Nacional de Arquivos Públicos (1989), na cidade de Porto Alegre. Já a segunda versão, chamada de *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*, foi publicada no ano de 1990 pela AAB por meio do Núcleo Regional de São Paulo e com o apoio do Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação (Cenadem).

Camargo e Bellotto (2019), argumentando sobre o papel do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp) para a versão preliminar de 1989, afirmam que, por ter sido na década de 1980 instaurado o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp), que possui o Apesp como órgão central e, ainda, por terem as coordenadoras do dicionário participado como consultoras independentes para a idealização do sistema, a instituição ganhou o protagonismo na elaboração de um dicionário de terminologia arquivística. Além disso, outras participantes do grupo passaram pelo Apesp de alguma forma, como Viviane Tessitore e Janice Gonçalves.

Um outro aspecto sobre o envolvimento do Arquivo Público, de acordo com Camargo e Bellotto (2019), diz respeito à realização de um chamado Fórum de Discussão Arquivística, organizado pelas coordenadoras, que acontecia na sede do Apesp com periodicidade semanal, existindo entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Assim, os referidos anos foram de grande envolvimento por parte dos interessados e entusiastas no estudo dos arquivos.

Ainda sobre as motivações para a criação do grupo de trabalho voltado ao tema da terminologia arquivística na cidade de São Paulo,

Camargo e Bellotto (2019) contam que existia uma forte necessidade de um instrumento terminológico na área, principalmente pela existência, naquela época e local, de um curso de especialização em organização de arquivos (1986-2009), do qual as coordenadoras faziam parte do corpo docente, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

As coordenadoras destacaram outros envolvimento institucionais que, de certa maneira, colaboraram para o progresso da arquivologia na cidade de São Paulo, como a extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap/1974-2015), que disponibilizou alguns cursos voltados às questões da implantação de sistemas de informações e de protocolo de documentos.

Nesse sentido, Camargo e Bellotto (2019) apontam que toda a mobilização em torno da matéria arquivística na cidade sempre esteve envolta, em grande parte, pelos mesmos indivíduos, e que essa mobilização possibilitou a criação, no ano de 1998, da Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP), quando da extinção do Núcleo Regional de São Paulo da AAB.

Voltando à primeira configuração do grupo de trabalho, a partir do Quadro 2 podemos visualizar a área de atuação de cada uma das componentes:

Quadro 2 – Componentes do grupo de trabalho de São Paulo (1988-1990)

COMPONENTE	ÁREA			
	Arquivística	Conservação	Micrográfica	Informática
Ana Maria de Almeida Camargo	x			x
Ana Maria Penha Mena Pagnocca	x			
Aparecida Sales Linares Botani			x	
Célia Reis Camargo	x			
Edite Maria da Silva		x		
Felícia Musikman			x	
Guita Mindlin		x		

COMPONENTE	ÁREA			
	Arquivística	Conservação	Micrográfica	Informática
Heloísa Liberalli Bellotto	x			
Isabel Maria Mezzalira		x		
Janice Gonçalves	x			x
Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso	x			
Viviane Tessitore	x		x	

Fonte: adaptado de Balmant (2016, p. 69).

Assim, com base no Quadro 2, observamos a participação de cada componente em um ou dois temas na elaboração das versões preliminares do *Dicionário de terminologia arquivística*.

Contudo, entre os anos de 1992 e 1996, o grupo de trabalho assumiu uma nova configuração⁹ com a redução de componentes. Dessa segunda formação, fizeram parte: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (coordenação); Aparecida Sales Linares Botani, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves e Viviane Tessitore, todas participantes da primeira configuração.

Ao questionarmos Camargo e Bellotto (2019) sobre os motivos pelos quais se deu a redução do grupo, obtivemos como justificativa questões circunstanciais que abarcaram demandas da vida pessoal de algumas das componentes e, também, o fato de ter sido suprida a necessidade de participação de algumas delas e de seus respectivos conhecimentos para as discussões e estudos que desenvolveram as duas versões preliminares.

Então, dessa segunda configuração do grupo de trabalho, tem-se como produto a versão final do aqui abordado *Dicionário de terminologia arquivística*, publicado pelo Núcleo Regional de São Paulo da AAB em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo em 1996.

⁹ Cabe apontar que em nenhuma das duas configurações do grupo de trabalho houve a presença de um terminólogo ou especialista em terminologia. Lembrando que, conforme a nota n. 1, N. do E., “terminologia”, aqui, se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

De forma sintética, a linha do tempo de produção e elaboração do *Dicionário de terminologia arquivística* pode ser assim expressa:

Quadro 3 – Linha do tempo: *Dicionário de terminologia arquivística*

ANO/PERÍODO	EVENTO
1980	Formação do primeiro grupo de trabalho
1989	Publicação da obra <i>Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística</i>
1990	Publicação da obra <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa</i>
1992	Grupo de trabalho assume nova configuração
1996	Publicação do <i>Dicionário de terminologia arquivística</i>

Fonte: elaborado pelos autores.

É importante mencionar que o hiato de cerca de um ano entre a primeira (1980-1990) e a segunda (1992-1996) configuração do grupo é justificado pelo grande envolvimento das coordenadoras em tantas outras atividades que vinham acontecendo no mesmo período, como a já citada participação no Saesp e no curso do IEB/USP.

Por fim, cabe explicitar que nenhum trecho da versão final do dicionário aborda ou propõe uma periodicidade de atualização da produção. E, ainda, conforme Camargo e Bellotto (2019), não houve, até os dias atuais, nenhuma ação concreta para sua atualização. Contudo, nos anos de 2010 e 2012, foram publicadas novas edições que não apresentaram mudanças de conteúdo quando comparadas com a sua primeira versão, tendo sido feitas apenas revisões ortográficas, de formato e visual. Tais edições foram editadas e publicadas, em 2010, pelo Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em uma versão de bolso e, em 2012, pela Arq-SP.

O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística

Embora a publicação do Dibrate date do ano de 2005, seu desenvolvimento se deu por meio de ações precursoras desde o ano de 1990. Nesse mesmo ano, foi formado no Arquivo Nacional do Brasil um grupo de

trabalho que visava interligar os estudos de terminologia arquivística em curso.¹⁰

O grupo, presidido por Jaime Antunes da Silva, era composto por Elizabeth da Silva Maçulo, Helena Moesia de Albuquerque, Ingrid Beck, Maria Izabel de Oliveira, Paulo de Tarso Rodrigues Dias Paes Leme, Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Com o intuito de imprimir agilidade aos trabalhos, investiu-se no desenvolvimento de um sistema informatizado, criando-se uma base de dados para armazenamento das informações.¹¹ Em 1991, os resultados dos estudos foram divulgados preliminarmente, com o objetivo de aproximar as discussões regionais e receber contribuições técnicas de várias partes do país. Ao grupo de trabalho original juntaram-se, em ocasiões especiais, Nilza Teixeira Soares (Distrito Federal), Helena Corrêa Machado e Maria Odila Kahl Fonseca (Rio de Janeiro), Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (São Paulo).¹² (Arquivo Nacional, 2005, p. 11)

Em entrevista concedida a nós, Silvia Ninita de Moura Estevão, coordenadora do Dibrate e autora da parte introdutória, atribuiu à instituição desse grupo de trabalho o que chamou de “decorrências naturais de processos técnicos de amadurecimento da área”.

De acordo com Estevão (2019), no ano de 1980, quando Celina Vargas do Amaral Peixoto assumiu a diretoria do Arquivo Nacional (AN), cargo em que se manteve até o ano de 1990, iniciou-se um programa de modernização institucional e administrativa do órgão que tinha como principais bandeiras a transferência do prédio onde estava situado o AN, a capacitação de pessoal e a criação de uma lei de arquivos.

Toda a metodologia inaugurada e desenvolvida durante a década de 1980 no AN, fortemente focada na resolução de diversos problemas

¹⁰ Cabe apontar que, bem como para o dicionário de Camargo e Bellotto (1996), em nenhuma das configurações do grupo de trabalho parece ter havido a presença de um terminólogo ou especialista em terminologia. Lembrando que, conforme a nota n. 1, N. do E., “terminologia”, aqui, se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

¹¹ “O sistema foi desenvolvido por Kenya Ribeiro Ponciano, do Setor de Informática do Arquivo Nacional, e inaugurado em agosto de 1990. A digitação dos dados coube, em diferentes etapas, a Maria Helena Soares de Miranda, Maria Cecília Paes de Barros Leães e Ângela Laranja Mandosio” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

¹² Em entrevista, Camargo e Bellotto (2019) contam que a participação delas no grupo em questão foi muito rápida devido à distância entre o trajeto São Paulo-Rio de Janeiro e à impossibilidade de estarem sempre presentes nas reuniões do grupo.

técnicos do órgão, culminou na necessidade de uma terminologia própria aos arquivos, quando se deu início ao já citado grupo de trabalho na década de 1990 (Estevão, 2019).

Produto desse grupo de trabalho foi encaminhado para publicação, em 1992, reunindo cerca de 550 termos e denominado *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*, o qual não foi impresso (Arquivo Nacional, 2005).

Ao questionarmos Silvia Estevão (2019) sobre o motivo pelo qual, no ano de 1992, essa obra não foi impressa, a coordenadora apresentou como justificativa o cenário de crise política à época e os problemas financeiros causados pelo início do processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, além do forte contingenciamento que sofreu o Arquivo Nacional no período. Estevão (2019) também relata problemas estruturais que, embora não tenham sido a causa da não publicação da obra terminológica, refletem o cenário de dificuldade no qual se encontrava o Arquivo Nacional no período.

Ainda de acordo com a coordenadora, também durante o governo Collor (1990-1992), ocorreu um grave desastre no então prédio do AN que, por causa de uma forte chuva, teve diversos depósitos e salas, incluindo o gabinete da Diretoria Geral, alagados. Assim, a crise política e o contingenciamento orçamentário figuraram como impeditivos para a publicação e impressão da obra produzida pelo grupo de trabalho do AN (Estevão, 2019).

Contudo, mesmo não tendo sido publicada, a já citada versão de 1992 sofreu, no ano de 1994, uma redução de termos por solicitação da ALA. Tal redução visou facilitar o diálogo e possibilitar a construção de uma terminologia comum entre as línguas portuguesa e espanhola, movimento esse que gerou dois produtos terminológicos apelidados de “Glossa[rio] Brasil” e “Glossa[rio] Espanha” (Arquivo Nacional, 2005).

Sobre a atuação e envolvimento da ALA, Estevão (2019) explica que a pessoa que esteve à frente desse contato foi Ana Maria de Lima Brandão, funcionária do Arquivo Nacional. O principal enfoque da redução por solicitação dessa associação visava à exclusão de “termos relativos a equipamentos, tipos de documentos e aqueles considerados especializados de áreas afins” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

Como exemplo, Silvia Estevão cita:

A gente aqui no Brasil estava trabalhando com dispositivos utilizados na área de arquivo. Então, eu me lembro, assim, nossa primeira palavra, que eu era apaixonada pela palavra, era o atril. O que era o atril? O atril é um suporte para você colocar, sobretudo, assim, códices, livros de registro encadernados ou

coisas de maior tamanho. O atil era uma coisa muito usada em biblioteca. E a gente brigava por colocar esses nomes, desses dispositivos e outras coisas. E a orientação da ALA predominou só colocar o essencial. Então você não deveria colocar essas outras coisas. (Estevão, 2019)

Cabe expor que, bem como a versão de 1992, as versões chamadas de “Glossa[rio] Brasil” e “Glossa[rio] Espanha” não foram publicadas e impressas por motivos ainda desconhecidos.

“De novembro de 1997 a julho de 1999 procedeu-se, no Arquivo Nacional, a uma revisão do trabalho, interrompida na parte relativa à equivalência dos seus 381 termos com outros idiomas” (Arquivo Nacional, 2005, p. 12). Esses 381 termos foram produtos da redução dos 550 termos propostos pela ALA. Tal revisão gerou o chamado *Dicionário de termos arquivísticos* no ano de 1999.

“A retomada do projeto de um dicionário de terminologia de abrangência nacional, em 2003, considerou o trabalho anteriormente realizado e valeu-se, também, da versão preliminar (*draft*) do DAT 3, datada de 21 de setembro de 2002” (Arquivo Nacional, 2005, p. 12). Fruto desse projeto, publica-se, em 2004, a obra *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que foi colocada em discussão na internet pela comunidade arquivística.

Assim, para chegar à versão final do Dibrate, publicada no ano de 2005, foram utilizadas como base as referências expressas no Quadro 4.

Quadro 4 – Obras de referência: Dibrate

OBRAS	LANÇAMENTO	TERMOS	DEFINIÇÕES	EQUIVALÊNCIAS
DAT 1	1984	503	inglês e francês	alemão, espanhol, holandês, italiano, russo
DAT 2	1988	486	inglês e francês	alemão, espanhol, holandês, italiano, russo
DAT POR (v. prov.)	1989	552	português (de Portugal)	–
DAT POR	1993	467	português (de Portugal)	alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português do Brasil

OBRAS	LANÇAMENTO	TERMOS	DEFINIÇÕES	EQUIVALÊNCIAS
DAT 3	2002	313	inglês	alemão, espanhol, francês
DTA AN	1999	381	português (do Brasil)	–
Subsídios	2004	451	português (do Brasil)	alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português de Portugal

Fonte: adaptado de Arquivo Nacional (2005, p. 12).

Em resumo, podemos reconstruir a linha temporal de produção e elaboração do Dibrate da seguinte forma:

Quadro 5 – Linha do tempo: Dibrate

ANO/PERÍODO	EVENTO
1990	Instituição do grupo de trabalho no AN
1991	Resultados dos estudos foram divulgados preliminarmente
1992	Encaminhamento para publicação do <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i> , que não foi impresso
1994	Versão de 1992 foi reduzida por solicitação da ALA
1997 a 1999	Revisão do trabalho, publicação do: Arquivo Nacional (Brasil). <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i> . Rio de Janeiro: O Arquivo, 1999. 75f. (381 termos) ¹³
2003	Retomada do projeto de um dicionário de terminologia de abrangência nacional
2004	Publicação da obra <i>Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>
2005	Publicação do Dibrate

Fonte: elaborado pelos autores.

¹³ Obra não localizada fisicamente, nem digitalmente. Encontra-se na lista de referências do Dibrate.

No período compreendido entre o final dos anos de 1998 até 2003, desenvolveu-se, no âmbito do Arquivo Nacional, a tradução para o português da Isad(G) – General International Standard Archival Description, publicada no Brasil no ano de 2000, e da Isaar(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, publicada no ano de 2004.

Nesse sentido, Estevão (2019) argumenta que, como o Arquivo Nacional estava se alinhando desde o início dos anos 2000 com algumas normas arquivísticas internacionais, foi natural o caminho de criação de uma norma nacional. Contudo, surgiu a necessidade de um dicionário de terminologia próprio da área, fator primordial para a elaboração de uma norma brasileira. Assim, a retomada do projeto de um dicionário de terminologia arquivística de abrangência nacional, no ano de 2003, foi também uma decorrência da necessidade de criação do que veio a ser, três anos mais tarde, a Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Estevão, 2019).

Destarte, na etapa de escolha dos termos na elaboração do Dibrate, foram incluídos termos presentes na Isad(G) e na Isaar (CPF), “por serem do domínio da arquivologia e, portanto, passíveis de estimular discussões à medida que forem aplicados. São exemplos código de referência, descrição multinível, registro de autoridade e título, entre outros” (Arquivo Nacional, 2005, p. 13).

Ainda sobre a escolha dos termos incluídos no Dibrate, temos:

Dos termos presentes nos DAT 1, DAT 2, DAT 3 e DAT POR foram, ou mantiveram-se, excluídos aqueles referentes a equipamentos, dispositivos, tipos de documentos, formas e tipos de acondicionamento e termos especializados, de uso mais restrito, próprios de disciplinas afins como conservação e restauração, microfilmagem, informática, diplomática, ciência da informação etc., por se julgar serem eles passíveis de alteração e revisão constantes.

[...]

Foram também introduzidos termos cunhados no Brasil num passado relativamente recente, com uso frequente nas duas últimas décadas (1980 e 1990), incorporados às práticas e às formulações teóricas da área. Como exemplos, temos identificação, data de produção e data-assunto. (Arquivo Nacional, 2005, p. 13, grifo nosso)

Baseando-nos no trecho destacado da citação, conseguimos evidenciar a importância da formulação de uma terminologia arquivística baseada nas práticas, visto que o profissional de arquivo precisa enxergar sua realidade na obra terminológica pela qual se ampara.

Entendemos, a partir da reconstrução do processo de elaboração do hoje conhecido Dibrate, que a concepção desse dicionário foi consequência de cerca de 15 anos de idas e vindas, entre embates políticos, financeiros, administrativos e metodológicos. Portanto, a forma que assume o Dibrate em sua versão final foi marcada por massivos estudos e trabalhos, o que a configura como uma obra terminológica de porte e de suma importância para a arquivologia brasileira.

Não obstante, como apresentado na parte introdutória do dicionário:

Em julho de 2005, na 37ª Reunião do Conarq, foi firmado o compromisso de que o grupo de trabalho, o Arquivo Nacional e o próprio Conarq promoverão a revisão, num prazo de dois anos, da presente versão, esperando-se contar, para isso, com a colaboração ativa de técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação em arquivologia e áreas afins. Para estimular as contribuições, pretende-se dar ampla divulgação ao dicionário, e organizar e participar de eventos compatíveis com o tema. (Arquivo Nacional, 2005, p. 7)

A revisão citada no trecho acima busca garantir atualidade e eficiência à terminologia de uma dada área e, portanto, é de suma importância. Entretanto, desde a publicação do Dibrate, em 2005, não houve a publicação de uma revisão.

Silvia Estevão (2019) relata que, no ano de 2011, tentou-se instituir um novo grupo de trabalho para revisão do dicionário. Porém, devido a instabilidades políticas e administrativas, além da ausência de insumos materiais e tecnológicos, não foi possível concluir esse projeto. Ainda assim, a coordenadora do Dibrate afirma que os esforços para tal revisão continuam sendo estimulados nos dias atuais, sendo necessários apenas mão de obra e material para elaboração de um software destinado a esse objetivo.

Considerações finais

O desenvolvimento da terminologia arquivística brasileira pode dizer muito sobre a própria existência da arquivologia no Brasil.

Como foi possível apreender, a criação de uma terminologia em arquivos no Brasil esteve diretamente relacionada aos esforços já executados pelo CIA, fato que, de certa maneira, causou uma dita “pressão” para que os demais países procedessem com suas próprias terminologias ou, ao menos, com a tradução do já publicado DAT.

No ano de 1988, o Brasil publica sua tradução da primeira versão do DAT, datada de 1984, quando, no mesmo ano, se publicou uma segunda

versão desse mesmo dicionário estrangeiro. Contudo, antes mesmo da referida tradução, já existiam obras terminológicas brasileiras, datadas de 1972 e 1986, mas que ainda não se comprometiam em ser um dicionário de terminologia.

Foi apenas no ano de 1989 que se publicou aquilo que se pode chamar do primeiro dicionário de termos arquivísticos essencialmente brasileiro, o apelidado “Dicionário da Bahia”. Usando por base a segunda versão do DAT, o referido dicionário, tanto na sua primeira edição quanto na segunda, trouxe em seu título a ideia de ser um “subsídio para uma terminologia arquivística brasileira”. Tal noção, portanto, nos permite perceber que não existia, até aquele momento, uma terminologia arquivística verdadeiramente consolidada no país.

Sobre essa percepção, podemos, inclusive, compreender que a existência de uma terminologia em arquivos própria ao Brasil deveria considerar os aspectos culturais, políticos e administrativos do país (Bellotto, 2007), o que, de certa forma, afasta a possibilidade de aplicação de um dicionário terminológico meramente traduzido de outra língua, ou exclusivamente baseado em um dicionário estrangeiro. Em outras palavras, defendemos que a terminologia arquivística deve refletir com magnitude as práticas administrativas do país a qual se referem.

Nesse sentido, depreendemos que o dicionário de Camargo e Bellotto (1996) e o do Arquivo Nacional (2005) foram os primeiros dicionários de terminologia arquivística brasileiros a considerar o contexto administrativo do país, além de estudos e obras terminológicas já desenvolvidas no cenário nacional.

O dicionário de Camargo e Bellotto (1996), por exemplo, apresenta, em sua lista de referências, todas as obras terminológicas publicadas até o ano de 1990, expressas no Quadro 1, e, ainda, conforme já citamos, se baseou em estudos das coordenadoras e participantes do grupo em terminologia arquivística, principalmente se valendo de suas experiências práticas no tratamento de arquivos.

Com relação ao dicionário do Arquivo Nacional (2005), como exposto no Quadro 4, duas foram as obras de referência com definições em português do Brasil, datadas, respectivamente, dos anos de 1999 e 2004 e utilizadas na elaboração do Dibrate. Além disso, todas as obras terminológicas citadas no Quadro 1 foram referenciadas na bibliografia desse dicionário.

Ainda em relação ao Dibrate, um detalhe importante diz respeito ao fato de a obra *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que pode ser entendida como uma versão anterior desse

dicionário, ter sido colocada em discussão, na internet, pela comunidade arquivística, o que pode ter garantido à obra do Arquivo Nacional maior identidade brasileira.

Por fim, uma última consideração refere-se à questão de, muito embora possamos dizer que o Brasil possui uma terminologia arquivística bem estruturada, os dicionários terminológicos aqui estudados necessitem de esforços voltados à sua constante atualização, uma vez que o *Dicionário de terminologia arquivística* foi publicado há mais de vinte anos e o Dibrate, há mais de dez.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- _____. *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 75 f. digit.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1989. 86 f. dat.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9578: Arquivo – Terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo: Cenadem, 1990.
- BALMANT, Fabrício Vieira. *Terminologia arquivística brasileira: estudo exploratório de publicações e termo*. 2016. 252 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 47-56, jan./dez. 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *O dicionário de terminologia arquivística e os termos “dossiê” e “processo”*. [15 jun. 2019]. São Paulo. Entrevista concedida a Gabriel da Silva Barros.
- _____. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- _____. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística [versão de bolso]*. 2 ed. São Paulo: Centro de Memória da Educação Feusp/Fapesp, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 1996.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Dicionário de terminologia arquivística*. Tradução e revisão de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis. [s.l.: s.n., 1988]. 63 f.
- DANNEMANN, Maria Luiza Stallard et al. *Terminologia arquivística*. In: CONGRESSO

- BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: AAB, 1972. p. 435-495.
- ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura. O Dibrate e os termos “dossiê” e “processo”. [16 abr. 2019]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Gabriel da Silva Barros.
- KRIEGER, Maria Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NAGEL, Rolf (ed.). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*. 2. ed. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da arquivologia*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.
- SILVA, Jaime Antunes da (coord.). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 78 f. dat.
- _____. (pres.). *Dicionário de termos arquivísticos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 75 f. dat.

Recebido em 26/4/2020

Aprovado em 8/9/2020

Os congressos de arquivologia do Mercosul e a participação brasileira

The Mercosur archival science congresses and the Brazilian participation / Los congresos de arquivología del Mercosur y la participación brasileña

RESUMO

O Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM) é uma iniciativa da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, e de duas organizações argentinas, o Archivo General de la Provincia de Entre Ríos e a Asociación de Archiveros de Santa Fe. O evento caminha para sua décima quarta edição, sempre com expressiva participação brasileira. O objetivo deste artigo é historiar e analisar essa relevante atuação em todas as edições.

Palavras-chave: arquivologia; Mercosul; CAM.

ABSTRACT

The Mercosur Archival Science Congress (CAM) is a initiative from the Faculty of Archival Science of the Universidade Federal de Santa Maria, Brazil, and from two Argentinian organizations, the Archivo General de la Provincia de Entre Ríos and the Asociación de Archiveros de Santa Fe. The conference is heading for its fourteenth edition and always had a significant Brazilian participation. The purpose of this article is to record and analyze this relevant performance in all the previous editions.

Keywords: archival science; Mercosur; CAM.

RESUMEN

El Congreso de Archivología del Mercosur (CAM) es una iniciativa de la Facultad de Archivología de la Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, y de dos organizaciones argentinas, el Archivo General de la Provincia de Entre Ríos y la Asociación de Archiveros de Santa Fe. El evento se dirige a su decima cuarta edición, siempre con una significativa participación brasileña. El propósito de este artículo es registrar y analizar esta actuación relevante en todas las ediciones.

Palabras clave: arquivología; Mercosur; CAM.

Ana Célia Navarro de Andrade

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).
Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), Brasil.

anacelia.navarro@gmail.com

Introdução

Desde que o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM) foi criado, seu principal objetivo tem sido reunir a comunidade arquivística dos países membros efetivos do Mercado Comum do Sul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, bem como a dos países associados – Bolívia e Chile –, para o intercâmbio de conhecimento, compartilhamento de experiências, discussão de problemas e de novos desafios que surgem constantemente, possibilitando, assim, o crescimento tanto dos profissionais, quanto da área.

Apesar das profissões de arquivista e de técnico de arquivo serem regulamentadas no Brasil desde 1978, a comunidade que atua na área é mais ampla, constituída por profissionais graduados em arquivologia, história, biblioteconomia, ciências sociais, conservadores, profissionais que atuam em arquivos, públicos e privados, em centros de documentação e de memória, docentes, estudantes, pesquisadores e todos aqueles que se relacionam, direta ou indiretamente, com a teoria e/ou a prática arquivísticas.

Nas 13 edições do CAM realizadas no período de 1996 a 2019, a participação brasileira tem sido bastante consistente e relevante, mesmo nos momentos de instabilidade político-econômica no país.

O objetivo deste artigo é apresentar um histórico dos congressos de arquivologia do Mercosul, especialmente do primeiro e daqueles realizados no Brasil, e destacar a participação brasileira nesse evento.¹

No decorrer desses 24 anos, tendo uma estrutura simples ou dezenas de opções entre sessões plenárias, comunicações livres, painéis e eventos paralelos, os congressos do Mercosul sempre se caracterizaram pelo caráter amplo, reunindo docentes, estudantes e profissionais dos mais variados setores e instituições que partilham da mesma opinião sobre a importância dos arquivos, e sobretudo desejam ensinar, aprender ou compartilhar seus conhecimentos e experiências.

Por ter esse caráter democrático, os congressos de arquivologia do Mercosul têm contribuído para o desenvolvimento e o crescimento dos arquivos e das políticas a eles relacionadas.

Para a elaboração deste artigo, além da experiência de ter participado das últimas oito edições, duas das quais como membro de suas respectivas comissões organizadoras e, desde 2015, como membro do Conselho

¹ Vale destacar que, mesmo sendo um evento internacional e específico da área, a participação nos congressos de arquivologia do Mercosul não gera a mesma pontuação na plataforma Lattes para docentes e estudantes de arquivologia que os eventos da ciência da informação.

Assessor² do CAM, foi necessário consultar as publicações editadas em cada um dos congressos realizados, principalmente os programas oficiais, os cadernos de resumo e os anais completos, quando produzidos.

A maior dificuldade encontrada foi a localização do material elaborado pelos cinco primeiros congressos realizados, já que não participei dessas edições. Além disso, nesse período o material era impresso e não houve, até hoje, uma ação efetiva para digitalizá-lo e torná-lo acessível, apesar da proposta de criação de um sítio na internet para o resgate da memória dos congressos de arquivologia do Mercosul, apresentada pelo professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar, um dos criadores do CAM. Por outro lado, algumas edições posteriores produziram os anais em CD ou DVD, mas algumas mídias não foram reconhecidas pelo computador e não puderam ser lidas.

Além disso, a pandemia causada pelo coronavírus obrigou grande parte da população dos países latino-americanos a entrar em isolamento social, afastando temporariamente professores, estudantes e profissionais de suas instituições, dificultando, portanto, o acesso aos documentos produzidos nos congressos.

Depois de consultar amigos e colegas, tanto do Brasil quanto do exterior, faz-se necessário agradecer a todos³ que disponibilizaram algum tipo de fonte – cartas de intenção, programas, cadernos de resumo, conclusões ou anais completos produzidos nas primeiras edições do CAM –, seja por empréstimo ou por envio de cópia digitalizada. Esses documentos foram de fundamental importância para a elaboração do presente artigo.

Das 13 edições, somente o X CAM, realizado em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em março de 2014, não produziu os anais do evento. Já os anais do XIII CAM, realizado em Montevidéu, Uruguai, em outubro de 2019, encontravam-se no prelo até a finalização deste artigo.

Os congressos de arquivologia do Mercosul

De acordo com a exposição de motivos do Estatuto Geral do Congresso de Arquivologia do Mercosul,

² Reunião de todos os coordenadores gerais das edições já realizadas do Congresso de Arquivologia do Mercosul.

³ Professora Heloisa Liberali Bellotto (USP); professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar (UFSM); Eugenio Bustos Ruz (Chile); Gabriel Queijo, Maria Laura Rosas e Maurício Vázquez Bevilacqua (Uruguai).

em razão da configuração do Mercado Comum do Sul (Mercosul), mediante o Tratado de Assunção de 26 de março de 1991, decidiu-se que os arquivos não podiam ficar alheios a essa proposta.

O reconhecimento da importância da regionalização na busca de soluções comuns para a gestão de documentos e a profissionalização dos arquivos, assim como a necessidade de dirigir a discussão para a instrumentação de políticas nacionais e impulsionar o crescimento da atividade arquivística, motiva um grupo de profissionais da área a criar o primeiro Congresso de Arquivologia do Mercosul.⁴

A ideia de realizar um congresso que reunisse professores, estudantes e profissionais com atuação na área da arquivística, oriundos dos países localizados no extremo sul do continente americano, surgiu de um grupo de professores da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, Brasil, de profissionais do Archivo General de la Provincia de Entre Ríos e da Asociación de Archiveros de Santa Fe, ambos da Argentina.

De acordo com a ata constitutiva do I Congresso de Arquivologia do Mercosul, datada de 5 de junho de 1996, reuniram-se em Santa Maria (RS), na Faculdade de Arquivologia da UFSM, os professores Jorge Eduardo Enriquez Vivar e Denise Molon Castanho, respectivamente diretor e vice-diretora da faculdade, e Carlos Alessio Rossato, também docente do curso de arquivologia, além da professora Elsa Raquel Bertozzi, diretora do Archivo General de la Provincia de Entre Ríos, e da licenciada Laura Mercedes López, presidente da Asociación de Archiveros de Santa Fe. O objetivo da reunião era a estruturação do I CAM, a definição do programa, a confirmação dos temas e principalmente dos convidados especiais, como, por exemplo, reitores, governadores e ministros.

Também foi elaborada a lista dos países participantes, indo muito além do Cone Sul do continente americano: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Em reunião com o professor Odilon Marcuzzo do Canto, reitor da UFSM, o grupo foi parabenizado pela importante iniciativa que pela primeira vez ocorria na América Latina, comprometendo Brasil e Argentina a desenvolverem, no decorrer dos anos seguintes, a relação que se iniciava.

4 Estatuto General de los CAM. X CAM. Santa Cruz de la Sierra, 14 mar. 2014. Digitado.

Outras visitas foram realizadas pelo grupo, inclusive à rádio da UFSM, para a divulgação do evento que seria realizado em alguns meses, além da realização de entrevistas com estudantes de arquivologia da UFSM para definição dos pontos do temário que seria desenvolvido no VI Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquivologia, um dos eventos paralelos incorporados ao I CAM.

Reuniram-se também com Joel Abílio Pinto dos Santos, professor da Faculdade de História da UFSM, com o intuito de convocar os demais professores e alunos da faculdade para participarem do congresso.

Após dois dias intensos, repletos de reuniões, visitas e entrevistas, o grupo concordou que deveria continuar o trabalho conjunto após a realização do congresso, com a finalidade de apresentar e desenvolver projetos educativos, culturais e de capacitação para a inserção de estudantes e de novos profissionais no mercado de trabalho latino-americano, uma vez que outros países foram incluídos à proposta inicial do evento, para além do Mercosul.

Quase dois meses depois, os organizadores do I CAM reuniram-se para incluir na programação do evento um encontro com os reitores das universidades participantes – Universidad Nacional de Entre Ríos, Universidad Nacional del Litoral, Universidad Nacional de Rosario (todas da Argentina), Universidad de la República (Uruguai) e Universidade Federal de Santa Maria (Brasil) –, com o objetivo de sondá-los sobre a possibilidade de criação de cursos de especialização ou de pós-graduação em arquivologia no interior do Grupo de Montevideú.⁵

Tendo como justificativa os debates sobre o papel da formação profissional no desenvolvimento da área, que foram suscitados pelos constantes desafios impostos à arquivística nos anos 1990, ficou evidente a necessidade de uma maior reflexão sobre o tema. Diante desse contexto e ciente da relevância do evento para professores, alunos e profissionais, o professor Jorge Enriquez Vivar, membro da comissão coordenadora, elaborou um projeto de captação de recursos para a realização do I Congresso de Arquivologia do Mercosul.

A primeira edição ocorreu na cidade de Paraná, província de Entre Ríos, Argentina, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1996, sob a coordenação geral da professora Elsa Raquel Bertozzi (Archivo General de la Provincia de Entre Ríos), que compartilhou a coordenação com a diretora do Archivo

⁵ Associação de universidades da Argentina, Brasil e Uruguai que possuíam cursos de arquivologia.

General de la Provincia de Santa Fe, Ana María Cecchini de Dallo, e com o diretor da Faculdade de Arquivologia da UFSM, Jorge Enriquez Vivar.

O evento foi uma realização conjunta do Archivo General de la Provincia de Entre Ríos, Archivo General de la Provincia de Santa Fe, Asociación de Archiveros de Santa Fe, Escuela Superior de Archivística de Entre Ríos, todos da Argentina, e da Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, do Brasil.

Seu programa contou com quatro sessões plenárias, uma plenária de encerramento e três eventos paralelos, a saber:

- VI Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquivologia
- II Encontro Internacional de Docentes de Escuelas de Arquivistas
- I Fórum Internacional de Archivos Públicos do Mercosul, durante o qual foram realizadas:
 - V Jornada de Archiveros de Entre Ríos;
 - XVIII Jornada de Archiveros de Santa Fe.

A primeira sessão plenária abordou a formação do profissional arquivista, de acordo com os objetivos anteriormente mencionados. As palestras apresentadas foram: “A imagem do arquivista na sociedade e as estratégias de ensino”, ministrada por Heloísa Liberalli Bellotto (Brasil) e “Formación de Archiveros en el Perú”, proferida por Mario Cárdenas de Ayaipoma (Peru).

A segunda plenária contou com as palestras “Arquivo e cidadania – uma questão política”, apresentada por Joel Abílio Pinto dos Santos (Brasil) e “Archivo histórico de relaciones exteriores”, ministrada por Manuel Montesinos Mussi (Chile), levantando questões políticas relacionadas aos arquivos.

Na terceira plenária, o tema legislação foi abordado nas palestras de Aurélio Wander Bastos (Brasil) – “Evolução, experiência e aspectos principais da legislação arquivística brasileira” –, e de Elizabeth Cipolletta – “Las privatizaciones en las empresas y los archivos”.

Finalmente, a quarta plenária, sobre o tema das novas tecnologias, contou com a apresentação de cinco palestras: “Los archivos y la internet” (Alicia Casas de Barrán, Uruguai); “Perspectiva tecnológica de la documentología: la educación y el servicio” (Ernesto Meier, Argentina); “Red de información entre archivos parroquiales de Latinoamérica” (Lucio Ruiz, Argentina); “Manejos de nuevos soportes en los archivos” (Mariela Alvarez Rodriguez, Colômbia); e “Proyecto sobre los Archivos Manuscritos de la Provincia de Entre Ríos” (María del Carmen Ríos, Argentina).

No II Encontro Internacional de Docentes de Escolas de Arquivistas, foi firmada a Carta de Intenções de Paraná (Entre Ríos, Argentina), segundo a qual os presentes se comprometiam a sugerir às suas respectivas instituições a criação de cursos de capacitação, principalmente na modalidade de especialização ou pós-graduação, utilizando recursos humanos disponíveis nas entidades que firmaram o documento, além de impulsionar a pesquisa com vistas à excelência acadêmica.

No decorrer dos dois primeiros dias do congresso, enquanto as plenárias eram realizadas pela manhã, os eventos paralelos ocuparam o Teatro 3 de Febrero no período vespertino. No último dia, o período da tarde deu lugar à plenária de encerramento, que contou com a conferência de José Pedro Pinto Esposel (Brasil) sobre o tema “Cooperação internacional em matéria de arquivos: enfoque latino-americano”. A conferência foi seguida da leitura das conclusões dos eventos paralelos e do evento em geral, da apresentação de orquestra sinfônica e do encerramento oficial do I Congresso de Arquivologia do Mercosul.

Infelizmente não foi possível recuperar informações sobre a quantidade de professores, alunos e profissionais que participaram do congresso, mas ficou clara a importância da contribuição e do empenho dos professores brasileiros tanto na criação, quanto na continuidade do Congresso de Arquivologia do Mercosul. Graças a essa atuação, a cidade de Santa Maria (RS) foi escolhida como sede para a segunda edição do CAM, sob a coordenação geral do professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar, programada para o ano seguinte.

A partir de 1997, os congressos de arquivologia do Mercosul passaram a ser realizados a cada dois anos, sempre em anos ímpares, à exceção do X CAM, realizado em março de 2014, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

No Quadro 1 é possível observar o ano, a cidade, o país e os nomes do respectivo coordenador geral e da entidade responsáveis pela realização de cada uma das 13 edições ocorridas.

Quadro 1 – Informações sobre as 13 edições do CAM

CAM	Ano	Cidade	País	Coordenador geral / Entidade
I	1996	Paraná / Entre Ríos	Argentina	Elsa Raquel Bertozzi / Archivo General de la Provincia de Entre Ríos

CAM	Ano	Cidade	País	Coordenador geral / Entidade
II	1997	Santa Maria / RS	Brasil	Jorge Eduardo Enriquez Vívar / Universidade Federal de Santa Maria, Faculdade de Arquivologia
III	1999	Montevideu	Uruguai	María Laura Rosas / Asociación Uruguaya de Archivólogos
IV	2001	San Lorenzo	Paraguai	Celso Cabrera González / Universidad Nacional de Asunción, Facultad Politécnica, Carrera de Bibliotecología
V	2003	Huerta Grande	Argentina	Norma Catalina Fenoglio / Universidad Nacional de Córdoba, Carrera de Archivística
VI	2005	Campos do Jordão / SP	Brasil	Heloísa Liberalli Bellotto / Associação de Arquivistas de São Paulo
VII	2007	Viña del Mar	Chile	Eugenio Bustos Ruz / Asociación de Archiveros de Chile
VIII	2009	Montevideu	Uruguai	Mireya Callejas de Echeverría / Asociación Uruguaya de Archivólogos
IX	2011	San Lorenzo	Paraguai	Celso Cabrera González / Universidad Nacional de Asunción, Facultad Politécnica, Carrera de Bibliotecología
X	2014	Santa Cruz de la Sierra	Bolívia	Luiz Oporto Ordóñez / Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia
XI	2015	São Paulo / SP	Brasil	Ana Célia Navarro de Andrade / Associação de Arquivistas de São Paulo
II	2017	Córdoba	Argentina	Mariela A. Contreras / Red de Archiveros Graduados de Córdoba
XIII	2019	Montevideu	Uruguai	Eliseo Gabriel Queijo / Asociación Uruguaya de Archivólogos

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o Quadro 1, nas seis primeiras edições do congresso foi adotado o sistema de rodízio entre os países membros efetivos do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai). No entanto, em outubro de 2005, durante reunião para indicação do país sede da próxima edição que, no caso, seria o Uruguai, seus representantes informaram que, por razões alheias à vontade da Asociación Uruguaya de Archivólogos e do Archivo General de la Nación, não seria possível a realização do evento em 2007, abrindo-se votação entre as opções então apresentadas: antecipar a vez do Paraguai, respeitando a ordem estabelecida pelo rodízio entre os membros efetivos, ou aceitar a candidatura do Chile, membro associado do Mercosul, que propôs a cidade de Viña del Mar como sede do VII CAM. Como não houve nenhuma objeção dos demais países membros, principalmente do Paraguai, a proposta da Asociación de Archiveros de Chile em parceria com o Archivo Histórico Patrimonial de Viña del Mar foi aprovada por unanimidade e apresentada aos participantes do VI CAM durante a sessão de encerramento, sendo aclamada por todos.

Em 2013, estava prevista a realização do X CAM na Argentina. No entanto, desentendimentos entre associações do país adiaram consideravelmente o início dos preparativos para o congresso. Com receio de ocorrer o cancelamento do evento, o conselho assessor decidiu aceitar a proposta encaminhada pela Bolívia, membro associado assim como o Chile, que candidatou a cidade de Santa Cruz de la Sierra para sede do X CAM. Não havendo tempo hábil para a realização do evento ainda em 2013, essa edição foi, excepcionalmente, transferida para março de 2014.

Em sua reunião ordinária durante o X CAM, o Conselho Assessor concluiu e aprovou a redação do Estatuto Geral dos Congressos de Arquivologia do Mercosul,⁶ fixando sua realização em anos ímpares. Nesse sentido, a regra deveria se iniciar já em 2015. Pelo sistema de rodízio adotado, o XI CAM caberia ao Brasil, mais especificamente à Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (Aarques), cujos representantes lançaram a candidatura no congresso de 2011, em San Lorenzo, Paraguai. No entanto, devido a problemas internos, a Aarques declinou da candidatura. Não havendo outra entidade brasileira que pudesse assumir a organização do congresso no ano seguinte, os membros do Conselho Assessor, os representantes da Aarques e os demais convidados presentes àquela reunião indicaram, por unanimidade, a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) para coordenar a próxima edição do evento. Diante do fato, a presidente

6 Estatuto General de los CAM. X CAM. Santa Cruz de la Sierra, 14 mar. 2014. Digitado.

da ARQ-SP anunciou na plenária final que o XI CAM seria realizado em outubro de 2015, na cidade de São Paulo (SP), Brasil.

Faltando poucas semanas para o início do XI CAM, o conselho assessor foi consultado pela professora Norma Catalina Fenoglio, da Universidad Nacional de Córdoba, sobre a possibilidade de a Argentina retornar ao rodízio após a realização do congresso no Brasil pois, caso contrário, o país deveria aguardar pelo menos seis anos para se tornar sede do evento. Levando-se em consideração que o ocorrido em 2013 foi uma exceção, os membros do conselho entenderam não haver qualquer impedimento para a Argentina concorrer à sede do evento em 2017. Sendo assim, durante a reunião presencial do conselho, o representante do Uruguai, após consultado oficialmente, abriu mão da candidatura em prol da Argentina, que apresentou a cidade de Córdoba como sede do XII CAM, e a Red de Archiveros Graduados de Córdoba como entidade responsável por sua organização, contando com total apoio da Universidad Nacional de Córdoba.

Na última edição, ocorrida em 2019, em Montevidéu, dois países apresentaram candidatura para sede do XIV CAM: Paraguai e Bolívia. Novamente, coube ao Conselho Assessor avaliar as propostas. Levando-se em conta o apoio prévio dos gestores da Universidad Nacional de Asunción (UNA), Paraguai, à realização do congresso e a situação política da Bolívia, bastante instável naquele momento em virtude das eleições presidenciais, o conselho sugeriu que o país retirasse sua candidatura, sendo aprovada Assunção como sede do XIV Congresso de Arquivologia do Mercosul, a ser realizado em 2021. No entanto, com o avanço da covid-19 na América do Sul, submetendo a grande maioria dos países ao isolamento social como medida preventiva à expansão do vírus e visando à preservação da saúde da população, a professora Hilda Velázquez, coordenadora do XIV CAM, convocou o conselho assessor para reunião on-line a fim de se tomar uma decisão conjunta sobre o adiamento do evento. Diante do aumento do número de infectados e de mortos pelo coronavírus em todos os países e do adiamento para 2021 dos eventos científicos programados para 2020, os membros sugeriram que o evento fosse transferido, excepcionalmente, para 2022 e que a professora Hilda Velázquez consultasse os gestores da Facultad Politécnica da UNA sobre o assunto. Feita a consulta, ficou definido que o XIV Congresso de Arquivologia do Mercosul será realizado na semana de 24 a 28 de outubro de 2022, na cidade de Assunção, Paraguai, decisão oficializada por carta encaminhada ao conselho assessor do CAM pelo decano da Facultad Politécnica da UNA, professor Teodoro Salas Coronel.

Após analisar o material referente às 13 edições do CAM, ficou claro que, ressalvada uma ou outra especificidade, em geral o objetivo do congresso é reunir os arquivistas, docentes, estudantes, diretores, profissionais que trabalham em arquivos, pesquisadores, historiadores e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se relacionam com o fazer arquivístico, com a finalidade de transmitir conhecimento, compartilhar experiências, discutir problemáticas e apresentar novos temas que possibilitem tanto o crescimento profissional quanto da área, em benefício dos arquivos.

A estrutura interna dos congressos variou bastante ao longo desses 23 anos. Notadamente, as edições realizadas no Paraguai e na Bolívia foram as mais simples, com menor quantidade de sessões de comunicações livres e, principalmente, de eventos paralelos. Tanto o VI quanto o XIII CAM disponibilizaram dez eventos paralelos cada um.

A quantidade de eixos temáticos divulgados por evento variou de quatro a seis, exceção feita ao XI CAM, em cuja programação foram oferecidos dez eixos. Outra exceção foi o VI CAM que, apesar de divulgar apenas os temas das três sessões plenárias como possibilidades de eixos para inscrição de comunicações livres, devido à grande quantidade e variedade de trabalhos recebidos, abriu um leque maior de temas para sua distribuição em sessões mais homogêneas. Ao final, foram realizadas 23 sessões de comunicações livres.

Além dos eixos temáticos, a maior parte das edições do CAM apresentou uma temática central, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Temas centrais das edições do CAM

CAM	Tema central
I	—
II	—
III	—
IV	—
V	Política archivística y identidad
VI	Arquivos: o saber e o fazer
VII	Archivos: patrimonio documental del futuro

CAM	Tema central
VIII	Archivos, derechos y nuevas tecnologías hacia el gobierno electrónico
IX	—
X	Rol de los archivos en el desarrollo nacional de los estados del Mercosur
XI	Arquivos: entre tradição e modernidade
XII	Archivos y archiveros en la sociedad del conocimiento
XIII	Paradigmas de los archivos en el contexto de las políticas públicas

Fonte: elaborado pela autora.

Nem todas as edições divulgaram a quantidade total de participantes, incluindo-se os organizadores, palestrantes/professores convidados e inscritos em geral, portanto, de acordo com as informações disponíveis até o término deste artigo,⁷ o VI CAM (Brasil) aparece em primeiro lugar, com 713 participantes, seguido pelo XII CAM (Argentina), com 636 participantes, pelo VIII CAM (Uruguai), com cerca de quinhentas pessoas, e pelo VII CAM (Chile), com aproximadamente quatrocentos participantes.

Edições do Congresso de Arquivologia do Mercosul no Brasil

O Brasil organizou três edições do Congresso de Arquivologia do Mercosul: o II, o VI e o XI CAM, respectivamente em 1997, 2005 e 2015.

O II CAM foi realizado em Santa Maria (RS), sob a coordenação geral do professor Jorge Eduardo Enriquez Vivar, e foi promovido pelos cursos de arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade de Brasília (UnB); pela Escuela Universitaria de Archivología de la Universidad de la República (EUBCA), Uruguai; pela Escuela Superior de Archivología de la Universidad de Paraná e pelo Curso de Archivología da Universidad Nacional de Córdoba, ambos da Argentina.

O compromisso do congresso era a consolidação e o desenvolvimento científico da arquivologia. Seu objetivo consistia em abordar temas inerentes à arquivística contemporânea àquela época, visando à implantação

⁷ Como já informado, os anais do XIII CAM encontram-se no prelo.

de políticas públicas arquivísticas no âmbito das administrações nacionais e das instituições, além de agilizar a gestão administrativa com transparência; preservar as fontes primárias da história; dar continuidade ao trabalho de intercâmbio e cooperação iniciado no decorrer do I CAM, para fomentar e contribuir com a pesquisa nas instituições de ensino de arquivologia no Brasil e nos demais países do Mercosul.

O II CAM contou com a participação de renomados professores de arquivologia, bem como de profissionais conceituados, do Brasil, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Espanha, França, Itália, México, Paraguai, Peru e Uruguai, tanto nas sessões plenárias quanto na apresentação de comunicações livres.

Durante o congresso, foram realizados os seguintes eventos paralelos:

- II Fórum de Arquivos Públicos do Mercosul;
- I Fórum de Diretores de Arquivos Nacionais da América Latina;
- Reunião do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais do Brasil;
- III Encontro Internacional de Docentes de Cursos Superiores de Arquivologia;
- VII Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquivologia;
- Seminário de Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

A inclusão desse seminário na programação do congresso foi de extrema importância, uma vez que o tema se tornara cada vez mais frequente nas discussões entre os profissionais da área, em decorrência do rápido avanço da transformação digital em organizações privadas e instituições públicas.

Também foram assinados convênios de intercâmbio e cooperação entre o Departamento de Documentação do curso de arquivologia da UFSM e o Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Municipais, e de cooperação mútua entre o município de Santa Maria, a UFSM e as Faculdades Franciscanas, ambos os acordos visando ao estabelecimento de políticas de gestão e de capacitação profissional.

O II CAM foi fundamental para a consolidação do evento como um dos principais canais de promoção da integração das instituições arquivísticas do Mercosul.

O VI CAM, por sua vez, foi um grande marco para a arquivologia do Mercosul. Realizado na cidade serrana de Campos do Jordão, no interior do estado de São Paulo, foi promovido pela Associação de Arquivistas de São Paulo e pelo Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cedic/PUC-SP).

O evento, coordenado pela professora Heloísa Liberalli Bellotto, reuniu 713 participantes, dentre os quais setenta especialistas convidados e

158 estudantes de arquivologia, oriundos de 11 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal e Uruguai) e de 16 estados brasileiros (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), além do Distrito Federal.

Sob o título “Arquivos: o saber e o fazer”, o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul trouxe à tona o confronto entre experiências e teorias da ciência arquivística, suscitando importantes discussões entre docentes, estudantes e profissionais da área.

A conferência inaugural, ministrada pela professora Antonia Heredia Herrera (Espanha), destacou o tema central do evento – “Una cuestión de identidad: acercamiento o alejamiento entre la teoría y la práctica archivísticas”, enquanto a conferência de encerramento, a cargo de Jaime Antunes da Silva, então diretor-geral do Arquivo Nacional (Brasil), apresentou o tema “Ações e estratégias dos arquivos nacionais do Mercosul”.

No decorrer do congresso, foram realizadas três sessões plenárias, 23 sessões de comunicações livres, seis sessões de pôsteres, quatro painéis apresentados por renomados profissionais e dez eventos paralelos, num total de 240 trabalhos, entre conferências, palestras, comunicações livres e pôsteres, dos quais 203 foram apresentados por brasileiros. O congresso também ofereceu cinco minicursos aos participantes.

Os eventos paralelos realizados no VI CAM foram os seguintes:

- Workshop “O papel dos arquivos municipais no fortalecimento do Sistema Nacional de Arquivos”;
- I Encontro de Arquivos Pessoais do Mercosul;
- II Encontro de Associações de Arquivistas do Mercosul;
- I Encontro de Documentação Oral do Mercosul;
- XI Encontro de Estudantes de Arquivologia do Mercosul / IX Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (tema central: “A construção do saber arquivístico”);
- IV Fórum de Diretores de Arquivos Nacionais;
- V Jornada de Arquivos Municipais;
- IV Reunião de Arquivos Universitários (RAU);
- III Reunião da Rede Ibero-americana de Ensino Arquivístico Universitário (Ribeau);
- I Reunião sobre Arquivos e Ditaduras.

Passados dez anos, novamente um congresso de arquivologia do Mercosul ficou a cargo da Associação de Arquivistas de São Paulo, sob

a coordenação geral de Ana Célia Navarro de Andrade, presidente da ARQ-SP.

O tema central do XI CAM, “Arquivos: entre tradição e modernidade”, foi escolhido de forma proposital, com a finalidade de provocar reflexão em torno do antigo e do atual. Desde o I CAM, questões como a ampliação do campo profissional, o surgimento e a aplicação de novas tecnologias, bem como a criação e a implantação de modernos sistemas de gestão, tanto no setor público quanto no privado, continuavam suscitando inúmeras discussões em torno dos princípios que sustentam a arquivologia, promovendo o diálogo contínuo entre teoria e prática e entre os autores que construíram as bases da disciplina arquivística e os novos, cujos questionamentos sempre são realizados à luz de novos paradigmas.

Apesar da conjuntura político-econômica bastante instável que assolava o Brasil desde o segundo semestre de 2014, prejudicando financeiramente a organização do evento,⁸ o XI CAM reuniu cerca de 330 participantes oriundos da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai, além de diversos estados brasileiros.

O congresso contou com três sessões plenárias, três mesas-redondas, cinco minicursos, dez eixos temáticos e sete eventos paralelos, listados a seguir:

- I Encontro de Arquivos Estaduais/Provinciais do Mercosul;
- VIII Jornada de Arquivos Municipais;
- VII Encontro de Associações de Arquivistas do Mercosul;
- VIII Fórum de Diretores de Arquivos Nacionais/Gerais do Mercosul;
- II Encontro de Arquivos Fotográficos;
- VII Reunião de Arquivos Universitários (RAU);
- VII Reunião Ibero-americana de Ensino Arquivístico Universitário (Ribeau).

Aproveitando a realização do congresso na cidade de São Paulo, os representantes das associações integrantes do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) agendaram reunião ordinária durante o evento. Coincidentemente, na mesma semana foi

⁸ O congresso não contou com parcela significativa do orçamento previamente realizado devido à crise financeira que se instalou no país. Empresas que habitualmente patrocinavam eventos da Associação de Arquivistas de São Paulo não dispunham de verba para apoiar o congresso. Além disso, as tradicionais agências de fomento, como Fapesp, Capes e CNPq, ou reduziram drasticamente a dotação financeira destinada à organização do evento, ou simplesmente negaram totalmente o aporte financeiro.

apresentado pelo deputado federal Jorge da Silva o projeto de lei n. 2.606, de 2015 (PL 2.606/2015), que possibilitava aos profissionais graduados em áreas afins, mas com pós-graduação em arquivologia (especialização, mestrado ou doutorado), exercer legalmente a profissão de arquivista. Reunido em 21 de outubro de 2015, o fórum imediatamente produziu manifesto contrário ao PL 2.606/2015, ao qual anexou a legislação que regulamenta a profissão desde 1978, propondo seu encaminhamento tanto ao autor do projeto quanto à relatora, para fins de esclarecimento, reivindicando seu arquivamento.

Além desse manifesto, que fortaleceu não apenas os arquivistas brasileiros mas o próprio FNArq, outro importante documento foi redigido durante o congresso, sendo o mesmo firmado pelos diretores ou representantes dos arquivos nacionais presentes ao XI CAM: a Carta de São Paulo.

Segundo o documento,

diante da necessidade de implementar ações concretas que promovam a existência de uma base comum para o desenvolvimento arquivístico de nossos povos, os profissionais reunidos no VIII Fórum de Diretores de Arquivos Nacionais/Gerais do Mercosul recomendam às autoridades dos países membros e associados do Mercosul: a criação, no Conselho do Mercado Comum, de um Subgrupo de Trabalho de Arquivos e Informação (STAI), composto por representantes dos arquivos nacionais e gerais dos Estados membros e associados, com a finalidade de otimizar as possibilidades de coordenação e cooperação em matéria de arquivos, que seja um fórum permanente para a análise e desenvolvimento de temas de interesse da moderna arquivística na era do conhecimento.⁹

A participação brasileira nos congressos de arquivologia do Mercosul

Como mencionado anteriormente, desde sua primeira edição, a presença brasileira é constante e significativa nos congressos de arquivologia do Mercosul. Essa presença pode ser classificada em quatro categorias: membro de comissão organizadora/coordenadora/executiva ou comissão científica, o que pode acontecer independentemente de o congresso ser realizado no Brasil; palestrante convidado; participante com trabalho inscrito e aprovado e participante ouvinte.

⁹ Trecho extraído das Conclusões do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul (2015, p. 3).

Devido à quantidade insuficiente de informações necessárias para analisar de forma quantitativa a participação brasileira nas quatro categorias, serão consideradas apenas a segunda e a terceira categorias, ou seja: brasileiros convidados para ministrar conferências, palestras ou minicursos e participantes cujos trabalhos inscritos foram aprovados e apresentados nos congressos.

É importante ressaltar que o Brasil esteve presente em todas as edições do Congresso de Arquivologia do Mercosul realizadas até o momento, assim como a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. No entanto, pode-se ampliar o peso de sua participação se considerarmos que três professores brasileiros não apenas integraram o grupo responsável pela idealização do evento, mas efetivamente concretizaram a ideia, colaborando ativamente na organização do I CAM, inclusive com a elaboração de projeto para conseguir financiamento, cooperando com os colegas da Argentina.

A participação brasileira também é notada em comissões organizadoras, científicas e de divulgação de edições realizadas nos países vizinhos.

Em quase todos os congressos realizados, pelo menos um profissional brasileiro foi convidado na condição de conferencista ou palestrante das sessões mais importantes como, por exemplo, conferência inaugural ou de encerramento, sessões plenárias, mesas-redondas ou conferência magistral de eixos temáticos, sem contar as palestras realizadas em eventos paralelos.

A título de exemplo, nas três sessões plenárias do I CAM, bem como na sessão de encerramento, professores brasileiros tiveram papel de destaque com suas palestras: Heloísa Liberalli Bellotto apresentou o tema “A imagem do arquivista na sociedade e as estratégias de ensino”; Joel Abílio Pinto dos Santos discursou sobre “Arquivo e cidadania: uma questão política”; e Aurélio Wander Bastos abordou na terceira plenária o tema “Evolução, experiência e aspectos principais da legislação arquivística brasileira”. Coube ao professor José Pedro Pinto Esposel proferir a conferência final, intitulada “Cooperação internacional em matéria de arquivos: enfoque latino-americano”. A partir de então, a presença brasileira foi aumentando a cada edição realizada.

No que se refere à participação de brasileiros com trabalhos inscritos, aprovados e apresentados nos congressos, nota-se uma presença bastante consistente, inclusive em eventos realizados nos demais países do Mercosul. Naturalmente, naqueles realizados no país, a presença de trabalhos brasileiros é sempre maior que a de qualquer outra nacionalidade. No entanto, exceção feita ao I e ao V CAM, ambos realizados na Argentina, nos quais, notadamente, a quantidade de trabalhos apresentados por

brasileiros em sessões de comunicações livres foi menor que a dos argentinos, em todas as demais edições o número de apresentações brasileiras foi muito superior ao de outros países, inclusive no XII CAM, realizado em 2017, na cidade de Córdoba, Argentina, ocasião em que os trabalhos de brasileiros representaram cerca de 70% do total.

Conforme mencionado, não houve publicação dos anais do X CAM, impossibilitando a verificação da quantidade de trabalhos apresentados e suas respectivas nacionalidades. Porém, observando-se o número de brasileiros presentes ao congresso, é muito provável que também em Santa Cruz de la Sierra a produção brasileira tenha ultrapassado a dos demais países.

Conclusões

O Congresso de Arquivologia do Mercosul, desde sua primeira edição, tem comprovado seu caráter democrático e interdisciplinar, a partir do momento em que possibilita a participação de arquivistas, docentes, estudantes, pesquisadores e profissionais que atuam em organizações públicas ou privadas, com ou sem formação em arquivologia e/ou ciências afins, mas que possuem a experiência da prática diária. Cumpre uma função importante de intercâmbio de experiências não só entre os países da região, mas da América Latina e de alguns países da Europa, como França, Itália, Portugal e, principalmente, Espanha.

Nas primeiras edições cumpriu, também, a função de estimular a realização de projetos de cooperação no campo arquivístico, ocorrendo, inclusive, a assinatura de convênios entre órgãos públicos e universidades durante o evento; mas, com o passar dos anos, essa função deixou de ser notada no interior dos congressos.

Percebe-se, pela pesquisa realizada, que em várias edições dos congressos do Mercosul há propostas para a unificação dos currículos com um mínimo de conteúdo por matérias básicas e uma carga horária média para todos os países que possuem cursos de graduação. Vale ressaltar, no I CAM, a proposta de projeto para criar um sistema de intercâmbio permanente de docentes, estudantes e bibliografia no âmbito do Mercosul. Ainda nesta temática, e levando-se em conta que o ensino universitário de arquivologia é um dos principais motores dos congressos do Mercosul, em praticamente todas as edições houve recomendação para que os docentes e demais profissionais apoiem e incentivem, junto às autoridades competentes de seus respectivos países, a criação de cursos universitários de arquivologia, em especial no Paraguai, por não possuir formação

superior na área. Além disso, promoveu-se uma maior aproximação das escolas e cursos de arquivologia, de docentes e estudantes da região, para priorizar o objetivo pelo qual o congresso do Mercosul foi criado, ou seja, constituir-se como um espaço de intercâmbio de experiências e uma forma de apoio mútuo em busca de soluções para os problemas acadêmicos.

Nos encontros de estudantes, a recomendação para a criação de uma associação estudantil autônoma, que reúna e defenda os direitos e interesses dos estudantes, com o objetivo de diminuir as diferenças na formação profissional, no contexto do Mercosul, também apareceu em várias edições do CAM.

Outras questões bastante recorrentes são a necessidade de normalização da terminologia arquivística para a região e o reconhecimento como “Código de deontologia¹⁰ para arquivistas do Mercosul”, do decálogo adotado pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), realizada em Pequim, China, em 1996.

Comum a todos os profissionais, docentes e estudantes do Mercosul é o desejo de que a imagem do arquivista seja difundida não somente por intermédio das universidades e de outros centros de ensino, mas também mediante a criação de fóruns de discussão e de revistas científicas para publicação dos trabalhos acadêmicos tanto de docentes quanto de estudantes de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). No Brasil, por exemplo, as profissões de arquivista e de técnico de arquivo, apesar de regulamentadas desde 1978, ainda convivem com uma imagem social marcada por estereótipos e incompreensões que não condizem com sua relevância e com as necessidades da sociedade por informação e conhecimento. Diferente de outros países, inclusive do Mercosul, onde a profissão é conhecida e reconhecida, no Brasil o (re)conhecimento ainda é pouco expressivo, apesar de ter melhorado muito nas últimas décadas, principalmente após a promulgação da Lei de Arquivos (lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991) e da Lei de Acesso à Informação (lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Para as associações de arquivistas do Mercosul, é recomendado o exercício de um papel mais ativo junto a seus filiados, com a promoção de cursos de capacitação, busca de financiamento para as atividades previstas, realização de convênios com outras entidades culturais e o estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de publicações de interesse no âmbito arquivístico. Além disso, recomenda-se a aplicação

¹⁰ Código de ética.

dos regulamentos internos de cada associação, especialmente a cobrança de taxas como anuidade, por exemplo, pois os associados devem entender que para receber apoio profissional e benefícios, deve-se partir, em primeiro lugar, do cumprimento do dever do filiado com sua própria associação.

Destaca-se, também, a necessidade dessas associações trabalharem em conjunto e de estabelecerem vínculos de colaboração, compromisso e solidariedade, com a finalidade de promover e realizar projetos de cooperação e de intercâmbio de informação e de conhecimentos arquivísticos. Vale ressaltar que as associações de arquivistas cumprem um papel de indiscutível apoio ao desenvolvimento da cooperação internacional no contexto arquivístico do Mercosul. Por esse motivo, depois de muitas recomendações, foi criada em 2019, durante o XIII CAM, a Red Latinoamericana de Asociaciones de Archivistas, contando com representantes da Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai, cujos objetivos são “promover a união, reunir esforços, compartilhar conquistas e dificuldades que surgem no seio de nossas associações”.¹¹

Com o passar dos anos, a quantidade de brasileiros presentes nos congressos do Mercosul aumentou consideravelmente. Esse índice está diretamente relacionado ao aumento do número de cursos de graduação em arquivologia existentes no Brasil,¹² mas também à multiplicação de áreas, atividades e temas do interesse de profissionais, docentes e estudantes, como, por exemplo: políticas públicas voltadas aos arquivos; novas tecnologias aplicadas aos arquivos; ampliação da legislação arquivística; intercâmbio de informações, técnicas e metodologias; gestão arquivística de documentos; preservação de acervos; acesso à informação; repositórios digitais confiáveis, entre outros. O índice relaciona-se ainda à maior presença de dissertações e teses com temas da área em programas de

¹¹ Acta del IX Encuentro de Asociaciones Profesionales de Archivólogos, Montevideo, 2019, p. 4.

¹² Em 1996, existiam apenas quatro cursos de arquivologia no Brasil - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, existem 16 cursos presenciais e um curso a distância, sendo três oferecidos por universidades estaduais - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); 13 realizados em universidades federais - Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal da Bahia (Ufba), UnB, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UFF, Unirio, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG), Universidade Federal do Rio Grande (FURG); e um curso de graduação a distância, oferecido pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), de Santa Catarina.

pós-graduação. Enfim, o crescimento de uma comunidade científica em arquivologia.

Graças ao esforço, empenho e dedicação dos professores Jorge Eduardo Enriquez Vivar, Carlos Alessio Rossato, Denise Molon Castanho, Joel Abílio Pinto dos Santos, Heloísa Liberalli Bellotto, Aurélio Wander Bastos e José Pedro Pinto Esposel, apenas para citar os que criaram e parte dos que estiveram presentes nos dois primeiros congressos de arquivologia do Mercosul, esse importante evento internacional caminha para sua décima quarta edição, conquistando um número cada vez maior de brasileiros que desejam divulgar suas pesquisas, compartilhar conhecimento e trocar experiências com outros colegas do Mercosul e demais países latino-americanos.

Infelizmente, nem todas as fontes utilizadas para a realização deste artigo encontram-se disponíveis para consulta. Poucos são os congressos de arquivologia do Mercosul que mantêm suas respectivas páginas ativas após o término do evento, ou mesmo seus anais e publicações disponíveis no sítio da entidade responsável por sua organização, o que dificulta muito o acesso aos trabalhos apresentados e publicados, ferindo, inclusive, um dos objetivos do próprio CAM, que é o compartilhamento de experiências e de conhecimento.

No caso deste artigo, mesmo tendo contato direto com pessoas que organizaram ou participaram das cinco primeiras edições do CAM, das quais não participei, não foi tão fácil reunir o material necessário para a pesquisa. Alguns pesquisadores haviam doado o material impresso para entidades públicas que, por conta do isolamento social causado pela pandemia do coronavírus, encontravam-se fechadas; outros, por sua vez, não guardaram documentos relativos aos eventos dos quais participaram e, na maioria das vezes, apresentaram trabalho. Outra questão que impede o acesso às fontes é a ausência da publicação dos anais, sejam impressos, em mídias digitais ou na internet.

Um evento tão relevante para o desenvolvimento técnico e científico da arquivologia e para o aperfeiçoamento profissional no campo dos arquivos, como o Congresso de Arquivologia do Mercosul que, desde 1996, possibilita o intercâmbio profissional, técnico-científico e social, além de estimular a pesquisa no campo da arquivologia, publicando literatura de interesse da área, necessita, com a máxima urgência, reunir e divulgar todo o seu acervo. A divulgação dessas fontes é fundamental tanto para a memória do CAM, quanto para a compreensão e o acompanhamento das temáticas e das discussões teóricas, conceituais e metodológicas ocorridas nas últimas décadas.

Mas essa situação pode mudar muito em breve, se avançarmos na criação de um repositório digital para a preservação e o acesso dos documentos produzidos no âmbito dos congressos de arquivologia do Mercosul.

Fontes

- Acta constitutiva del I Congreso de Archivología del Mercosur. Entre Ríos, 31 jul. 1996. Digitado.
- Acta del IX Encuentro de Asociaciones Profesionales de Archivólogos, Montevideo, 2019, p. 4.
- Anales del IV Congreso de Archivología del Mercosur. San Lorenzo, Paraguay, set. 2001. CD-ROM.
- Anales del IX Congreso de Archivología del Mercosur. San Lorenzo, Paraguay, nov. 2011. CD-ROM.
- Anales del V Congreso de Archivología del Mercosur. Huerta Grande, Córdoba, ago. 2003. CD-ROM.
- Anales del VII Congreso de Archivología del Mercosur. Viña del Mar, Chile, nov. 2007. CD-ROM.
- Ata constitutiva do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), 5 jun. 1996. Digitado.
- Ata da Reunião Geral do Conselho Assessor dos Congressos de Arquivologia do Mercosul. XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo (SP), 21 out. 2015. Digitado.
- Caderno de Resumos do II Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), out. 1997. Impresso.
- Carta de Intención I Congreso de Archivología del Mercosur. Entre Ríos, 26 ago. 1996. Digitado.
- Circular do XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul (1ª). Montevideu, Uruguai, 2019.
- Circular do XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul (2ª). Montevideu, Uruguai, 2019.
- Circular do XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul (3ª). Montevideu, Uruguai, 2019.
- Circular do XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul (4ª). Montevideu, Uruguai, 2019.
- Conclusiones del III Congreso de Archivología del Mercosur. Montevideo, Uruguay, set. 1999. Digitado.
- Conclusiones del XII Congreso de Archivología del Mercosur. Córdoba, Argentina, 2017. Impresso.
- Conclusões do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Entre Ríos, 28 ago. 1996. Digitado.
- Conclusões do I Fórum de Arquivos Públicos do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Entre Ríos, 28 ago. 1996. Digitado.
- Conclusões do II Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), out. 1997. Digitado.
- Conclusões do II Encontro de Docentes de Escolas Arquivísticas do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Entre Ríos, 28 ago. 1996. Digitado.
- Conclusões do VI Encontro de Estudantes de Arquivologia do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Entre Ríos, 28 ago. 1996. Digitado.
- Conclusões do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul. São Paulo (SP), 22 out. 2015. Digitado.
- Convocatoria del X Congreso de Archivología del Mercosur. Santa Cruz de la Sierra, mar. 2014. Digitado.
- Cuaderno de Resúmenes del III Congreso de Archivología del Mercosur. Montevideo, Uruguay, set. 1999. Impresso.
- Declaración de Santa Cruz de la Sierra. X CAM. Santa Cruz de la Sierra, 14 mar. 2014. Digitado.
- Estatuto General de los CAM. X CAM. Santa Cruz de la Sierra, 14 mar. 2014. Digitado.
- Panfleto do programa completo do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Paraná, Entre Ríos, 1996. Impresso.
- Programa completo do I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), 1996. Digitado.
- Programa de Eventos Paralelos do I Congresso

de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), ago. 1996. Digitado.

Programa definitivo del XII Congreso de Archivología del Mercosur. Córdoba, Argentina, 2017. Impreso.

Programa del XIII Congreso de Archivología del Mercosur. Montevideo, Uruguay, 2019. Impreso.

Programa Oficial do II Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), out. 1997. Impreso.

VIVAR, Jorge E. E. Projeto de extensão I Congresso de Arquivologia do Mercosul. Santa Maria (RS), 1996. Digitado.

Referências

CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 12., 2017, Córdoba. *Conferencias magistrales*. 1. ed. Córdoba: Redes, 2018.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Tomo 1 – Acceso a la información.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Tomo 2 – Nuevas tecnologías.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Tomo 3 – Técnicas archivísticas.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Tomo 4 – Formación archivística.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Tomo 5 – Difusión de los archivos y cooperación internacional.

_____. *Actas...* 1. ed. Córdoba: Redes, 2017. Libro digital, PDF. Tomo 6 – Rol social del archivo / Archivos universitarios.

CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 8., 2009, Montevideo. *Ponencias*

y conclusiones. Montevideo: Asociación Uruguaya de Archivólogos / Archivo General de la Nación, 2009. CD-ROM.

CONGRESO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 11., 2015, São Paulo. *Arquivos, entre tradição e modernidade: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa apresentados no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. v. 1. 302 p.

_____. *Arquivos, entre tradição e modernidade: trabalhos apresentados nas sessões de comunicações livres e os eventos paralelos do XI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: ARQ-SP, 2017. v. 2. 570 p. CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Cedic/PUC-SP, 2005.

ENCUENTRO DE ARCHIVOS FOTOGRÁFICOS, 3., 2017, Córdoba. *Archivos fotográficos: reflexiones sobre su abordaje archivístico*. 1. ed. Córdoba: Redes, 2018. ENCUENTRO DE ARCHIVOS PERSONALES, 1., Córdoba, 2017. *Archivos personales: experiencias de organización y gestión*. 1. ed. Córdoba: Redes, 2017.

REUNIÓN DE LA RED IBEROAMERICANA DE ENSEÑANZA ARCHIVÍSTICA UNIVERSITARIA (Ribeau), 8., 2017, Córdoba. *Responder al impacto de un nuevo paradigma en la formación archivística*. 1. ed. Córdoba: Redes, 2018+.

Recebido em 30/5/2020

Aprovado em 5/11/2020

ACERVO

Artigos livres

Articles / Artículos libres

A reformatação de documentos arquivísticos no contexto legal brasileiro

Uma análise dos instrumentos regulamentadores

The reformatting of archival documents in the Brazilian legal context: an analysis of the regulatory instruments / El reformateo de documentos de archivo en el contexto legal brasileño: un análisis de los instrumentos reguladores

RESUMO

Aborda a reformatação de documentos arquivísticos no contexto legal brasileiro. Foram analisados desde a Lei de Microfilmagem até os projetos de lei mais recentes sobre digitalização. Destaca que a digitalização avança nas instituições públicas sem estar alinhada a um programa de gestão de documentos para estes representantes digitais, que não atendem os requisitos para a garantia de autenticidade.

Palavras-chave: microfilmagem; digitalização; reformatação de documentos.

ABSTRACT

This article discusses the reformatting of documents in the Brazilian legal context. They have been analyzed from the microfilming law to the latest draft legislation on digitization. It highlights that digitization advances in public institutions without being in line with a document management program for these digital surrogates that do not meet the requirements for authenticity assurance.

Keywords: microfilming; digitization; reformatting of documents.

RESUMEN

Aborda el reformateo de documentos de archivo en el contexto legal brasileño. Se analizaron desde la ley de microfilmación hasta los proyectos de ley de digitalización más recientes. Hace hincapié en que la digitalización está avanzando en las instituciones públicas sin estar alineada con un programa de gestión de documentos para estos representantes digitales, los cuales no cumplen con los requisitos para garantizar la autenticidad.

Palabras clave: microfilmación; digitalización; reformateo de documentos.

André Luiz Caetano Filgueiras

Mestrando em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.
filgueiras.andre@gmail.com

Sérgio Conde de Albite Silva

Doutor em Ciência da Informação pelo convênio Universidade Federal Fluminense e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFF/IBICT), Brasil.
sergioalbite@gmail.com

Mariana Lousada

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Unirio, Brasil.
marianalousada@hotmail.com

Introdução

Este artigo busca analisar os métodos de reformatação de documentos, microfilmagem e digitalização, com ênfase para esta última, no contexto legal brasileiro. Com a consulta dos dispositivos legais que regulamentam a microfilmagem e a digitalização de documentos oficiais arquivísticos, buscou-se compreender as iniciativas voltadas para normatizar os representantes digitais¹ como substitutos dos documentos originais em suportes analógicos, dotados de autenticidade e confiabilidade, das quais já gozam hoje as cópias microfilmadas em razão da lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968, conhecida como Lei de Microfilmagem.

Foram analisados os primeiros projetos de lei que buscaram conferir validade jurídica aos representantes digitais até a lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019, que, dentre seus vários artigos, traz a possibilidade da destruição de documentos públicos e privados de guarda temporária e valor secundário inexistente após a digitalização. Também foram examinados instrumentos normativos (portarias e resoluções) utilizados por instituições públicas que já usam os representantes digitais com presunção de autenticidade.

Nesse sentido, o artigo aborda um tema atual que atinge diretamente parte do campo arquivístico, ao apontar o desenvolvimento do uso da digitalização no contexto das instituições públicas brasileiras e os impactos trazidos não só para a arquivologia como para o mundo jurídico.

Microfilmagem: aspectos legais

A microfilmagem já vem sendo aplicada nas instituições públicas e privadas do Brasil há algum tempo. De acordo com Silva (1998, p. 73), a trajetória da microfilmagem no país remonta à primeira metade do século XX.

A história da microfilmagem no Brasil confunde-se com a história da microfilmagem na Biblioteca Nacional. Já em 1946 a microfilmagem era usada, principalmente, para agilizar o acesso dos usuários aos documentos mais raros, apesar de trazer embutida a noção de preservação. Ou seja, sua função primordial era oferecer acesso a obras com alguma restrição de consulta (por ser obra rara

¹ É a representação, em formato de arquivo digital, de um documento originalmente não digital.

ou pelo seu estado de conservação). Os conceitos de preservação, evidentemente, muito mais do que hoje, apresentavam-se desencontrados. Assim, por este viés, estabelecia-se a microfilmagem de preservação.

Com relação aos aspectos legais, a microfilmagem possui lei que a respalda como meio de reformatação com validade jurídica semelhante aos documentos originais. A lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968, é o instrumento jurídico que dá apoio legal à adoção do microfilme como substituto aos documentos originais.

A lei também prevê a possibilidade de eliminar os documentos originais que foram microfilmados, com exceção daqueles considerados detentores de valor histórico.

Essa lei foi regulamentada pelo decreto presidencial n. 64.398, de 24 de abril de 1969, que definia equipamentos, tipos e dimensões de filmes, além dos procedimentos a serem realizados em cada etapa da microfilmagem. Posteriormente, este decreto seria revogado pelo decreto presidencial n. 1.799, de 30 de janeiro de 1996. Dentre as principais mudanças com relação ao regulamento anterior, podemos destacar:

- retirada dos artigos que tratavam de equipamentos de microfilmagem, tipos e dimensões de microfilme;
- impossibilidade de se eliminarem os documentos originais que foram microfilmados até que se tenha determinado a sua destinação final;
- eliminação de documentos microfilmados de acordo com a tabela de temporalidade do órgão, em conformidade com a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991;
- menção do papel do arquivo público como entidade responsável pela custódia dos documentos de guarda permanente.

As mudanças acima são, em nossa perspectiva, um reflexo da promulgação da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Esta lei conferiu aos arquivos públicos o dever pela gestão e proteção dos documentos públicos, isto é, produzidos e recebidos por um órgão público no decorrer de suas atividades. Cabe ressaltar que, antes da Constituição Federal de 1988, nenhuma outra constituição atribuía ao Estado o dever pela guarda dos seus documentos.²

2 “Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental

Digitalização: aspectos legais, projetos de leis e normativas

A digitalização de documentos, por sua vez, é uma tecnologia de fins da segunda metade do século XX, que foi ganhando cada vez mais destaque devido a sua capacidade de difundir acesso aos documentos que eram digitalizados.

Sobre as tentativas de legislação para digitalização, autores da área apontam que as primeiras iniciativas voltadas para regulamentar o documento digital³ surgem no início dos anos 2000. Contudo, verificou-se que a primeira tentativa de se atribuir valor jurídico ao documento digital é de 1996. O projeto de lei do Senado n. 22, de 1996, posteriormente convertido no projeto de lei n. 3.173, de 1997, que dispõe sobre os documentos produzidos e os arquivados em meio eletrônico e dá outras providências, equiparava os documentos armazenados em meio eletrônico, em seu valor como prova, aos documentos originais e abria a possibilidade da eliminação dos documentos originais após serem arquivados eletronicamente. O projeto chegou a ser aprovado no Senado e encaminhado para a Câmara dos Deputados, mas não teve nenhum desdobramento posterior.

Autores da área como Hott, Cruz-Riascos, Schäfer e Flores apontam que as primeiras iniciativas voltadas para regulamentar o documento digital surgem no início dos anos 2000.

De acordo com Hott e Cruz-Riascos (2018, p. 276),

quanto à regulamentação de documentos digitais, as iniciativas surgiram na década de 2000, com a publicação do decreto n. 3.865, de 2001, que estabeleceu requisitos para a contratação de serviços de certificação digital. A medida provisória n. 2.200-2, de 2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), equiparou a assinatura digital à assinatura de próprio punho, criou mecanismos de segurança de forma a garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em meio eletrônico, que por meio de certificados digitais, tornam possível realizar transações eletrônicas

e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (Brasil, 1988, artigo 216, parágrafo 2º).

³ De acordo com o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), o documento digital é definido como “documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional” (Arquivo Nacional, 2005, p. 75). Os documentos digitais podem ser nato digitais (*born digital*) ou de representantes digitais (*digital surrogates*). O primeiro é aquele nascido diretamente em meio digital. Já o segundo é o representante do documento original obtido por meio da digitalização.

seguras. E o decreto n. 3.966, de 2001, regulamenta a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da administração pública federal, normatizando a tramitação de documentos eletrônicos somente por meio de certificação digital.

Schäfer (2013, p. 69) aponta que o primeiro esforço nesse sentido surge com o projeto de lei original n. 1.532, de 19 de agosto de 1999, proposto na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional.

O projeto tinha como justificativas a acelerada evolução das tecnologias e seu impacto na vida moderna; rompimento com a “cultura do papel”, traduzida em normas que visam a sua preservação e exigência; redução do espaço consumido devido ao volume de documentos armazenados nas repartições públicas; e necessidade de se equiparar às grandes nações na vanguarda do caminho da modernidade. O projeto de lei não aponta uma tecnologia específica para alcançar seus objetivos, que seriam a elaboração e o arquivamento de documentos em meio eletromagnéticos (Brasil, 1999).

Em 2007, o projeto de lei n. 1.532, de 1999, após seguir os trâmites do processo legislativo, passaria a ser o projeto de lei da Câmara n. 11, de 2007 (PLC 11/2007), para ser revisado no Senado Federal (Brasil, 2007a). Posteriormente, seria transformado na lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

A referida lei, batizada pelo Congresso Nacional de Lei de Digitalização, tem como proposta regulamentar a digitalização e os representantes digitais por ela criados. Dos seus oito artigos originais, três foram vetados, segundo Schäfer (2013, p. 77), porque “denotavam equivalência de efeitos legais aos documentos digitalizados”, ou seja, os documentos digitalizados teriam o mesmo valor legal atribuído aos documentos microfilmados. Na época de sua promulgação, as propostas de destruir os originais não digitais e de dar validade jurídica aos representantes digitais haviam sido impedidas por meio de mensagem de veto presidencial, que evidenciava a não observância da legislação arquivística e a insegurança jurídica que o procedimento de digitalização poderia trazer aos processos administrativos (Brasil, 2007a).

Além de equiparar os representantes digitais aos documentos originais, os artigos vetados conferiam à digitalização o mesmo status da microfilmagem. Cabe ressaltar que o texto original do PLC 11/2007 tinha como legislação de referência tanto a Lei de Microfilmagem quanto seu decreto regulamentador (Brasil, 2007a).

No tempo decorrido até o PLC 11/2007 se tornar a lei ordinária n. 12.682, de 9 de julho de 2012, foi proposto no Senado Federal o projeto de lei do Senado n. 146, de 2007 (PLS 146/2007), que tratava sobre matéria similar, e, portanto, passou a tramitar em conjunto como PLC 11/2007.

Diferente do PLC 11/2007, o PLS 146/2007 abordou de forma mais enfática a digitalização de documentos, já que “dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências” (Brasil, 2007b, p. 1). A digitalização aqui surge como opção tecnológica já definida.

Segundo Schäfer (2013, p. 71), para os membros das comissões do Senado Federal que avaliaram o projeto, embora não tenham se detido em uma análise profunda sobre a aplicabilidade da digitalização, o PLS 146/2007 “apresentou justificativas ainda mais relevantes, considerando seus projetos antecessores, frente ao uso das imagens digitalizadas de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro”. De acordo com o texto do próprio PLS 146/2007 (Brasil, 2007b, p. 3), as justificativas para o projeto são:

Torna-se necessária, no ordenamento jurídico brasileiro, a elaboração de uma lei que discipline a digitalização, o armazenamento em meio ótico ou digital dos documentos públicos e particulares, bem como de sua reprodução, garantindo a sua validade e eficácia jurídicas. No tocante à digitalização e armazenamento, as principais vantagens desses procedimentos são: a) redução de áreas destinadas aos arquivos físicos; b) redução de tempo no trabalho de gerenciamento e recuperação das informações; c) rapidez na atualização dos dados armazenados; e) a manutenção de cópias de segurança, e, também; f) a redução com gastos com papel, o que favorece a preservação do meio ambiente. No que diz respeito à reprodução, é preciso estabelecer um procedimento seguro, a fim de evitar fraudes e contrafações de todo tipo.

Dentre os pontos de destaque no texto original do PLS 146/2007, citamos a possibilidade de eliminação do documento original que tenha passado pelo procedimento de captura digital e armazenamento em mídia ótica ou digital após ter cumprido sua eficácia (artigo 2º, parágrafo 1º); a preservação dos documentos originais considerados de valor histórico (artigo 2º, parágrafo 2º); a validade jurídica dos documentos digitalizados para todos os fins de direito, em mídia ótica ou digital autenticada, bem como de suas reproduções (artigo 3º); os procedimentos de digitalização de documentos e autenticação das mídias serão realizados por empresas e cartórios devidamente credenciados no Ministério da Justiça (artigo 4º) (Brasil, 2007b, p. 1-2).

Embora a digitalização seja a tecnologia escolhida como opção de reformatação pelo PLS 146/2007, o que conferiria autenticidade aos documentos digitalizados não seria o procedimento de captura de imagem digital ou qualquer outro de gestão de documentos, mas sim a autenticação da mídia (suporte), na qual ficaria registrada o representante digital. Novamente, percebemos um paralelo com a Lei de Microfilmagem.

Como argumento para a garantia de autenticidade dos documentos digitalizados e armazenados em mídia óptica ou digital, o PLS 146/2007 referenciou os dispositivos legais em vigor para os microfilmes (documentos microfilmados, para produzirem efeitos legais em juízo ou fora dele, deverão estar autenticados pela autoridade competente detentora do filme original, e em se tratando de cópia em filme, extraída de microfilmes de documentos privados, deverá ser emitido termo próprio, no qual constará que o filme que o acompanha é cópia fiel do filme original, cuja autenticação far-se-á nos cartórios que satisfizerem os requisitos especificados pelo presente decreto). (Schäfer, 2013, p. 72)

Tanto o PLC 11/2007 quanto o PLS 146/2007 foram encaminhados para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal para análise.

Na CCT, optou-se pela rejeição ao PL 11/2007 e pela aprovação do PLS 146/2007. A justificativa alegou que, no entendimento da comissão, o PLS 146/2007 possuía maior profundidade e abrangência do que o PLC 11/2007, que nada mais era do que uma adaptação da Lei de Microfilmagem. Entretanto, o PLS 146/2007 não foi aprovado sem mudanças: o modo de autenticação dos documentos em forma eletrônica passou a ser por meio da ICP-Brasil, já previsto na medida provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Considerando que o texto do PLS 146/2007 era restritivo quanto ao meio de autenticação e impunha a criação de cartórios digitais, o parecer de 2009 da CCT aprovou o projeto revogando essa imposição em favor da adoção da ICP-Brasil como meio para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos eletrônicos (Brasil, 2009, p. 8-10).

No ano seguinte, um novo parecer da CCT optou pela aprovação do PLC 11/2017, ora rejeitado, e pelo arquivamento do PLS 146/2007, ora aprovado. Aspectos que contribuíram para isso foram a questão arquivística do documento e o aspecto notarial, de responsabilidade dos cartórios.

Além do aspecto arquivístico, há de se cuidar da questão do registro dos documentos, o assim chamado aspecto notarial, de responsabilidade de cartórios. A

adoção do meio digital não altera as atribuições cometidas aos tabeliães de notas e de protesto e aos registradores (civis, de pessoas naturais ou jurídicas, de títulos e documentos, e de imóveis). O meio óptico ou digital presta-se a instrumentalizar os atos e negócios jurídicos, da mesma forma que o suporte em papel, sendo-lhe aplicáveis as mesmas normas que regem este último. Cumpre destacar que, na relatoria de matérias em tramitação conjunta, no caso da aprovação do mérito, convém que o parecer opte pelo prosseguimento de uma das matérias e que a outra, ou as demais, sejam rejeitadas. É oportuno, contudo, que ao projeto aprovado sejam adicionados dispositivos das matérias rejeitadas que sejam pertinentes e contribuam com o aperfeiçoamento do texto. Na presente relatoria, optamos pela preferência do PLC n. 11, de 2007, que já foi aprovado pela Câmara Federal, com o arquivamento do PLS n. 146, de 2007, inobstante a acentuada contribuição desta matéria ao processo legislativo em curso. (Brasil, 2010, p. 6, grifo nosso)

O aspecto arquivístico mencionado no parecer refere-se à questão da preservação dos documentos eletrônicos, destacada pela Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), de 2004.

À vista dessas considerações, resta claro que a economia e a eficiência proporcionadas pela digitalização tornam imprescindível a aprovação de norma que discipline a matéria. É necessário assegurar que os documentos digitalizados, a partir de documentos originais inscritos em papel, sejam corretamente preservados e que sua autenticidade seja garantida, obedecidos fielmente os ditames da lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Vale ressaltar que o decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamentou a referida lei, estabelece no seu artigo 29 que suas disposições aplicam-se também aos documentos eletrônicos. No que tange a esses últimos, em 2004 o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) editou uma Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital. Nela, destacava a importância de tornar esse acervo imune à fragilidade e rápida obsolescência de software, hardware e formatos, para garantir a autenticidade, a integridade, o acesso contínuo e o uso pleno da informação a todos os segmentos da sociedade brasileira, bem como a segurança da informação digital. (Brasil, 2010, p. 5-6, grifo nosso)

Um aspecto importante a se ressaltar é que, apesar de fazer uma breve menção à “questão arquivística” dos documentos, nem o Arquivo Nacional nem o Conarq participaram da relatoria deste parecer.

Para subsidiar esta relatoria, entendemos por bem realizar reuniões de trabalho com especialistas da área, tanto do setor público quanto do privado, com a participação da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, do Conselho Federal de Medicina, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), esse último ligado à Casa Civil da Presidência da República, e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (Brasil, 2010, p. 6)

À época do parecer, tanto o Arquivo Nacional quanto o Conarq encontravam-se subordinados à Casa Civil da Presidência de República, e só voltaram a integrar o Ministério da Justiça a partir de 2011, por força do decreto presidencial n. 7.430, de 17 de janeiro daquele ano. A participação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), ligado à Casa Civil da Presidência da República, reforça a ideia de que a matéria foi tratada muito mais sob um viés tecnológico do que arquivístico.

Com a aprovação de um projeto e reprovação do outro, o PLC 11/2007 e o PLS 146/2007 foram desapensados, e este último passou a tramitar incorporado ao projeto de lei da Câmara n. 23, de 2010, (PLC 23/2010), que dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos registros públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as leis n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências, em uma nova tentativa de aprovação pela CCT. Os projetos tramitariam juntos até serem arquivados ao final da 54^a legislatura, em 2014.⁴

Contudo, o PLS 146/2007 foi desarquivado no mesmo ano, e depois de sofrer várias emendas chegou ao seu texto final, que foi aprovado pelo Senado Federal em 14 de junho de 2017. Nessa versão final, o PLS 146/2007 modifica a redação das seguintes normas: lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012, lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), lei n. 12.865, de 9 de outubro de 2013 e lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos.

Da versão final, destacamos os seguintes pontos: validade legal do representante digital gerado pela digitalização (artigo 2^o-A); necessidade de se preservar os documentos de guarda permanente, seja em meio

4. Matérias arquivadas no final da 54^a legislatura. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=23/12/2014&paginaDireta=00022&indSuplemento=Sim&codSuplemento=I>. Acesso em: 8 jan. 2020.

digital ou não digital (artigo 2º-B); necessidade de sistemas que garantam, de forma contínua, preservação, integridade e o acesso a eles (artigo 2º, parágrafo 2º); papel do Conarq como órgão consultivo no processo de digitalização e necessidade do emprego da ICP-Brasil ou outro meio que comprove a autoria e integridade dos documentos eletrônicos (artigo 3º); conclusão do processo de digitalização por meio de lavratura de termo próprio, atestado mediante o emprego de certificado digital emitido pela ICP-Brasil ou de outro meio previsto em regulamento que garanta a identificação da autoria do documento (artigo 3º, parágrafo 2º); possibilidade de eliminação dos documentos originais que deram origem ao representante digital (artigo 3º, parágrafo 3º); adoção de sistemas que permitam confiabilidade, preservação em longo prazo, recuperação e acesso, com indexação que possibilite precisa localização e permita a posterior conferência da regularidade das etapas do processo de digitalização (artigo 4º); inclusão de metadados para recuperação das informações (artigo 4º, parágrafo 1º); interoperabilidade entre formatos de arquivo com possibilidade de inserção de metadados (artigo 4º, parágrafo 3º).

Já sobre a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, a principal alteração é a redação dada ao artigo 9º, com o acréscimo do seguinte parágrafo único: “O documento não destinado a guarda permanente poderá, na forma de regulamento, ser eliminado quando digitalizado conforme processo de digitalização previsto em regulamento” (Brasil, 2007b, p. 4).

Atualmente, o projeto encontra-se na Câmara dos Deputados, com a denominação de projeto de lei 7.920, de 2017 (PL 7.920/2017), e segue tramitando de acordo com as normas do processo legislativo até ser aprovado ou não. Em caso positivo, será submetido à aprovação (integral ou parcial) ou rejeição do presidente da República, para então entrar no ordenamento jurídico como lei.

A possibilidade de eliminação dos documentos originais após a digitalização tem gerado muitas críticas por parte de arquivistas e instituições de arquivos que entendem que o meio digital ainda carece de solidez necessária para ser uma opção de preservação e garantir a autenticidade e a confiabilidade dos representantes digitais. Apenas o benefício do acesso aos documentos digitalizados é ressaltado por especialistas da área no Brasil (Arquivistas..., 2018).

Mesmo que os representantes digitais ainda não tenham respaldo legal total no ordenamento jurídico brasileiro, algumas instituições já adotam a digitalização com presunção de autenticidade, das quais Schäfer e Flores (2013) elencam o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Poder Judiciário. Atualmente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a

Receita Federal Brasileira (RFB) também adotam a digitalização com presunção de autenticidade em suas atividades.

O CFM, por meio da resolução n. 1.821, de 11 de julho de 2007 (Brasil, 2007c), adotou a digitalização dos prontuários dos pacientes, instituindo normas técnicas relativas aos procedimentos de digitalização em si e ao uso de sistemas informatizados para guarda e manuseio dos representantes digitais, além de autorizar a eliminação do documento em papel e a troca de informação identificada em saúde (Schäfer; Flores, 2013, s.p.).

Recentemente, foi promulgada a lei ordinária n. 13.787, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. Além de dar respaldo às resoluções do CFM, a lei tem dois artigos que destacamos aqui. O artigo 3º, no qual fica autorizada a eliminação dos documentos originais após sua digitalização e “após análise obrigatória de comissão permanente de revisão de prontuários e avaliação de documentos, especificamente criada para essa finalidade” (Brasil, 2018a). O outro artigo que chama atenção é o 6º, que estabelece prazo de guarda fora da tabela de temporalidade do órgão.

Artigo 6º – Decorrido o prazo mínimo de 20 (vinte) anos a partir do último registro, os prontuários em suporte de papel e os digitalizados poderão ser eliminados.

Parágrafo 1º – Prazos diferenciados para a guarda de prontuário de paciente, em papel ou digitalizado, poderão ser fixados em regulamento, de acordo com o potencial de uso em estudos e pesquisas nas áreas das ciências da saúde, humanas e sociais, bem como para fins legais e probatórios. (Brasil, 2018a, grifo nosso)

O Congresso Nacional normalizou o uso dos documentos digitais e digitalizados no âmbito do processo judicial, por meio da lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial. A lei abrange os processos civil, penal, trabalhista e de juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

A lei evoca a autonomia do Poder Judiciário para “desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, sendo que todos os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta lei” (Brasil, 2006, s.p.). Via de regra, o processo judicial usará documentos nato digitais e, quando não for possível, documentos digitalizados que passarão a integrar o processo e terão o mesmo valor probante do documento original. A cópia original será destruída (Schäfer; Flores, 2013, s.p.).

A CVM, em suas instruções n. 387, de 28 de abril de 2003, e n. 541, de 20 de dezembro de 2013, permite o uso de documentos digitalizados para determinadas operações mobiliárias, em substituição aos documentos originais.

A instrução CVM n. 387, de 28 de abril de 2003, que estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários, em pregão e em sistemas eletrônicos de negociação e de registro em bolsas de valores e de bolsas de mercadorias e futuros e dá outras providências, determina, em seu artigo 12, parágrafo 1º:

As corretoras deverão manter todos os documentos relativos às operações com valores mobiliários, bem como, quando houver, a integralidade das gravações referidas no parágrafo 3º do artigo 6º desta instrução, em sua sede social ou na sede do conglomerado financeiro de que façam parte e à disposição da CVM, das bolsas e dos clientes, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da realização das operações, admitindo-se a apresentação, em substituição aos documentos originais, das respectivas imagens por meio de sistema de digitalização. (Brasil, 2003, p. 6, grifo nosso)

Já a instrução CVM n. 541, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, determina:

Artigo 48 – O depositário central deve manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos por esta instrução, bem como toda a correspondência, interna e externa, todos os relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas atividades.

Parágrafo único – Os documentos e informações a que se refere o caput podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas. (Brasil, 2013, p. 37, grifo nosso)

Em ambos os casos a CVM já adota os documentos digitalizados como possuidores de presunção de autenticidade nas transações mobiliárias que fiscaliza no país.

A Receita Federal do Brasil, por meio da portaria RFB n. 1.674, de 2 de dezembro de 2016, que estabelece critérios de digitalização e eliminação dos atos, termos e documentos dos processos administrativos fiscais, também instituiu normas para presunção de autenticidade de documentos digitalizados e posterior eliminação dos originais.

O artigo 2º dessa portaria normatiza o valor probatório dos documentos digitalizados pela RFB (Brasil, 2016, s.p.).

Artigo 2º – No processo eletrônico, os atos, os documentos e os termos que o instruem poderão ser nato digitais ou produzidos por meio de digitalização, observado o disposto na medida provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
Parágrafo 1º – Os atos, os termos e os documentos submetidos à digitalização pela RFB e armazenados eletronicamente possuem o mesmo valor probante de seus originais.

Já o artigo 3º determina o critério para eliminação das matrizes físicas dos documentos digitalizados (Brasil, 2016, s.p.).

Artigo 3º – As matrizes físicas dos atos, dos termos e dos documentos digitalizados e armazenados eletronicamente, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 2º, poderão ser descartadas.

Parágrafo 1º – O descarte das matrizes físicas será feito por meios que garantam sua inutilização e preservem o sigilo fiscal.

Parágrafo 2º – Os originais dos documentos apresentados em papel serão arquivados pela RFB, independentemente de terem sido digitalizados, observado o prazo previsto na tabela de temporalidade (TTD) da atividade-fim, aprovada pela portaria AN n. 291, de 23 de novembro de 2016, disponível no endereço <http://rfb.gov.br>, quando

I - tiverem valor histórico para a sociedade ou para a administração tributária;
II - configurarem prova em processo de representação fiscal para fins penais; ou
III - forem indícios de práticas de violação a direito autoral, de falsificação ou de adulteração de produtos ou documentos ou indícios de práticas de outros crimes ou contravenções penais.

Essa é uma norma de execução que foi motivada pelo decreto n. 8.853, de 22 de setembro de 2016, que altera o decreto n. 7.574, de 29 de setembro de 2011, que “regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil” (Brasil, 2016).

O artigo 147 do decreto n. 8.853, de 22 de setembro de 2016, instituiu a possibilidade de digitalização dos processos administrativos fiscais e definiu as regras para sua adoção e uso. Nesse sentido, a portaria RFB n. 1.674, de 2 de dezembro de 2016, busca normatizar os procedimentos e critérios de digitalização dentro do âmbito da instituição.

Vimos que, embora a digitalização como tecnologia de preservação ainda não seja uma questão pacificada dentro da arquivologia e de outras áreas, é inegável o seu avanço cada vez maior no cotidiano das instituições. Essa é uma realidade que já se apresenta para as instituições de ensino superior (IES), que atualmente encontram-se obrigadas a converter seu acervo acadêmico para o meio digital, por força do decreto presidencial n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017b), que determina que:

Artigo 104 – Os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES na data de publicação deste decreto serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação.

Parágrafo único – O prazo e as condições para que as IES e suas mantenedoras convertam seus acervos acadêmicos para o meio digital e os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos serão definidos em regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

Embora o decreto não mencione ou determine um meio para realizar essa conversão, a digitalização de documentos pode despontar como opção preferencial de reformatação, dado que ganha mais força caso o PL 7.920/2017 seja aprovado.

Ainda no universo da educação, o Ministério da Educação editou a portaria n. 315, de 4 de abril de 2018, que “dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância” (Brasil, 2018b, p. 13).

Embora seja uma norma de caráter geral, voltada para aferição de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação das IES, essa portaria está diretamente ligada com os documentos de arquivo, a gestão de documentos e a digitalização dos acervos. A portaria entende o acervo acadêmico (artigo 37) como “o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos” (Brasil, 2018b, p. 14).

No artigo 45, além da observância do código de classificação e tabela de temporalidade das IES e da justificativa trazida pelo artigo 104, do decreto n. 9.235, de 2017, temos a preferência pela digitalização como meio de conversão dos documentos em suporte analógico para o meio digital.

Já no artigo 46, aparecem as regras do sistema que irá gerenciar os documentos nato digitais e/ou digitalizados. Importante frisar que o artigo não faz referência nem segue os requisitos do *e-ARQ Brasil*.

O artigo 47 abre a possibilidade da substituição dos documentos em suporte físico que estiverem em fase intermediária e que não sejam de guarda permanente, por sua cópia microfilmada ou digitalizada.

A portaria do Ministério da Educação chama atenção, pois estabelece o acervo acadêmico como elemento a ser analisado para avaliação institucional das IES, mas em nenhum momento menciona a gestão de documentos como meio para deixar os documentos organizados e de fácil acesso para consulta.

De acordo com Indolfo (2007, p. 42), para garantir a gestão, a preservação e o acesso em longo prazo dos documentos, é necessário haver a inclusão dos princípios, funções e instrumentos arquivísticos no processo de gestão. A classificação e a avaliação de documentos contribuem para a racionalização do ciclo de vida documental, tão cara aos pressupostos de eficiência e eficácia da gestão de documentos. O plano de classificação e a tabela de temporalidade são apontados por Sena (2014, p. 89) como os instrumentos arquivísticos utilizados na gestão documental, frutos de um diagnóstico da instituição, bem como do fluxo documental e informacional. Nesse sentido, projetos que busquem a mudança de suporte, como a microfilmagem e a digitalização, sem procedimentos de gestão de documentos nada mais farão do que reproduzir nesses meios a mesma realidade encontrada nos documentos originais em papel.

Em 30 de abril de 2019, o governo federal editou a medida provisória n. 881, conhecida como “MP da Liberdade Econômica”, que institui “a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências” (Brasil, 2019b). Essa medida provisória alterou o texto da lei n. 12.682, de 2012, e conferiu ao documento digitalizado o mesmo valor probatório do original e do microfilmado. Outra inovação que essa norma traz é a possibilidade de destruir o documento original, com exceção dos documentos históricos.

A justificativa para essa alteração não se baseou em critérios arquivísticos ou até mesmo na questão da segurança jurídica dos documentos digitalizados, ou melhor, os representantes digitais. Os motivos se baseiam em questões ambientais, “cultura do papel” e relação do custo, conforme a exposição de motivos que foi utilizada para justificar a edição da medida provisória.

Inciso X – Equipara o documento microfilmado ou digital ao documento físico, nos termos da regulamentação. Não podemos ser um país exemplar na proteção ao meio ambiente se ainda adotarmos a noção, passada e arcaica, de que documentos físicos devem necessariamente ser apresentados. Para isso, insere-se como norma de direito público a equivalência entre o digital, devidamente regulado, e o físico. Não só se observa o disposto constitucional de preservação ao meio ambiente, como também se busca aumentar a produtividade dos brasileiros em decorrência da redução dos altos custos de transação referentes à produção e à manutenção de acervos físicos de comprovantes de obrigações de todo tipo. (Brasil, 2019c)

O que pode se perceber é que a essência do projeto de lei 7.920, de 2017, que tratava exclusivamente da possibilidade da digitalização de documentos e seu reconhecimento como detentor dos mesmos valores dos documentos originais, foi incluída em uma medida provisória que tratava de assunto de ordem econômica. Mais tarde, a norma seria aprovada pelo Congresso Nacional, se tornando a lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019, que dentre outros temas altera os dispositivos da lei n. 12.682, de 2012. Portanto, a medida provisória n. 881, de 2019, não cria uma nova lei que trate da digitalização de documentos. Ela resgata os dispositivos originais do PLC 11/2007, como a presunção de autenticidade dos representantes digitais e a possibilidade de se destruírem documentos originais após o processo de digitalização, que foram vetados na lei n. 12.682, de 2012.

Considerações finais

Embora a microfilmagem fosse o único meio de reformatação respaldado legalmente com presunção de autenticidade até a promulgação da lei n. 13.874, de 2019, isso não impediu que alguns órgãos do Poder Executivo e o Poder Judiciário passassem a adotar a digitalização com a mesma presunção. Nesse sentido, o PL n. 7.290/2017, caso aprovado, chancelaria práticas que já vêm acontecendo na administração pública. Entretanto, com a alteração da lei n. 12.682/2012 pela lei n. 13.874/2019, resta saber qual será o destino do projeto, pois boa parte de sua essência já vigora no ordenamento jurídico brasileiro.

A realidade que se observa na administração pública é o emprego cada vez mais frequente da digitalização sem a observância dos princípios e das funções arquivísticas, o que de fato irá garantir a eficiência na recuperação das informações, preservação dos documentos e garantia de acesso.

O PL n. 7.290/2017 e, agora, a lei n.12.682/2012, alterada como lei n. 13.874/2019, com a possibilidade de eliminar documentos originais, incorre em um risco de levar à insegurança jurídica, com a destruição de documentos que podem vir a ser utilizados como provas. Além disso, documentos em ambiente digital, sem a observância de requisitos que garantam sua autenticidade, confiabilidade e integridade, podem vir a ser questionados em juízo, aprofundando ainda mais a insegurança jurídica. O uso da ICP-Brasil por si só não confere a autenticidade dos documentos em ambiente digital, ele apenas auxilia nesse processo.

Como meios usados para reformatação de documentos, tanto a microfilmagem quanto a digitalização são recursos capazes de auxiliar os arquivistas e demais profissionais da informação com relação à preservação e ao acesso aos documentos. Entretanto sua aplicação pura, deslocada da teoria e da prática arquivísticas, não resolve o problema de preservação e acesso aos documentos nas instituições, tampouco elimina os problemas decorrentes da ausência dos procedimentos de gestão de documentos. Nesse sentido, é imprescindível adotar práticas de gestão de documentos nos órgãos, bem como políticas de preservação que englobam documentos digitais, sejam eles nato digitais ou representantes digitais, para que o sucesso de um projeto de digitalização possa ter longo prazo.

Em se tratando de procedimentos de reformatação de documentos, o objetivo central é garantir o acesso e a preservação da informação contida em documentos analógicos através da alteração do suporte. Tais processos requerem uma gama de conhecimentos que vão além dos simples critérios tecnológicos.

Um procedimento de digitalização ou de microfilmagem pode contribuir para o acesso e a preservação dos documentos, mas não pode ser adotado de forma isolada ou irresponsável, sob o risco de incorrer no fracasso da operação e no desperdício de recursos. Além disso, a adoção de tecnologias é apenas uma opção de preservação (e também de acesso) e não a preservação em si. Os pressupostos arquivísticos não podem ser descartados em detrimento de uma adoção tecnológica, do contrário as instituições continuarão a “preservar” massas documentais digitais cuja relevância social pode ser questionada.

Outrossim, fica claro que as instituições arquivísticas máximas do país (Conarq e Arquivo Nacional) ficam de fora do processo de planejamento e decisão sobre matéria arquivística trazida pelos legisladores. Tanto no processo de apreciação do PLC 11/2007 e do PLS146/2007 e, mais recentemente, da medida provisória n. 811/2019 e da lei n. 13.874/2019, as

decisões sobre matérias arquivísticas acontecem à revelia seja do Conarq, seja do Arquivo Nacional, como também da academia.

Nesse sentido, o diálogo entre os legisladores e os arquivistas é muito importante, bem como a participação dos órgãos que atuam com a gestão de documentos, como o Conarq e o Arquivo Nacional, e da academia, para a adoção de projetos de digitalização eficazes e eficientes.

Referências

- ARQUIVISTAS e historiadores criticam projeto que equipara valor legal de documentos físicos e digitalizados, Câmara dos Deputados, Brasília, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/540338-arquivistas-e-historiadores-criticam-projeto-que-equipara-valor-legal-de-documentos-fisicos-e-digitalizados/>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BRASIL. Lei n. 13.874, de 20 de setembro de 2019a. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as leis n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943; revoga a lei delegada n. 4, de 26 de setembro de 1962, a lei n. 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do decreto-lei n. 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Medida provisória n. 881, de 30 de abril de 2019b. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv881impresao.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Exposição de motivos n. 83, de 11 de abril de 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-881-19.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Lei n. 13.787, de 27 de dezembro de 2018a. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13787.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Ministério da Educação. Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018b. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 abr. 2018. Seção 1, n. 65, p. 13-15.
- _____. Projeto de lei n. 7.920, de 2017a. Altera a lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012, a lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a lei n. 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProp>

- osicao=2142105. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Decreto n. 9235, de 15 de dezembro de 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. Glossário documentos arquivísticos digitais. 2016. 6. versão. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glostde.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Receita Federal do Brasil. Portaria n. 1.674, de 2 de dezembro de 2016. Estabelece critérios de digitalização e eliminação dos atos, termos e documentos dos processos administrativos fiscais. RFB, 2016. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=79024&visao=anotado>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 541, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários. CVM, 2013. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst541.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm. Acesso em: 9 jan. 2020.
- _____. Conselho Nacional de Arquivos, Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. e-Arq Brasil. Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- _____. Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de 2010. Dispõe sobre o PLC n. 11, de 2007, sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, e o PLS n. 146, de 2007, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências, em tramitação conjunta. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/73947.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de 2009. Dispõe sobre o PLC n. 11, de 2007, sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos, e o PLS n. 146, de 2007, que dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências, em tramitação conjunta. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/56087.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Projeto de lei da Câmara n. 11, de 2007a. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80242>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Projeto de lei do Senado n. 146, de 2007b. Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80337>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n. 1.821, de 11 de julho de 2007c. Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2007/1821>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Comissão de Valores Mobiliários. Instrução CVM n. 387, de 28 de abril de 2003. Estabelece normas e procedimentos a serem observados nas operações realizadas com valores mobiliários, em pregão e em sistemas eletrônicos de negociação e de registro em bolsas de valores e de bolsas de mercadorias e futuros e dá outras providências. CVM, 2003. Disponível em: <http://www.cvm.gov>.

- br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/inst387consolid.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Projeto de lei n. 1.532, de 1999. Dispõe sobre a elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16863>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- _____. Constituição Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.
- HOTT, Daniela Francescutti Martins; CRUZ-RIASCOS, Sonia Aguiar. Preservação digital de documentos arquivísticos e o projeto de lei n. 7.920/2017 sob a ótica da ciência da informação. *RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação*, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 11, n. 1, p. 274-299, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8571>. Acesso em: 8 jan. 2020.
- INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.
- SCHÄFER, Murilo Billig. *Digitalização de documentos: implicações no acesso às informações arquivísticas*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Rio Grande do Sul, 2013.
- _____; FLORES, Daniel. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 6, n. 2, 2013.
- SENA, Joelma Magalhães de. A informação arquivística e a gestão de documentos: uma abordagem estratégica. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 83-91, jan./jun. 2014.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. *Políticas públicas de preservação e tecnologias de informação: o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

Recebido em 14/2/2020

Aprovado em 7/5/2020

Resenha

Review / Reseña

ACCERVO

Sobre privacidade, direitos, ética e arquivos

About privacy, rights, ethics and archives / Acerca de la privacidad, los derechos, la ética y los archivos

Luciana Heymann

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e professora dos programas de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Fiocruz, e em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.

luciana.heyman@gmail.com

MacNeil, Heather. *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

Heather MacNeil é uma das referências contemporâneas no campo arquivístico. Professora da Faculdade de Informação na Universidade de Toronto, no Canadá, suas pesquisas abordam temas que vão da confiabilidade dos documentos em ambientes analógicos e digitais a análises que tomam arquivos e instrumentos de pesquisa como artefatos culturais. Mais recentemente, com sua colega Wendy Duff, tem se dedicado ao papel dos arquivos em contextos de busca por justiça social. Foi editora-chefe da revista *Arquivaria*, um dos mais influentes periódicos da área, entre 2014 e 2015.

MacNeil se tornou mais conhecida pela comunidade arquivística brasileira com o lançamento de *Correntes atuais do pensamento arquivístico*, coletânea que organizou com Terry Eastwood e na qual assina a introdução. A obra foi publicada originalmente em 2009, nos Estados Unidos, e foi traduzida e publicada no Brasil em 2016, no âmbito da oportuníssima Coleção Arquivo, dirigida pelo professor Renato Venancio junto à Editora UFMG.

Sem consentimento é o quarto livro da coleção, traduzido e publicado no Brasil em 2019. A edição original, em inglês, data de 1992, e resultou da dissertação de mestrado defendida por MacNeil no Programa de Estudos Arquivísticos da University of British Columbia, no Canadá, em 1987.

Nos quase trinta anos que separam as duas edições, o tema do acesso a informações pessoais armazenadas por órgãos públicos ganhou contornos inauditos diante do desenvolvimento das tecnologias digitais e das possibilidades de produção, armazenamento e compartilhamento de arquivos por meio da internet. Esse cenário, que hoje domina as discussões sobre ética e respeito à privacidade, não era vislumbrado ao final dos anos 1980. Naquele contexto, a ampliação do uso de bancos de dados digitais indicava os desafios a serem enfrentados pela comunidade arquivística, mas ainda não havia produzido os efeitos observados nas décadas seguintes. O arcabouço legal que MacNeil mobiliza para suas análises também guarda a marca de seu tempo. Com isso, exemplos de processos judiciais que ilustram o embate entre a defesa da privacidade e a demanda por acesso a informações pessoais revelam o contexto legal e o posicionamento das cortes ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Essa distância temporal é tematizada na excelente “Nota à edição brasileira” assinada por Georgete Medleg Rodrigues, na qual importantes iniciativas voltadas para a proteção de dados pessoais, a partir dos anos 1990, são sumarizadas, ao mesmo tempo em que o caráter atemporal da obra é sublinhado. De fato, o tema da ética no acesso aos arquivos e a tensão constitutiva entre os direitos à informação e à privacidade garantem a atualidade do debate. Para além dessa perspectiva, seu interesse repousa em alguns aspectos que gostaríamos de destacar antes de fazermos um sobrevoos sobre os argumentos de MacNeil.

Chama atenção, em primeiro lugar, o caráter interdisciplinar da obra, que mobiliza bibliografia dos campos do direito, da sociologia, da filosofia e da história, além do arquivístico. Resta claro que o objetivo não é conferir erudição ao texto, como tantas vezes se observa, mas recorrer a tradições disciplinares distintas que se debruçaram sobre o tema da privacidade e de sua associação com a economia moral do indivíduo para mostrar o percurso histórico do debate e seus fundamentos teóricos. Nesse sentido, MacNeil não parte de uma perspectiva que naturaliza a privacidade e os direitos a ela associados, mas demonstra que a demanda por privacidade, bem como as respostas dadas pelo Estado e pelos arquivistas são tributárias de condições históricas e culturais.

Vale mencionar também que a autora contrabalança de maneira muito eficiente as referências bibliográficas, os documentos legislativos e os relatórios governamentais produzidos nos Estados Unidos e no Canadá, sobretudo, construindo um panorama que recorre à teoria como forma de conferir densidade aos embates que emergem da realidade social e às tentativas estatais de acomodar interesses e direitos conflitantes.

Em segundo lugar, permanecem atuais os desafios enfrentados pelo arquivista para desenvolver políticas e procedimentos que reflitam um equilíbrio apropriado entre a privacidade e os interesses da pesquisa. Entre os fatores que tornam essa tarefa complexa, MacNeil elenca o silêncio ou as ambivalências das restrições legais e administrativas quanto ao acesso a informações pessoais em arquivos e bases de dados públicos, a complexidade tecnológica dos ambientes informatizados de guarda de documentos e a ausência de autoridade do arquivista para tomar decisões sobre o acesso a informações pessoais. Malgrado as décadas que separam a escrita do texto dos nossos dias, tais condições não são estranhas a muitos arquivistas contemporâneos.

Por fim, a leitura ganha interesse especial no contexto em que a pandemia provocada pelo novo coronavírus embasa políticas públicas que, em diferentes lugares do mundo, visam a ampliar mecanismos de monitoramento e vigilância do cidadão por parte do Estado. Ainda que o livro não discorra especificamente sobre a coleta e o uso de informações pessoais motivados pela pandemia da aids, mencionada em notas do segundo capítulo, ele reflete preocupações que emergiram nos anos 1980, quando organizações médicas estadunidenses e canadenses, mas também companhias de seguro, agências federais, organismos militares etc. coletaram informações relativas à orientação sexual dos cidadãos, seus hábitos e condições de saúde. Nesse sentido, o livro levanta problemas que se atualizam no tempo presente e cujos desdobramentos não são facilmente aquilatáveis.

MacNeil abre o livro discutindo o próprio conceito de privacidade, as bases morais acionadas para sua defesa e os limites legais para a garantia desse direito moral. A bibliografia cotejada remonta aos anos 1960, período de emergência dos debates sobre as conexões entre privacidade, dignidade humana e democracia. Ao discutir o aparato legal que daria sustentação às demandas por privacidade, aponta uma grave deficiência na estrutura jurídica, cuja relevância o tempo só fez confirmar: os indivíduos não tinham o direito de participar das decisões relativas às suas próprias informações pessoais coletadas e armazenadas pelos órgãos governamentais.

O segundo capítulo do livro é o mais sociológico. Nele, MacNeil aborda o tema do contrato social estabelecido entre o cidadão e o Estado, no qual o primeiro renuncia a uma parcela de sua privacidade em troca de proteção física, social e legal. Também aqui são discutidas as fronteiras entre a esfera pública e a privada, ganhando centralidade a questão da vigilância estatal, discussão na qual a autora se apoia em pensadores como Michel

Foucault e suas então recentes reflexões sobre tecnologias disciplinares. No final dos anos 1980, começavam a emergir nos Estados Unidos contestações ao cruzamento de bases contendo informações pessoais devido à qualidade duvidosa dos dados armazenados, raramente auditados, e ao fato de não ser possível garantir que tais recursos seriam usados apenas quando a conduta do cidadão indicasse fraude.

Desde a década de 1970, a obrigação de o governo proteger as informações dos cidadãos foi legalmente reconhecida em muitos países – como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, França, Suécia e Alemanha – por meio de leis de proteção de dados que tentaram definir e preservar aspectos da vida privada. Tais instrumentos legais se basearam no “dever de confidencialidade” assumido pelo Estado ao coletar informações sobre indivíduos que não têm meios de contestar dados potencialmente prejudiciais ou de controlar sua disseminação. MacNeil apresenta uma análise comparativa interessante das leis de privacidade norte-americana, de 1974, e canadense, de 1983, explorando as especificidades dos dois instrumentos legais e os entraves à sua eficácia como medida protetiva. A lei canadense seria mais abrangente na defesa da privacidade do que a estadunidense, mas esta previa a possibilidade de o cidadão processar agências governamentais por quaisquer danos sofridos com a divulgação de informações pessoais. A diferença mais significativa entre as duas legislações repousaria no fato de a lei canadense prever uma agência independente para responder às reclamações dos cidadãos e mediar os interesses de privacidade junto às agências governamentais, considerada por MacNeil como um trunfo.¹

Como sabemos, porém, a existência de leis de proteção não elimina a tensão constitutiva que opõe o direito à privacidade ao princípio de liberdade de informação. O terceiro capítulo é dedicado a essa tensão, tomando por base as leis de acesso à informação e as leis de proteção à privacidade nos dois contextos nacionais mais contemplados na obra, Estados Unidos e Canadá. Na análise dos arcabouços legais, MacNeil destaca o Freedom of Information and Protection of Privacy Act, de Ontário, editado em 1987, considerado um dispositivo legal eficiente por tornar obrigatório que o pedido de acesso a informações pessoais fosse caracterizado como uma demanda de interesse público, perspectiva que abre um

¹ No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (lei n. 13.709) foi sancionada em 14 de agosto de 2018. Sua entrada em vigor, em agosto de 2020, levantou questionamentos, entre outras razões, pelo fato de a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, responsável pela fiscalização de seu cumprimento, não estar ainda constituída.

debate estimulante acerca do uso de informações pessoais em pesquisas científicas.

Para demonstrar os desafios enfrentados na busca pelo equilíbrio entre os valores da divulgação e da confidencialidade, MacNeil analisa casos concretos que criaram jurisprudência para o tratamento da questão nos dois países, fornecendo ao leitor um panorama dos fatores que orientaram as decisões dos tribunais, incluindo tipos de documentos elegíveis para restrição de acesso, interferência do grau de expectativa de confidencialidade nas decisões judiciais, bem como medidas empreendidas para resolver os conflitos, como a eliminação da identificação dos indivíduos antes da liberação dos documentos. Segundo a autora, as decisões dos tribunais dependiam de interpretações jurídicas que resultavam de análises caso a caso, o que gerava alto grau de incerteza administrativa na definição sobre o acesso a informações pessoais.

O uso de fontes arquivísticas em pesquisas de caráter sócio-histórico é um dos temas abordados por MacNeil, em um contexto de aumento de usuários acadêmicos no Canadá, Reino Unido, Bélgica, Espanha e Estados Unidos, segundo dados dos anos 1970. A análise recai sobre o aumento de pesquisas no campo da “nova” história social, voltada para grupos historicamente marginalizados – classe trabalhadora, mulheres, minorias étnicas etc. –, para as quais era fundamental o acesso a informações pessoais armazenadas em arquivos de caráter administrativo, tais como listas de tributação, registros de terras, registros paroquiais, escolares, hospitalares, criminais, de associações beneficentes e de assistência social. MacNeil faz um histórico da emergência dessa tendência historiográfica, dando mais uma vez prova do caráter interdisciplinar do seu estudo e mostrando o quão importante, para a reflexão arquivística, é acompanhar as expectativas dos usuários com relação ao acesso às fontes e, mais do que isso, à preservação de fontes capazes de atender à pesquisa. Desse debate emergem o tema dos prazos de sigilo, vistos como meio fundamental para assegurar o equilíbrio entre o direito à privacidade e o direito à informação, e o problema criado pela falta de uniformidade nos procedimentos administrativos que regiam tais prazos.

O gerenciamento do acesso a informações pessoais é o cerne do quinto capítulo, voltado para problemas enfrentados pelos arquivistas e para soluções colocadas em prática no final dos anos 1980. O diagnóstico, com base em pesquisas realizadas sobretudo no Canadá, indicava que os arquivistas relutavam em se envolver na regulamentação de procedimentos para acesso a documentos contendo informações pessoais, já que as diretrizes técnicas e administrativas para fornecer acesso legítimo, sem

comprometer a confidencialidade, não eram consistentes ou bem compreendidas, problema ampliado no tocante a documentos mantidos em sistemas eletrônicos.² Triagens com base nas credenciais do pesquisador e/ou na legitimidade do projeto de pesquisa eram utilizadas em arquivos dos Estados Unidos e do Canadá, bem como a assinatura de termos de responsabilidade, o estabelecimento de comitês revisores dos pedidos de acesso etc. As contestações a esses procedimentos são igualmente contempladas no texto – seja questionando a noção de “pesquisa legítima”, denunciando o elitismo que pode presidir o tratamento dado a acadêmicos, ou ainda advogando o caráter público dos arquivos, o que implica acesso igualitário. O interesse dessas discussões advém da forma extremamente bem documentada de apresentá-las. Uma ampla gama de regulamentos, códigos e procedimentos é analisada em suas vantagens e fragilidades.

Considerações éticas com relação ao uso de informações pessoais em pesquisas sócio-históricas e aos limites da investigação científica ocupam o penúltimo capítulo do livro. A autora sugere distinguir a liberdade de pesquisa, que deveria ser garantida sempre, da liberdade de envolver seres humanos em pesquisas, essa segunda tendo um escopo bem mais limitado do que a primeira, como aliás atestam comitês de ética em pesquisa institucionalizados nos últimos anos. Segundo essa perspectiva, mesmo que os resultados das pesquisas possam trazer benefícios sociais significativos, as consequências negativas dos métodos empregados poderiam tornar o estudo moralmente injustificável. Além disso, as informações nunca deveriam ser utilizadas para alcançar objetivos que não considerassem, em primeiro lugar, os interesses dos indivíduos cujos dados haviam sido coletados e armazenados por órgãos governamentais. MacNeil sustenta, com base em discussões da área de filosofia moral, que o dever de proteger a informação é obrigação daqueles que a recebem com base na confidencialidade. Ademais, a atmosfera gerada pela quebra de confidencialidade poderia contribuir para enfraquecer a confiança pública na qual se baseia a integridade das relações sociais, com efeitos danosos ao ambiente democrático.

Esses preceitos deixam claro o papel de guardião reservado aos arquivistas com relação aos documentos sob sua custódia e seu dever de defender a privacidade dos indivíduos, expresso em muitos códigos de ética profissional. Com essa conclusão, MacNeil avança à questão que

² A imprecisão de conceitos presentes na legislação brasileira que regula o acesso a informações pessoais de natureza sensível foi analisada por Gonçalves e Varella (2018).

buscará responder no último capítulo, por meio de “algumas modestas propostas” para a gestão de informações pessoais em arquivos públicos (MacNeil, 2019, p. 187).

Entre as obrigações dos arquivistas, a autora elenca o compromisso de fortalecer e sistematizar políticas e procedimentos para a gestão do acesso a documentos contendo informações pessoais nas suas instituições, além de melhorar o que designa como *status quo* da arquivologia em temas relacionados à privacidade e contribuir com o debate público acerca do assunto.

MacNeil chama atenção para diretrizes que deveriam orientar a gestão do acesso, indicando, em primeiro lugar, que as condições sob as quais documentos contendo dados pessoais são custodiados devem ser claras e documentadas, incluindo informações sobre a existência de dispositivos legais que incidam sobre os mesmos e eventuais exceções à regra de não divulgação. Por outro lado, ao definir restrições, recairia sobre o arquivista a obrigação de justificá-las. O capítulo discorre ainda sobre o estabelecimento de procedimentos de revisão de pedidos de acesso para fins de pesquisa e estatística, indicando claramente a importância de prever a demanda e de ter respostas consistentes, sem jamais recorrer a decisões *ad-hoc*.

A institucionalização desses procedimentos tenderia a tornar a transferência de documentos sigilosos mais sistemática por parte dos órgãos produtores, ao ampliar a cadeia de controle e confiança. O aumento do volume de documentos eletrônicos, constatado no final dos anos 1980, implicaria a aquisição de novas competências técnicas e o trabalho integrado com programadores, perspectiva que se confirmou plenamente nas décadas seguintes.

O conselho formulado nas últimas páginas do livro sugere o fortalecimento de fóruns arquivísticos, tais como associações profissionais e escolas de arquivologia, nos quais o acesso a informações pessoais sob custódia arquivística deveria ser discutido. MacNeil conclama os arquivistas a estarem na vanguarda desses debates junto a órgãos legislativos e autoridades políticas. No final dos anos 1980, a autora afirmava que “decisões de avaliação racional e independente, guiadas por princípios e conceitos arquivísticos claramente definidos, nunca foram tão urgentes” (MacNeil, 2019, p. 205).

Mostrar à sociedade o papel que a comunidade arquivística pode e deve assumir diante dos desafios impostos pela gestão documental no mundo contemporâneo é tarefa que se atualiza continuamente e que ganha

contornos imperativos no contexto brasileiro.³ De maneira geral, e salvo exceções, a comunidade arquivística não tem assumido o protagonismo ansiado e desejável no tocante à regulamentação da gestão de informações públicas. O livro de MacNeil é um convite ao debate e um estímulo à ampliação dessa participação.

Referências

- Gonçalves, Tania Carolina N. M.; Varella, Marcelo D. Os desafios da Administração Pública na disponibilização de dados sensíveis. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 513-536, maio/ago. 2018.
- Jardim, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 383-405, nov. 2013.
- MacNeil, Heather. *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2019. 220 p. (Coleção Arquivo).

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 5/6/2020

³ A análise do processo de implantação da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil (lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), por exemplo, é ilustrativa da desconexão prevalecente entre políticas públicas de acesso e políticas arquivísticas (Jardim, 2013).

Diretrizes para autores

Foco e escopo

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, de periodicidade quadrimestral, publicada desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista é composta pelas seções:

Dossiê Temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos Livres – textos resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao foco e ao escopo da publicação. Até 20 laudas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra – livro ou filme – lançada até dois anos antes da chamada para o número da revista. Até cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços);

Documento – textos técnicos ou análises sobre o acervo do Arquivo Nacional, com documentos transcritos parcial ou integralmente, ou reproduzidos como fac-símiles, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. Os autores são convidados pelos editores de cada dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços). Não avaliada por pares;

Entrevista – um especialista é entrevistado pelos editores convidados. A seção debate a temática abordada pelo dossiê. Não avaliada por pares.

Os originais apresentados para publicação nas seções Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenha são submetidos ao processo de avaliação cega por pares.

Normas para apresentação dos originais

A revista Acervo publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês, submetidos por meio do sistema Open Journal Systems (OJS).

Os textos devem ser assinados por autores com doutorado ou ter doutores como coautores. A qualificação mínima para a coautoria é estar cursando o mestrado.

Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista, por um ano, a partir da data de submissão.

Cada autor pode submeter apenas um artigo por dossiê temático, inclusive na condição de coautor. Para fomentar a diversidade de autores

e ideias, após terem seus artigos publicados na revista, os autores terão novas submissões avaliadas somente a partir da chamada de artigos para o terceiro dossiê subsequente. Isso também se aplica a autores de artigos elaborados em coautoria.

Para preservar o sigilo na avaliação cega por pares, os dados sobre autoria devem ser indicados nos metadados, no passo 3 da submissão pelo OJS, e não devem constar no corpo do texto. Da mesma forma, as informações sobre autoria que constem nas propriedades dos arquivos devem ser apagadas.

Todo artigo enviado à revista Acervo deve ser acompanhado de até quatro palavras-chave e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaços). Título, resumo e palavras-chave devem ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4. As margens devem seguir o padrão de 3 cm para superior e esquerda e 2 cm para inferior e direita.

Imagens – Cada artigo pode conter até cinco imagens, com as respectivas legendas e referências, e a indicação de sua localização no texto. As imagens devem ter resolução mínima de 300dpi no formato .tif e ser submetidas como documento suplementar, no passo 2 da submissão pelo OJS.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, cabe ao autor obter as autorizações e direitos de reprodução. É igualmente do autor a responsabilidade pelos danos decorrentes da ausência dessa medida.

Tabelas, quadros e gráficos – Tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas devem constar no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula do ano de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data, sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). Para obras com dois autores, ambos serão indicados,

usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Se possuir mais de dois autores, inclui-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Devem constituir lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

As fontes documentais devem constar em notas de rodapé, com as informações necessárias para a localização dos documentos (instituição custodiadora, fundo/coleção, notação etc.).

A revista Acervo poderá adequar os originais às suas normas editoriais e projeto gráfico.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade do original apresentado em relação aos itens a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários para o editor”.

O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.

Links para as referências foram informados quando possível.

O texto segue as normas para apresentação dos originais descritas em “Diretrizes para autores”.

Para seções com avaliação por pares (Dossiê Temático, Artigos Livres e Resenhas), as instruções disponíveis em “Garantindo o blind review”, no passo 2 da submissão pelo OJS, foram seguidas.

Todos os autores contribuíram significativamente para a pesquisa.

Ao submeter o artigo, automaticamente o autor declara ser inédito e autoriza o Arquivo Nacional a publicá-lo na revista Acervo impressa e eletrônica, sob a licença CC-BY, e a divulgá-lo nos meios que considerar convenientes com a diretriz de livre acesso ao público. Se não for publicado no prazo de um ano a partir da data de submissão, o autor poderá livremente dar outros usos ao artigo.

Author guidelines

Focus and scope

Acervo is the journal of Arquivo Nacional, published since 1986. Its numbers are quarterly. The journal aims to disseminate studies and sources in the areas of social and applied human sciences, especially history and archivology.

The journal consists of the sections:

Thematic Dossier – each issue of the journal features a set of articles on the selected topic. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Articles – texts resulting from studies and research, concerning topics of interest to the journal, appropriate to the focus and scope of the publication. Up to 20 pages (about 40 thousand characters with spaces);

Review – Critical text about work – book or film – released up to two years before the call to the journal number. Up to five pages (about 10 thousand characters with spaces);

Document – technical texts or analyzes of the Arquivo Nacional collection, with partially or fully transcribed documents or reproduced as facsimiles, relevant for research in the areas of applied human and social sciences. Authors are invited by the editors of each dossier. Up to 15 pages (about 30 thousand characters with spaces). Not evaluated by peers;

Interview – An expert is interviewed by the invited editors. The section discusses the topic addressed by the dossier. Not evaluated by peers.

Originals submitted for publication in the Thematic Dossier, Articles and Review sections are submitted to the blind peer review process.

Rules for submissions

Acervo journal publishes only unpublished works in Portuguese, Spanish and English, submitted through the Open Journal Systems (OJS).

The texts must be signed by authors with a doctorate or have doctors as co-authors. The minimum qualification for co-authoring is to be studying for the master's degree.

The articles express solely and exclusively the opinions and conclusions of their authors. Submission of originals implies assignment of copyright and publication to the journal for one year from the date of submission.

Each author can submit only one article per thematic dossier, including as a co-author. To foster the diversity of authors and ideas, after having their articles published in the journal, the authors will have new

submissions evaluated only from the call for articles for the subsequent third dossier. This also applies to authors of articles co-authored.

To preserve confidentiality in blind peer evaluation, authorship data should be indicated in the metadata in step 3 of submission by the OJS and should not be contained in the body of the text. Similarly, authorship information in file properties should be deleted.

Every article submitted to the journal *Acervo* must be accompanied by a list of up to four key words to identify the main issues and a summary with a maximum of 60 words (400 characters with spaces). Title, abstract and keywords must be submitted with English and Spanish versions.

The texts must be submitted in .doc, .docx or .rtf, Times New Roman font, body 12, space 1.5, A4 page format. The margins should follow the pattern of 3 cm for upper and left and 2 cm for lower and right.

Images – Every article can contain up to five images with their captions and references, and an indication as to its location in the text. The images must have a minimum resolution of 300 dpi in tif format and be submitted as a supplementary document in step 2 of submission by OJS.

If the article reproduces legally protected documents, images and / or material, it is up to the author to obtain the authorizations and rights of reproduction. It is also the responsibility of the author for damages resulting from the absence of such a measure.

Tables, charts and graphs – tables and charts can be composed in Word and inserted into the own article file; graphic, preferably in Excel.

Notes and bibliographic references – The notes appear in the page footer, in Arabic numerals, and should have a maximum of five lines. The bibliographical references should not be made in notes but in the text. The author must be cited in brackets with surname separated by comma of the publication date: (Bessone, 1997). If the author's name is cited in the text, it is stated only with the date in parentheses: Bessone (1997). If you must indicate the page, this should come separated by commas and preceded by, as "p.": (Bessone, 1997, p. 25). When the author has more than one work in the same year, it is discriminated by lowercase letter after the date without spacing: (Bessone, 1997a) or (Bessone, 1997b). In the case of the work of two authors, both are indicated using ";": (Bessone; Cabral, 1998). When the work has more than two authors, indicate only the first followed by "et al.": (Bessone et al., 1999).

References – should be a single list at the end of the article, in alphabetical order, following the standards set by ABNT NBR 6023: 2002.

Documentary sources should be included in footnotes, with the necessary information for the location of the documents (custodial institution, fund / collection, notation, etc.).

Acervo journal may adapt the originals to their editorial standards and graphic design.

Submission preparation checklist

As part of the submission process, authors are required to check off their submission's compliance with all of the following items, and submissions may be returned to authors that do not adhere to these guidelines.

The contribution is original and unpublished, and is not being evaluated for publication by another journal; otherwise it must be justified in "Comments for the editor".

The submission file is in doc., docx. or rtf.

Links for the references have been indicated when possible.

The text adheres to the requirements outlined in the "Author guidelines".

In case of submission to a section with peer review (Thematic dossier, Articles and Review), the instructions available in "Ensuring blind peer review", in step 2 of OJS, were followed.

All authors contributed significantly to the research.

By submitting the article, the author declares it to be unprecedented and authorizes Arquivo Nacional to publish it in printed and electronic Acervo journal, under a CC-BY license, and to disclose it in such media as it deems appropriate with the free access directive. If Arquivo Nacional does not publish it within one year from date of submission, the author can freely give it other uses.